

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 15 (2), 2025

R

O

T

S

L

Sumário

HISTÓRIA. Revista da FLUP - IV Série. V. 15 N. 2 (2025)

Maria Cristina Cunha,
Conceição Meireles Pereira 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Manuel Ramos 6 «Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe»: controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas

Celeste Pedro e Manuel Ramos 28 Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (*Os Lusíadas* X 74-90)

Ariana Sanches 55 «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett

Luís Otávio Vilela da Cruz 76 Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República

Outros Estudos:

Tiago Moura Gonçalves 96 “Por refrenarle de todas passiones”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544)

Diogo Andrade Cardoso 117 Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados

Caio Henrique Silva Fernandes 142 Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)

Paulo Almeida 162 Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)

Cláudia Pinto Ribeiro 194 Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração

Fernanda de Lima Lourencetti 221 From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections

Recensões:

- Jorge António Araújo 249 SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp.
- Lisbeth Rodrigues 256 DERMINEUR, Elise M. (2025), Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
- 261 Notas Biográficas dos Autores
- 265 Ficha Técnica
- 266 Normas editoriais

1. Apresentação Geral

Criada em 1970 e publicada de forma contínua desde essa data, *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é editada pelo DHEPI – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. Entre os seus principais propósitos destaca-se a divulgação de trabalhos originais de investigadores nacionais e internacionais, bem como a promoção de estudos comparativos e interdisciplinares, incentivando o diálogo entre diferentes campos do saber que, embora assentes em matrizes científicas diversas, convergem numa área nuclear comum: a História. É agora dado a público o número correspondente ao segundo semestre de 2025, no qual, uma vez mais, se procurou articular as problemáticas da sociedade contemporânea com as orientações científicas que enquadram o trabalho historiográfico. Para além das formas habituais de difusão, a disponibilização na SCOPUS permite reforçar a credibilidade científica da Revista, facto que trará, certamente, consigo uma maior visibilidade junto da comunidade académica internacional do trabalho publicado pela Faculdade de Letras do Porto. Neste momento de transição e renovação, é imperativo dirigir uma palavra de reconhecimento aos membros do anterior Conselho Consultivo. A sua colaboração, o rigor crítico e o inestimável empenho científico foram fundamentais para o crescimento da revista ao longo dos últimos anos. Dando continuidade a este percurso de exigência científica, e no contexto da nova etapa de internacionalização que se iniciou em 2025 com a indexação na SCOPUS, a História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto procedeu à renovação do seu Conselho Consultivo. Esta reestruturação visa consolidar o processo de arbitragem e o diálogo com outras geografias do saber, passando a contar com um corpo de consultores de prestigiado currículo, provenientes de diversas instituições de referência: Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra), Mário Farelo (Universidade do Minho), Francisco Bettencourt (King’s College of London), Filipa Ribeiro da Silva (International Institute of Social History), Fernanda Olival (Universidade de Évora), Susana Münch Miranda (Universidade Nova de Lisboa), José Luís Cardoso (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa), Teresa da Silva Lopes (University of York) e Teresa Nunes (Universidade de Lisboa). A integração dos novos consultores permite-nos encarar os desafios da edição científica com renovado

otimismo, assegurando que o rigor e a diversidade temática e cronológica continuem a ser as marcas identitárias da nossa revista.

O presente número mantém uma estrutura semelhante à dos anteriores, com três partes distintas. A primeira corresponde ao “dossiê temático”, que inclui contributos variados sobre **“Camões: abordagens históricas do poeta e do símbolo”**. A coordenação do dossier esteve a cargo da nossa colega Doutora Conceição Meireles Pereira, que, melhor que ninguém, o apresenta na segunda parte desta introdução à Revista, e a quem agradecemos, desde já, todo o trabalho realizado.

A segunda parte da Revista é composta pela rubrica “Outros Estudos” na qual se publicam trabalhos de características muito diversas. Tiago Moura Gonçalves analisa a relação entre civilidade, emoções e política na obra *Libro primero del Espejo del príncipe christiano* (1544), de Francisco de Monçon, propondo um diálogo com a história das emoções. Também dedicado à Época Moderna, o estudo sobre a mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII, de Diogo Andrade Cardoso, baseado em processos inquisitoriais, mostra-nos a importância, entre outros fatores, da indústria açucareira e da religião, bem como o papel das cidades e vilas dos estados do Brasil e Maranhão e Grão-Pará na deslocação dos indivíduos não só em direção ao interior, onde a presença portuguesa se foi consolidando de forma gradual, mas também entre as diversas capitanias. Também sobre terras brasileiras, embora já no século XIX, é o estudo de Caio Fernandes, dedicado à escravização ilegal, com base num estudo de caso.

Embora entre 1940 e 1970 tenham sido construídos em Portugal muitos bairros de pescadores, tal não significa que tenha havido uma política central estruturada e sistemática, como Paulo Almeida procura explicar num artigo dedicado a este tema, e no qual se pretende rever o lugar dos pescadores na “organização corporativa” do Estado. A formação nos nossos dias é também objeto de estudo neste número da Revista. De facto, o artigo de Cláudia Pinto Ribeiro desenvolve-se em torno da ideia de que, em contexto de cursos profissionais, a História é uma disciplina que pode ser mobilizada para a interpretação de temas como democracia, Europa e sustentabilidade, quando o objetivo é a formação de cidadãos críticos. O último artigo deste volume, de Fernanda de Lima Lourencetti, insere o património ferroviário de Évora no contexto das ligações

ferroviárias ibéricas, como complemento ao conhecimento dos estudos históricos sobre os transportes da cidade.

Finalmente, numa terceira parte, a Revista publica duas recensões a obras recentemente publicadas, com manifesto interesse para a comunidade científica em geral.

A terminar esta breve Apresentação, a Direção da Revista dirige uma palavra de agradecimento não só aos numerosos avaliadores envolvidos, como também, à Coordenadora do dossiê temático, Doutora Conceição Meireles Pereira, e à própria Comissão Editorial. Cada membro desta equipe trabalhou, com indiscutível competência, para que a Revista ficasse pronta atempadamente. Contudo, será justo registar aqui o nome dos que se encarregaram da ligação entre os Autores e a Revista: referimo-nos às Doutoradas Carla Sequeira, Maria João O. Silva e Lisbeth Rodrigues, e ao Doutor Sérgio Neto, a quem agradecemos toda a disponibilidade.

A Comissão Editorial,
Maria Cristina Cunha
Carla Sequeira
Jorge Cerdeira
Lisbeth Rodrigues
Maria Antonieta Cruz
Maria João Oliveira e Silva
Sérgio Neto

2. Dossiê Temático: “Camões: abordagens históricas do poeta e do símbolo”

Em tempos de comemorações do V Centenário do nascimento de Luís de Camões, *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não quis deixar de se associar à efeméride, no intuito de contribuir para alargar a discussão sobre o seu legado histórico e lugar primordial na memória da nação, mas também na memória universal, dada a globalização de que foi alvo.

Com efeito, a figura do poeta – agente histórico cuja vida se desenrolou entre diversos mundos culturais e geográficos – e a sua obra, sobretudo a épica, suscitaram, ao

longo dos tempos, múltiplas leituras, significações e até controvérsias. Estas tramas densificaram a sua representação como símbolo nacional e da cultura portuguesa, tanto no país como na diáspora, especialmente no Brasil, mas também como intérprete de uma cultura nova no contexto ocidental, abordagem que recebeu contributos de diferentes partes do mundo.

As interpretações da sua obra por diversas áreas do saber, assim como homenagens e evocações de diferente natureza que suscitou em épocas sucessivas, expressam os diferentes usos que distintas eras e sensibilidades têm adotado face a esta figura-símbolo e à sua produção literária, recorrendo a argumentos que sustentam um vasto leque de perspetivas e enfoques.

Enfim, o arsenal camoniano reveste-se de múltiplas dimensões que continuam a mobilizar a reflexão da comunidade científica, como este dossiê temático comprova.

Com formação em literatura e cultura clássicas e medievais, Manuel Ramos envereda pelo tema da empresa expansionista no artigo “«Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe»: controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas”. Partindo do discurso simbólico do Velho do Restelo que censura a secundarização do Norte de África em favor das navegações e conquistas portuguesas para Oriente, o estudo incide na análise das questionações e consequentes pareceres (aliás, contraditórios) acerca da expansão e conquista de Ceuta, Tânger, Canárias e costa africana a sul deste arquipélago, com base em fontes latinas, designadamente as produzidas pelos consistórios papais e seus juristas, anónimos e identificados, recorrendo, inclusive, a alguns originais da Biblioteca Apostólica Vaticana.

O tema da ciência no poema épico de Camões, ou melhor, o binómio Astronomia/Poesia surge no artigo “Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (*Os Lusíadas* X 74-90)” da autoria de Celeste Pedro e Manuel Francisco Ramos, ambos investigadores do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. A análise de conteúdos, a par de pontual abordagem iconográfica, percorre a opção do épico pelo recurso à conceção ptolemaica do cosmos e à mitologia clássica em voga na cultura da época por razões de deleite estético e função simbólica, se bem que, como apontado, Camões não deixou de destruir essa “máquina mitológica” no final da obra, em observação à ortodoxia cristã.

O estudo “«Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett”, da autoria de Ariana Sanches, doutoranda em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos na FLUP, revisita um tema que marcou a cultura portuguesa de Oitocentos. A identificação de Camões com a pátria, apesar de por ela mal-amado, que celebrou a história da nação em tempos mais solares se bem que intuindo já a sua progressiva decadência, está bem patente no poema que Garrett redigiu no exílio político de Paris, que celebra a liberdade e projeta o risco de fim da pátria no século XIX, por vícios internos e ameaças externas. O artigo busca ainda perceber a influência do *Camões* de Garrett nas reflexões sobre a identidade nacional que vultos posteriores da intelectualidade portuguesa empreenderam, designadamente Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro.

Finalmente, o artigo “Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República”, da responsabilidade do investigador brasileiro Luís Otávio Vilela da Cruz, debruça-se sobre a apropriação simbólica de Camões na construção da identidade nacional brasileira entre o Segundo Reinado e a Primeira República, analisando o uso do herói civilizacional como figura de mediação cultural e símbolo imperial reconfigurado pela escola, pela imprensa e por intelectuais brasileiros, mobilizando abordagens da história cultural, dos estudos de memória e da crítica pós-colonial. O autor conclui que o camonismo foi instrumentalizado para legitimar uma brasilidade luso-afiliada, as elites literária e política republicanas não interromperam o culto de Camões, e a contestação da irreverência modernista não o destituiu da condição de referência incontornável, consolidando-se como um *lugar de memória* compartilhado entre Brasil e Portugal.

Conceição Meireles Pereira
(Coordenação do Dossiê Temático)
Porto, dezembro 2025

Dossier

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

«Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe»: controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas

«You let the enemy in at the gates / to fetch another from so far away»: controversy over overseas expansion based on latin sources

«On laisse l’ennemi aux portes / pour aller chercher un autre de si loin»: controverse sur l’expansion outre-mer à partir des sources latines

«Dejas que el enemigo esté a las puertas / por ir a buscar otro desde tan lejos»: controversia sobre la expansión ultramarina a partir de fuentes latinas

Manuel Ramos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos;
Instituto de Filosofia; CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”
mramos@letras.up.pt

Resumo: O ponto de partida deste trabalho é a fala do Velho do Restelo em *Os Lusíadas* IV 101, 1-2: “Deixas criar às portas o inimigo, / por ires buscar outro de tão longe”, parecendo significar que o Velho – com o qual Camões aparenta não se identificar – simboliza todos aqueles que se opunham à expansão ultramarina ou que, não se opondo, preferiam a colonização norte-africana como solução menos má. Mostraremos como este era um dilema nacional e europeu na primeira metade do séc. XV e que, sendo abordado durante o Concílio de Basileia (1436) pelos juristas da cúria, dividia os príncipes de Avis, baralhava D. Duarte e a sua corte e confundia canonistas e civilistas.

Palavras-chave: Colonização portuguesa no Norte de África; Direito e expansão ultramarina; Fontes latinas; século XV.

Abstract: The starting point of this work is the speech by the Old Man of Restelo in *Os Lusíadas* IV 101, lines 1-2: ‘You let the enemy grow at your doorstep / while going in search of another so far away,’ which seems to imply that the Old Man – whom Camões does not appear to identify with – represents those who opposed overseas expansion or, if not opposed, considered North African colonization the lesser evil. We will show how this was both a national and European dilemma in the first half of the 15th century and how, when addressed at the Council of Basel (1436) by curial jurists, it divided the princes of Avis, puzzled King Duarte and his court, and confused both canonists and civil jurists.

Keywords: Portuguese colonization in North Africa; law and overseas expansion; Latin sources; 15th century.

Résumé: Le point de départ de cette étude est la célèbre intervention du Vieillard du Restelo dans *Les Lusíades* IV 101, vers 1-2: « Tu laisses croître l’ennemi à ta porte / pour aller en chercher un autre si lointain », qui semble indiquer que le Vieillard – avec lequel Camões ne paraît pas s’identifier – incarne ceux qui s’opposaient à l’expansion ultramarine ou qui, sans s’y opposer, privilégiaient la colonisation nord-africaine comme un moindre mal. Nous montrerons comment ce dilemme, à la fois national et européen, traversait la première moitié du XVIe siècle et, abordé lors du Concile de Bâle (1436) par les juristes de la curie, divisait les princes d’Avis, troublait le roi Duarte et sa cour, et déconcertait canonistes et civilistes.

Mots-clés: Colonisation portugaise en Afrique du Nord; droit et expansion outre-mer; sources latines; XV^e siècle.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

Resumen: El punto de partida de este estudio es el discurso del Viejo del Restelo en *Os Lusíadas* IV 101, versos 1-2: «Dejas crecer al enemigo en tu puerta / por ir a buscar otro tan lejano», lo que parece indicar que el Viejo – con quien Camões aparentemente no se identifica – representa a todos aquellos que se oponían a la expansión ultramarina o que, sin oponerse, preferían la colonización del norte de África como una solución menos perjudicial. Mostraremos cómo este era un dilema tanto nacional como europeo en la primera mitad del siglo XV y cómo, al ser abordado durante el Concilio de Basilea (1436) por los juristas de la curia, dividía a los príncipes de Avis, desconcertaba a Don Duarte y su corte, y confundía a canonistas y civilistas.

Palabras clave: Colonización portuguesa en el Norte de África; derecho y expansión ultramarina; fuentes latinas; siglo XV.

1. Contextualização

Uma das figuras mais simbólicas e de vasta interpretação em *Os Lusíadas* é o Velho do Restelo, que surge em IV, 94-104 como um anti-herói e um desencantado pessimista com o estrondoso feito das Descobertas. Sendo um dos que já não podiam partir, pela sua propecta idade, é-nos fisicamente apresentado na estrofe 94 como «velho», ou seja, respeitável («de aspeto venerando»), experimentado nas lides da vida («só d' experiências feito», «experto peito»), figura coletiva que sai de entre o povo e porta-voz de todos os que se despedem na praia. Parece que o autor / narrador tem em grande consideração as suas sinceras palavras.

No momento de falar, na estrofe 94, ele toma a atitude típica do orador: a sua tribuna ou *rostrum* é o areal elevado na «praia das lágrimas», ladeado da gente do povo, parecendo, por isso, que esta comunga da mesma opinião que ele; o seu auditório, cabisbaixo, por causa da dor da despedida, está no mar sobre barcaças; ele não se apressa a falar, mas primeiro fixa o seu auditório («Postos em nós os olhos») e, prévia às palavras, surge a linguagem para-verbal de reprovação («meneando / Três vezes a cabeça») – intuindo-se que o seu discurso vai ser de desagradado ou desaprovação; projeta bem a voz («A voz pesada um pouco alevantando»), escutando os ouvintes perfeitamente («nós no mar ouvimos claramente»). Estão reunidas, pois, as condições para um eloquente, filosófico e político discurso, em que se encontram os dois tópicos enunciados: 1) se a expansão devia ser aprofundada no Norte de África ou na Índia; 2) os aspetos ético-morais ou de legitimação da expansão ultramarina.

É com razão que ele toma a atitude do orador, já que profere parte de um discurso de género demonstrativo / epidítico, portanto, de crítica, mas com elementos de género

Manuel Ramos – «Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

deliberativo ou político. Todavia, é só parte de um discurso porque apenas se fixa na *argumentatio*, a parte principal da *oratio*, faltando ao discurso o exórdio, a narração, a partição e a peroração. Como é de regra, divide a argumentação em *refutatio*: crítica do ponto de vista alheio – os que defendem a expansão oriental; e *confirmatio*: exposição do pensamento próprio – em que parece ter predileção pela política norte-africana ou, pelo menos, vendo-a como um mal menor¹.

De facto, pelas palavras “Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe” (101, 1-2), o Velho aparenta tomar uma posição, não contra a expansão marítima, mas contra o rumo que ela tomou: o Oriente, em detrimento do Norte de África, tão longe, assaz perigoso e de resultados incertos («buscas o incerto e incógnito perigo») e que implicava o despovoamento, enfraquecimento e dispersão do reino («se despovoe o Reino antigo, / se enfraqueça e se vá deitando a longe»); e denuncia nos que partem (é o elemento ético-moral do seu discurso) as ambições e vaidades do mundo: a «glória de mandar» e a obtenção da «Fama», frivolidades que eles confundem com a «honra», que havê-los-ão de precipitar no abismo, tal como aconteceu com o pai Adão, degredado da Idade de Ouro para a de Ferro.

Pelo contrário, o Velho parece ver na continuação dos combates aos islâmicos no Norte de África, um inimigo antigo que medra às portas («Deixas criar às portas o inimigo»), uma alternativa mais perto e até mais heroica. Aí os portugueses, mais perto (e em terras que se assemelhavam a uma continuação para Sul da Reconquista), poderiam, dando largas ao seu valor na luta contra um inimigo destemido e antigo, saciar as suas ambições de riquezas («tem cidades mil, terra infinita»), de glória nas armas («é ele por armas esforçado») e de cruzada («segue ele do Arábio a lei maldita, / se tu pela de Cristo só pelejas»), podendo os portugueses manter contra ele o medieval programa cruzadístico, bem vivo em toda a obra.

Por conseguinte, a figura do Velho, que eleva a sua voz na praia entre o povo contra a partida para o Oriente, incrédulo com o projeto messiânico de Portugal, que tão grandes glórias e proventos lhe trouxe, é passível de vasta interpretação²: 1) um típico velho *laudator temporis acti* e censor do presente em que vivia; 2) o coro de uma tragédia por muitas das

¹ Dentro das regras retóricas, seguem-se os *exempla* confirmativos: amaldiçoa aquele que primeiro construiu um barco, ou seja, Deucalião (ainda que o nome não surja) e Prometeu por ter dado ao homem o fogo e, com ele, a civilização, que o levaria à superação de qualquer empresa; e refere duas vítimas mortais da ambição humana: os imprudentes Faetonte e Ícaro, ambos fulminados por Apolo por serem temerários e insolentes.

² Cf. SANTOS, 2011: 953-957.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

suas palavras terem sido premonitórias; 3) um lugar-comum do pessimismo de vários poetas: Hesíodo, Horácio, Sá de Miranda; 4) a *vox populi* do tempo de Camões; 5) em todos os tempos, as vozes de oposição política à expansão nos mares (por ser de difícil legitimação), preferindo-lhe a «reconquista» militar no Norte de África, em terras que já foram dos cristãos, portanto, de mais fácil legitimação; 6) os homens do passado, nacionais ou estrangeiros, que discutiram o problema da expansão no seu início: na primeira metade do séc. XV; 7) aqueles que, no final do séc. XVI, já não alimentam o otimismo inicial das Descobertas; 8) e sobretudo, dada a proximidade temporal, aqueles que, no tempo de Camões, defendiam a manutenção das praças africanas, que outros queriam abandonar em favor da expansão na Índia, por trazer maiores proventos.

Esta última interpretação é aqui oportuna e foi discutida acuradamente no tempo de D. João III: dada a extensão do império, se algumas praças norte-africanas, de dispendiosa manutenção, deviam ou não ser abandonadas em favor da expansão na Índia. De facto, no tempo de D. João II e, em parte, no de D. Manuel, houve, com o apoio da participação papal, uma aposta forte no Norte de África para contrariar as pretensões de Castela, mas no séc. XVI estavam já aí interesses ultramarinos sob ameaça: eram algumas praças de dispendiosa e difícil defesa, que alguns conselheiros de D. João III sugeriram abandonar. A corte deste rei preocupou-se com o problema depois de 1530 e debateu-o depois de 1534: se manter essas praças da costa marroquina; se fazer aí uma intervenção bélica decisiva; se fazer uma retirada estratégica, reorientando a política ultramarina para a lucrativa Índia, mais popular, de maior proveito material e por se sustentar com menor esforço – assunto abordado por Fontoura (1998) e Cruz (1998), que seguimos. Decidiu-se, por motivos financeiros (as praças davam prejuízo), de recursos humanos (falta de gente e dificuldade de abastecimento), militares e de defesa (intranquilidade e guerra permanente, avanço do turco e contrabando de guerra), pelo abandono de quatro das oito praças, as mais desfavoráveis e vulneráveis. Por isso, depois da perda de Santa Cruz (1541), logo D. João III se decidiu pelo abandono de Safim e Azamor (1541), Arzila (1549) e Alcácer Ceguer (1549-1550)³.

³ Este era também o tempo de ascensão dos turcos, que não poucas vezes trouxeram auxílio militar aos mouros, cuja presença se fazia sentir no Norte de África.

Manuel Ramos – «Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

Aliás, o problema da extensão do império e do abandono de praças fazia parte de uma discussão nacional, defendendo uns, como Camões, que o abandono devia começar, dada a distância, pelo Oriente. «A nação digladiava-se em opiniões diferentes... mas D. João III decide abandonar apenas as praças norte africanas não defensáveis» (Fontoura, 1998: 118) e o reforço de outras. Essa discussão surge igualmente em fontes literárias portuguesas do séc. XVI, considerando estes autores o recuo no Norte de África, mais perto, um opróbrio (parecer em que Camões se revê) e associando os «mimos» ou os «fumos» da Índia (apesar dos benefícios materiais e da exaltação da gesta ultramarina) à degradação moral e debilitação, que é a visão do Velho: perversão, viciamento e ociosidade; alterações sociais e de costumes: pela transformação de um cavaleiro (nobre) num mercador (bufarinheiro); e à decadência económica: despovoamento do reino, ruína da agricultura e depauperação da economia local⁴.

No episódio do Velho do Restelo, Camões parece participar no mesmo debate que aqueles, inclinando-se para as potencialidades do Norte de África, intensificando aí os combates, mesmo que isso implicasse o abandono de praças do Oriente «tão longe»: por ser mais perto, por permitir o abastecimento do reino em cereais, gado e riqueza mineralógica; pela guerra de cruzada em que se alcança «honra», se dilata a religião cristã, em detrimento do comércio que produz mercadores, «cobiça» e enfraquece as gentes. Além disso, no plano ético-moral ou da legitimidade, a intervenção no Norte de África assumiu-se sempre como justificável, em razão de ter sido terra de cristãos e, por isso, ser terra de «reconquista» ou de recuperação.

E já antes, em 1460, o rumo da política ultramarina tinha sido discutido, como mostrou Adão da Fonseca (2019: 83-96), ao abordar o debate da política marroquina de D. Afonso V numa carta a si remetida pelo Condestável D. Pedro, em que o problema é colocado a dois níveis: o plano da *viabilidade* e o da *legitimidade* (como em D. João I e D. Duarte).

No entanto, a questão da conquista de Ceuta e, depois, do rumo da expansão, via Canárias, foi um assunto permanente nos reinados de D. João I e de D. Duarte, acontecendo mesmo antes da conquista de Ceuta. A ela juntava-se a importante questão «de consciência»

⁴ Ver Cruz, 2021: 218-222; Cruz, 1995: 157-171. São autores como Gil Vicente, *Exortação da Guerra*; Diogo do Couto, *O Soldado Prático* (que aborda os enganões e desenganões da Índia e, como Camões, o debate: Norte de África ou Índia); Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*; Jorge de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina*; Sá de Miranda, *Cartas*.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

ou ético-moral: pela deflagração da guerra, pelas mortes que iriam ocorrer e pela submissão dos vencidos; e a questão da legitimidade, no caso de os territórios não terem sido de cristãos. Aqui daremos atenção à questão política e à ético-moral (em que se incluem problemas de «consciência» e de ordem legal ou de legitimação) nos reinados de D. João I e D. Duarte (questão que ganhou dimensão europeia por este rei ter interpelado o Concílio de Basileia), com a adição de fontes latinas pouco conhecidas:

1) a questão da conquista de Ceuta por D. João I, em 1415, em terra de mouros, mas que já tinham pertencido ao Império Romano, depois foram de cristãos até ao séc. VII, sendo, por isso, terras de recuperação ou de «reconquista»;

2) como a conquista de Ceuta foi vista na corte da Borgonha no tempo de D. Isabel de Portugal;

3) a questão de alargar as conquistas ao redor de Ceuta, com Tânger, cumprindo os votos de D. João I aos seus filhos no leito de morte;

4) a tentativa fracassada de dividir as Canárias entre as duas cortes: Portugal e Espanha;

5) a questão delicada da expansão a sul das Canárias, em terras de gentios / pagãos, que nunca pertenceram ao Império, nem depois foram dos cristãos.

2. Ceuta

A conquista de Ceuta, aberta por D. João I em 1415, que se assemelhava mais a uma continuação da Reconquista do que a um projeto de expansão ultramarina, surge num contexto de tratado de paz com Castela, em 1411, e da conjugação de várias vontades: rei, príncipes de Avis, nobreza e, quiçá, burguesia, que se anteciparam a Castela. Posteriormente, este rei não pôde continuar a expansão territorial em África por limite de idade. Quanto às razões da sua conquista, é um debate obrigatório e apaixonado da historiografia, desde Zurara até hoje, mas discordante⁵. Nós achamos que, como em todos os grandes projetos, no fim haveria razões que não estariam previstas no início, ou seja, a empresa de Ceuta deve ter começado por razões cruzadísticas e de ocupação da nobreza belicosa, as quais evoluíram, aproveitando a

⁵ Na discussão, entram inúmeras razões. Ver Duarte 2015: 149-161; Braga, 1998: 237 e ss; Thomaz, 1994: 60 e ss.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

conjuntura, para razões de ordem comercial e de expansão ultramarina na costa africana; de outra forma, começou com razões medievais e evoluiu para razões modernas⁶. Seja como for, a aventura dos Descobrimentos é uma das genialidades do povo e das elites portuguesas.

A primeira questionação acerca da conquista de Ceuta foi pedida por D. João I a alguns membros do seu conselho, ordenando-lhes que obtivessem uma resposta (é a questão legal e moral) «nos livros e na sua consciência»; e também aos seus clérigos confessores Mestre Fr. João Xira e Doutor Vasco Pereira⁷, dizendo todos que tanto a guerra aos mouros do Norte de África, como aos gentios da África subsariana, neste tempo ainda mal conhecida, era serviço de Deus para os forçar à conversão: o rei «pode mover guerra contra quaisquer infiéis, assim mouros como gentios, ou quaisquer outros que por algum modo negarem algum dos artigos da santa fé católica» (Costa, 1961: 114)⁸. É a concepção jurídico-teológica de que o papa podia tudo, incluindo interferir na sociedade dos pagãos, apanágio da corte portuguesa e do próprio papado (ver *infra* §4. Canárias); e que se opunha à opinião contrária de que o papa só poderia interferir nas sociedades dos cristãos.

De igual forma, em favor de um Portugal expansionista no Norte de África também está o papa Martinho V e a sua corte, que atuavam sob pressão dos reis cristãos, ao outorgar a D. João I, a 4 de abril de 1418, a bula da cruzada *Rex Regum*, válida para todo o seu reinado, para levar a guerra aos mouros, a qual redundou na conquista de Ceuta⁹. Nela se justifica a necessidade da guerra no plano da legítima defesa e da «reconquista»:

«...para guerrear, tanto nas terras de África, como nas terras vizinhas, os sarracenos e outros infiéis, que afligem os cristãos com frequentes hostilidades, cativos e massacres, e prosseguir para territórios e locais que estão por eles ocupados e para Ceuta, que ocuparam há já muito tempo decorrido e, arrancando-a poderosamente da sua intolerável servidão, restituir o suavíssimo jugo da profissão cristã.»

É o mesmo discurso de Fr. João Xira, quando em Lagos divulga o destino da armada e prega a bula da cruzada: Ceuta já foi cristã, pelo que os portugueses apenas pretendem recuperar a cidade tomada pela força (Duarte, 2015: 97-98).

⁶ Cf. Thomaz, 1994: 28-29: «a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna».

⁷ Pelo facto de dois dos interpelados serem confessores régios, revela a influência dos confessores junto dos reis como guias espirituais e figuras políticas influentes.

⁸ Cf. Duarte, 2015: 49.

⁹ Ver *Monumenta Henricina*, II, doc. 143, p. 282-286.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

No entanto, a opinião contrária: de que Portugal não deveria ter perturbado o Norte de África com a conquista de Ceuta, depois alargada a outras cidades, acirrando ainda mais a situação de conflito com os muçulmanos, também tinha os seus defensores. Essa opinião negativa e de condenação da conquista de Ceuta foi abordada durante o Concílio de Basileia, em 1436, no reinado de D. Duarte. De facto, no início da permanência da embaixada em Itália, chefiada pelo Conde de Ourém¹⁰, foi pedido ao consistório papal, para D. Duarte, três coisas maiores: 1) a coroação e a unção régia para os reis de Portugal; 2) a Bula da Cruzada, sem data e sem lugar, para certamente alargar as conquistas no Norte de África¹¹; 3) a posse de cinco ilhas do arquipélago das Canárias (exceto duas que já pertenciam a cristãos e eram de influência castelhana). Ainda havia pedidos menores¹².

Fixemo-nos no que agora importa: na Bula da Cruzada, cuja outorga pela corte papal de Eugénio IV (†1447) foi precedida de dois pareceres ou *consilia*, que o consistório costumava pedir aos seus juristas para posteriormente a cúria poder decidir nos pressupostos da equidade e do direito, mas não se sentindo obrigada a seguir tais *conselhos*. Os dois juristas contratados são anónimos, mas trabalhavam para a corte papal.

Tendo sido perguntado se Eugénio IV devia ou não outorgar a D. Duarte a Bula da Cruzada nas mesmas condições em que fora outorgada por Martinho V a D. João I, em 1418, os dois *consilia* são muito desiguais: um assevera que, sim, deve ser outorgada; o segundo responde com um rotundo «não».

O primeiro parecer, favorável, talvez da parte de um civilista (que foi o que a corte papal seguiu), assevera que a Bula da Cruzada deverá ser outorgada a D. Duarte, certamente para alargar as conquistas no Norte de África, nos mesmos termos em que a Bula *Rex Regum* foi dada a D. João I, em 1418, por Martinho V¹³, ou seja, válida para todo o seu reinado. Eis a tradução do passo latino: «No nono, que, por fim, a Cruzada seja concedida somente enquanto o referido rei [D. Duarte] viver, etc. [...] Relativamente ao nono [ponto], que [a Cruzada] seja concedida enquanto ele viver...»¹⁴.

¹⁰ Ver Barradas, 2006: 1-30.

¹¹ *Monumenta Henricina*, V, doc. 133, pp. 270-275.

¹² Licença para os comendadores e cavaleiros das ordens de Cristo e de Avis poderem casar (foi indeferida por não haver dinheiro). Cf. Witte 1958: 698 e ss.

¹³ *Monumenta Henricina*, II, doc. 143, p. 282-286.

¹⁴ *Monumenta Henricina*, V, doc. 131, pp. 261-265.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

O segundo parecer¹⁵ (que a corte papal não seguiu), talvez da parte de um canonista, a avaliar pelas fontes canónicas que cita, ou de um filo-espanhol, assevera que a Bula da Cruzada a conceder a D. Duarte não deverá ser outorgada. ‘Não deverá’ porque a Bula concedida a D. João I para a guerra de Ceuta (válida apenas enquanto vivesse e não transmissível aos herdeiros do trono), foi dada na dúvida, revelou-se um completo desastre e antes não tivesse sido concedida; ‘desastre’ por os mouros «de longe» terem sido afrontados e ofendidos sem que perturbassem os cristãos; além de que o papa deve proteger tanto os cristãos como os não cristãos e não consentir que a sociedade destes seja perturbada pelos cristãos.

Transcrevo todo o passo do jurista, omitindo o latim, aqui e em todos os passos, por questões de espaço:

«Por último, acerca da Cruzada, se o senhor nosso [Eugénio IV] também a aconselha, já que o seu predecessor Martinho [V] não a concedeu ao senhor rei D. João [I], pai deste [rei], a não ser enquanto vivesse; e procedeu assim com muitas hesitações, e oxalá não tivesse sido outorgada, nem as guerras começadas com os sarracenos, pelo menos com os de longe, já que estes não lhes faziam mal. Porque foi escrito, *João 10*: «Possuo outras ovelhas que não são deste redil», ou seja, da Igreja. Sem distinção foi dito a Pedro, em *João*, último: «Apascenta as minhas ovelhas». Portanto, o sucessor de Pedro tem de as apascentar e defender, logo não permitir que sejam afrontadas e ofendidas, por serem filhos de ventre livre, no cap. único, como mais desenvolvidamente defende e conclui, acerca desta sentença, João de André, depois Oldrado, nas *Adições do Espéculo*, no tít. *Dos judeus* e plenamente é observado por Inocêncio e por outros autores modernos, no cap. *Quod super his, De voto*. E embora seja bom combater os infiéis, ainda assim não basta fazer o bem, a não ser que se faça de forma boa, como diz a glosa, no cap. I, *De colusione detegenda*. E muitos males foram perpetrados no reino em ocasiões deste tipo, como é notório, e [mais mal] seguir-se-á, a não ser que Deus e o seu vigário providenciem, juntamente com o cuidado dos reverendíssimos senhores cardeais. Efetivamente, para se alcançar um fim bom não tem de se recorrer a maus meios, como diz o texto I, questão I, *Non est putanda*.»

Este deve ser um dos testemunhos mais cáusticos acerca da guerra no Norte de África, o qual vem na continuação de outros pareceres negativos (como o do Infante D. João e sobretudo o de D. Pedro) que asseveravam que a guerra aos sarracenos (quer os das mourarias em Portugal, quer os da Berbéria) não era lícita ou era inoportuna.

Neste ponto, o consistório vai seguir o primeiro parecer e não o segundo, ou seja, Eugénio IV vai conceder a Bula da Cruzada *Rex Regum* (8 de setembro de 1436) a D. Duarte

¹⁵ *Monumenta Henricina*, V, doc. 132, pp. 266-269.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

nas mesmas condições em que fora concedida a D. João I em 1418, tendo a Bula de 1436 o mesmo nome e seguido a estrutura da anterior Bula (e será renovada pela terceira vez a D. Afonso V em 5 de janeiro de 1443). Isso não é de admirar, pois a corte papal tendia a conceder aos reis cristãos, seus aliados, em termos de cruzada e de expansão em África, tudo o que estes lhe pedissem, excepto se tais pedidos colidissem com os interesses papais ou de outros reis cristãos.

Outros juristas de Bolonha, Antonio da Pratovecchio e Antonio de Rosellis, também se pronunciaram em 1436, durante o Concílio de Basileia, acerca da guerra no Norte de África. Entre levar a guerra ao Norte e não levar, asseveram ambos os juristas, a melhor opção é não a levar por não ser guerra justa e lícita. Não é guerra justa e lícita porque: a) Não é guerra de defesa pública ou privada contra um ataque exterior; b) Não é guerra de recuperação de territórios de D. Duarte, já que ele não possui terras próprias no Norte de África e, portanto, não foi espoliado; c) Não é guerra de invasão justa, assente em razões de Direito Natural e formalmente declarada¹⁶.

No entanto, para o Norte de África (o mesmo acontece com a Terra Santa, por ter sido a terra de Cristo) há um alibi de guerra justa no campo da excepção, por serem terras de recuperação, já que pertenceram ao Império Romano e depois transitaram para os cristãos e para a monarquia visigótica, sendo perdidas nos meados do séc. VII pela violência. Como há da parte dos usurpadores sarracenos uma violência contínua, que dura até ao presente, o Imperador, ou o braço secular a mando do Papa, podem recuperar esses territórios pela violência, mesmo tendo decorrido muito tempo, já que não há prescrição, nem posse por usucapião; «ainda que daí ocorram homicídios, esta guerra [de recuperação] é, por causa do resultado bom, lícita e justa e por todo o direito aprovada»¹⁷ – assevera Antonio da Pratovecchio.

D. Duarte está abrangido por esta excepção, e ele sabe disso, mas para declarar guerra precisa de autorização do imperador (que possui o domínio temporal sobre esses territórios, mas este é negligente, nem os portugueses estão interessados em pedir-lhe apoio por razões óbvias) ou do papa, o qual o autorizou por meio da bula referida. Neste pressuposto, será

¹⁶ Acerca do conceito de *bellum iustum*, vd. Seixas, 2006.

¹⁷ BAV, *Codex Vat. Lat.* 1932, f. 107v.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

guerra lícita e justa e, portanto, os súbditos têm de ir com o rei, pode haver lançamento de impostos e o rei não será responsável pelos homicídios.

A luta contra Castela, que garantiu a independência nacional, e a conquista de Ceuta, pelo início da expansão do reino, deram a D. João I, tronco da segunda dinastia, uma elevada estima, garbo e reconhecimento europeu, tornando Portugal «famoso e poderoso». Sabemos isso por uma fonte em latim: os discursos de Jean Jouffoy, que na corte portuguesa defendeu, em 1449-1450, após Alfarrobeira, a mando de D. Isabel, a sepultura para D. Pedro e a devolução dos bens a seus filhos exilados, para que pudessem regressar e viver na condição de nobres (Ramos, 2007). Em vários momentos, o embaixador contrapõe a decadência de Portugal, em 1449, pela luta fratricida, com o passado glorioso de D. João I, «esplendor dos reis de Portugal», dando-nos a visão de prestígio exterior deste rei (pelas qualidades militares, pelo espírito de cruzada e pela salvaguarda da independência nacional) e do reino de Portugal: pelo prestígio europeu na luta contra os sarracenos em África e pela expansão no exterior; e também informa que D. Isabel, duquesa da Borgonha, orgulhosa da conquista, não se cansava de divulgar aí o acontecimento, que é o início de conquistas posteriores:

«Oh esplendor dos reis de Portugal, rei D. João, e tuas míseras vitórias! Oh lastimosas sofrimentos suportadas por amor do reino de Portugal! [...] Foi para isto, digam-me, ilustres eminências, que o rei D. João tantas vezes esmagou os comandantes mouros? Foi para isto que ele defendeu, vencedor, o seu reino contra o poder de Castela? Foi para isto que ele subjogou ao seu reino de Portugal a fortaleza inexpugnável de Ceuta?; que aprisionou, por afinidade com este seu reino, fortíssimos reis e ilustríssimos soberanos do mundo, para ver o corpo do seu caríssimo filho, não só profanado, como também trespassado pelo atroz dardo e insepulto e por cujo valor, armas e felicidade sois vós famosos e poderosos, e continuais a perseguir os netos dele? Na verdade, estão proscritos deste reino os netos do famoso rei, que vos instruiu nas insígnias da paz, que vos defendeu na ventura das guerras... Oh tempos miseráveis, oh facto digno de ser chorado, varões de Portugal! Três príncipes¹⁸ de estirpe real alcançam em casas alheias a misericórdia que não conseguem entre os seus! De tal modo desprezais a vossa glória, odiosos da pátria e do ditoso nome do rei D. João, que considerais uma glória ter manchado as desventuradas mãos em sangue real e [que] quereis saciar Castela de troça por causa da mendicidade da vossa gente! Tirai de vossos corações tais ódios [...] O teu avô, rei D. João, que em campos e cidades e em suma glória este teu reino aumentou, como a ilustríssima senhora nossa [D. Isabel da Borgonha] não se cansa de contar...» (Ramos, 2007: 119-120).

Os netos do rei D. João, por cuja bravura este teu reino existe, têm muitos inimigos, não têm é gente amiga [...] se se quiser tomar a suspeita sobre a pessoa do infante, ele foi filho do rei D. João, o melhor de todos os reis pelos seus costumes» (Ramos, 2007: 214-215).

¹⁸ D. Pedro, D. Jaime e D. João, filhos de D. Pedro, duque de Coimbra.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

Não parece haver uma ligação intencional ou correlação de causa-efeito entre a conquista de Ceuta e o plano da expansão ultramarina, no entanto, esta conquista (apesar de não se verificarem os proventos económicos) forneceu aos portugueses a ideia de alargar as conquistas à volta, surgindo aí a ideia de Tânger, e a ideia feliz de prosseguir a exploração da costa africana por via marítima. Será nesse contacto com os espaços meridionais, em grande parte uma iniciativa do infante D. Henrique (administrador da Ordem de Cristo e financiador da expansão), que ocorrerá o contacto com as Canárias, às quais fez várias expedições, e a descoberta dos Açores e da Madeira.

3. Tânger

Como é sabido (e por isso vamos ser breves), também D. Duarte, querendo imitar seu pai, decidiu fazer em Marrocos uma operação militar de envergadura e, para o efeito, consultou os seus irmãos, tendo o conselho sido solicitado em 1432, ainda antes da morte de D. João I [†1433], mas sobretudo em 1436, pouco antes do desastre de Tânger. Os príncipes de Avis não são unânimes acerca da guerra na Berbéria.

D. Henrique e D. Fernando, mártir de Tânger, ouvidos nas Cortes de Évora¹⁹ (c. março-abril de 1436), em que o rei fez aprovar «pedydos aos povos» para custear a sua expedição a Tânger, estão a favor da conquista do Norte de África e, mais além, incitam D. Duarte à guerra; é com tal parecer que D. Duarte mais se identifica no *Livro dos Conselhos*²⁰, datado de 1437, quando apresenta as suas treze razões para ir sobre Tânger, apesar das hesitações e da recusa inicial; e era o mesmo parecer do falecido rei D. João I, recorda D. Duarte no mesmo livro, quando no leito de morte incitava os seus filhos a alargar as conquistas à volta de Ceuta; e D. Henrique conclui que a guerra aos mouros é «serujço a deus» e «honrra... a mayor honrra»²¹ – parecer que vingará. Parece que ele já tinha percebido as potencialidades da costa africana.

D. João, D. Pedro e D. Afonso, no conselho privado em Leiria, na primeira metade de agosto de 1436²², que o rei quis escutar por estes seus irmãos ainda não terem tido a

¹⁹ *Crónica de D. Duarte*, cap. XIV, pp 521-522.

²⁰ D. Duarte, 1982: 135-138; cf. *Monumenta Henricina*, VI, pp. 94-96.

²¹ Ver D. Duarte, 1982: 116-120; cf. *M.H.*, V, n.º 101, pp. 201-204. A mesma ideia em *Crónica de D. Duarte*, no cap. XI (pp. 514-516); e no cap. XII (pp. 516-518; cf. cap. XIII, p. 520).

²² *Crónica de D. Duarte*, cap. XVI, p. 523-524.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

oportunidade de opinar sobre o assunto, são contra a expedição. D. João, numa eloquente *oratio*²³, julga que a guerra aos mouros da Berbéria não é serviço de Deus e do reino, mas antes «caminhos escorregaveis»; D. Pedro, parecendo prever a desgraça de Tânger e reveses futuros no Norte de África, é mais cáustico: julga que toda a empresa no Norte de África estará agora e sempre condenada ao fracasso²⁴; e D. Afonso recusa a guerra «por agora»; e, entre a empresa africana ou granadina, é favorável à opção por Marrocos²⁵. Nenhum destes apoia, sobretudo o futuro regente, o projeto expansionista do irmão Henrique.

Alarmado com tal depoimento, D. Duarte, que tinha em grande conta a opinião de D. Pedro, decidiu pedir conselho ao Concílio de Basileia, ganhando a questão uma dimensão europeia. É aqui que vão entrar os *consilia* de outros dois juristas (ver *infra* §5).

Em favor de um Portugal expansionista no Norte de África também se encontra o papa Eugénio IV e a sua corte, que, atuando sob pressão dos reis cristãos, vão outorgar a D. Duarte, a 8 de setembro de 1436, a Bula da Cruzada *Rex Regum*, válida para todo o seu reinado, para, certamente, as conquistas no Norte de África serem alargadas. Nela o papa justifica, como para Ceuta, a necessidade da guerra no plano da legítima defesa e da «reconquista» de terras que já foram dos cristãos²⁶:

«...para guerrear, nas terras de África, os sarracenos e outros infieis, que afligem os cristãos com frequentes hostilidades, cativeiros e massacres, e prosseguir para territórios e locais que estão por eles ocupados e para o lugar de Ceuta, que ocuparam há já muito tempo decorrido e, arrancando-a poderosamente da sua intolerável servidão, restituir o suavíssimo jugo da profissão cristã... e subjugar deste modo os infieis e sarracenos, restituindo as terras que eles ocupam, ao culto da nossa própria fé.»

Os reis cristãos são exortados a juntarem-se a D. Duarte; aos combatentes serão concedidas as mesmas graças espirituais e indulgências que se concedem aos que combatem na Terra Santa; as terras conquistadas integrarão a coroa do rei de Portugal, depois de os seus habitantes serem forçadamente convertidos à fé cristã. Todavia, como já vimos *supra*, um dos juristas anónimos, a quem o consistório pediu conselho para a bula da cruzada ser redigida e

²³ D. Duarte, 1982: 43-49; cf. *M.H.*, IV, n.º 23, pp. 11-123; cf. *Crónica de D. Duarte*, cap. XVII, pp. 525-531.

²⁴ *Crónica de D. Duarte*, cap. XIX, pp. 532-534. Cfr. DUARTE, 2005: 238-239.

²⁵ *Crónica de D. Duarte*, cap. XVIII, p. 531. Cfr. seus filhos: Conde de Arroios e Conde de Ourém, ambos contra a guerra de Marrocos e inclinados para a de Granada. Cf. Braga, 1998: 257; cf. Monteiro & Agostinho, 2004: 23-48.

²⁶ *Monumenta Henricina*, V, doc. 133, pp. 270-275.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

dada a D. Duarte, não concorda no seu *consilium* com a outorga da bula, quer porque fosse essa a sua convicção, quer porque fosse um filo-espanhol.

4. Canárias

O primeiro passo do império deu-se com a conquista de Ceuta, em 1415, passando a ser esta a data convencional e simbólica, mas já no tempo de D. Afonso IV (†1357) houve várias expedições internacionais às Canárias, entre 1329 e 1336, financiadas e organizadas por portugueses (Marques, 1998: 36-75); e outras expedições se seguiram nos reinados de D. João I (que já antes de Ceuta estava a testar os limites da expansão atlântica) e de D. Duarte, nas décadas de 20 e de 30 (1424-1436), pois este rei já tinha percebido as potencialidades da costa africana.

Das sete ilhas do arquipélago, duas estavam ocupadas por franco-castelhanos e tinham organização religiosa com bispo próprio; as restantes cinco estavam apenas ocupadas por «pagani» (guanches) e são essas que estão sob a mira dos portugueses para, continuando a ser evangelizadas (tendo já sido batizados 400 deles), serem integradas na coroa de Portugal. No entanto, a sua conquista levanta questões de foro ético-moral e legal por estarem em territórios que nunca pertenceram ao império nem depois foram de cristãos; além de que também são do interesse dos espanhóis. Por isso, D. Duarte, «querendo seguir as pegadas de seu pai», pede à corte pontifícia, durante o Concílio de Basileia – na *oratio* anual a cargo de Vasco Fernandes de Lucena, em agosto de 1436, cujo texto em latim se conserva²⁷ – o levantamento de um édito proibitório²⁸, que limitava a ação dos portugueses nas Canárias, e a permissão da conquista de cinco ilhas sem domínio europeu.

Eis alguns extractos da sua *oratio*, que revela o bom nível oratório na corte de Avis:

²⁷ *Monumenta Henricina*, V, doc. 129, pp. 254-258.

²⁸ Nessa expedição não datada, mas que se supõe ser cerca de 1434 (pouco antes da *oratio* de 1436), comandada por D. Henrique, ocorreu a falta de víveres; na necessidade, soldados portugueses capturam algumas cabras nas duas ilhas que eram de influência espanhola; o bispo do lugar soube e rogou ao papa um édito proibitório sobre todas as ilhas, quer da tomada de bens, quer de conquista. O papa anuiu. Os portugueses pedem a revogação deste édito proibitório nas restantes cinco que não estão ocupadas por cristãos.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

«...[D. Duarte] enviou-o [D. Henrique, *circa* 1434²⁹] às referidas ilhas Canárias, com o objetivo de, em primeiro lugar, converter esses mesmos pagãos para a fé cristã e para a devoção da coroa de Portugal, depois, para lhes confiar as leis civis e um modo político de vida. E como a referida armada aportasse a uma das referidas ilhas [talvez Tenerife], e o grupo dos homens armados descesse para terra, cerca de 400 desses pagãos, ali mesmo renascidos pela fonte do sagrado baptismo, nasceram mui devotamente para a fé cristã, a qual a maioria deles venera até à atualidade. Oh que grande feito! [...] Exorta, por isso, o referido sereníssimo príncipe, devotíssimo da Vossa Santidade, filho Eduardo, rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta, e implora de viva voz à mesma Santidade que vos digneis, tanto quanto possível, restringir aquele édito proibitório e a pena de excomunhão somente para aquelas [duas] ilhas em que habitam alguns poucos cristãos, para que, revogado o medo da excomunhão, ele [D. Duarte] receba, por mão armada e com o auxílio do onnipotente Deus e da Vossa Santidade, as restantes [cinco ilhas] referidas, as quais ele foi o primeiro a começar, quer a subjugar, quer a acrescentar à igreja de Deus. O mesmo sereníssimo príncipe roga ainda à mesma Santidade que vos digneis conceder ao mesmo rei [D. Duarte] essas ilhas, as quais ele arrebatou das mãos dos infiéis, e de graciosamente por ele as distribuir, e o poder de as conquistar e de as conservar para si.»

Portanto, como os portugueses foram os primeiros a subjugar e a evangelizar as cinco ilhas «desocupadas», pede-se a sua conquista definitiva e integração na coroa de Portugal e seus domínios ultramarinos; e tal solicitação é formulada ao papa porque a corte de Portugal lhe reconhece poder de jurisdição em todos os territórios, quer de infiéis quer de cristãos – é uma visão alargada do poder papal, havendo visões mais restritas, como veremos –, ultrapassando dessa forma a questão de «consciência» e de legitimação:

«Embora, de facto, muitos [reinos] se esforcem por dominar e ocupar, por autoridade própria, os lugares dos infiéis, contudo, porque “do Senhor é a terra e a sua plenitude”³⁰, o qual também deixou a Vossa Santidade o poder absoluto de todo o orbe, poder de que esses [lugares dos infiéis] sejam possuídos por autoridade e permissão de Vossa Santidade³¹...»

O papado vai anuir a tal pedido por uma terceira bula (depois da de Ceuta e da de Tânger): *Romanus Pontifex*³², de 15 de setembro de 1436, que era a resposta à anterior *oratio* da corte portuguesa no Concílio de Basileia, em que D. Duarte pedia a conquista das cinco ilhas referidas:

«...eis que te concedemos – por autoridade apostólica e de pleno poder a nós concedido do alto – as referidas [cinco] ilhas Canárias para conquista, excepto aquelas [duas] que já antes

²⁹ Esta *oratio* serve para datar uma expedição às Canárias no tempo de D. Duarte (termo *a quo* 1433; termo *ad quem* 1436, talvez 1434).

³⁰ Cfr. *Salmo* 24: 1.

³¹ Aqui, a embaixada, reagindo contra a teoria Conciliarista (debatida do fim do Cisma e em Basileia), declara o seu apoio ao poder monárquico da Igreja concentrado na pessoa do papa. Cf. Marques, 2002-2003: pp. 79-83.

³² *Monumenta Henricina*, V, doc. 137, pp. 281-282.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

estavam na posse de cristãos; e depois de as teres submetido à tua autoridade e de as teres convertido à fé cristã, subordinamo-las a ti pela presente carta, de forma que devam pertencer a ti e aos teus sucessores, para sempre, e te pertençam de pleno direito.»

Todavia, pouco depois, Eugénio IV, por pressão de Castela, que alegava que aqueles eram territórios antigos seus, contradisse-se e revogou a concessão através de uma quarta bula: *Romani Pontificis*, de 6 de novembro de 1436³³. Ficou, assim, frustrada a divisão das Canárias entre Espanha e Portugal, cujas tentativas de conquista já perduravam desde 1424³⁴:

«...João, nosso ilustre rei de Castela e de Leão, quer por antigo título da sua coroa, quer também por outras razões³⁵, possui o direito nas referidas ilhas e pretende que ninguém, por causa desse título, se intrometa nas referidas ilhas; e nós, tendo em conta a propagação do nome cristão e a exaltação da fé católica... pelo teor da presente carta... revogamos a concessão feita a Eduardo...»

Por conseguinte, os papas privilegiavam os pedidos dos reis cristãos, seus aliados, em detrimento dos *consilia* dos seus juristas, sustentados na equidade e na razão, excepto quando colidissem com interesses papais ou de outros reis cristãos, como é o caso. Apesar disso, Portugal caminhava gradualmente para os mares do Sul, vencendo a oposição castelhana, e, daí, pela costa africana, até ao cabo Não, cabo Bojador (dobrado em 1434), Rio do Ouro, golfo de Arguim (1444, iniciando-se a construção da feitoria, uma genialidade portuguesa, no ano seguinte), Cabo Verde, Guiné.... Pela bula de Nicolau V, *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455³⁶, era concedida a Portugal a conquista de toda a terra de África.

5. Costa africana a sul das Canárias

Os juristas de Bolonha Antonio Minucci da Pratovecchio (†c.1464), civilista, e Antonio de Rosellis (†1466), canonista, foram os que mais demorada e aprofundadamente refletiram sobre as implicações da expansão europeia no Norte de África, nas Canárias e na costa africana. A razão tem a seguinte explicação. Depois do conselho privado que D. Duarte teve em Leiria com os seus irmãos (1.ª metade de agosto de 1436), cuja opinião não pudera ouvir

³³ *Monumenta Henricina*, V, doc. 143, pp. 345-347.

³⁴ Cfr. Santos, 1960: 17-19.

³⁵ Aqui contam-se razões como: maior proximidade geográfica ao seu território, sendo uma sua extensão natural; a presença permanente de colonos castelhanos no arquipélago.

³⁶ *Monumenta Henricina*, XII, doc. 36, pp. 71-79.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

nas Cortes de Évora (c. março-abril de 1436), terá surgido a D. Duarte a ideia de pedir opinião ao consistório papal, uma vez que uma delegação portuguesa se encontrava no Concílio de Basileia, e aclarar a questão da legalidade da guerra no Norte de África e na África subsariana (incluindo as Canárias). Rui de Pina está convicto (e tem sentido) de que tal aclaração foi devida ao parecer negativo de D. Pedro, em Leiria, antes exposto, já que o rei tinha este irmão «em grande reputação e auctoridade»³⁷.

São *dubia* que inquietavam a consciência virtuosa de D. Duarte, um rei preocupado tanto com a questão legal como moral da política ultramarina, e encontram-se na Biblioteca Apostolica Vaticana, *Cod. Vat. Lat.* 1932, fl. 100r-112v e fl. 114r-122v³⁸. A título de exemplo, forneço os seis *dubia* apresentados ao civilista:

Primeira dúvida: Se [D. Duarte] pode fazer guerra sem a autorização de outrem.

Segunda: Fazendo guerra com a autorização e licença papal, se tal guerra poderá ser considerada justa, tratando-se de terras que nunca tenham sido dos cristãos.

Terceira: Se pode obrigar o seu povo a lutar nessa guerra.

Quarta: À custa de quem é que os súbditos deverão estar no campo de batalha.

Quinta: Se pode onerar o seu povo com tributos e angárias por causa das despesas necessárias à expedição.

Sexta: Se é ele o responsável, em foro de consciência, pelas mortes que na guerra forem cometidas.

Como era costume, o consistório remeteu os *dubia*, em latim, de Vasco Fernandes de Lucena aos seus juristas, sendo os contemplados Antonio da Pratovecchio e Antonio de Rosellis, para que, no *Breve* de resposta³⁹, o papa Eugénio IV pudesse decidir nos pressupostos da equidade e da razão.

Aspeto importante é o seguinte, em que nem o papado, nem os reis cristãos se reveem: estes dois juristas fazem a distinção entre: 1) territórios que no passado pertenceram ao império e depois foram de cristãos, sendo, portanto, terras de recuperação a cargo do imperador ou, no caso de este ser negligente, do papa; e em que não há prescrição ou perda por usucapião, «mesmo tendo decorrido muito tempo» – é o caso de Ceuta e territórios circundantes; e 2) terras que nunca pertenceram ao império e depois aos cristãos, tendo,

³⁷ *Crónica de D. Duarte*, cap. X, p. 145. Apesar disso, aberto o testamento depois da sua morte, foi nele achado que deixava a D. Leonor, sua mulher, a regência do reino e a tutoria do rei menor, e não a D. Pedro.

³⁸ Edição moderna: Costa, 1963: doc. n.º 140, pp. 285-320; doc. n.º 141, pp. 320-343.

³⁹ Este *Breve* não sobreviveu, mas há um resumo dele em: *Crónica de D. Duarte*, cap. XX, pp. 535-536. Cfr. *Monumenta Henricina*, V, p. 287, n.º 1.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

portanto, os nativos direito à sua jurisdição, em nome do Direito das Gentes, e a governarem-se a si mesmos – é o caso das Canárias e restante costa africana. Aqui, de facto, não havia um óbvio motivo de conquista, porque não eram terras de sarracenos, mas de gentios / pagãos, jamais pertenceram ao Império Romano e nunca os cristãos lá tiveram possessões.

Asseveram os juristas, na linha de Inocêncio IV, os nativos têm direito aos seus legítimos domínios temporais e jurisdições, que os adquiriram por Direito Natural e por Direito das Gentes, não tendo sido perdidos por direito divino, ou seja, com o advento de Cristo, pelo que não lhes podem ser suprimidos (salvo em situações muito excepcionais); nem podem ser perturbados na terra de seus avós. Se forem inquietados, podem justamente resistir em nome do Direito Divino, do Direito das Gentes, do Direito Natural e da Caridade; quem lhes fizer mal peca e terá de os reparar; como é guerra ilícita e injusta, não há lugar a taxação dos povos, nem estes são obrigados a seguir o rei. Os nativos também não podem ser forçados à conversão ao cristianismo, tal como não podem ser forçados a ter propriedade coletiva, que é uma outra violência; também ninguém os pode obrigar a serem diferentes do que são, nem a serem melhores, nem ninguém lhe pode fazer guerra pelo facto de serem infieis / pagãos, ou maus, nem com o falso pretexto de querer levar-lhes a civilização. Enfim, têm o direito de governarem-se por si próprios.

Portanto, o pensamento destes juristas, sobretudo de Antonio de Rosellis, fixa-se muito e favoravelmente nos direitos dos povos não muçulmanos, tocando eles, pela primeira vez, nos direitos dos gentios / pagãos de África, como se soubessem que se estava na presença de um problema de grandes repercussões futuras. Pelo contrário, os reis cristãos, que já conheciam as potencialidades da costa africana, e o papado, que tende a ceder às pressões de conquista, de expansão e que deseja a evangelização dos pagãos, não fazem tal distinção, nem distinguem entre infieis e gentios / pagãos, pelo que, por conveniência e ambições de conquista, tratam as terras subsarianas sob a mesma lei da guerra no Norte de África.

É esse o pensamento que se encontra no *Breve* de resposta de Eugénio IV (início de novembro de 1436) às dúvidas de D. Duarte ao Concílio de Basileia, que é desconhecido, mas que Rui de Pina sumariou na *Crónica de D. Duarte*⁴⁰: o papado não segue a opinião dos seus juristas, mas sim o juízo da corte de Portugal, de D. Duarte e de D. Henrique (e de outros

⁴⁰ *Crónica de D. Duarte*, cap. XX, pp. 535-536.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

teólogos nacionais)⁴¹, que consistia na evangelização cristã dos novos territórios subsarianos (antes que o islamismo, que nesse tempo incluía os turcos, lá se intrometesse) e a integração de tais territórios na coroa de Portugal (antes que Castela os reivindicasse para si e, depois, reivindicasse a ocupação de toda a África) e nas redes do seu comércio ultramarino e futuro império colonial, com exclusão do imperador e de quaisquer outros reis. Dessa forma, conjugavam-se os anseios da corte papal e os interesses do reino de Portugal.

As Canárias foram terra de ensaio, e o que delas então se fez – terras de ocupação europeia – seria válido *a posteriori* para a África subsariana (como com Nicolau V⁴²) e, mais tarde, para o Brasil e restante América⁴³.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Biblioteca Apostolica Vaticana (BAV), *Codex Vat. Lat.* 1932, ff. 99r-99v; fl. 100r-112v; fl. 114r-122v.

Fontes Impressas

Monumenta Henricina (1960-1963), Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, vol. II, doc. 143, pp. 282-287; vol. V, doc. 129, pp. 254-258; doc. 133, pp. 270-275; doc. 137, pp. 281-282; doc. 140, pp. 285-320; doc. 141, pp. 320-343; doc. 143, pp. 345-347; doc. 144, pp. 347-349.

D. DUARTE (1982), *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Transc. de João José Alves Dias; introd. de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa.

⁴¹ De acordo com Witte, 1958: 700, o consistório papal deve ter tido em conta, para a redação deste *Breve*, o conselho de doutores de Teologia.

⁴² Pela bula *Dum Diversas* (1452), Nicolau V autorizava a D. Afonso V a captura de territórios na África Ocidental e a escravização dos seus habitantes; e, pela *Romanus Pontifex*, de 1455 (*M.H.*, XII, doc. 36, pp. 71-79), ele reafirmava a autorização e expandia os direitos de Portugal sobre as terras descobertas.

⁴³ Ver Höffner, 1977.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

PINA, Rui de (1977), “Chronica do Senhor Rey D. Duarte”, in *Crónicas*, introd. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos Editores.

SOUSA, Manuel de Faria e (1639), *Lusiadas de Luis de Camoens, principe de los poetas de España*, Madrid, Juan Sanchez.

Bibliografia

BARRADAS, Alexandra Leal (2006), “D. Afonso, 4.º Conde de Ourém”, *Medievalista*, 2, pp. 1-30.

BRAGA, P. Drumond (1998), “A expansão no Norte de África”, in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 235-357.

COSTA, António Domingues de Sousa (1960), *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana.

COSTA, António Domingues de Sousa (1961), “O factor religioso, razão jurídica dos descobrimentos portugueses”, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas IV*, Coimbra, pp. 99-138.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da (1995), “Luzes e sombras na expansão portuguesa – um equacionar de motivações, perdas e ganhos em fontes iterárias do séc. XVI”, *Mare Librum*, n.º 10, Dez. 1995, pp. 157-171.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da (2021), “As Controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, in Maria Augusta Lima Cruz; André Teixeira (coord.), *Portugal e o sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV - XVIII)*, Vol. 1 – Estudos, Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades – FCSH – Universidade Nova de Lisboa, pp. 205-268, [consulta em 11/11/2025]. Disponível em: <https://livros.fesh.unl.pt/cham/catalog/download/99/791/2180?inline=1>

DUARTE, Luís Miguel (2005), *D. Duarte: requiem por um rei triste*, Lisboa, Temas & Debates.

DUARTE, Luís Miguel (2015), *Ceuta, 1415*, Lisboa, Livros Horizonte.

FONSECA, L. A. da (2019), “Uma carta do Condestável Dom Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do*

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

Porto, vol. 2, pp. 83-96, [consulta em 1/11/2025]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5886>

FONTOURA, O. Rodrigues (1998), *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

HÖFFNER, Joseph (1977), *Colonização e evangelho: ética da colonização espanhola no século de ouro*, Rio de Janeiro, Presença.

MARQUES, A. H (1998), “A expansão no Atlântico” in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 36 e ss.

MARQUES, José (2002-2003), “Portugal e o Concílio de Basileia”, *Separata da Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1 (Coimbra), pp. 91-88.

MONTEIRO, João Gouveia; AGOSTINHO, Paulo Jorge (2004), “Granada ou Marrocos? O 4.º Conde de Ourém e as opções expansionistas da nobreza de Quatrocentos...”, in Carlos Ascenso André (coord.), *D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, e sua época*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, pp. 23-48.

RAMOS, Manuel F. (2007), *Orationes de Jean Jouffroy em favor de D. Pedro, Duque de Coimbra: retórica e humanismo cívico*, Dissertação de Doutoramento em Literatura, Porto, Faculdade de Letras.

ROJAS DONAT, Luis (2007), “La potestad apostólica en las bulas ultramarinas portuguesas y castellanas”, *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, XXIX, pp. 407-420.

ROJAS DONAT, Luis (2008), “Dos informes en derecho del siglo XV sobre las relaciones entre cristianos y sarracenos: eurocentrismo y alteridad jurídica”, *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, XXX, pp. 465-481.

RUSELL, P. E. (1978), “El descubrimiento de Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos”, *Revista de Historia Canaria*, 36 (Año 47, N.º 171), pp. 9-32.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (1960), *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa.

SANTOS, Zulmira Coelho dos (2011), “Velho do Restelo”, in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa / Rio de Janeiro, Caminho / Leya Brasil, pp. 953-957.

Manuel Ramos – «*Deixas criar às portas o inimigo / por ires buscar outro de tão longe*»: *controvérsia acerca da expansão ultramarina a partir de fontes latinas*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 6-27.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a1

SEIXAS, M. (2006), *Guerra justa e guerra santa: Os pareceres da guerra de África (1433-1436)*, Tese de doutoramento, Lisboa / Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora.

THOMAZ, Luís Filipe (1994), *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, Difel.

VENTURA, Margarida Garcez (2024), *A Corte de D. Duarte: Política, Cultura e Afectos*, Lisboa, Livros Horizonte.

WITTE, Charles Martial de (1953-1958), *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise ao XV.^e siècle*, extrait de la *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, t. XLVIII (1953), t. XLIX (1954), t. LI (1956), t. LIII (1958).

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

**Verso e Universo:
Revisitando a Máquina do Mundo camoniana (*Os Lusíadas X 74-90*)**

**Verse and Universe:
Revisiting Camões's Machine of the World (*Os Lusíadas X 74-90*)**

**Vers et Univers:
Revisiter la Machine du Monde camonienne (*Os Lusíadas X 74-90*)**

**Verso y Universo:
Revisitando la Máquina del Mundo camoniana (*Os Lusíadas X 74-90*)**

Celeste Pedro
Instituto de Filosofia – Universidade do Porto
cpedro@letras.up.pt

Manuel Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos;
Instituto de Filosofia; CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”
mramos@letras.up.pt

Resumo: Com este artigo pretendemos visitar a descrição geocêntrica e poética da Máquina do Mundo camoniana, que alia astronomia e poesia. Veremos o contexto da sua intercalação em *Os Lusíadas X 74-90*, as fontes em que Camões se terá inspirado e a razão por que a obra, publicada em 1572, três décadas após a difusão da teoria heliocêntrica, mantém presente o modelo ptolomaico das esferas celestes, revisitado e cristianizado ao longo de séculos. Mostraremos, ainda, como no final da epopeia Camões destrói a «maquinaria mitológica», que tão útil lhe havia sido em termos de deleite poético. Por fim, apresentaremos exemplos técnicos e artísticos deste modelo cosmológico, alguns dos quais faziam parte da cultura visual pré-moderna.

Palavras-chave: *Os Lusíadas X 74-90*; Máquina do Mundo; Teoria Geocêntrica; Astronomia e Poesia; Maquinaria Mitológica.

Abstract: In this article, we aim to revisit the geocentric and poetic description of the Camonian Machine of the World, which combines astronomy and poetry. We will examine the context of its insertion in *Os Lusíadas X 74-90*, the sources from which Camões might have drawn inspiration from, and the reason why the work, published in 1572 – three decades after the dissemination of heliocentric theory – continues to uphold the Ptolemaic model of the celestial spheres, revisited and Christianized over the course of centuries. We will also show how, at the end of the epic, Camões dismantles the “mythological machinery” that had been so useful to him in terms of poetic delight. Finally, we will present technical and artistic examples of this cosmological model, some of which formed part of premodern visual culture.

Keywords: *Os Lusíadas X 74-90*; World Machine; Geocentric Theory; Astronomy and Poetry; Mithological Machines.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Resumen: Con este artículo pretendemos revisar la descripción geocéntrica y poética de la Máquina del Mundo camoniana, que aúna astronomía y poesía. Veremos el contexto de su intercalación en *Os Lusíadas X 74-90*, las fuentes que podrían haber inspirado a Camões y la razón por la cual la obra, publicada en 1572, tres décadas después de la difusión de la teoría heliocéntrica, mantiene vigente el modelo ptolomeico de las esferas celestes, revisitado y cristianizado a lo largo de los siglos. Mostraremos, además, cómo, al final de la epopeya, Camões destruye la «maquinaria mitológica», que tan útil le había sido en términos de deleite poético. Por último, presentaremos ejemplos técnicos y artísticos de este modelo cosmológico, algunos de los cuales formaban parte de la cultura visual premoderna.

Palabras clave: *Os Lusíadas X 74-90*; Máquina del Mundo; Teoría Geocéntrica; Astronomía y Poesía; Maquinaria Mitológica.

Résumé: Avec cet article nous entendons revisiter la description géocentrique et poétique de la Machine du Monde camonienne, qui associe astronomie et poésie. Nous examinerons le contexte de son insertion dans *Os Lusíadas X 74-90*, les sources dont Camões s'est inspiré et la raison pour laquelle l'œuvre, publiée en 1572, trois décennies après la diffusion de la théorie héliocentrique, maintient le modèle ptolémaïque des sphères célestes, revisité et christianisé au fil des siècles. Nous montrerons également comment, à la fin de l'épopée, Camões détruit la «machinerie mythologique», qui lui avait été si utile en termes de plaisir poétique. Enfin, nous présenterons des exemples techniques et artistiques de ce modèle cosmologique, dont certains faisaient partie de la culture visuelle prémoderne..

Mot-clés: *Os Lusíadas X 74-90*; Machine du Monde; Théorie géocentrique; Astronomie et poésie; Machines mythologiques.

1. Introdução

«Não há em língua nenhuma um tão grandioso e belo recurso do sistema ptolomaico como a descrição de Camões» (Silva, 1915: 52) em *Os Lusíadas X 74-90*. Como é aos deuses da mitologia que se confia todo o transcendente que o orna, caberá a Tétis, divindade marinha e aqui cicerone, o papel de revelar a Vasco da Gama a descrição do cosmos e de lhe dar uma lição de astronomia e de geografia de acordo com a conceção do tempo. Fá-lo, porém, de forma indireta, ou seja, ela não lhe descreve o próprio cosmos, mas sim uma miniatura («transunto, reduzido / Em pequeno volume» – X 79, 5-6)¹, sob a forma de «máquina», que se localiza no cume do monte da Ilha dos Amores. «Máquina» porque se trata de um engenho complexo, harmonioso e dinâmico, em que as diferentes camadas são movimentadas por engrenagens localizadas no seu interior. Finda a descrição do cosmos em miniatura, nas suas muitas camadas, o autor «desce» para a

¹ As citações no corpo do texto serão feitas a partir da edição Camões (2017).

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

descrição particular da camada mais interior, a Terra (X 91 e ss.), a qual constitui, pela sua densidade, o centro do Universo, sendo nela que os portugueses vão praticar grandes feitos.

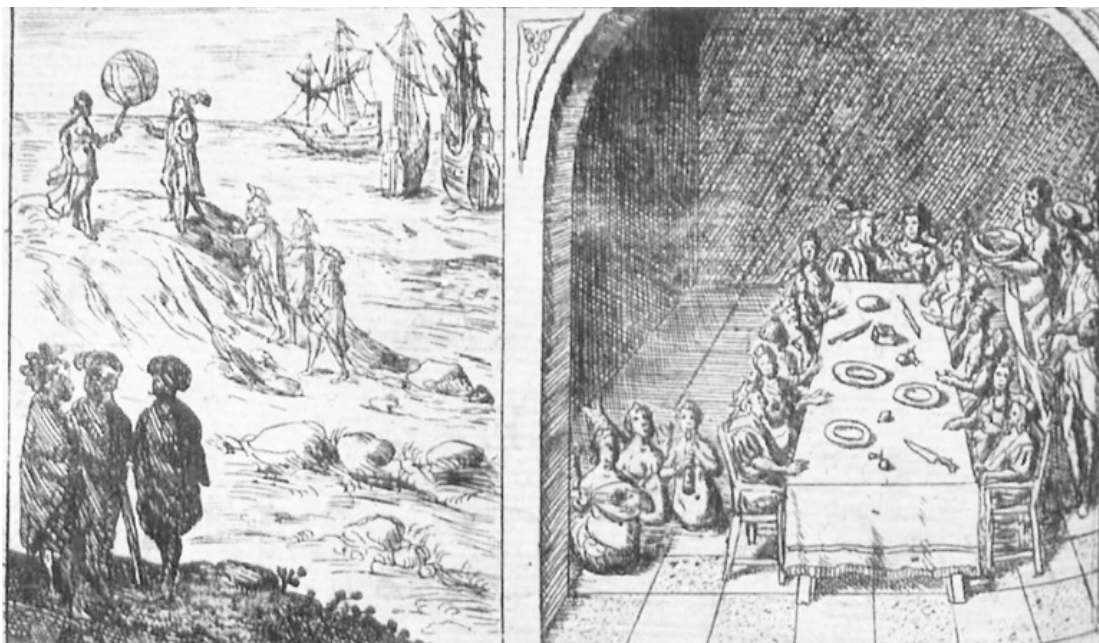
A descrição da geografia terrestre e até das diferentes esferas celestes é um *topos* da literatura épica, embora ambas possam estar em cada obra ao serviço de diferentes propósitos. Já na *Iliada*², livro fundacional da Civilização Ocidental, surge algo de semelhante: a descrição do globo terrestre no escudo de Aquiles, de acordo com a concepção do tempo (Grécia arcaica, séc. VIII a.C.). O mesmo se diga da *Eneida* VI, de Vergílio, ao nível das diferentes regiões do submundo, em que Eneias é acompanhado por seu pai, que influenciará as visões posteriores do Inferno; e, daí, o *topos* passou para a *Divina Comédia* de Dante, em que o autor é acompanhado por Beatriz, quando as diferentes esferas celestes são descritas numa continuidade dos vários orbes do submundo. Ulteriormente, a temática surge, por exemplo, na poesia épica ibérica, na descrição dos sete círculos dos planetas no *Laberinto de Fortuna* (1444), do poeta Juan de Mena (†1456), obra que foi influenciada pelo Inferno de Dante e que, pela sua importância, viria a ser comentada³. O mesmo se diga do poema épico *El verdadero suceso de la famosa batalla de Roncesvalles, con la muerte de los doze pares de Francia*, de Francisco Garrido de Villena, publicado em Valência, em 1555, em que, no canto XXXI, o mago de Delfos comenta pinturas representando os mares, as terras e o cosmos inteiro (Plagnard, 2018). Posterior à obra de Camões, a temática do cosmos surge, designadamente, no *Paraíso perdido*, de John Milton, publicado em 1667, mas de forma diferente: uma mistura da antiga astronomia ptolomaica com a copernicana.

² Concretamente XVIII, vv. 483-489.

³ *Laberinto de Fortuna*, vv. 62-268. Aí são descritas não uma, mas três rodas da Fortuna, representando o passado, o presente e o futuro, e em que cada uma é composta por uma série de círculos semelhantes aos de Dante, governados por diferentes planetas, nos quais se acham exemplos de personalidades históricas virtuosas e defeituosas.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camonianiana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Figura 1 – Dois tipos de recompensa pelo esforço na gesta dos Descobrimentos



Fonte: Manuel de Faria e Sousa, *Lusíadas de Luis de Camoens, principe de los poetas de España*, 1639, t. IV, cols. 291-292.

Obs.: À direita, o banquete que reúne ninfas e marinheiros, um prazer de tipo terreno, com comida, bebida, música e conversa animada; a gesticulação indica emoção e envolvimento. À esquerda, Vasco da Gama recebe a revelação e visão da Máquina do Mundo no alto da Ilha dos Amores – um prazer de tipo intelectual e etéreo reservado a poucos.

Na obra de Camões, o evento da descrição cosmológica do universo surge intercalado entre dois episódios de grande significado poético e histórico: a Ilha dos Amores, antes, nos Cantos IX (52 e ss.) e X (1-73), e a descrição do orbe terrestre (X 91-141), posterior. O primeiro é o espaço geográfico em que os navegadores-soldados portugueses são, por vontade de Vénus, recompensados com jogos amorosos pelo seu esforço heroico na gesta dos Descobrimentos marítimos – é um prazer do domínio do carnal e dos sentidos, em que a moral pagã se contrapõe à moral cristã: «festa carnal e pagã de sentidos reacesos pelos lumes do Renascimento» (Cidade, 1973: 156) (Figura 1). O segundo consiste na descrição geográfica dos quatro continentes então conhecidos, que refaz o percurso das navegações portuguesas e da observação do poeta, para que os muitos portugueses famosos, como Tétis profetisa, «Não vos hão-de faltar, gente famosa, /

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Honra, valor e fama gloriosa» (X 74, 7-8), se orientem geograficamente («pera que vejas / Por onde vás e irás e o que desejas» (X 79, 7-8); e aí, dando largas às suas ambições e valor, poderão praticar grandes feitos à escala global nos seus percursos e conquistas – é a globalização da lusofonia e, com ela, do cristianismo.

No meio de ambos (X 74-90), situa-se a descrição da «grande máquina do mundo», ou seja, a descrição do cosmos antecede e prepara a descrição da geografia terrestre. Trata-se de uma representação física em miniatura, *in parvum*, e tridimensional do universo inteiro, desde as esferas exteriores até ao centro do universo. Portanto, antes de Tétis descrever a Terra a Vasco da Gama, pretende, a modos de contextualização ou enquadramento, descrever-lhe as várias esferas celestes, já que o mundo terrestre e o etéreo se encontram ligados, sendo o primeiro governado pelo segundo – é um prazer de tipo intelectual e de satisfação das curiosidades do conhecimento, por oposição ao prazer carnal da Ilha dos Amores, e reservado por Tétis apenas a Gama.

Para aceder a esse prazer intelectual, que muito labor exige, «o felice» Gama tem de passar pelo esforço, ascese ou trabalho árduo de escalar o monte acidentado da Ilha dos Amores. Afirmo o poeta na sua linguagem poética:

Sigue-me firme e forte, com prudência,
Por este monte espesso, tu *cos* mais.»
Assi lhe diz, e o guia por um mato
Árduo, difícil, duro a humano trato. (X 76, 5-8)

No cimo da Ilha encontra-se um globo em miniatura, translúcido, e suspenso no ar:

Aqui um globo vêm no ar, que o lume
Claríssimo por ele penetrava (X 77, 5-6)

Esta ascensão «é a representação poética do esforço pelo saber que do seu cume vai ser descerrado» (Cidade, 1995: 132), e a representação da dureza e ascese do conhecimento intelectual, que permitirá ao autor ver com clareza o funcionamento dos mecanismos cósmicos, dando forma à inquirição científica pré-moderna, plasmada nesta imagem visual da ciência ótica; no «lume [...] que por ele penetrava» vemos a referência ao conhecimento científico numa maquete translúcida do cosmos como alegoria dos segredos iluminados do Universo.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

2. Descrição geocêntrica e poético-astronómica em tempo de heliocentrismo

Além de a Máquina do Mundo em *Os Lusíadas* ser uma descrição (*ekphrasis*) maravilhosa do mundo, de modelo geocêntrico no berço do heliocentrismo, também é, e sobretudo, uma descrição literária ou poética do cosmos – a poetização da astronomia e da geografia ptolomaica – , uma mistura de astronomia e de poesia em que a fórmula clássica produz ainda efeito. A descrição desta Máquina obriga ao emprego da linguagem poética: a disposição estrófica em oitavas; o emprego de versos de 10 sílabas métricas ou poéticas (decassílabo heroico); o uso da rima final: cruzada (ABABAB) e emparelhada (CC) e do ritmo com a acentuação obrigatória na 6.^a e na 10.^a; a seleção erudita do vocabulário, a bela combinação de palavras, a linguagem elíptica, o recurso à conotação, posição à latina das palavras no eixo sintagmático, o emprego da retórica visual... É, portanto, uma máquina rigorosa na expressão e na adequação, ainda que de forma sintética, com o conhecimento cosmológico do tempo, que é o modelo ptolomaico. Efetivamente, a poesia épica não é complacente com a irregularidade e com o erro científico.

Todavia, a integração de um tema complexo na obra épica, que pretende descrever a gesta dos Descobrimentos e, por analepse, a história de Portugal, e em que o tema astronómico é subsidiário, obrigou a poder de síntese ou abreviação, prescindindo de pormenor e de tecnicismos dos quais o leitor não sacaria partido a nível poético. Por isso, há apenas a fixação nos aspetos mais gerais da Máquina do Mundo, não entrando na subdivisão dos orbes que eram descritos pelos livros de astronomia, cujo emprego tornaria o Poema fastidioso ao leitor comum e dificultaria, talvez, a memorização da Máquina do Mundo.

Na descrição da Máquina do Mundo, em *Os Lusíadas*, publicados em 1572, apresenta-se uma cosmovisão geocêntrica⁴ ao estilo de Ptolomeu (†168) – um modelo que recebeu influência do *Timeu* de Platão, do *Do Céu* de Aristóteles e de outros autores gregos, como Hiparco (†120) – , sem influxo do antigo heliocentrismo grego ou do contemporâneo de Copérnico. Era esta a ciência astronómica no tempo de Camões, que satisfazia plenamente os eruditos do período, e é a conceção do mundo na época do Renascimento. Daí que seja seguido por Camões, tal como é seguido por Pedro Nunes e até vai ser seguido mais tarde, em 1667, pelo poeta John Milton, no

⁴ Segundo a teoria geocêntrica, a terra é esférica (o que é correto; Aristóteles havia dito que o círculo é o sólido perfeito, logo a terra tinha de ser redonda por essa razão); está parada no centro do universo (o que é errado), enquanto os corpos celestiais orbitam em círculos concêntricos ao seu redor.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Paraíso perdido. Pedro Nunes, como grande matemático e astrónomo, conhecia a teoria heliocêntrica de Copérnico (que também explicava as estações do ano), à qual se referiu⁵; assim como as «teóricas dos planetas» (apresentadas em *Theoricae Novae Planetarum*) de Jorge Purbáquio (†1461), da Universidade de Viena, um dos precursores europeus da visão heliocêntrica do mundo, que abriu caminho para a astronomia de Copérnico. Foi precisamente esta obra que Pedro Nunes traduziu e comentou nas suas *Anotações às Teóricas dos Planetas de Jorge Purbáquio* (1566)⁶. Todavia, não seguiu em vida tal teoria, pelo que, por maior razão, não se poderá exigir a Camões que tivesse seguido tal paradigma científico.

Todavia, este modelo geocêntrico não é bem o modelo de Ptolomeu, mas antes o modelo de Ptolomeu alterado e duplamente aperfeiçoado: primeiro, pelos cosmógrafos gregos⁷ e pelos autores árabes, já que foram eles (e não os cristãos) os continuadores do estudo astronómico dos gregos, melhorando o sistema de Ptolomeu, acrescentando e corrigindo⁸; depois, é um modelo de Ptolomeu cristianizado pelos astrónomos cristãos que, sob forte influência da Igreja, não queriam entrar em contradição com a *Bíblia*, que dava a entender no *Livro de Josué* (10: 12-13) que o Sol gira; e em contradição com o livro dos *Génesis* (1:7), que assevera que existem «as águas superiores»; nem entrar em contradição com a autoridade dos comentários dos Padres da Igreja à Sagrada Escritura nos referidos passos. Portanto, o sistema ptolomaico surge, no final da Idade Média, mais complexo do que o que foi originalmente apresentado pelo cientista grego de Alexandria.

No ano da publicação de *Os Lusíadas*, a obra de Nicolau Copérnico (†1543), *De revolutionibus orbium coelestium*, que colocava o Sol no centro do universo, já contava com 29 anos de existência (por ter sido publicada em 1543) e a sua teoria heliocêntrica mais do que isso (35 anos), por ter sido divulgada previamente, em 1537. Todavia, ainda não se tinha imposto na comunidade europeia de astrónomos e matemáticos porque a sua teoria disruptiva foi alvo de

⁵ Pedro Nunes foi um leitor atento do *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico e anotou-o, nas suas *Opera* (1566), com comentários de teor matemático.

⁶ Os comentários de Pedro Nunes a esta obra consistem em «36 anotações de carácter e rigor matemático» (Leitão, 2011: 56-58).

⁷ Estes juntaram (como é o caso de Hiparco) uma nova esfera (a nona) às oito de Platão e de Aristóteles.

⁸ Os árabes determinaram o valor de 23° 35' para a obliquidade da elíptica; a variabilidade do plano da elíptica; o valor do movimento de precessão dos equinócios; o movimento do auge do Sol e a excentricidade da sua órbita.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

resistência e suspeita, quer por essa comunidade⁹, quer pela Igreja. Aliás, mais tarde (1616), tal obra viria a ser condenada, especialmente pelo Cardeal Roberto Belarmino, e arrolada pela Igreja ao *Index librorum prohibitorum* com a justificação de ser «falsa doutrina pitagórica¹⁰, inteiramente contrária à divina escritura, da mobilidade da Terra e da imobilidade do Sol»; «contrariar ideias dadas por muito verdadeiras sobre a situação e movimento da Terra, ideias inteiramente contrárias à Santa Escritura» (Ventura 1944: 69).

Por isso, em termos de fontes, Camões depende em primeiro lugar do *Tractatus de Sphaera*, de João de Sacrobosco (†1256), matemático e astrónomo escocês, cuja obra era, ainda no séc. XVI, o livro de iniciação aos estudos de Astronomia; e depende também de um autor português do seu tempo, Pedro Nunes (†1578), que havia traduzido e comentado em 1537 a obra do anterior, em o *Tratado da Sphaera* (Nunes, 2002), de fácil acesso ao poeta e, por isso, a sua principal fonte astronómica (Silva, 1915: 8). Todavia, a bibliografia astronómica do tempo é vasta, em que também se inclui a obra astronómica de Afonso X de Castela, que em Toledo reuniu, no séc. XIII, os astrónomos mais hábeis do seu tempo, de cujos trabalhos resultaram as *Tábuas Afonsinas* (1252); outras são obras de autores árabes e até judeus traduzidas para latim.

3. Descrição da Máquina do Mundo

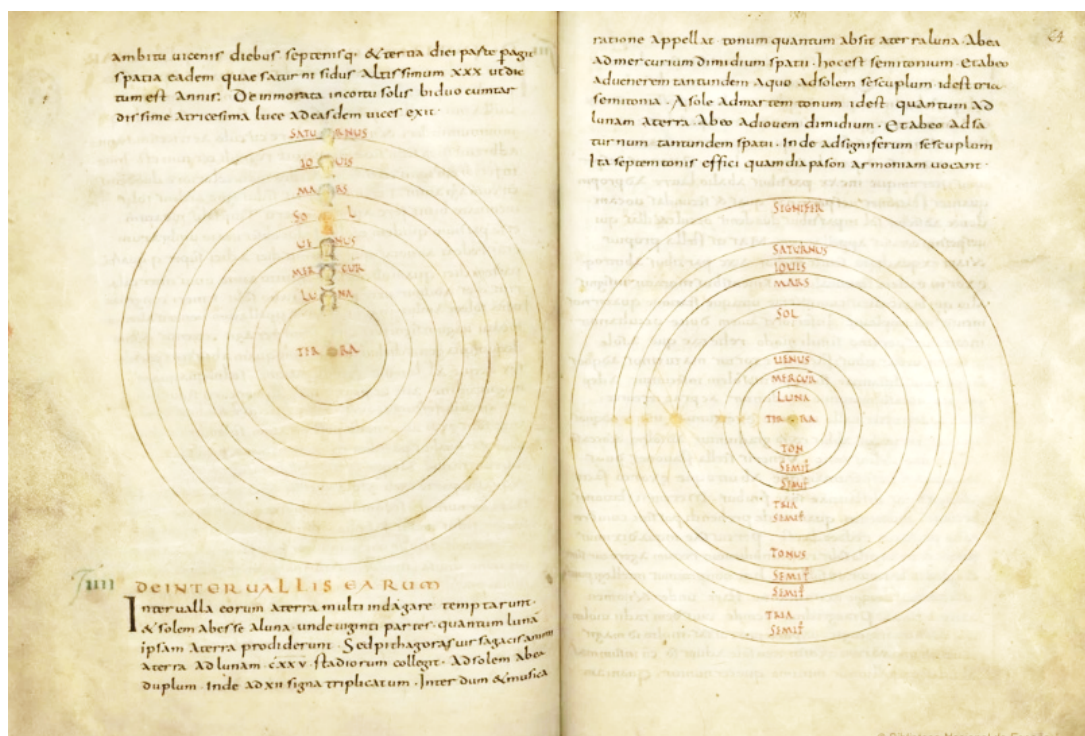
Os modelos de Platão e de Aristóteles da mecânica celeste possuíam, para lá das quatro esferas do mundo elementar: Fogo, Ar, Água e Terra, a mais central e imóvel, oito esferas celestes concêntricas com a Terra: sete planetas (Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno), mais a oitava esfera ou Firmamento: a das estrelas fixas, a mais periférica (Figura 2).

⁹ Só depois de 1700 é que a teoria heliocêntrica se instalou entre os cientistas; até esta data, poucos astrónomos foram convencidos pelo sistema de Copérnico, pois faltavam provas observacionais. No entanto, este sistema influenciou Galileu (†1642) e Kepler (†1630), que assimilaram a teoria e a melhoraram.

¹⁰ Na verdade, os Pitagóricos já haviam admitido que a terra girava à volta de si mesma e que o fogo central, o Sol, estava localizado no centro do universo.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Figura 2 – As esferas celestes e o intervalo musical entre elas



Fonte: Plínio o Velho, *Historia Naturalis*, fólhos 63v e 64r. Biblioteca Nacional de Espana Mss/3307 – século IX.
Cópia digital: <https://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000122617>

Obs.: A Terra no centro, seguida pela Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno. Em frente a este, encontra-se um segundo diagrama (*De intervalis earum*) que repete a informação, mas acrescenta duas considerações complementares: um orbe dedicado às estrelas fixas (*signifer*) e a distância entre os objetos, correspondente à «harmonia das esferas», associando essa distância à teoria musical clássica. *Tonus* e *Semitonus* refere-se à teoria pitagórica da “Música das Esferas”, a crença de que a ordem astronómica não era apenas física, mas matemática e musical.

Primeiro com Hiparco (†120), criador da ideia; depois com Ptolomeu (†170), no *Almagesto*; e por fim com João de Sacrobosco (†1256), que popularizou a ideia no *De sphaera mundi*, o modelo cosmológico passará a ter nove esferas celestiais: o movimento de precessão dos equinócios, descoberto por Hiparco, revelando que as estrelas fixas não eram, na verdade, inteiramente fixas em relação aos pontos equinociais, fez juntar um novo orbe aos oito de que se compunha a Máquina do Mundo de Platão e de Aristóteles. Efetivamente, não parecia lógico a atribuição de uma única esfera para as estrelas; de outra forma, repugnava a atribuição de dois

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

movimentos (o de precessão e o diurno) a uma mesma esfera. Assim sendo, Ptolomeu propôs a existência de uma nona esfera que era a responsável pelo movimento de precessão – é o *Primum Mobile*, o qual transmitia o movimento para todas as esferas internas e causava o deslocamento das estrelas fixas. João de Sacrobosco popularizará a ideia (Figura 3).

Figura 3 – Diagrama de nove esferas celestes de Sacrobosco



Fonte: João de Sacrobosco, *Tractatus de Sphaera* [c. 1230]. Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 285/4, século XV. Cópia digital: <https://purl.pt/33323>.

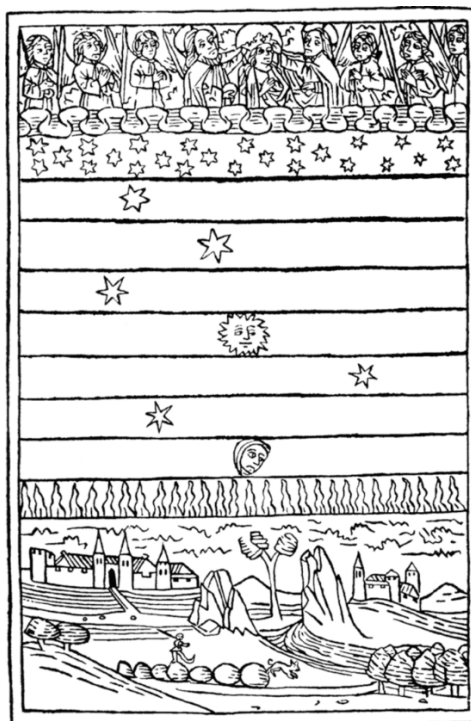
Obs.: Esta obra, que se popularizou nos quatro séculos seguintes, representa o sistema geocêntrico ptolomaico, com as quatro esferas terrenas: Terra (no centro), Água, Ar e Fogo (periféricos); os sete planetas: Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno; por fim, o Firmamento (com muitas estrelas fixas) e o *Primum Mobile*.

Mais tarde, este modelo passará a dez esferas móveis, celestiais ou etéreas, concêntricas e uniformes: a hipótese do movimento de trepidação ou oscilação dos equinócios (ou de acesso e recesso) esboçada no séc. IV por Téon de Alexandria (†405) e desenvolvida pelo árabe Thebit /Tabite (†901), um dos primeiros reformadores do sistema ptolomaico e tradutor do grego para o árabe – segundo a qual parecia haver uma pequena oscilação periódica para trás e para a frente nos

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

equinócios – fez a Afonso X de Castela e aos seus astrónomos imaginar uma 10.^a esfera, para acomodar e explicar essa trepidação dos equinócios. Acrescentou-se o Empíreo, o lugar e morada dos bem-aventurados, que é colocado pelos teólogos, para o qual é transferido o movimento da 9.^a (movimento diurno), sendo para esta última transferido o movimento da 8.^a (movimento de precessão) e atribuindo-se à 8.^a o movimento de trepidação (Figura 4).

Figura 4 – O contemplativo e o ativo na Escada do Cosmos



Fonte: Konrad von Megenberg, *Livre da Natureza*, 1499 [c. 1350], fol. C5v. Stuttgart, Württembergische Landesbibliothek [GW M16432, ISTC ic00846000].

Obs.: Ilustração vertical e hierárquica do cosmos que inclui no topo o *Empirium*, morada de Deus («Deus é o rei» e encontra-se em plano central), ladeado por Anjos e pelos Bem-aventurados, em adoração e contemplação; em plano médio, as camadas celestes; em plano inferior, encontra-se a Terra, o reino da mudança, morada dos homens, em trabalho (o contemplativo e o ativo).

No tempo de Pedro Nunes, as esferas celestiais da Máquina do Mundo eram 11, para lá das quatro elementares que já vinham de Platão e de Aristóteles, e é esse o modelo que Camões

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

apresenta em *Os Lusíadas*. Aqui a Máquina do Mundo é dividida em duas partes: no centro, encontra-se a região terrestre ou elementar, de quatro esferas, tantas quantas os quatro elementos de Empédocles (e da física de Aristóteles): Fogo (a mais periférica), Ar, Água e Terra (central); exterior a elas, situa-se a região celeste ou etérea (a quinta essência), de 11 círculos celestiais, que vai desde o primeiro céu (a Lua) até ao último, o Empíreo, na parte mais periférica; destas, sete esferas são constituídas pelos planetas. Portanto, com esta hierarquia: Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno (o mais periférico); Firmamento; Segundo Movente ou Céu Cristalino ou Áqueo; Primeiro Movente; e Empíreo, a mais periférica (Figura 5).

Figura 5 – Máquina do mundo que integra Atlas no sistema das esferas celestes



Fonte: Gregor Reisch, *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. V, *editio princeps* 1503. King's College Library [Rare books Coll.] – B765.R3 M2. Cópia digital:

<https://blogs.kcl.ac.uk/kingscollections/2022/06/09/margarita-philosophica-a-late-medieval-textbook/>.

Obs.: Máquina do mundo de onze esferas celestes como em *Os Lusíadas X 74-90*. No alto, dominante, encontra-se a musa da Astronomia, Urânia, que tem a seus pés o cosmos, no meio do qual se acha o titã Atlas, não a carregar a Terra, como na representação tradicional, mas de braços abertos (à semelhança do Homem vitruviano), abarcando a sua figura o espaço que vai da Terra ao Firmamentum e sugerindo a relação entre o Microcosmo e o Macrocosmo.

Ele toca o *Polus Arcticus* (com a cabeça), o *Polus Antarticus* (pés), o *Oriens* (mão direita) e *Ocridens* (mão esquerda).

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

Este globo, com diferentes camadas – afirma o poeta na sua linguagem poética – é «uniforme, perfeito, em si sustido» (X 79, 1), ou seja, é homogéneo, perfeito e apoiado em si; dependente de Deus, plasma o modelo perfeito de quem o criou: «Qual, enfim, o Arquetipo que o criou» (X 79, 2). Foi criado pela divina vara de Deus: «Divina verga» (X 78, 3), que é o símbolo do poder de Deus (Figura 6) e por Ele é animado: «fabricada / Assi foi do Saber, alto e profundo» (X 80, 2-3); Ele que é o alfa e o ómega: «Que é sem princípio e meta limitada» (X 80 4); e é incognoscível: «o que é Deus, ninguém o entende» (X 80, 7). De facto, era esperado que Camões apresentasse o universo como criado por Deus, pois era essa a conceção do tempo e o poeta não podia afastar-se desse conhecimento.

Figura 6 – Criação do mundo ou passagem do caos ao cosmos



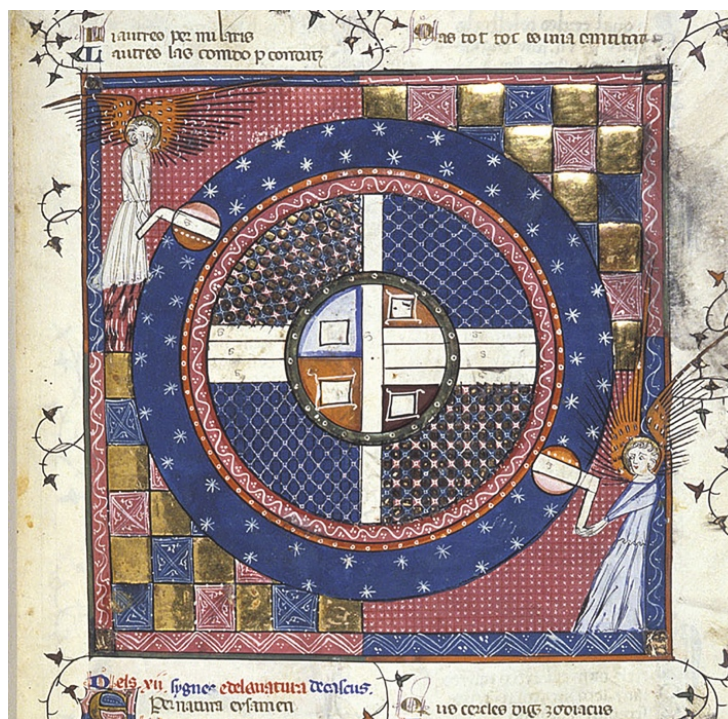
Fonte: *Biblia Moralizada de Viena*. Österreichische Nationalbibliothek, Codex Vindobonensis 2554, século XIII.
Cópia digital: <https://viewer.onb.ac.at/10017A6C>.

Obs.: Servindo-se de um compasso (símbolo da *ratio divina*), Deus géometra, «grande artífice ou arquiteto», qual Demiurgo (cf. *Timeu*), cria com rigor as esferas celestes *ex nihilo*. A postura de inclinado sobre o caos primordial mostra o seu afã, cuidado e concentração no trabalho. O uso do compasso indica ordem, racionalidade e rigor matemático, bem como medida, número e peso. A ponta seca fixa o compasso no centro, o ponto em que, do caos, surgirá a Terra; a ponta de grafite traça a partir do caos inicial o primeiro orbe, que é o primeiro gesto da criação.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

O cosmos gira e tem por toda a parte a mesma curvatura relativamente à Terra, pois os «vários orbes» são concêntricos: «e um mesmo rosto / Por toda a parte tem» (X 78, 6-7) – sendo o centro ocupado pela Terra imóvel e mantendo cada astro, invariável, a sua distância à Terra –, os quais rodam com diferentes velocidades. Possui engrenagens no seu interior, à semelhança da maquinaria humana, as quais não se veem – é uma máquina dinâmica e é a cópia em miniatura do universo ou da grande Máquina do Mundo: «O transunto, reduzido / Em pequeno volume» (X 79, 5-6) (Figura 7).

Figura 7 – *Machina Mundi* animada por Anjos



Fonte: Matfre Ermengaud, *Breviari d'amors*. British Library, Harley 4940, século XIV. Cópia digital: <https://picryl.com/media/angels-turning-the-axis-of-the-world-from-bl-harley-4940-f-28-1f5e21>.

Obs.: Diagrama com dois anjos a operar manivelas com rodas dentadas em lados opostos para fazer rodar o eixo do mundo. As esferas são animadas pela inteligência angélica (em nome da inteligência divina), que imprime movimento circular perfeito. As manivelas são uma metáfora para esse impulso motor. Ao centro encontra-se o mundo terreno ou sublunar. O cosmos é imaginado como uma máquina ou engenho por causa da sua estrutura ordenada.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

A Máquina do Mundo é grande, redonda ou esférica, concêntrica e perfeita: ‘grande’ porque a sua região celestial, de onze círculos superiores externos, quando comparada com a região elementar ao centro, de quatro esferas: Terra, Água, Ar e Fogo, é verdadeiramente maior; ‘redonda ou esférica’ porque o círculo ou a forma circular, já desde o tempo de Platão¹¹ e de Aristóteles, é a figura perfeita: não tem começo ou fim e é, por conseguinte, a imagem da divindade; os céus são redondos e são semelhantes a Deus. Também é ‘concêntrica’ com a Terra porque, relativamente à Terra, seu centro, todas as esferas celestes se acham à mesma distância que aquela; é ainda ‘perfeita’, tal como exigia a filosofia aristotélica.

3.1 Região celeste

A região etérea ou orbe celeste forma a quinta-essência (por oposição à região elementar, no centro) e, por isso, é imutável e livre de toda a mudança. Vai desde o côncavo do primeiro céu até ao convexo do último, na qual se encontram as onze esferas da região celestial: as quatro esferas superiores e mais externas: Empíreo: morada dos divinos; Primeiro Movente: esfera que arrasta todas as outras consigo; Segundo Movente ou Cristalino ou Céu Áqueo: são as águas supracelestes que resfriam o movimento acelerado da esfera anterior; e Firmamento: estrelas fixas ou incrustadas no céu; mais os sete Céus: Saturno, Júpiter, Marte, mais o Sol / Febo (que acaba por ser central, mas entre os planetas e não no cosmos), mais Vénus, Mercúrio e Lua / Diana.

A 11.^a esfera, a mais externa («última morada») e que cerca tudo, por isso o maior de todos os orbes, de «superfície tão limada» (X 80, 6) de «luz tão clara radiando» (81, 3), de figura esférica lúcida, incorruptível, imóvel («que não anda» – X 85, 6), é o Empíreo («Empíreo se nomeia» – X 81, 5), ou seja, a morada de Deus (o inefável ou entidade difícil de definir: «ninguém o entende» – X 80, 7) e dos «gloriosos / Divos» – X 82, 1-2, como os anjos celestes (também designados «Deoses» nos Livros Santos) e os bem-aventurados, em contemplação da divindade, e não as divindades pagãs, que são fabulosas¹² – no fundo é o Paraíso cristão, onde os Bem-Aventurados se deleitam na visão beatífica de Deus, afirma o autor na sua linguagem poética: «onde logrando / Puras almas estão daquele Bem / Tamanho» – 81, 6-7); «onde as mundas / Almas divinas gozam»

¹¹ Platão, no *Timeu*, estabeleceu que o universo tinha a forma mais perfeita, a esférica, e que era formado por orbes concêntricos.

¹² Ver a seguir «Destruição da máquina mitológica».

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

– 85, 5-6). Aqui vemos um dos aspetos da cristianização do modelo ptolomaico durante a Idade Média.

A 10.^a esfera é o Primeiro Movente, em razão do seu movimento giratório ou «rpto» – linguagem poética e científica para designar o movimento de arrasto do Primeiro Movente que origina o percurso do Sol e dos outros corpos celestes (86, 1-4). É o motor dos outros céus concêntricos que circulam a terra, ou seja, é o que imprime movimento de Oriente para Ocidente a todas as esferas celestes inferiores, fazendo-lhes dar uma volta completa em 24 horas. Portanto, executa em 24 horas uma revolução completa e arrasta consigo, com as suas engrenagens, todas as outras esferas: «Com este rpto e grande movimento / Vão todos os que dentro tem no seio» (86, 1-2), por isso designado por Camões, noutra passo: «Céu ligeiro e leve» – III 22, 6 e de movimento impercetível (move-se, mas não se vê que se move): «corre tão leve, tão ligeiro / Que não se enxerga» – X 85, 7-8. Concretamente, é a esfera que anima o Sol a movimentar-se com regularidade («a tento»), provocando o dia e a noite pelo seu movimento (e não do Sol): «o Sol, andando a tento, / O dia e a noite faz» (86, 3-4). Portanto, o movimento do Sol é feito «com curso alheio» – 86, 4, ou seja, do Primeiro Movente, e não por movimento próprio.

A 9.^a esfera é o Segundo Movente ou Céu Cristalino ou Áqueo, mas Camões omite o seu nome. ‘Segundo Movente’ porque «é a esfera propulsora do *movimento dos auges e das estrelas fixas* que faz avançar lentamente de ocidente para oriente a esfera das estrelas fixas e os céus deferentes dos auges dos planetas» (Silva, 1915: 59); ‘Céu Cristalino ou Áqueo’, por causa da sua transparência de águas claras como cristal¹³, colocadas no céu – segundo os astrónomos – para moderar o calor produzido pelo arrebatado movimento do Primeiro Movente. São as águas supracelestes de que fala o livro do *Génesis* 1:7: «as águas sobre o firmamento» que, como já referimos, é uma forma de conciliar este sistema cosmológico com o livro do *Génesis*. O movimento próprio do Cristalino faz-se à volta da linha dos polos da elíptica, de Ocidente para Oriente, e é de rotação lentíssima, como assevera o autor na sua linguagem poética: «Tão lento e sojugado a duro freio» – 86, 6), de tal forma que a esfera do Sol (que também é levada neste

¹³ Águas que são diferentes do elemento Água, no espaço elementar.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

movimento)¹⁴ dá duzentas rotações e ele só dá «um passo» (ou seja, um grau¹⁵): «enquanto Febo, de luz nunca escasso, / Duzentos cursos faz, dá ele um passo» (86, 7-8).

Estes três orbes mais periféricos são inacessíveis ao olho humano por causa da «grande barreira» da esfera seguinte.

A 8.^a esfera (ou 4.^o círculo externo) é o Firmamento ou esfera das estrelas fixas, sólidas e firmes, porque nele embutidas. Correndo nos seus polos («axes»), guardam sempre a mesma distância umas em relação às outras e encontram-se sempre à mesma distância da Terra. Assegura o poeta que é um orbe adornado («esmaltado») e brilhante: «De corpos lisos anda e radiantes» (87, 2), por nele estarem fixas figuras fulgentes, que são as doze constelações luminosas do Zodíaco: «estelantes / Animais doze traz afigurados» (87, 6-7), numa faixa («largo Cinto d’ouro» – 87, 6) imaginada no céu, e dentro dos limites da qual o Sol se desloca no seu movimento anual aparente, e que são as casas do Sol: «Apousentos de Febo limitados» – 87, 8. Ganhando vida e caracteres (Alves, 2011), são elas, sob a evocação de lendas poéticas: Carreta (Ursa Maior); Cinosura (Ursa Menor); Andrómeda e seu pai – Cefeu; Dragão «horrendo»; Cassiopeia «fermosa»; «o gesto turbulento» de Orião ou Oríon (é a que traz chuva e tempestades); Cisne «morrendo que suspira»; Lebre; Cães (que são a *Canis maior*, a que pertence o Sírio, e a *Canis minor*); Argo («Nau») e «doce» Lira, como é referido na estrofe 88.

4.2 Sete Céus

Sob o Firmamento, ou seja, abaixo da «grande barreira», surgem os Sete Céus, ou sete esferas dos sete planetas, possuindo todos nomes de deuses, cuja esfera superior cerca esfericamente a inferior. Eles completam a sua revolução própria em tempos diferentes, ou seja, cada planeta tem o seu ano. Tanto são planetas como deuses e são eles: Saturno, Júpiter, Marte (três planetas superiores); Sol / Febo / Apolo (planeta central); Vénus, Mercúrio e Lua / Diana / Cíntia (três planetas inferiores). Como veremos, este facto incitará o poeta a desmontar aqui a maquinaria mitológica, subordinando-a ao Deus dos cristãos.

¹⁴ Porém, o movimento diurno do Sol é curso «alheio», proveniente do Primeiro Móvel.

¹⁵ Aqui vemos como Camões simplifica a sua máquina: fala em «um passo» (um grau), enquanto Pedro Nunes fala em «hum grao e 23 minutos».

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

O primeiro planeta é Saturno, o segundo é Júpiter, que, mitologicamente, representa (mas não é) a Santa Providência: «a Santa Providência, / Que em Júpiter aqui se representa» – 83, 1-2. A Máquina do Mundo é governada pela Divina Providência e é ela que anima todas as suas engrenagens. A Saturno, «Deus antigo», e a Júpiter, segue-se o céu de Marte (três planetas superiores), mais o Sol / Febo, única estrela de luz própria: «o claro Olho do Céu, no quarto assento» – 89, 5 (cuja esfera fica no meio, portanto, acaba por ser central, mas entre os planetas superiores e inferiores e não o centro do cosmos), mais três planetas inferiores: Vénus, Mercúrio e Diana / Lua, «com três rostos» (89, 8), ou seja, Lua Cheia, Quarto Crescente e Quarto Minguante, porque a Lua Nova quase não se vê. O poeta sintetiza numa única estrofe (a 89) a enumeração dos planetas, geralmente adicionando um epíteto: «Saturno, Deus antigo»; «Marte [...] bélico inimigo»; «Vénus, que os amores traz consigo»; «Mercúrio, de eloquência soberana», pois é o deus mensageiro e da eloquência; «Com três rostos [...] Diana», interessando-se mais pelas figuras mitológicas que os encarnam do que propriamente pelos planetas, já que estamos perante uma descrição astronómico-poética e não simplesmente astronómica. Atesta ele na sua linguagem poética:

Debaxo deste grande Firmamento,
Vês o céu de Saturno, Deus antigo;
Júpiter logo faz o movimento,
E Marte abaxo, bélico inimigo;
O claro Olho do céu, no quarto assento,
E Vénus, que os amores traz consigo;
Mercúrio, de eloquência soberana;
Com três rostos, debaxo vai Diana. (X 89)

Os sete céus têm diferentes cursos («diferente / Curso verás» – X 90, 1-2): uns lentos, outros mais rápidos: «nuns grave e noutros leve» – 90, 2; ora se aproximam da terra, ora se distanciam, tal como desejou «o Padre Onnipotente» – 90, 5. Cada uma das sete esferas planetárias (exceto o Sol, a mais simples de todas) é composta de vários orbes. Por exemplo, Saturno era composto de três céus: os dois céus deferentes do auge de Saturno e, entre os dois, o céu deferente do epíclio de Saturno (Silva, 1915: 63). Com os restantes planetas acontecia o mesmo. O Empíreo, o Primeiro Movente, o Segundo Movente e o Firmamento não os possuem, já que são formados por uma só camada esférica. Todavia, o poeta, sóbrio na descrição, não entra nesses detalhes, em primeiro

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

lugar porque a sua principal função é *delectare* e não ensinar a astronomia em profundidade, que é subsidiária no Poema; em segundo lugar, tal informação tornaria o Poema prolixo e aborrecido pelo emprego de tecnicismos como: «deferentes», «epiciclos», «excêntricos», «equantes», «elíptica», «movimento dos auges», «trepidação» (o movimento perpétuo do Firmamento), «movimento de precessão [dos equinócios]»... «Na descrição dos movimentos planetários Camões refere-se apenas aos excêntricos, não pensando em descrever os tão diversos movimentos dos epiciclos... reduz as esferas planetárias à simplicidade da do Sol» (Silva, 1915: 66).

3.3 Região elementar

Tendo Camões começado pelo Empíreo, vem findar a descrição da grande Máquina do Mundo no globo terráqueo, colocado no centro. Esta região elemental (ou elementar) já tinha sido descrita em VI, 10-12, aquando da descrição das portas do palácio de Neptuno, em que ela surgia esculpida. Tal região está sujeita a contínua alteração e é composta pelos quatro elementos ou corpos simples de Empédocles pela seguinte ordem, em que cada um encontra a sua estabilidade ou o seu lugar devido ao princípio intrínseco de movimento, densidade ou gravidade: Fogo (o mais puro e leve, por isso mais externo) e Ar (com três partes: ínfima, mediana, suprema, mas o autor não entra em detalhes); mais abaixo: Água e Terra:

Que o fogo fez [O pai omnipotente] e o ar, o vento e neve,
Os quais verás que jazem mais a dentro
E tem co Mar a Terra por seu centro. (X 90, 6-8)

No centro, por ser a «mais grave» ou pesada, encontra-se a Terra, «a pousada dos humanos» – 91, 1, e o Mar, «o mar *instábil*» (91, 4), onde os homens sofrem e experimentam os seus danos e trabalhos, de que fala a *História Trágico-Marítima*. É em ambos, que depois passa a descrever geograficamente, que os portugueses vão praticar altos feitos.

4. Destruição da máquina mitológica

Um dos aspetos mais enérgicos e dinâmicos do poema, pelo seu carácter poético e lúdico, é o recurso à mitologia pagã, quer por tradição, como na *Iliada* ou na *Eneida*, quer pelo proveito poético. De facto, o emprego da mitologia joga em *Os Lusíadas* um papel de relevo, como deleite

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

(o *delectare* retórico), humor, ornamento ou moldura e até mais do que isso, pois há figuras que possuem muita força, mais do que se o poeta recorresse a entidades cristãs. É o caso de Baco, deus do Oriente e vil intrigante, fautor de tempestades (uma espécie de Diabo), que tem medo de perder o seu reino oriental com a chegada dos portugueses. Averso à ordem ocidental, apenas opera por enganos e traições. Quanto proveito poético não tira o poeta do seu antagonismo, maldade e inveja? O mesmo se diga de Vénus, força protetora e benigna que triunfa sobre Baco. Afeta ao povo imperial dos romanos, ao povo português e à sua língua, pela proximidade com a latina, é ela que, pelo seu grande amor ao povo lusitano, protege a empresa dos portugueses de propagação da fé de Cristo no Oriente. Quanto proveito não tira o poeta da sua astúcia, sedução e erotismo, ao passo que não poderia tirar se a substituísse, por exemplo, pela Virgem Maria ou pelos Santos? O mesmo se diga de Marte, deus guerreiro e igualmente protetor, com o qual o heroico povo lusitano se identifica. O seu discurso completa os argumentos de Vénus perante Júpiter (Cidade, 1995: 116 e ss.).

No entanto, essa máquina ou aparato mitológico, construído ao longo do Poema, é aqui, quase no final, no momento da descrição da Máquina do Mundo, destruído sem piedade, quer por liberdade do próprio autor (como filho espiritual do Cristianismo e não neopagão), quer por exigência do Censor. De facto, aquando da descrição do Empíreo, o poeta, na voz de Tétis, acaba por aniquilar a superestrutura mitológica que havia criado e que tão útil lhe havia sido, quando refere que o círculo mais externo é o lugar de Deus e dos «gloriosos divos» (82, 1-2), como os anjos e os bem-aventurados, e não das divindades pagãs, que são fabulosas e ideais. Certifica ele na sua linguagem poética:

Aqui, só verdadeiros, gloriosos
Divos estão, porque eu [Tétis], Saturno e Jano,
Júpiter, Juno, fomos fabulosos,
Fingidos de mortal e cego engano.
Só pera fazer versos deleitosos
Servimos; (X 82, 1-6)

Aqui dissolve-se o mito e emerge a realidade; aqui vemos a rutura do véu da fantasia mitológica (que só serve para «fazer versos deleitosos») pela verdade. Dessa forma, Camões subjogou a mitologia à mundividência cristã, ao confessar que a mitologia é um ornato da

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

linguagem; e fornece a explicação do emprego dos deuses mitológicos – têm uma função estética, poética e simbólica. Afinal, são uma efabulação, são uma ficção poética, são «fingidos» e «poéticos»; são alegorias (é a interpretação alegórica), como Júpiter que representa a Santa Providência, a qual governa o mundo, e os restantes deuses que representam os espíritos angélicos; são só nomes que já a Poesia («a pintura, que varia¹⁶» – 84, 1) antiga lhe havia atribuído e que o Poeta segue: «nomes que a antiga Poesia / a seus Deuses já dera, fabulando» (84, 3-4). Assim, Camões teceu em volta do descobrimento marítimo uma intriga de proteção e oposição mitológicas e desfê-la aqui, no fim do Poema, como se toda a ajuda prestada pelos divos pagãos fosse anulada (Cidade, 1995: 115).

Portanto, por um lado, ele via a mitologia como um ornato poético para enriquecer a sua poesia, na continuação de uma longa tradição épica; por outro lado, nas estrofes 91 e 92, ele explica-se melhor e entende os deuses como antigos heróis que foram divinizados em nome dos seus altos feitos – é a interpretação evemerista:

Divinos os fizeram, sendo humanos.
Que Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Eneas e Quirino e os dous Tebanos,
Ceres, Palas e Juno com Diana,
Todos foram de fraca carne humana.

Mas a Fama, trombeta de obras tais,
Lhe deu no Mundo nomes tão estranhos
De Deuses, Semideuses, Imortais,
Indígetes, Heróicos e de Magnos. (X 91, 4-8; 92, 1-4)

O Censor da *editio princeps* de 1572, Fr. Bartolomeu Ferreira, na licença do Santo Ofício por si outorgada, tocou no assunto dos deuses mitológicos, afirmando que, como eles são «Poesia & fingimento», não há motivo para recusar a licença de publicação da obra; e que teria sido necessário, no início do Poema, que o poeta advertisse o leitor da inserção da ficção mitológica por questões poéticas:

¹⁶ As figuras de retórica estão para o discurso como as cores para a pintura, pelo brilho e prazer que concedem. É uma locução que lembra o símile horaciano “*ut pictura poesis*” (*Arte Poética*, 361), mas atribuído a Simónides de Ceos, séc. V a.C.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

«[...] somente me pareceo que era necessário advertir os Lectores que o Autor pera encarecer a dificuldade da navegação & entrada dos Portugueses na India, usa de hũa ficção dos Deoses dos Gentios. [...] Toda via como isto he Poesia & fingimento & o Autor como poeta, não pretende mais que ornar o estilo Poetico não tivemos por inconveniente yr esta fabula dos deoses na obra, conhecendoa por tal...».

O que Fr. Bartolomeu Ferreira não disse é que Camões, redimindo-se perante os leitores e perante o próprio Censor, a quem desejava agradar, acabou por cumprir, no final do Poema, essa sugestão, e até foi mais longe do que aquele propunha, ao destruir inclementemente a maquinaria ou aparato mitológico.

Estas palavras do Censor foram a primeira de muitas reações, entre o séc. XVI e XX, à presença da mitologia pagã no Poema, dividindo-se elas em duas opiniões opostas: aqueles que defendiam para *Os Lusíadas*, como obra renascentista, o princípio da imitação dos modelos clássicos de Homero e de Vergílio e a sua obediência, como género codificado, à teoria literária greco-latina (a *Poética* de Aristóteles e a *Arte Poética* de Horácio) e renascentista (por exemplo, os comentadores italianos de Aristóteles, como Torquato Tasso), que regulava o género épico e que tinha invadido grande parte da poesia renascentista; e aqueloutros que, vendo na mitologia pagã uma imperfeição e contradição interna, até uma «idolatria», preferiam a introdução de princípios de natureza moral na constituição da obra de arte e, por conseguinte, a atualização dos deuses pelos Santos e Anjos, empregando nas ficções os milagres e as aparições¹⁷. Para os primeiros a mitologia faz parte do fingimento poético, ornato da poesia e seria inoportuno introduzir entidades divinas num Poema profano e ficcional, podendo comprometer o decoro ao sagrado e sujeitando-se o seu autor à crítica e desagrado; para os segundos parece haver uma contradição interna e uma flagrante oposição entre o paganismo mitológico do Poema e a sociedade cristã dos leitores e a missão cristã da obra; além de ser uma afetação do primado da naturalidade e da verosimilhança (Pires, 1982: 24-26; Morganti, 2003: 92 e ss.).

A questão foi discutida com paixão e ganhou contornos de diatribe como na querela entre o Padre José Agostinho de Macedo, contra a mitologia, e o Cardeal Francisco Saraiva, a seu favor.

¹⁷ Ver Morganti, 2003: *passim*. Entre os primeiros, a favor, contam-se João Soares de Brito, Manuel de Faria e Sousa, Manuel Severim de Faria, Manuel Correia e João Franco Barreto e, mais tarde, o Cardeal Francisco de São Luís Saraiva; entre os segundos, acham-se Manuel Pires de Almeida e, mais tarde, o Padre José Agostinho de Macedo.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

O primeiro acreditava que, com esse esforço servil de imitação da épica clássica, Camões acabou por construir, num tempo muito distante, uma ficção absurda, ineficiente e inverosímil pela introdução da maquinaria mitológica numa épica que immortalizava a empresa cristã. De facto, num novo tempo: já não pagão, mas cristão, a *imitatio* não devia estender-se às entidades sobrenaturais, mas ter em conta o maravilhoso da época, os costumes, as crenças dos leitores e o propósito educacional (o *docere* retórico) da poesia – daí que fosse preferível a introdução do maravilhoso cristão, mais verosímil e coetâneo.

O segundo, em defesa de Camões, vê na mistura de mitologia com os mistérios da religião uma prática comum na poesia renascentista, que se rege pelos princípios das artes poéticas clássicas, não podendo a questão ser colocada em termos de «incompatibilidade entre universo pagão e cristão»; é antes um costume literário bem aceite no séc. XVI e que havia invadido toda a poesia, não havendo eloquência sagrada sem alusão ao paganismo; trata-se, pois, de uma ficção graciosa, de puro fingimento, próprio da Antiguidade e imitado no Renascimento, ao qual o poeta não poderia ficar alheio, que introduz deleite poético, intriga, ludicidade, humor e sensualidade, colocando-se a questão no campo da poesia e não da religião e sendo o seu autor um poeta e não um teólogo.

Esta opinião vem na continuação daquilo que o próprio poeta pensava acerca da mitologia, como atrás ficou dito, e será aceite nos tempos posteriores, Romantismo e século XX. Ele via a mitologia como *inventio*, um ornato poético, deleite e alegoria para enriquecer a poesia; por outro lado, partilhando da interpretação evemerista, entendia os deuses como antigos heróis que foram divinizados em nome dos seus altos feitos. De facto, no geral, a crítica romântica de Oitocentos via a mitologia da épica renascentista como ornato e, portanto, desprovida de qualquer significação; como adorno poético ou adereço com função de deleite, imposto pela preceptiva de um tempo ao qual o poeta não poderia escapar (Morganti, 2003: 124 ss.; 162).

No século XX, a querela envolveu, entre outros, autores como Jorge de Sena, António José Saraiva e Hernâni Cidade. Para António J. Saraiva (1972: 185-186) a mitologia era a expressão do gosto e cultura humanística, um período iluminado e otimista. Para Hernâni Cidade (1995: 104 ss), «a mitologia representaria... o otimismo da Renascença, em contraposição às “trevas” da Idade Média. Mas porque o poeta as teria admitido como ficção no Canto X? Essa questão incomodou boa parte da fortuna crítica do séc. XX.» (Morganti, 2003: 163-164) Talvez pela falta de liberdade

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

imposta pelo Santo Ofício e pela Companhia de Jesus ao Censor referido e daí ao poeta. Jorge de Sena (1970: 159 ss) busca na «concepção estética e moral» a explicação da mitologia como ornato da linguagem, que o poeta resgatou do repertório clássico e, inovando, emulou dos modelos do género épico, tal como a tradição humanista o entendia; e porque foi a mitologia que lhe permitiu (ao passo que as entidades cristãs não permitiriam) uma grande liberdade criadora, que muito engrandeceu o seu engenho.

5. Conclusão

A inclusão de um tema geográfico e astronómico numa obra épica, como *Os Lusíadas*, é uma temática de grande tradição no género, portanto um *topos* da tradição épica e poética, pelo que não é inesperado que Camões também o abordasse. O segundo tema, a descrição celeste, serve de preparação e contexto à descrição geográfica da terra, que ocorrerá de seguida, com a descrição dos seus quatro continentes, onde os portugueses, devassando terras e mares, vão realizar grandes e globais feitos.

A descrição e contemplação da Máquina do Mundo no cume da Ilha dos Amores faz parte de um prazer intelectual, elevado ou etéreo para Gama, que se opõe ao prazer corpóreo, mundano, baixo ou terreno concedido aos marinheiros pelo seu esforço na gesta dos Descobrimentos; e a ascensão dolorosa de Gama até ao cume lembra o caminho árduo e esforçado do conhecimento.

Com a inclusão da mecânica celeste, há uma conjugação de astronomia e de poesia, por isso narra-se de forma poética, com todos os acidentes poético-literários (como quando os deuses ganham vida ou as doze constelações do Zodíaco), mas sem cometer erros de teor científico, portanto de acordo com a concepção do tempo. O propósito de Camões não é fazer um livro de astronomia – para isso seria melhor ler a obra do famoso matemático Pedro Nunes – mas sim uma descrição poético-astronómica, para deleite dos leitores, não entrando nos tecnicismos astronómicos, que seriam fatigantes e inoportunos.

Na descrição da Máquina do Mundo, o autor segue o modelo ptolomaico, que havia sido trabalhado por árabes e cristianizado durante a Idade Média, para que não entrasse em contradição com a *Bíblia* e com os comentários dos Padres da Igreja. É uma Máquina de onze esferas celestes e concêntricas com a Terra, mais quatro esferas elementares, de acordo com os quatro elementos

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

e a sua densidade, a qual, em termos científicos, explica bem a constituição do cosmos e satisfaz plenamente astrónomos e matemáticos.

Ao lado da Máquina do Mundo, há uma outra máquina, quase a terminar o Poema, que é destruída: é a maquinaria mitológica, que até então tinha sido muito útil ao poeta; destruída aquando da descrição da primeira esfera, o Empíreo, morada da divindade, dos anjos e dos bem-aventurados; e não dos deuses, que são «fingidos», «poéticos» e efabulações que só servem para criar versos e deleitar, já que o Deus verdadeiro e criador é só um – o Deus dos Cristãos.

A introdução da maquinaria mitológica, em tempos de cristianismo, e não a presença de entidades religiosas, como os Santos e os Anjos, valeria ao poeta variadas críticas, ao longo dos séculos XVI a XVIII, como a falta de verosimilhança e naturalidade com o mundo dos leitores e a ridícula mistura de paganismo com cristianismo. No entanto, a crítica contemporânea, que se revê na explicação adiantada pelo poeta no Canto X, vê na maquinaria mitológica, além de uma contribuição para a unidade do Poema, uma ficção mitológica e veículo deleitoso; entidades poéticas e simbólicas e não entidades vivas; a adequação à teoria literária clássica e aos modelos de Homero e de Vergílio, que invadiram toda a poesia renascentista, e a adaptação a critérios técnicos inerentes à poesia épica e não de ordem teológica ou de verosimilhança com o tempo do poeta.

Bibliografia

ABREU, José M. Ferreira de (2017), *A Máquina de «Os Lusíadas»*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

ALVES, Hélio J. S. (2011), “A Máquina do Mundo n’ *Os Lusíadas*”, in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho e Rio de Janeiro, Leya Brasil, pp. 555-559.

BENEDITO, Silvério (1997), *Para uma leitura de «Os Lusíadas» de Luís de Camões*, Lisboa, Presença.

BRASIL, Reis (2001), *Os Lusíadas. Sublimação do género épico*, Lisboa, Hugin Editores.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

CAMÕES, Luís de (1972), *Os Lusíadas, de Luís de Camões*. Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

CAMÕES, Luís de (2017), *Obras completas de Luiz Vaz de Camões. Épica e Cartas*, vol. I. Organização de Maria Vitalina Leal de Matos, Silveira, E-Primatur / Letras Errantes.

CAMÕES, Luís de (2021), *Os Lusíadas*. Introdução, atualização do texto e aparato de Rita Marnoto, Braga, Universidade do Minho.

CIDADE, Hernâni (1995), *Luís de Camões Épico*, Lisboa, Presença.

CIDADE, Hernâni (1973), *Portugal histórico-cultural*, Lisboa, Círculo de Leitores.

COSTA, João da Mata (2003), “Camões e a cosmogonia”. *Boletim da Sociedade Astronômica Brasileira*, vol. 23, n.º 1, pp. 74-75.

DELAMBRE, M. (1819), *Histoire de l’astronomie du Moyen Age*, Paris, Mme Ve Courcier.

HENSEN, João Adolfo (2018), “Máquina do Mundo”, *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, n.º 19, pp. 295-313.

LEITÃO, Henrique (2011). “O «In Theoricis Planetarum Georgii Purbachii Annotationes» (1566) de Pedro Nunes”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, 65 – Suplemento (Outubro), pp. 56-58. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/boletimspm/article/view/1205>

MATOS, Albino de Almeida (1984), “A mitologia em Camões vista através das perspectivas do Poeta”, in *IV Reunião Internacional de Camonistas. Actas*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 349-358.

MORGANTI, Bianca Fanelli (2003), *A mitologia n’Os Lusíadas. Balanço histórico-crítico*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.303140>

NUNES, Pedro (2002). *Tratado da Sphera: Astronomici introductorii de spaera epitome*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Celeste Pedro, Manuel Ramos – *Verso e Universo: revisitando a Máquina do Mundo camoniana (Os Lusíadas X 74-90)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 28-54.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a2

PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1982), *A crítica camoniana no séc. XVII*, Amadora, Livraria Bertrand.

PLAGNARD, Aude (2018), “A descrição da máquina do mundo: Francisco Garrido de Villena e Luís de Camões”, *Criticón* [En línea], 134. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/criticon.5056>

SANTOS, J. J. Moreira dos (1984), “A problemática do maravilhoso cristão em “Os Lusíadas””, in *IV Reunião Internacional de Camonistas. Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 631-642.

SARAIVA, António José (1972), *Luís de Camões: estudo e antologia*, Lisboa, Europa-América.

SENA, Jorge de (1970), *A estrutura de “Os Lusíadas” e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*. Lisboa, Edições 70.

SILVA, Luciano A. Pereira da (1915), *A Astronomia dos Lusíadas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://archive.org/details/astronomiadoslus00pere/page/n8/mode/1up>

SOUSA, Manuel de Faria e (1639), *Lusíadas de Luis de Camoens, principe de los poetas de España*, Madrid, Juan Sanchez.

VENTURA, Augusta Faria Gersão (1944), *A máquina do mundo. Resumo das ideias cosmológicas desde os tempos primitivos até ao fim do século XIX*, Porto, Portucalense Editora.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

«Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett

«Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: Déclin et mort de la patrie dans le poème *Camões* (1825), d'Almeida Garrett

«Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: Decadencia y muerte de la patria en el poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett

«Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: Decline and Death of the Homeland in the Poem *Camões* (1825), by Almeida Garrett

Ariana Sanchez
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
arianagisellesanches@gmail.com

Resumo: O presente ensaio estuda a temática da «morte da pátria» na literatura portuguesa do século XIX, a partir do contraste entre o retrato heroico e nobre de Luís de Camões e a imagem de uma pátria em decadência, e moribunda, no poema épico-dramático *Camões* (1825), de Almeida Garrett. O discurso em torno da nação, identificada ao longo do poema com a figura de Camões, atravessa o século e será retomado na literatura da chamada «Geração de 70». Este estudo procura, portanto, compreender a influência do retrato de Camões esboçado por Garrett nas obras de Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro.

Palavras-chave: Camões; Garrett; decadência; morte da pátria.

Abstract: This essay explores the theme of the “death of the homeland” in nineteenth-century Portuguese literature, through the contrast between the heroic and noble portrayal of Luís de Camões and the image of a decaying and dying homeland in Almeida Garrett's epic-dramatic poem *Camões* (1825). The discourse on the nation, throughout the poem identified with Camões, spans the century and is later revisited in the literature of the so-called “Generation of 70”. This study seeks to understand the influence of Garrett's portrayal of Camões on the works of Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, and Guerra Junqueiro.

Keywords: Camões; Garrett; decline; homeland death.

Résumé : Cet essai étudie la thématique de la « mort de la patrie » dans la littérature portugaise du XIXe siècle, à travers le contraste entre le portrait héroïque et noble de Luís de Camões et l'image d'une patrie en déclin et mourante dans le poème épico-dramatique *Camões* (1825) d'Almeida Garrett. Le discours autour de la nation, identifiée tout au long du poème avec la figure de Camões, traverse le siècle et sera repris dans la littérature de la soi-disant « Génération de 70 ». Cette étude cherche ainsi à comprendre l'influence du portrait de Camões esquissé par Garrett sur les œuvres d'Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz et Guerra Junqueiro.

Mots-clés: Camões; Garrett; déclin; mort de la patrie.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Misero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

Resumen: Este ensayo estudia la temática de la «muerte de la patria» en la literatura portuguesa del siglo XIX, a partir del contraste entre el retrato heroico y noble de Luís de Camões y la imagen de una patria en decadencia y moribunda en el poema épico-dramático *Camões* (1825), de Almeida Garrett. El discurso en torno a la nación, identificada a lo largo del poema con la figura de Camões, atraviesa el siglo y será retomado en la literatura de la llamada «Generación de 70». Este estudio busca, por lo tanto, comprender la influencia del retrato de Camões esbozado por Garrett en las obras de Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz y Guerra Junqueiro.

Palabras clave: Camões; Garrett; decadencia; muerte de la patria.

Abre com uma longa invocação à saudade¹ o poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. O vocábulo, que desde esta primeira estrofe, com recurso a oxímoros vários, se inscreve concomitantemente nas esferas do sofrimento e do prazer, ocorre nesta composição poética dezasseis vezes, no singular como no plural; um facto que, mais do que constituir uma estatística vã, que os recursos tecnológicos permitem asseverar com facilidade, demonstra bem a centralidade que a palavra, «porventura o mais doce, expressivo e delicado termo de nossa língua» (Garrett, 2018: 227), adquire na ordem do poema. Naturalmente, tal importância estende-se ao objeto primordial desta mesma saudade: a pátria – à qual regressa, ainda neste primeiro canto, o cantor d’*Os Lusíadas*, e pela qual Almeida Garrett anseia (exilado em Paris aquando da publicação da obra, o escritor inscreve-se, deste modo, como noutras passagens será também evidente, na estrutura do poema) – é o centro de uma vasta e determinante reflexão, à margem da qual se torna impossível apreender plenamente o sentido atribuído por Garrett à figura de Camões.

Implicam-se mutuamente, neste poema, os retratos da pátria e do poeta épico², não apenas porque o seu autor não foi insensível à «íntima conformidade que havia, no caso de Camões, entre o destino individual de um poeta e o destino coletivo da decaída Pátria que cantara para exortá-la a regenerar-se sob o ardor de D. Sebastião» (Monteiro, 2011:

¹ «De *saudade* quisera eu dizer ainda alguma coisa. — Saudade, palavra, cuidado que vem, por derivação oblíqua, do latino *solitudo*. Oblíqua digo, porque *direitamente* derivaram os nossos de *solitudo*, solidão, soidão e depois soledade, soidade, finalmente saudade. De modo que, por esta síntese (ou pela análise, que é óbvia), se vem a entender claramente que o verdadeiro sentido de saudade é — os sentimentos ou pensamentos da soledade ou solidão ou soidão; o desejo melancólico do que se acha na solidão, ausente, isolado de objetos por que suspira, amigos, amante, pais, filhos, etc.» (Garrett, 2018: 228; nota A, Canto I).

² Escreve Camilo Castelo Branco que «o protagonista do sempre formoso poema de Almeida-Garrett é um Luiz de Camões romântico, remodelado na fantasia melancólica d’um grande poeta exilado, amoroso, nostálgico» (1880: 7).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

180), como também por se ter empenhado, Garrett, em apresentar o bardo português como signo dos valores antigos de uma pátria que, mesmo na contemporaneidade de Luís de Camões (em meados e fins de Quinhentos, entenda-se), já não existia. O retrato do «cantor-guerreiro» de alta estirpe moral contrasta com a de uma pátria ingrata, atolada em vícios e tirania, distante já das glórias que a honra e o esforço dos seus antepassados haviam conquistado:

«Qu' é desse esp'rito que animava os fortes?
 Qu' é desse vivo ardor de fama honrada
 Que faiscava em lusitanos peitos,
 E a arriscadas ações, a empresas grandes,
 A mais que humanos feitos os levava»
 Extinguiu-se, acabou. Já fomos Lusos;
 Fomos: — de nossa glória o brado ingente
 Breve será clamor que geme longe,
 Como voz de sepulcros esquecidos
 Balda soando no porvir que a ignora» (Garrett, 2018: 124; Canto IV, est. XI).

Ao considerar-se a identificação de Camões com a pátria – latente ao longo da obra e apresentada de forma mais contundente no seu derradeiro Canto, no qual Garrett faz coincidir a morte do poeta épico com a da própria pátria – devemos ressaltar que ela não é referente à pátria que conheceu Camões, nem muito menos ao Portugal de Almeida Garrett, também ele, como o autor, projetado na narrativa³. Os valores de que Camões se torna símbolo são, efetivamente, os de uma “pátria de outro tempo”, cujo renome se perdeu na história.

Que o retrato do poeta se oponha com tanta evidência ao retrato da pátria não decorre exatamente da imaginação de Garrett, ou de qualquer outro escritor ou artista, antes da própria sensibilidade de Camões. Quero com isto dizer que já n' *Os Lusíadas* o retrato do país (e da sua nobreza, particularmente), sinalizando os primeiros sintomas da decadência do reino, opõe-se de forma evidente ao autorretrato do poeta. Do ponto de vista retórico, o alto conceito que o poeta tem de si mesmo – e não se coíbe de apresentar, sob o manto decoroso da modéstia, ao destinatário do seu poema épico – ganha força no contraste estabelecido com a flor de uma nobreza envilecida, a quem, como a D. Sebastião, Camões repreende com surpreendente veemência. A esta mesma nobreza, o poeta propõe um alto ideal de heroísmo (Canto VI, est. 95-99), do qual (no epílogo da

³ «Os românticos não viajam realmente em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente» (Lourenço, 1999: 149).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

epopeia, nomeadamente) se apresenta como exemplo. Nas palavras de Faria e Sousa, o autor d’*Os Lusíadas* apresentou-se «delante del Rey Don Sebastian, como un Bautista delante de Herodes a condenarle sus costumbres» (Sousa, 1972a, vol. II: col. 53).

Garrett faz eco da voz crítica de Camões na sua «paráfrase» da epopeia camoniana. Nos cantos III e IV da sua composição poética, é o protagonista – ainda convalescente, depois da visão do cadáver de Natércia – quem narra ao missionário espanhol, que o acompanha e lhe dá guarida, a sua história e dá a conhecer as motivações subjacentes à escrita da sua epopeia. Desta forma, Garrett transforma em depoimento as muitas reflexões presentes no poema épico de Camões, não divergindo do sentido que elas aí adquirem.

O retrato de Camões como profeta *mal-amado* na sua pátria, à imagem desses cuja voz clama no deserto pelo arrependimento e conversão dos pecadores – um retrato esboçado por Camões nas derradeiras estâncias do seu poema épico e ao qual o supracitado excerto de Faria e Sousa faz alusão – está também presente no poema épico-dramático de Garrett:

«De indignado

Ergui a voz, clamei contra a vergonha
Que o nome português assim manchava,
Esconjurei as sombras indignadas
Dos heróis fundadores dum império
Que tão bastardos netos destruíam (2018: 124-125; Canto IV, est. XII).

Soaram

Tremendos, nos ouvidos criminosos
Dos cortesãos hipócritas e astutos
Os livres sons do nobre patriotismo
Com que a treda impostura d’ímpios bonzos
E a tirania infame de validos
O guerreiro cantor asseteara.
[...]

Nunca tão terrível,

Nua verdade lhes mostrou seus crimes,
Como na boca desse vate ousado» (2018: 212; Canto X, est. 12).

Do meu ponto de vista, o sentido “antiépico” das chamadas «reflexões do poeta»⁴ – as quais *contaminam* todo o poema – revela que, ao contrário do que em vários tempos

⁴ «A epopeia estava imbuída da amargura do homem que experimentara a pobreza, as durezas da vida de soldado, a desolação do desterro, as agruras da prisão. Em geral, as estrofes finais dos cantos continham sempre uma nota de censura» (Novo, 2024: 465). «Camões apontava o dedo aos comandantes vis que atraíam os companheiros e entregavam as fortalezas aos inimigos «a troco do metal luzente e louro». Aos que corrompiam. Aos que falseavam a verdade. [...] Ah, e nem o próprio rei era poupado às críticas.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

e contextos se pretendeu (e se continuará a pretender), a epopeia camoniana, não deixando de ser a celebração da história de Portugal, é também, e com maior precisão, a consagração (tumular, diria), de um *Portugal que foi*.

A constatação – magoada – da decadência da pátria, que norteia a escrita de Almeida Garrett, encontra-se já no próprio texto sobre o qual (à maneira de um palimpsesto) o autor romântico escreve. O episódio do Velho do Restelo – sobretudo quando confrontado, por exemplo, com a *Institutio Sebastiani Primi* (1558), de Diogo de Teive – ilustra bem o modo como, já em Quinhentos, era generalizada a ideia da decadência do reino⁵. Este sentimento de declínio traduziu-se, nomeadamente, na forte contestação que recebeu D. João III pelo abandono de várias praças africanas, como as de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila e, na obra épica de Camões, em críticas – mais ou menos explícitas – aos vícios que, na opinião do poeta, depravavam as conquistas portuguesas no Oriente:

«Deixas criar às portas o inimigo,
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovoe o Reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe!» (Camões, 2010: 184).

A política adotada pelo monarca *Piedoso* não carecia de justificativas, uma vez que os escassos recursos do reino tornavam insustentável e infrutífera a manutenção e administração desses territórios. Mas não era uma opção que condissesse com os valores lusos cantados por Luís de Camões na sua epopeia. A exortação que o poeta dirige a D. Sebastião, no epílogo do poema épico – coerente com a proposta apresentada no episódio do Velho do Restelo – é também uma crítica ao rumo da política externa portuguesa (que, com certa veemência, o autor d’*Os Lusíadas* defende que devia voltar-se de novo para o Norte de África⁶). O Oriente torna-se na epopeia camoniana um símbolo claro da degradação do império, algo a que a paráfrase de Garrett não deixa de conceder importância:

A D. Sebastião, como já vimos, Camões censurava o entusiasmo excessivo pela caça e o desinteresse pelo sexo oposto» (Novo, 2024: 466). Ainda segundo Isabel Rio Novo, a dureza destas críticas (as quais, do meu ponto de vista, conferem à epopeia um certo sentido “antiépico”), explicam o facto de, não obstante a edição d’*Os Lusíadas* ter sido custeada por D. Manuel de Portugal, este ter preferido «permanecer na sombra»: «[D. Manuel de Portugal] não podia comprometer-se excessivamente, nem à sua família, com um poema que, apesar de todos os méritos e excelências, questionava a nobreza, os membros do clero, o sistema jurídico, o próprio monarca...» (Novo, 2024: 467-468).

⁵ Sanches, 2024: 88-93.

⁶ Sanches, 2024.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

«— Já malferido
 De eiva de morte arqueja o império d'Ásia.
 Os devassos costumes, a impiedosa
 Sede de mando, a sórdida cobiça
 Dos ministros da lei, e até — sincero,
 Franco é meu discorrer, e em mal! bem certo...
 Dos que, indignos do altar, o altar profanam
 Com sacrifícios bárbaros de sangue,
 A um Deus só de paz e de bondade,
 Em vez do puro incenso de virtudes»
 (Garrett, 2018: 123-124).

«O cetro de Manuel, nas mãos já débeis
 De Joane começado a desdourar-se
 Do esmalte das vitórias e triunfos
 Com que tanta virtude o adereçara,
 O cetro que, nas mãos doutro Joane
 Que ensinou a ser reis os reis do mundo,
 Fora vara de lei e de justiça» (Garrett, 2018: 147).

Não divergindo do sentido da reflexão em torno da pátria já presente n' *Os Lusíadas*, o discurso de Almeida Garrett distingue-se pela inflexão que lhe dá o autor – ao transformar em morte a decadência constatada e criticada por Luís de Camões no seu poema épico –, tanto quanto pelo alcance que a sua reflexão adquire, através da projeção do tempo da escrita no tempo da narrativa. A saudade da pátria, associada à experiência do exílio⁷, permite a Almeida Garrett projetar-se no esboço de Camões que traçava e tomar parte da sua composição poética, um pouco à imagem do autor d' *Os Lusíadas*, também ele uma figura preponderante na estrutura da sua própria epopeia. As alusões do narrador-autor deste *Camões* às suas vivências são constantes, mais evidentes no primeiro e no sétimo cantos, e sublinham, justificada em larga medida pela similaridade das vidas dos dois escritores⁸, a identificação de Garrett com as provações camonianas, numa lógica

⁷ Tal como refere Maria do Rosário Conceição, Garrett viveu por três vezes a experiência do exílio. O primeiro, entre os anos de 1823 e 1826. Uma segunda vez entre 1828 e 1832, na sequência do regresso de D. Miguel a Portugal. O poeta viveu ainda, entre 1834 e 1836, uma experiência que a autora classifica de “exílio”, ainda que tenha características distintas dos anteriores: «Garrett foi afastado de Portugal, que estava devastado por uma guerra civil, com o pretexto de compor uma missão diplomática» (Conceição, 2017: 254).

⁸ «Por que trazer Camões para o presente [...]?»; «A pergunta é meramente retórica, já que a resposta, todos a sabem: pela projeção do retratado no retratador, ambos amantes da pátria, ambos exilados, ambos poetas, enfrentando a dificuldade de imprimir-se. Só a frustração amorosa ainda não os aproximava; viria mais tarde para Garrett» (Berardinelli, 2012: 502).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

semelhante à que levava Bocage a escrever: «Camões, grande Camões, quão semelhante / Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!»⁹.

Este ver-se em Camões, com toda a humildade – chama-lhe Garrett, nas notas que escreve ao poema, «herói e mestre» (Garrett, 2018: 245) – justifica o idealismo com que o fundador do Romantismo português trata a figura de Camões e é o que permite, por outro lado, que a morte da pátria, situada em 1578, descreva também a situação política do país no ano da publicação da obra¹⁰.

Estamos perante uma morte – a da pátria – desde o primeiro momento anunciada. Repare-se que o protagonista, incógnito durante três cantos, avista a amada pátria pelo final do dia: «O sol descia rápido, e já perto / De seu diurno termo, começava / A destingir no verde-mar das águas / A açafroada cor de que se adorna / No ocaso derradeiro» (Garrett, 2018: 58). O declinar do astro é uma clara alusão ao declínio da pátria, associada, naturalmente, à contemplação da «torre antiga e veneranda, / – Hoje tão profanado monumento / Das glórias de Manuel» (Garrett, 2018: 59). A degradação material da Torre de Belém (restaurada em 1843) simboliza a própria decadência do reino, sobre a qual dissertará Garrett ao longo deste poema.

A metáfora do ocaso para descrever a decadência da nação portuguesa é recuperada por Almeida Garrett no Canto VI do seu poema:

«O astro de Lísia
Do zénite de sua glória descrevia
Curva afrontosa a miserando ocaso,
Que de Alcácer nas tórridas areias
Erros, crimes, traições lhe estão cavando» (2018: 147-148).

A palavra *pátria* é proferida por Camões em voz baixa – «tão baixa, que a tomaras antes / Pelos ecos do interno pensamento» – e tem ainda força, apenas, para despertar o personagem por um momento da sua melancolia:

«Pátria, alfim torno a ver-te.» — E lacerando
Entre os lábios mordidos o ai sentido
Que as piedosas palavras lhe seguia
Recaiu na tristeza taciturna

⁹ «É na confluência entre, por um lado, uma lição de pureza linguística herdada do filintismo, que se faz livre prática interdiscursiva camoniana, e, por outro, um entrelaçamento entre instância autoral e personagem, de tom elmanista, que passa a sobreposição, que se situa o poema intitulado *Camões*, de Almeida Garrett» (Marnoto, 2011: 166).

¹⁰ Como escreve Helena Carvalhão Buescu: «Escrita da epopeia e fim de Portugal fariam coincidir num momento paradoxal a glória épica e o seu mesmo carácter póstumo. A argúcia garrettiana está em construir um poema em que isto não descreve apenas 1580, mas também 1825» (Garrett, 2018: 14).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

De que a ideia da pátria o despertara» (Garrett, 2018: 57).

O estado anímico do poeta reflete, sem dúvida, o estado da pátria. Como já referi, embora os retratos de Camões e da nação sejam paradoxais nos valores que representam, confluem no mesmo destino trágico, anunciado desde o primeiro Canto do poema, e consumado no seu derradeiro. O adjetivo mais frequentemente utilizado por Garrett para descrever a pátria (a sua, pode dizer-se, através da de Camões) é «ingrata» (2018: 101; 103; 151; 189); de sentido idêntico, são utilizados os adjetivos «indigna» (2018: 211) e «infeliz» (2018: 220) e, com uma conotação oposta, as expressões «doce» (2018: 127) e «amada» (2018: 164). O seu retrato é, de uma forma sintética, aquele apresentado no Canto IV do poema, pela figura do Adamastor – viciosa e arruinada:

«E não se acabará só nisto o dano;
Antes por vossas mãos o mor castigo
Recebereis: do império cimentado
Com tanto sangue e com virtudes tantas,
(Breve as heis de perder) medonhos crimes,
Devassa tirania, infandos vícios,
Superstição cruel minarão cedo
Os nobres fundamentos. Aluído
Baqueará por terra o sólio altivo
Que sobre as ruínas erguereis dos povos.
Vis descereis pelos degraus do vício
Do trono a que a virtude vos alçara.

— ‘Assim na extasiada fantasia
Um eco misterioso me soava:
Di-lo-ei presságio triste em já gran’ parte
De seu fadar cumprido!...’» (Garrett, 2018: 122)

Camões, por outro lado, é descrito como «um guerreiro de aspeto altivo e nobre / Mas de vaidade alheio» (Garrett, 2018: 163). Embora a ação do poema épico-dramático seja «a composição e publicação d’*Os Lusíadas*» (2018: 43), a pena influi menos do que a espada no retrato do protagonista; ao menos até ao momento em que Camões apresenta à corte de D. Sebastião a sua epopeia (Canto V). E é sobretudo da relação do poeta com o seu escravo que Garrett se serve para sublinhar a nobreza de caráter do poeta. Camões é referido como um guerreiro «gentil» (Garrett, 2018: 57), «malsofrido» (2018: 62), «melancólico» (68), «incógnito» (69; 83), «silencioso» (70), «jovem» [por comparação ao missionário que o acompanha] (71), «atribulado» (83); «atónito» (12). Parte destes adjetivos são circunstanciais, no sentido em que relevam apenas em determinada passagem do poema; outros, porém, como *melancólico*, *incógnito*, *gentil*, *nobre*,

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

malsofrido e atribulado, são determinantes no retrato físico e psicológico do personagem, sendo, portanto, recorrentes ao longo da narrativa.

Sobre o adjetivo «incógnito», direi que não se limita a sublinhar o anonimato do poeta nos primeiros dois cantos do poema¹¹; descreve, também – e esta será uma leitura bem mais relevante, dada a importância que adquire no poema o tema da ingratidão da pátria –, o desinteresse dos contemporâneos pela vida do bardo, que não chega a conhecer em vida a fama que o seu engenho e o serviço prestado à pátria mereciam: «E como ao ouvido / Chegou d’el-rei meu ignorado nome?» (Garrett, 2018: 142). Verdadeiramente, o nome do poeta apenas adquire importância após a sua morte, quando a sua fama dará novo ímpeto ao nome da pátria, «Esquecido na terra, envergonhado» (2018: 106): «Soa o brado ingente / Já pela Europa; e o nome lusitano / Ao nome de Camões eterno se une» (2018: 106).

Por sua vez, os adjetivos *gentil* e *nobre* assinalam a elevada estatura moral do personagem – elevado à condição de herói –, evidente, nomeadamente, na humanidade com que trata o seu escravo:

«Era de ver, e digno
Espetáculo adonde se cravassem
Os olhos todos dessa raça abjeta
Que se diz de homens, a figura nobre
Do guerreiro, em que toda se debuxa
A altivez, a grandeza, a força d’ânimo,
Com o andrajoso, humilde e pobre escravo
Em atitude tal» (Garrett, 2018: 217).

O contraste entre Luís de Camões e os homens do seu tempo – os homens da corte de D. Sebastião, principalmente, que o poeta tão severamente admoestou – é particularmente evidente no Canto VII, quando o autor d’*Os Lusíadas*, acompanhado do missionário espanhol, chega aos paços de Sintra: «Dous novos, que no gesto e ad’man bem mostram / Quanto esteiras do paço os desconhecem» (Garrett, 2018: 163).

O protagonista passa a ser referido, desde que se apresenta ante D. Sebastião, como «guerreiro cantor», expressão através da qual Garrett alude ao ideal de conjugação das armas e das letras que percorre a epopeia camoniana: «Atento o jovem rei fitava ansioso / O guerreiro cantor que o nobre aspecto / Tinha como de glória resplendente» (Garrett,

¹¹ O anonimato do poeta foi, tal como a invocação inicial à saudade, objeto da reprovação do crítico neoclássico José de Urcullu, que censurou «o não se saber, até ao terceiro Canto, quem é o herói do poema» (Berardinelli, 2012: 503).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

2018: 166); a expressão guerreiro cantor é recorrente no texto de Garrett (2018: 196, 212, 213).

Se no primeiro Canto se exaltam as qualidades guerreiras do protagonista e as suas virtudes, dentro de um código ético cavaleiresco, o segundo Canto, numa singular reconfiguração da ideia de catábase, inscreve Camões no domínio dos heróis, fazendo-o participar dessa experiência única de descida ao domínio dos mortos – simbólica, apenas, uma vez que, na prática, o poeta se limita a acompanhar o cortejo fúnebre que introduz Natércia na morada dos mortos –, e posterior retorno ao mundo dos vivos. Tudo isto num domínio cristão, como sugerira Chateaubriand. Ainda que alegórica, nesta descida de Camões ao mundo dos mortos ecoam os feitos de Orfeu e Odisseu, de Aquiles, Eneias, Dante e, não esqueçamos, Jesus Cristo. Note-se, a propósito deste último exemplo, o verso «Aberta está a porta do sepulcro» (Garrett, 2018: 84; II, est. XI), que não posso deixar de relacionar com o versículo do Evangelho de S. Lucas que afirma – «Acharam a pedra removida do túmulo» (Lc 23, 2). Esta ténue – mas significativa – aproximação de Camões à figura de Jesus Cristo será de novo evidente no último capítulo, através das lamentações do poeta, em que se manifesta de forma inequívoca a influência do cânone bíblico na escrita de Garrett.

Trata-se de uma catábase singular, na qual se dá, tragicamente, narrada em versos do mais dolente Romantismo, a perda definitiva da tão amada Natércia; a qual, de certo modo, replica a frustrada tentativa que fez Orfeu de resgatar Eurídice do mundo dos mortos. Este é o primeiro de três decessos através dos quais Garrett aborda a vida e a obra de Camões: Natércia representa o cânone lírico do poeta, do mesmo modo que a Pátria se encontra simbolicamente associada a *Os Lusíadas*; o terceiro desses óbitos é, naturalmente, o do próprio poeta.

O signo da morte há de atravessar todo o poema e adquirirá especial relevância nos seus Cantos II, III e X. O regresso à pátria (Canto II) fica marcado por um cortejo fúnebre (o de Natércia): «Ruim agouro! Um saimento fúnebre / Ao regressar à pátria!» (Garrett, 2018: 78). No Canto seguinte, em visita aos Jerónimos, cansado, Camões ajoelha-se sobre os degraus do túmulo de D. Manuel I; e é nesse momento, às portas do sono e da morte, que lhe aparece – uma nuvem que vai ganhando forma –, o *Venturoso* rei português, símbolo do apogeu da glória nacional, o qual lhe atribui a missão de immortalizar o nome da pátria através do canto: «(...) Tu serve a pátria: / É teu destino celebrar seu nome»

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

(Garrett, 2018: 105; Canto III, est. XXI). O serviço requerido é tanto mais relevante quanto mais triste é o futuro da pátria, anunciado subtilmente por D. Manuel:

«A sentença fatal tem de cumprir-se –
Um dia inda virá que, envilecido
Esquecido na terra, envergonhado
O nome português... Opróbrio, mágoa,
Dura pena de crimes! – tábuas únicas
Lhe darás tu para salvar-lhe a fama
Do naufrágio. Tu só dirás aos séculos,
Aos povos, às nações: *Ali foi Lísia*.

[...] — Parte. Salvá-lo!
Salvá-lo, enquanto é tempo! — Extinto... Infâmia!
Extinto Portugal... Oh dor!...» (Garrett, 2018: 105-106).

O emprego do pretérito perfeito «foi» manifesta, inequivocamente, a ideia de que as glórias portuguesas se quedavam no passado, não encontrando paralelo no presente (o de Camões tanto quanto o de Garrett, uma vez que, como já referi, os dois tempos se entrelaçam na narrativa): «Pátria do esforço outrora e liberdade» (Garrett, 2018: 170). Também inequívoco é o sentido dos termos «naufrágio», «esquecido», «envilecido» e «extinto», aos que podemos somar tantas outras metáforas através dos quais Almeida Garrett alude à morte da pátria.

«— ‘Perdoar eu!... Nunca.
Malvados que me roubam tal amigo!
Único amparo só que me restava;
Que d’envolta coa pátria, coas esp’ranças
Dum povo inteiro, a vil sepulcro o levam!’» (Garrett, 2018: 214; X, est. VII).

Expressões como «eiva de morte» (Garrett, 2018: 123), «Já fomos Lusos», «Extinguiu-se, acabou», «voz de sepulcros esquecidos» (2018: 124), «perecer com ele [D. Sebastião], «cinzas» (Garrett, 2018: 149), «vil sepulcro» (2018: 214) materializam a ideia do decesso do reino que percorre o poema de Garrett.

Contemplando o estado da sua pátria, com o conhecimento do seu futuro obtido da visão profética de D. Manuel (Canto III), Luís de Camões não pode senão lamentar-se: «Em que te hei desmer’cido ó pátria minha?» (Garrett, 2018: 219). Ecoa, neste verso, a interrogação do profeta Miqueias, que a tradição cristã vincula à figura de Cristo: «Ó povo meu, que te tenho feito? E com que te enfadei? Testifica contra mim» (Mq 6, 3). Também a expressão que figura na carta do missionário espanhol, através da qual Camões toma conhecimento do desaire de Alcácer-Quibir, evoca o cânone bíblico e, mais

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

concretamente, a figura de Jesus: «Extinto é tudo / Nesta mansão de lágrimas e dores» (Garrett, 2018: 222). A locução latina «*consummatum est*», a que este trecho da obra de Garrett faz referência, constitui as últimas palavras proferidas por Cristo, antes de expirar. É precisamente o que sucede com o personagem de Camões que, pouco depois de ler as palavras do religioso espanhol, falece: «E já no arranco extremo: – ‘Pátria, ao menos / Juntos morremos...’ E expirou coa pátria» (Garrett, 2018: 223).

A outra figura bíblica à qual o personagem de Luís de Camões se aproxima é, como pude já referir, João Batista.

A densa reflexão de Garrett acerca da pátria – do «lusitano – envilecido – nome» (2018: 223) – principia, de certa forma, no contraste do estado do país ao estado das grandes potências europeias do século; são as matrizes inglesa e francesa que permitem atestar a estagnação do país, tanto mais evidente quanto mais significativos eram os progressos industriais e intelectuais do continente. Assim, pensar Portugal (que é o que o autor, através da figura de Luís de Camões, faz) implica para Garrett um olhar para dentro (como nas *Viagens na Minha Terra*) tanto quanto uma contemplação do exterior, desde essa Europa civilizada e moderna, já do tempo do Progresso e da Ciência. O mesmo sucederá com os grandes autores portugueses de oitocentos, como Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro; de modos distintos (até porque o país não é o mesmo no primeiro e no último quartéis do século XIX), todos estes autores incluirão nas suas obras o tópico da morte da pátria, que domina a escrita da obra inaugural do Romantismo literário português.

Neste *Camões*, Inglaterra é referida como «a princesa altiva das armadas, / Pátria da lei, senhora da justiça, / Couto da foragida liberdade» (Garrett, 2018: 54). Este retrato extremamente positivo contrasta com o de Portugal, referido como «Pátria do esforço outrora e liberdade» (2018: 170). O valor perdido da liberdade (a qual animara, em tempos, o Condestável¹²) – é um motivo recorrente na obra de Garrett; nas palavras do autor, ela fora em Portugal substituída pela tirania (tópico através do qual alude às circunstâncias do seu tempo, em diversas passagens deste poema). Essa perda é identificada pelo escritor com a partida das naus de D. Sebastião em direção à «africana

¹² «Mas do letargo vil em que o prostraram, / À voz de Nuno o português acorda. / Com palavras mais duras que elegantes / Glória bradou e liberdade e pátria, / Nomes que outrora em peitos lusitanos / Eram de chama elétrica cintilas / Que os corações briosos lh’inflamavam» (Garrett, 2018: 181).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

terra, / Que de nossas conquistas e vitórias / Berço fatal há sido e sepultura» (2018: 148): «Lá te vás, e para sempre! / Nas pandas asas dos traidores ventos, / Independência, liberdade e glória (2018: 215).

A importância que o discurso em torno da pátria assume neste *Camões* – que manifesta as preocupações cívicas que pautaram a vida do liberal português – pode ser atestada pelo facto de, pelo final de 1825, ter iniciado Garrett a escrita da obra *Portugal na Balança da Europa*¹³, publicada parcialmente entre os anos de 1826-27, em jornais, e em livro no ano de 1830: «O fim que ora me proponho em publicar este quadro de factos e observações é pôr bem presente na memória dos Portugueses as causas e os efeitos de nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras» (Garrett, 2005: 13). O poema *Camões*, note-se, havia sido publicado em Paris, em fevereiro de 1825, e insistia, como acima referi, no tópico da liberdade, que norteará igualmente a reflexão presente na segunda obra. Aí, num paratexto dirigido «À Nação Portuguesa», Almeida Garrett oferece à sua pátria a França como modelo (da liberdade, antes de tudo): «Ponde os olhos no povo francês, no grande povo, no povo modelo dos outros povos, e vereis quanto pode a só, desajudada e desarmada força de uma nação que ousa querer, e fortemente sabe querer ser livre. Imitai-a» (2005: 12). Na reflexão de Garrett, o apogeu da pátria – celebrado por Luís de Camões – tinha-lhe permitido camuflar a sua falta de liberdade; no presente, porém, perdido esse império,urgia que Portugal encontrasse novas garantias da sua independência:

«Portugal foi rico e poderoso; a má administração o deixou mais pobre e mais fraco do que nenhuma outra potência da Europa. Enquanto seu poder se estendia aos quatro ângulos da Terra, – enquanto de todas essas imensas, e que pareciam inexauríveis, fontes de riqueza lhe vinham torrentes de cabedal, que, se não davam sólida nutrição, aumentavam todavia, posto que transitoriamente, suas forças; com elas supria a falta de liberdade (com que só uma nação pode ser de veras independente)» (Garrett, 2005: 120).

Tal como no poema *Camões*, também em *Portugal na Balança da Europa* pesa na reflexão de Garrett, centrada no tópico da pátria, a ideia de um Portugal antigo, cuja glória o tempo, a má governação e a ausência de valores cruciais, como os da honra e da liberdade, desdouraram; o retrato que aí encontramos é o de um país envelhecido e desonrado:

¹³ «O ensaio que hoje dou ao público é obra de longo trabalho, e que desde os fins de 1825 se começou a escrever» (Garrett, 2005: 13).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

«Oxalá que as honradas cãs do antigo Portugal, se já não é possível remoçá-lo, vivam ao menos em honesta e respeitada velhice; nem por impiedade de seus filhos o escarneçam desalmados estrangeiros na segunda infância da decrepitude, desonrado dos seus, insultado de estranhos, desamparado de todos!

Praza a Deus que todos, de um impulso, de um acordo, de simultâneo e unido esforço, todos os portugueses, sacrificadas opiniões, esquecidos ódios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e metamos ombros à difícil mas não impossível tarefa de salvar, de reconstituir, a nossa perdida e desconjuntada pátria, – de reequilibrar enfim Portugal na balança da Europa!» (Garrett, 2005: 133).

Central neste *Camões*, o tópico da morte da pátria – vinculado à figura do cantor d’*Os Lusíadas*, feito símbolo desse Portugal Antigo – há de atravessar o século: «O que Herculano fundou em prosa epicamente nostálgica, Garrett fundou em nostalgia elegíaca, colocando Camões, de uma vez para sempre, no centro da nova mitologia pátria» (Lourenço, 1999: 31). A inflexão que lhe vão dando os autores parece tornar-se cada vez mais pessimista e adquire, no sombrio fim de século, pela pena de Guerra Junqueiro, uma acidez algo desconcertante – da qual, em certo sentido, havemos ainda de nos recuperar. O texto fundador do Romantismo, ecoando nos escritos de Antero de Quental e Oliveira Martins¹⁴ – e, através deles, nos autores da Geração de 70¹⁵ – será sem dúvida determinante na construção da “nacionalidade” portuguesa, cimentando a relação entre o autor d’*Os Lusíadas* e a saudade, invocada na sua obra por Almeida Garrett, bem como a ideia de uma pátria destruída pelo peso gigantesco do seu passado. Nas palavras de Oliveira Martins, «a grande herança do heroe esmagou os seus descendentes» (*apud* Junqueiro, 1891: VII).

No célebre segundo discurso do ciclo de *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense* (proferido a 27 de maio de 1871), Antero de Quental concluía que o tema da decadência era central na história da nação:

«A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande facto evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo» (2001: 17).

¹⁴ «A assimilação simbólica de Camões à imagem de um Portugal que já nada tem a ver com o Portugal cantado pelo Poeta, tal como a utilização «partidária» da sua glória, posta ao serviço dos primeiros alvores republicanos, choca-os profundamente [a Antero e Oliveira Martins]. Ambos se distanciam das grandes comemorações de 1880, sublinhando o contraste entre o estado do país real e a apoteose de que Camões, definitivamente símbolo e duplo de Portugal, é alvo no terceiro centenário da sua morte» (Lourenço, 1999: 150).

¹⁵ «Essa falange de intelectuais [...], dava por suposto, e como um facto, o estatuto de Portugal como nação, e mesmo povo, «decadente»» (Lourenço, 1999: 38-39).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76 https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

Uma de três causas apontadas para essa degenerescência é, precisamente, a Expansão Marítima que a epopeia camoniana consagra, que Quental ajunta à «transformação do *catolicismo*, pelo Conselho de Trento» e ao «estabelecimento do *absolutismo*, pela ruína das liberdades locais» (2001: 31):

«Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, sem que pese aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional» (Quental, 2001: 50).

Para Antero de Quental, a mendicância de Camões torna-se retrato da própria pátria (aspeto que, como já o disse, se encontra presente no texto de Almeida Garrett): «A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que nos empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação» (2001: 53). Antero aproxima-se de Garrett também na ponderação do lugar de Portugal no panorama europeu. O poeta açoriano salienta o lugar de destaque ocupado por Portugal no seio da Europa – quando foi pioneiro das navegações marítimas –, verdadeiramente contrário ao lugar periférico que o país (toda a Península, na verdade) ocupava na segunda metade do século XIX:

«A Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade» (2001: 19).

Portugueses e espanhóis, vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais do que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!...» (2001: 26).

Entre as muitas expressões utilizadas por Antero de Quental para se referir à decadência dos povos peninsulares encontram-se as seguintes: «entorpecidas» (2001: 24), «escuro, inerte, pobre, ininteligente», «ruinoso», «afunde» (2021: 25), «nações espectros» (2001: 26), «incerteza», «desânimo», «mal-estar» (2001: 59).

O pensamento com que Antero de Quental encerra o seu discurso influirá decisivamente nas reflexões de Oliveira Martins: «Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história» (2001: 60). E conclui o poeta-filósofo, numa ânsia inegável de mudança: «Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução (...)» (2001: 61).

Também Oliveira Martins, impulsionado em larga medida por esta conferência de Antero, recuperará o tema da morte da pátria com que Almeida Garrett “abria” a literatura do século. A propósito do Tricentenário de Camões (1880), escreve o historiador, no jornal *O Comércio Português*: «Camões escreveu um poema que foi um epitáfio, porque a sociedade que cantou acabou com ele» (1986: 10). E manifestava, no mesmo texto, o desejo de que as celebrações do centenário instigassem, numa pátria fraca e viciosa – como a que descrevia Garrett – verdadeiro desejo de mudança: «Nós, que abusamos demais das glórias conquistadas por nossos avós, supondo que elas bastam para nos justificarem a fraqueza e os vícios, devemos considerar o Centenário como um incitamento a melhor vida: um *Confiteor* e não um *Glória*. Penitenciemo-nos, pois» (Martins, 1986: 10).

Importará aqui recordar que, aquando do mesmo Tricentenário, a convite do editor Ernesto Chardron, Camilo Castelo Branco publicara em volume um prefácio que escrevera à sétima edição do poema de Almeida Garrett, no qual reflete acerca de «um livro [*Os Lusíadas*] que, ao fechar de tres seculos, alvoroça uma nação» (Branco, 1880: 78). E, afastando-se do entusiasmo com que então se vivia a efeméride, desabafava, suplicante: «[p]ermitta a Providencia das nações que os Lusíadas não sejam a esplendida mortalha que Luiz de Camões deixou a Portugal» (1880: 78). Os dois autores dialogam estreitamente, portanto, no ceticismo que revelam em relação ao Centenário de Camões, bem como através da invocação do tópico da morte da pátria, que ambos colhem no poema de Garrett.

Tornando a Oliveira Martins, a ideia d’*Os Lusíadas* como poema epitáfio surgia, dois anos antes, na sua *História de Portugal* (1879), na qual o autor assinalava, com toda a contundência, a morte da pátria: «Essa coesão que fora ganha nas lutas e campanhas da primeira dinastia, perde-se no XVI século, por causa das consequências do império oriental e da educação dos jesuítas. Portugal acaba; os *Lusíadas* são um poema epitáfio» (1988: 10). Para o historiador, findas as celebrações do centenário, Luís de Camões «tornava a pertencer à história de um passado extinto», e «*Os Lusíadas* [...] voltavam a ser uma saudade» (1986: 11).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

Não apenas nestas palavras faz Oliveira Martins eco do poema de Garrett; pouco adiante, concluindo o prólogo a *Camões: Os Lusíadas e a Renascença em Portugal* (1891), o historiador retoma tanto a identificação do poeta (Camões) com a pátria quanto a projeção da sua atualidade na época de Camões:

«Neste acabar de século, repito, por tantos lados semelhante ao fim fúnebre do século XVI, quando morreram Camões e Portugal, o vivo desejo da minha alma é que, se efectivamente está morta a esperança inteira e temos de abandonar a ideia de voltarmos a ser alguém digno de nome vivo sobre a terra, este livro seja como um ramo de goivos deposto no altar do poeta que, morrendo com a pátria, lhe cantou o glorioso passado, legando-nos o testamento de um futuro não cumprido» (1986: 12).

Também na obra de Eça de Queiroz, Luís de Camões figurará como símbolo de um Portugal extinto. No derradeiro capítulo da terceira edição do *Crime do Padre Amaro* (1879), diante da estátua de Camões, conversam Amaro, o cónego Dias e o Conde de Ribamar, sobre o futuro da nação (Ferreira, 2020: 72-73), em relação ao qual o último se revela bastante otimista. Na sequência desta conversa, depois de apresentar a paisagem de uma cidade – e de um país, por extensão – vicioso e exangue, tece o narrador o seguinte comentário:

“E o homem de Estado, os dois homens de religião, todos três em linha, junto às grades do monumento, gozavam de cabeça alta esta certeza gloriosa da grandeza do seu país, – ali ao pé daquele pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta, erecto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte¹⁶, a epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria – a pátria para sempre passada, memória quase perdida!” (Queirós, 2000: 1035).

Ao contrário do narrador, os três personagens, ao discorrer sobre a situação de Portugal e da Europa, mostram-se totalmente alheados da realidade do país, descrito, através da cidade de Lisboa, como um “mundo decrépito”: «– Vejam, ia dizendo o conde: vejam toda esta paz, esta prosperidade, este contentamento... Meus senhores, não admira realmente que sejamos a inveja da Europa!» (Queirós, 2000: 1035).

Quero, para concluir esta visão panorâmica – que não é mais do que um esboço pouco detalhado – da presença do tópico da morte da pátria na literatura oitocentista portuguesa, referir ainda Guerra Junqueiro, autor de *Finis Patriae* (1891). Nesta obra, marcada pela visão pessimista da *História de Portugal* de Oliveira Martins (como se torna evidente na introdução do opúsculo, constituída, quase integralmente, por citações dessa

¹⁶ Eça de Queiroz alude, nesta passagem, ao *Monumento a Luiz de Camões*, situado na Praça Luís de Camões, em Lisboa. Da autoria de Victor Bastos, foi inaugurado em 1867, por D. Luís I. A pose militar do poeta dialoga com o retrato que dele encontramos no poema *Camões*, no qual, como referi, o autor d' *Os Lusíadas* é destacado, antes de mais, como um nobre guerreiro.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Misero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76*
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

mesma obra), o retrato negativo do país, presente em todos os autores que fomos referindo, adquire um tom ainda mais amargo e indignado.

Desde o poema inicial (“Fallam choupanas de camponezes”), Guerra Junqueiro apresenta à «Mocidade das Escolas» a imagem de um país economicamente atrasado, empobrecido e faminto, amargurado e moribundo, tal como ilustra a abundância de expressões afetas aos campos lexicais de *decadência e morte*: «pobreza», «tristeza», «arrasas», «enxerga fria», «lar extinto», «não há pão» (Junqueiro, 1891: 15), «O gado é morto, a seara é morta, / Morta a alegria», «dobram os sinos», «Luto agoireiro!...», «Enterram velhos e meninos», «Canta o coveiro!», «Canto funereo!», «Pobres! dormi na sepultura», «cemiterio» (1891: 16), «Dormi, ó mortos de cansaço», «vão em manadas / Os emigrantes», «Ao voar das últimas esperanças» (1891: 17), «Morreu a vinha, não dá uvas...», «É morto o velho camponez...», «Orfãs e viúvas, / Luto e nudez» (1891: 18).

Destes camponeses aos operários e pescadores, dos hospitais e escolas às cadeias, os vários poemas que compõem este opúsculo descrevem a degenerescência do país, cujo presente, em vista do seu glorioso passado, se revela humilhante. É a esta humilhação, agravada pela Ultimização Inglesa de 1890, que *Finis Patriae* dá voz. O discurso panfletário de Guerra Junqueiro, que procurava chocar a opinião pública, tanto quanto desacreditar as instituições monárquicas, não era de todo alheio à produção literária do século, que atribuíra ao tópico a relevância que tenho sublinhado.

Expressões como «cadela tísica, sem dentes, / Vesgo animal, / A Fome d’olhos relusentes» (Junqueiro, 1891: 16), «podre» (1891: 19), «Alcool! Veneno que conforta, / Monstro satânico e sublime!...», «Crime», «Vício» (1891: 20), «vuelas lobregas» (1891: 23), «Lepras e cancros», «Medonhos monstros pestilentes, / Latrinas d’almas imortaes!» (1891: 24), «Larvas de estupro e assassinato», «podridão», «esgoto», «estrumeira», «Lixo de Deus a fermentar», «Lodo» (1891: 28), revelam a estética do feio e do mal que norteia a escrita de Junqueiro. É a influência, entre mais, das *Flores do Mal* (1857) ecoando pelas páginas de *Finis Patriae*.

Aos ecos do presente juntam-se as vozes do passado¹⁷, permitindo, o contraste entre os dois tempos, desenhar com maior rigor a pátria decaída. Camões surge em *Finis Patriae*, com toda a naturalidade, como ícone da glória e honra portuguesa, conspurcada

¹⁷ Vd. os poemas VIII («Fallam as fortalezas dismanteladas»; Junqueiro, 1891: 33-34), IX («Fallam os monumentos arrasados»; 1891: 35-37) e X («Fallam estatuas d’heroes»; 1891: 39-44).

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76*
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

pelos herdeiros da Expansão Marítima. No poema X («Fallam estatuas d’heroes»), Guerra Junqueiro escreve sobre um «povo podre», que consentiu que a sua liberdade fosse «morta, / Estrangulada por um cão» (1891: 39-40):

«Pois esse povo agonisante,
 Quando revive para a historia,
 E vae, frenetico e radiante,
 Saudar a estatua do gigante
 Cantor da sua eterna gloria,

Deita a fugir, (como é ficticia
 Vossa bravura, homens venaes!)
 Vendo um corcunda, que imundicia!
 E um rei d’espadas (de policia)
 Com quatro esbirros, nada mais» (Junqueiro, 1891: 40).

«Onde a grandeza, onde a pujança
 Do Lusitano, ao medo alheio?
 Que resta enfim da nossa herança?
 Porcos da vara de Bragança,
 Grunhi nos tumulos!... dizei-o!

Dizei, poltrões, dizei cevados,
 Que resta enfim da nossa gloria?
 Que é da altivez? A – Jogou-se aos dados...
 Que é do estandarte? – Eil-o em bocados...
 Que é da nação? – Morreu na historia!» (Junqueiro, 1891: 41).

É certo que todos os povos experimentam, em algum momento da sua história, sinais de decadência. No entanto, são poucas as nações para as quais o declínio tenha sido tão traumático que se tenha tornado um dos aspetos definidores da sua “nacionalidade”. A letra d’*A Portuguesa* (1890) descreve exatamente o peso (constrangedor, em larga medida) que o século de ouro português exerce sobre o imaginário do país; o apelo «levantai hoje de novo, o esplendor de Portugal», bem vistas as coisas, não diverge da constatação do declínio da nação constante na obra dos autores que aqui referi. Simbolicamente, o hino português, reiterando, com lânguida esperança no futuro, a ruína do país, demonstra bem como os descobrimentos são, do ponto de vista simbólico, o fim da história de Portugal, porque não houve quem tomasse, como escreve Camões, *dina empresa de ser cantada* (X, est. 155, v.6), nem quem intentasse o «nunca ouvido canto» (I, est.15, v.4) que o poeta prometia a D. Sebastião.

Assim, se *Os Lusíadas* são, como lhe chama Oliveira Martins, «um poema epitáfio», o constante regresso da imaginação portuguesa a este texto, testifica que

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

Portugal é, hoje ainda, uma nação dobrada sob o peso da sua própria história, feita sua «fatalidade» (Quental, 2001: 60).

Bibliografia

ABREU, Maria Fernanda de (2012), “Viagem e desterro. De Ovídio a Camões: Filinto, Garrett e Herculano”, *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, vol. 8, n.º 16, pp.103-118.

BERARDINELLI, Cleonice (2012); “Camões e(m) Garrett”, *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas* (coord. Seabra Pereira e Manuel Ferro), Coimbra, Imprensa Nacional, pp.499-504.

BRANCO, Camilo Castelo (1880), *Luiz de Camões: Notas Biographicas* (Prefácio da sétima edição do *Camões* de Garrett), Porto e Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron Editor.

BUESCU, Helena Carvalhão (coord.) (1997), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa: Editorial Caminho.

CAMÕES, Luís de (2000) [1572], *Os Lusíadas* (ed., org. Emanuel Paulo Ramos), Porto, Porto Editora.

CONCEIÇÃO, Maria do Rosário Alves Moreira da (2017), “Cartas para Almeida Garrett: Lembranças do Exílio”, *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, vol. 8, pp. 253-261.

FERREIRA, Ceila Maria (2020), “Com a voz enrouquecida ou considerações sobre a presença de Camões no último capítulo de *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 22 (Especial), pp. 65-74, [consulta em 27/06/2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v22iEspecialp65-74>

GARRETT, Almeida [1854], *Camões. Edição conforme a revista pelo autor com um estudo por Camilo Castelo Branco*, Porto, Lello & Irmão Editores.

----- (2005) [1825], *Portugal na Balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, Lisboa, Livros Horizonte.

----- (coord. Carlos Reis; introd., nota bibliográfica Helena Carvalhão Buescu) (2018), *Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

JUNQUEIRO, Guerra (1891), *Finis Patriae*, Porto, Empresa Litteraria e Typographica Editora.

Ariana Sanchez – «Oh! qual te hás feito, / Mísero Portugal!...»: decadência e morte da pátria no poema *Camões* (1825), de Almeida Garrett. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 55-76* https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a3

LOURENÇO, Eduardo (1999), *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva.

MARNOTO, Rita (2011), “Camões no neoclassicismo»” in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Alfragide, Editorial Caminho, pp. 158-167.

MARTINS, Oliveira (1986) [1891], *Camões: Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimaráes Editores.

----- (1988) [1879], *História de Portugal* (edição crítica com introdução por Isabel de Faria e Albuquerque; pref. por Martim de Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (2011), “Camões e o Romantismo Português” in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Alfragide, Editorial Caminho, pp. 176-182.

NOVO, Isabel Rio (2024), *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte: Biografia de Luís Vaz de Camões*, Lisboa, Contraponto Editores.

QUEIRÓS, Eça de (2000) [1889], *O Crime do Padre Amaro* (2.^a e 3.^a versões, ed. Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUENTAL, Antero de (2001), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio [1871], na sala do Casino Lisbonense* (introd. Delfim de Brito), Lisboa, Guimaráes Editores.

SANCHES, Ariana (2024), *Mondar-se o novo trigo florecente. As representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Camões: entre príncipe e santo*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes.

SOUSA, Manuel de Faria e (1972) [1639], *Lusíadas de Luís de Camões comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

STORCK, Wilhelm (1897), *Vida e obras de Luís de Camões* (versão do original alemão anotada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos). Lisboa: Academia Real das Ciências.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República

Tropical Camões: the poet and the symbol in the construction of Brazilian national identity from Empire to Republic

Camões tropical : le poète et le symbole dans la construction de la brésilianité entre Empire et République

Camões tropical: el poeta y el símbolo en la construcción de la brasilidad entre Imperio y República

Luís Otávio Vilela da Cruz
Universidade Federal de São Carlos
luisvilelajuridico@outlook.com

Resumo: Este artigo analisa como a figura simbólica de Luís de Camões foi apropriada na construção da identidade nacional brasileira, desde o Segundo Reinado até a Primeira República. Investiga-se o uso do poeta como herói civilizacional, figura de mediação cultural e símbolo imperial reconfigurado pela escola, pela imprensa e por intelectuais brasileiros. Partindo de abordagens da história cultural, dos estudos de memória e da crítica pós-colonial, o trabalho observa como o camonismo foi instrumentalizado para legitimar uma brasilidade luso-afiliada e posteriormente tensionada por autores modernistas e republicanos. Com base em fontes escolares, iconográficas e literárias, o estudo demonstra como Camões foi tanto um pilar de continuidade simbólica com Portugal quanto um terreno de disputa ideológica e estética.

Palavras-chave: Camões; identidade nacional; Brasil; memória cultural; história literária.

Abstract: This article examines how the symbolic figure of Luís de Camões was appropriated in the construction of Brazilian national identity from the Second Empire through the First Republic. The poet emerges as a civilizational hero, a cultural mediator, and an imperial emblem reconfigured by educational discourse, press narratives, and intellectual interventions. Drawing from cultural history, memory studies, and postcolonial critique, the paper explores how Camões was used to legitimize a Luso-affiliated Brazilian identity, later challenged by modernist and republican discourses. Using literary, iconographic, and educational sources, it argues that Camões became both a symbol of symbolic continuity with Portugal and a contested field of ideological and aesthetic renegotiation.

Keywords: Camões; national identity; Brazil; cultural memory; literary history.

Résumé: Cet article analyse comment la figure symbolique de Luís de Camões a été appropriée dans le processus de construction de l'identité nationale brésilienne, depuis le Second Règne jusqu'à la Première République. Il s'agit d'examiner l'utilisation du poète comme héros civilisationnel, médiateur culturel et symbole impérial reconfiguré par l'école, la presse et les intellectuels brésiliens. En s'appuyant sur les approches de l'histoire culturelle, des études de mémoire et de la critique postcoloniale, l'étude montre comment le camonisme a été instrumentalisé pour légitimer une brésilianité d'affiliation luso-descendante, ultérieurement remise en question par des auteurs modernistes et républicains. À partir de sources scolaires, iconographiques et littéraires, l'article démontre que Camões a été à la fois un pilier de continuité symbolique avec le Portugal et un champ de dispute idéologique et esthétique.

Mots-clés : Camões; identité nationale; Brésil; mémoire culturelle; histoire littéraire.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

Resumen: Este artículo analiza cómo la figura simbólica de Luís de Camões fue apropiada en el proceso de construcción de la identidad nacional brasileña, desde el Segundo Reinado hasta la Primera República. Se investiga el uso del poeta como héroe civilizatorio, figura de mediación cultural y símbolo imperial reconfigurado por la escuela, la prensa y los intelectuales brasileños. A partir de enfoques de la historia cultural, los estudios de la memoria y la crítica poscolonial, el trabajo observa cómo el camonismo fue instrumentalizado para legitimar una brasilidad de filiación lusa, posteriormente tensionada por autores modernistas y republicanos. Con base en fuentes escolares, iconográficas y literarias, el estudio demuestra cómo Camões fue tanto un pilar de continuidad simbólica con Portugal como un terreno de disputa ideológica y estética.

Palabras clave: Camões; identidad nacional; Brasil; memoria cultural; historia literaria.

Introdução

A figura de Luís de Camões – poeta épico lusitano do século XVI, autor d’*Os Lusíadas* – assumiu um papel inesperado na construção da identidade nacional brasileira entre o período do Segundo Reinado (1840-1889) e os primórdios da República (após 1889). Trata-se de um paradoxo pós-colonial: um país latino-americano, independente desde 1822, buscando afirmar uma brasilidade própria, apropriou-se de um símbolo cultural do antigo colonizador para reforçar sua própria comunidade imaginada (Anderson, 2008). A presente análise investiga criticamente como Camões foi convertido em "Camões tropical", isto é, um emblema integrado ao panteão da nação brasileira, mediante discursos políticos, educacionais, literários e iconográficos no final do século XIX.

Adota-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e interpretativa, de caráter exploratório, orientada pelos pressupostos da pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2008; Lakatos & Marconi, 2003). Parte-se da análise de fontes primárias (discursos oficiais, registros iconográficos, textos literários e artigos de imprensa) combinada à leitura de estudos críticos e teóricos, em consonância com os procedimentos da história cultural. Tal estratégia permite examinar como a imagem de Camões foi reelaborada simbolicamente no Brasil oitocentista, além de situar o debate atual sobre o legado camoniano, como exemplificado no volume temático *Studia Iberystyczne* (2022), que amplia a perspectiva pós-colonial e comparada da presente pesquisa (Kalewska, 2022).

A noção de nação enquanto construção histórica e cultural guia esta discussão. Benedict Anderson (2008) argumenta que a nação é formada por uma comunidade imaginada, integrada por símbolos partilhados, língua comum e referências históricas e literárias coletivas. No Brasil oitocentista, a manutenção da língua portuguesa como

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

idioma nacional implicou herdar também parte do cânone literário lusitano – e nenhum nome nesse cânone era maior que Camões, celebrado como poeta nacional de Portugal. Conforme destaca Antonio Candido (2006), a independência política não rompeu instantaneamente os laços culturais: a literatura brasileira em formação “permaneceu bastante ligada à literatura metropolitana” portuguesa, e apenas gradualmente foi ganhando autonomia temática e estilística nacionais (Candido, 2006: 18).

Dessa forma, a relação dialética com a herança portuguesa tornou-se um tema central do Romantismo brasileiro. Roberto Schwarz analisa que, na busca por uma literatura nacional, autores do período acabaram por reelaborar formas e temas europeus em chave local. Assim, a apropriação do poeta épico do colonizador pode ser vista, à luz da teoria pós-colonial de Edward Said, como um ato de "leitura contrapontual" (Said, 1995, p. 313) – uma reinterpretação do legado imperial por parte de uma sociedade periférica, que o reinsere em sua própria narrativa de nação independente. A Figura 1 ilustra a difusão iconográfica de Camões na tradição luso-brasileira e permite visualizar o modo como o poeta foi representado enquanto símbolo nacional fortemente presente no espaço público brasileiro:

Figura 1 – Estátua de Luís Vaz de Camões na Praça Dom José Gaspar, República, São Paulo, Brasil



Fonte: Ribeiro (2021)

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

Essa representação visual reforça a análise anterior sobre a recorrente “tropicalização” simbólica de Camões no imaginário brasileiro, ao passo que expôs graficamente o desvio entre sua origem portuguesa e sua reafirmação em solo americano.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade da pesquisa torna-se fundamental. A análise parte dos conceitos de autores como Michel de Certeau, que compreende a escrita da história como um modo de produzir sentido para o presente por meio da articulação com o passado, e se expande para a crítica cultural, os estudos de memória e a teoria da recepção. Ao tomar como objeto a construção simbólica de Camões no Brasil, buscamos entender como a memória cultural opera mecanismos de seleção, adaptação e reinvenção de figuras canônicas. A integração do debate atual, presente em estudos como o de Kalewska (2022), oferece respaldo teórico e comparativo à análise do “Camões tropical”, ampliando o escopo para o campo da lusofonia global e da reinterpretação transatlântica de símbolos nacionais.

Nos tópicos seguintes, examina-se cronologicamente essa complexa construção simbólica. Primeiro, aborda-se o período romântico logo após a Independência, quando prevaleceu um discurso de afirmação nacional marcado por ambivalência em relação à herança lusitana. Em seguida, analisa-se o Segundo Reinado, no qual a figura de Camões foi celebrada oficialmente – culminando nas grandiosas comemorações do tricentenário de sua morte em 1880. Por fim, discute-se a Primeira República, quando novos atores e ideologias ressignificaram (ainda que mantendo) o lugar de Camões no imaginário cultural brasileiro. Ao longo do texto, evidências documentais e iconográficas serão integradas à argumentação, demonstrando como, de símbolo nacional português, Camões tornou-se também emblema compartilhado na definição da brasilidade oitocentista. Essa trajetória revela, em última instância, os processos de invenção de tradições (Hobsbawm & Ranger, 1984) pelos quais comunidades forjam memórias coletivas e legitimam identidades – no caso, inscrevendo um poeta renascentista europeu no rol de referências fundadoras da jovem nação tropical.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

1. Independência, Romantismo e a ambivalência lusófoba

A primeira metade do século XIX no Brasil – do *Grito do Ipiranga* (1822) às décadas iniciais do período monárquico – foi marcada pela tensão entre afirmar uma identidade própria e, ao mesmo tempo, dialogar com a herança cultural recebida de Portugal. Os intelectuais da geração romântica empenharam-se na criação de uma “literatura nacional” plenamente brasileira, distinta da portuguesa. Muitas vezes esse anseio manifestou-se em lusofobia, ou seja, uma rejeição explícita à herança cultural lusitana em prol da exaltação da pátria nascente (Andrade, 2016). Temas nativos – como o índio idealizado nos poemas e romances indianistas – foram alçados a símbolos da nacionalidade, ao passo que se buscava romper com padrões estéticos europeus. A primeira geração de românticos brasileiros foi marcadamente nacionalista, ressaltando os valores locais e suprimindo referências à antiga metrópole.

Não obstante esse discurso de ruptura, a influência portuguesa continuou a permear a vida cultural. Conforme demonstrou Débora El-Jaick Andrade (2016), logo após a Independência alguns jovens escritores brasileiros recorreram justamente ao mito de Camões para se afirmarem como legítimos herdeiros de uma grande tradição literária. Almeida Garrett (1825), escritor português exilado naqueles anos conturbados, havia publicado em 1825 um poema épico exaltando Camões e seu trágico destino, ajudando a forjar um “mito camoniano” no Romantismo lusitano. Inspirados por esse exemplo, Domingos Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre – pioneiros da literatura brasileira romântica – inseriram alusões a Camões em seus discursos, poemas e peças teatrais, mesmo enquanto pregavam a autonomia cultural do Brasil (Andrade, 2016). Havia aí um cálculo simbólico: reivindicar a figura do grande poeta português serviria para “fixar a auto-imagem dos literatos” brasileiros como homens de gênio, ao mesmo tempo em que se viam “incompreendidos pela sociedade”, tal como Camões fora em vida (Andrade, 2016:24). Em suma, os autores românticos procuravam construir uma genealogia na qual pudessem se enxergar – e Camões fornecia um modelo de poeta nacional, mártir da arte e patriota, que eles aspiravam emular.

Essa aparente contradição – rejeitar a influência lusitana e simultaneamente cultuar um ícone lusitano – revela uma estratégia consciente dos letrados para conciliar legado e inovação. Como nota Roberto Schwarz, a geração romântica precisou “estabelecer uma

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

literatura nacional” (Schwarz, 1987: 29), justamente ficcionalizando o encontro entre o colonizador português e o nativo americano. Ou seja, em vez de ignorar a história colonial, incorporou-se essa história em novas narrativas idealizadas, traduzindo tensões reais em símbolos unificadores. No indianismo de Gonçalves Dias e José de Alencar, por exemplo, o índio heróico e o europeu colonizador podem ser reconciliados na origem da nacionalidade – uma operação literária que, no fundo, legitimava a continuidade de elementos da cultura lusa dentro de uma forma novelística “abrasileirada”. Da mesma maneira, ao invocar Camões, os intelectuais brasileiros inscreviam-se numa tradição literária de língua portuguesa, dando prova de erudição e continuidade histórica, ao mesmo tempo em que reinterpretavam essa tradição sob uma ótica local. Tratava-se de um exercício de mimetismo cultural que antecipa o que Homi Bhabha (1994) descreveu mais tarde: a colônia imitava a metrópole, mas introduzindo diferenças significativas – um “quase o mesmo, mas não exatamente” que marca a ambivalência pós-colonial (Bhabha, 1994: 126).

Do ponto de vista historiográfico, pode-se dizer que os brasileiros praticaram uma reescrita estratégica do passado. A esse respeito, Michel de Certeau (1982) observa que na própria escrita da história é frequentemente uma forma de imposição de poder simbólico – “a colonização do corpo pelo discurso do poder”, nas palavras do autor (Certeau, 1982: 9). No caso, os letrados do Romantismo, ao escreverem sobre heróis indígenas ou ao celebrar Camões em terras tropicais, estavam “colonizando” a memória coletiva com uma narrativa conveniente aos projetos nacionais. Criava-se a impressão de uma continuidade orgânica: Camões seria tanto um patrimônio português quanto, doravante, parte do patrimônio brasileiro, por sermos um povo de língua e cultura lusófona. Por meio dessas manobras discursivas – que Antonio Candido chamou de equilíbrio entre “tendências universalistas e particularistas” na formação da literatura nacional (Castro *apud* Candido, 2000: 25) –, o Brasil pôde reivindicar para si uma parcela do esplendor camoniano sem abrir mão de afirmar sua diferença.

Em resumo, nas décadas pós-Independência vimos erguer-se uma memória cultural híbrida: de um lado, exaltação de símbolos novos, autóctones (o índio, a natureza tropical, os mártires da Inconfidência, etc.); de outro, a permanência de referências lusitanas reapropriadas, com Camões à frente. Essa base dupla preparou o terreno para que, mais

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

adiante, a figura do poeta quinhentista fosse celebrada de forma ainda mais explícita e institucional no Brasil imperial. Se os românticos agiram quase que individualmente nessa apropriação, nas décadas seguintes o Estado monárquico e a comunidade luso-brasileira dariam um salto, transformando Camões em motivo de festas cívicas e homenagens oficiais, como se verá adiante.

1.1.2. Camões no Segundo Reinado: lusitanidade e nacionalismo imperial

Durante o reinado de D. Pedro II, a elite cultural e política brasileira passou a encarar a herança portuguesa com olhar menos hostil e mais integrador. O imperador era um grande admirador da literatura portuguesa e cultivava enorme apreço por Camões. Não por acaso, Pedro II encomendou edições luxuosas de *Os Lusíadas* e mantinha exemplares consigo – evidência do alinhamento do imperador com a tradição lusíada como elemento de prestígio cultural do Império¹. Nesse período, consolidou-se a ideia de que o Brasil, embora politicamente autônomo, continuava a civilização luso-católica em novo mundo. Em termos de identidade, isso significava ressaltar as raízes lusitanas da nacionalidade brasileira. Intelectuais do Império, como Joaquim Nabuco, chegaram a afirmar que “a nacionalidade brasileira é fundamentalmente lusitana” (Venâncio *apud* Nabuco, 1980), enfatizando laços de sangue, língua e cultura com Portugal.

É nesse contexto que a figura de Camões emergiu como símbolo de uma ponte transatlântica entre as duas nações. Instituições luso-brasileiras fundadas por imigrantes portugueses contribuíram para difundir esse culto. O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro – criado em 1837 pela comunidade lusa – tornou-se um verdadeiro templo laico de veneração a Camões e outros vultos portugueses. Em 1880, ao construir sua nova sede monumental em estilo neomanuelino, o Gabinete fez questão de imortalizar o poeta na decoração: na fachada, instalou esculturas de Pedro Álvares Cabral, Infante D. Henrique, Vasco da Gama e, claro, Luís de Camões nos quatro nichos principais (Goride, 2019). No interior, colocou-se um busto imponente de Camões no salão de leitura, coroando um “panteão de glórias” literárias lusitanas (Ferreira, 2005). Esses elementos

¹ Palácio Piratini. *Os Lusíadas – edição comemorativa ao 3.º centenário da morte de Luís de Camões, oferecida a D. Pedro II pelo editor Emílio Biel*. Porto Alegre: Palácio Piratini.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

iconográficos sinalizavam, para qualquer visitante, que ali se honrava Camões como herói cultural compartilhado – figura tutelar da comunidade luso-brasileira.

Figura 2 – Interior do Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com busto de Luís de Camões



Fonte: Acervo do Real Gabinete, Rio de Janeiro

A consagração máxima dessa tendência luso-nacionalista deu-se em 1880, quando se celebraram os 300 anos da morte de Camões. As comemorações do tricentenário no Rio de Janeiro constituíram um verdadeiro acontecimento de massa e um rito cívico, revelando como o poeta fora plenamente incorporado ao imaginário público brasileiro. Organizada pelo Gabinete Português de Leitura com apoio do governo imperial, a programação da festa foi abrangente: lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Gabinete (na data simbólica de 10 de junho de 1880), inauguração de um busto de Camões, um espetáculo de gala no Teatro D. Pedro II – incluindo a encenação de um drama escrito especialmente por Machado de Assis – além de uma exposição bibliográfica na Biblioteca Nacional, regatas na enseada de Botafogo e até uma passeata estudantil em honra do poeta (Venâncio, 2013). A capital do Império engalanou-se para reverenciar Camões como se fosse um herói da pátria. O clímax cerimonial ocorreu no teatro, em noite de gala com a presença de D. Pedro II (trajando uniforme de almirante)

Luis Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

e da imperatriz, perante uma plateia de cerca de 3 mil pessoas (Ribeiro, 1987). Ali, Machado de Assis apresentou o drama *Tu só, tu, puro amor*, no qual Camões figura como personagem e protagonista – uma obra exaltada pela crítica da época como “a mais bela composição dramática em que o poeta é protagonista” (Ribeiro, 1987: 47). A peça insere-se no esforço de consagração cívica do poeta quinhentista, e nela se encena não apenas o Camões épico, mas o Camões lírico e humano. O título do drama ecoa um dos sonetos mais emblemáticos atribuídos ao próprio Camões, que expressa a entrega amorosa absoluta:

“Tu só, tu, puro amor, com quem sozinho
Me foste ensinamento doce e brando,
Tu, que a dar-me alegria estás mostrando
O tempo que se foi e o que é vizinho...” (Assis, 1910, p. 233)

Ao utilizar esse título, Machado ativa diretamente a memória camoniana, evidenciando a tensão entre o poeta-homem e o poeta-símbolo. A dramatização permite, assim, que Camões assuma um papel ativo no palco brasileiro, reforçando sua tropicalização simbólica e seu lugar de honra no panteão cultural luso-brasileiro. A encenação, repleta de atores consagrados e música composta pelo maestro Carlos Gomes, ofereceu ao público um “Camões dramatizado” em solo tropical, enaltecendo seu gênio e paixão patriótica (Ribeiro, s.d.).

Entretanto, o ponto alto intelectual da noite foi o discurso de Joaquim Nabuco, escolhido para falar em nome do Brasil naquele tributo ao poeta. A escolha de um jovem político brasileiro – e não de um membro da colônia portuguesa – para orador oficial não ocorreu sem polêmica. Parte dos portugueses residentes (como o jornalista Figueiredo de Magalhães) considerou “inaceitável a escolha de um brasileiro para homenagear o maior nome das letras portuguesas” (Venâncio, 2013: 281). Em artigo inflamado no *Jornal do Commercio*, Magalhães protestou “em nome do [seu] patriotismo”, acusando o Gabinete Português de Leitura de capitular e “arriar a bandeira da sua nação” ao entregar a um brasileiro as honras de Camões (Venâncio, 2013: 281). A querela expôs ressentimentos identitários: para alguns lusitanos, Camões era um patrimônio exclusivamente português, cujo culto no Brasil deveria permanecer sob liderança lusa. Por outro lado, a própria diretoria do Gabinete via na participação de

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

Nabuco uma estratégica aproximação luso-brasileira – um gesto de união entre os dois “povos de origem comum” (Venâncio, 2013: 283). De fato, em nota pública justificando a escolha, os organizadores afirmaram ter convidado “um dos mais belos talentos da nova geração brasileira” que já dera provas de veneração camoniana ao publicar, anos antes, o livro *Camões e Os Lusíadas*. Destacaram que Nabuco fora “o único escritor de língua portuguesa” (Venâncio, 2013: 282-283) a antecipar os festejos camonianos no século XIX, tal como alemães, ingleses e italianos haviam celebrado centenários de Schiller, Shakespeare e Dante em seus países. Essa comparação – trazida no próprio discurso justificativo – equiparava Camões aos grandes vultos do panteão nacional de outras nações, e implicava que o Brasil, através de Nabuco, estava à altura das nações cultas ao reverenciar seu poeta maior.

O discurso de Nabuco em si correspondeu a essas expectativas, mesclando erudição e sentimento patriótico luso-brasileiro. Nele, Nabuco exaltou Camões como símbolo da unidade entre Brasil e Portugal, enfatizando que os brasileiros eram co-herdeiros do poeta e de sua língua. Segundo análise de Giselle Venâncio (2013), a tônica da fala de Nabuco foi definir a nação brasileira como continuadora da tradição portuguesa, quase como se o Brasil fosse uma segunda obra-prima de Portugal, ao lado d’Os Lusíadas. De facto, Nabuco enalteceu o papel civilizatório de Portugal e chegou a afirmar – em uma passagem eloquente – que “nos festejos do tricentenário, Portugal e Brasil cobrem juntos de flores a estátua de Camões”. Tal imagem poética de duas mãos (a lusa e a brasileira) unidas depositando coroas aos pés do poeta resume o espírito do evento: uma celebração conjunta, transnacional, de um herói cultural compartilhado. Ao fim, o imperador D. Pedro II, emocionado, também teria se pronunciado, louvando Camões como gênio da língua que ambos os países cultivavam (conforme reportagens da época).

As festas de 1880 evidenciaram, assim, uma espécie de “invenção de tradição” (Hobsbawm; Ranger, 1984) luso-brasileira. Camões foi festejado no Brasil com pompa e ritual cívico, tal qual um patrono da nacionalidade. Criou-se uma tradição comemorativa que até então não existia: pela primeira vez, 10 de Junho (data da morte do poeta, celebrada em Portugal como Dia de Camões) foi marcado por cerimônias oficiais também em território brasileiro. A repercussão foi significativa: jornais saudaram o tricentenário como uma demonstração de “maturidade cultural” do Brasil, capaz de honrar grandes

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

homens das letras. Políticos monarquistas, como o próprio Nabuco, usaram a ocasião para reforçar a ideia de que o Brasil imperial, apesar de independente, mantinha uma fraternidade com a antiga metrópole, compartilhando glórias passadas e uma missão civilizatória comum. Nesse sentido, o culto a Camões serviu também a um discurso político conservador, de valorização da monarquia luso-brasileira e da continuidade entre o Império do Brasil e a tradição portuguesa. Aqui podemos aplicar a observação de Edward Said de que a cultura opera em simbiose com o poder imperial: a exaltação de Camões (um poeta que cantou os feitos do Império português) em pleno Rio de Janeiro oitocentista mostra como narrativas culturais são mobilizadas para legitimar relações de poder e hierarquias históricas (Said, 1995). Celebrar Camões significava reivindicar para o Brasil uma linhagem imperial gloriosa – uma forma de dizer que, se Portugal teve seu império marítimo, o Brasil imperial seria seu herdeiro e sucessor espiritual.

Por outro lado, é importante frisar que essa apropriação simbólica não eliminou as tensões sociais subjacentes. Enquanto aristocratas e letrados confraternizavam em torno da memória de Camões, setores populares e republicanos podiam encarar com indiferença ou ceticismo tal culto. Registros da época sugerem que, embora muito concorridas, as festividades de 1880 tiveram perfil elitista, concentradas nos círculos da corte, do Gabinete Português e dos literatos. De todo modo, do ponto de vista da memória cultural, consolidou-se então uma imagem de Camões como “herói da dualidade”: simultaneamente ícone do passado colonial e figura incorporada ao patrimônio do Brasil moderno. Essa imagem seria legada para as décadas seguintes, ainda que modulada pelas mudanças trazidas com a República.

1.2.3. Resignificações na República: memória luso-brasileira em novos horizontes

A Proclamação da República em 1889 inaugurou uma nova ordem política no Brasil, laica e orientada por ideais positivistas e republicanos, distinta do ideário monárquico-lusófilo do Segundo Reinado. Em princípio, poderia se esperar um arrefecimento do culto a figuras associadas à monarquia ou à colonização portuguesa. De fato, os primeiros anos republicanos viram certa ênfase em novos símbolos nacionais – como Tiradentes (elevado a mártir da República) – e uma tentativa de secularizar as datas cívicas. Entretanto, a figura de Camões manteve-se presente e respeitada nos círculos

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

culturais, revelando uma continuidade da memória luso-brasileira que transcendeu a mudança de regime.

No campo educacional e literário, a tradição escolar brasileira continuou a incluir Camões no currículo como autor canônico da língua portuguesa. Manuais de literatura e aulas de retórica nos liceus republicanos ainda recitavam trechos d’*Os Lusíadas*, e o domínio do “épico camoniano” seguia sendo visto como marca de erudição. Assim, gerações de estudantes brasileiros formados já sob a República permaneceram familiarizadas com Camões, garantindo a perenidade de seu prestígio. Isso se devia não apenas a inércias curriculares, mas à convicção de muitos intelectuais de que, apesar da autonomia nacional, o Brasil fazia parte de um legado linguístico-cultural maior – a *latinidade lusófona*, por assim dizer. Nesse aspecto, podemos lembrar a proposição de Benedict Anderson (2008) de que o idioma e a imprensa criam laços transnacionais: o espaço lusófono é uma esfera cultural que transcende fronteiras políticas (Venâncio, 2013). O Brasil republicano, ao conservar a veneração pelos “clássicos” portugueses, mostrava inserir-se numa comunidade imaginada mais ampla, a da língua portuguesa, dentro da qual Camões ocupa o lugar de poeta-fundador.

Instituições criadas no alvorecer da República também espelham essa continuidade. A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 por escritores como Machado de Assis e Joaquim Nabuco, adotou como modelo a Academia Francesa, mas não deixou de homenagear o legado português: dos 40 patronos escolhidos para as cadeiras acadêmicas, embora a maioria fossem autores brasileiros, vários eram lusitanos do período colonial (como João de Lencastro ou Francisco Manuel de Almeida) e a própria língua portuguesa era cultuada quase como pátria comum. Machado de Assis – primeiro presidente da ABL – desde jovem reverenciava Camões (ele mesmo participara da comissão do tricentenário em 1880). Anos depois, já na República, Machado escreveu sonetos celebrando a língua de Camões e manteve em sua biblioteca edições comentadas d’*Os Lusíadas*. Esse respeito quase reverencial indicava que a elite literária republicana não via contradição em amar Camões e, simultaneamente, servir a nação brasileira. Como afirmaria anos depois Antonio Candido (2006), a literatura luso-brasileira possui uma “unidade na diversidade”, onde obras portuguesas e brasileiras dialogam dentro de um mesmo sistema linguístico. A República apenas confirmou essa simbiose cultural.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

No âmbito político-diplomático, a relação entre Brasil e Portugal passou por altos e baixos na virada do século, mas a cultura serviu frequentemente de ponte de reaproximação. Em 1910, com a queda da monarquia portuguesa e instauração da República em Portugal, os governos republicanos de ambos os países buscaram retomar laços. Camões novamente figurou como recurso simbólico: celebrações conjuntas do Dia de Camões (10 de Junho) ocorreram em cidades brasileiras com presença de coletividades portuguesas, reforçando a ideia de uma fraternidade luso-brasileira baseada em valores culturais e de língua, acima das diferenças políticas. Sociedades beneficentes e recreativas de imigrantes adotaram o nome “Luís de Camões” em vários estados, perpetuando sua memória entre a numerosa colônia portuguesa que se estabelecera sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste. Para esses imigrantes, cultivar Camões era também uma forma de afirmar orgulho étnico e, ao mesmo tempo, demonstrar afinidade com a terra de adoção – pois viam que os próprios brasileiros cultos respeitavam o poeta. Desse modo, Camões atuou como um símbolo de coesão entre portugueses e brasileiros, dentro do Brasil, num período em que por vezes afluíam tensões xenófobas contra imigrantes lusos (haja vista episódios de conflitos trabalhistas no início do século XX). A memória camoniana era um terreno comum, pacífico, onde ambos os lados podiam se encontrar. Em termos de memória histórica, a Primeira República brasileira encaminhou-se para o Centenário da Independência em 1922 exaltando os feitos e heróis nacionais, mas não ignorou os laços com Portugal. Nas comemorações do Centenário, em meio a monumentos a D. Pedro I e festivais modernistas que projetavam o Brasil para o futuro, houve também espaço para homenagens protocolares às “raízes” lusitanas – e Camões, como símbolo máximo dessas raízes, não foi esquecido. Jornais de 1922 registram conferências e artigos enaltecendo a contribuição da “raça portuguesa” e de Camões para a língua e cultura do Brasil. Poucos anos depois, em 1924-25, celebrou-se (ainda que discretamente no Brasil) o quarto centenário presumido do nascimento de Camões. A Academia Brasileira de Letras organizou sessões solenes, e ensaios foram publicados conectando a epopeia camoniana aos rumos da literatura brasileira (ABL, 1925). Vale notar que nessa mesma época emergia no Brasil a Semana de Arte Moderna (1922) e uma geração de escritores modernistas disposta a “antropofagizar” as influências europeias. Ícones tradicionais, Camões incluído, sofreriam abordagens mais irônicas e críticas por

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

parte de alguns modernistas – por exemplo, Oswald de Andrade, em tom provocador, certa vez sugeriu que os indígenas brasileiros deviam ter “*devorado Camões*” junto com os naufragos lusos. Era a estética da ruptura fazendo troça do antigo respeito solene. Ainda assim, essa atitude irreverente confirma a onipresença de Camões: mesmo para negá-lo ou “ingeri-lo” simbolicamente, era necessário referir-se a ele. A crítica pós-colonial de Edward Said (1995) lembra que as vozes das colônias frequentemente dialogam com as do antigo império, seja para adoração, seja para contestação (Said, 1995). No caso brasileiro, a contestação modernista a Camões – pequena mas estridente – apenas reforça como o poeta continuava a ser um ponto de referência incontornável na cultura.

Sob a óptica dos estudos de memória, Camões consolidou-se como um verdadeiro *lieu de mémoire* (lugar de memória) compartilhado entre Brasil e Portugal. Sua efígie cravou presença em espaços públicos brasileiros: além do busto no Real Gabinete (Rio de Janeiro), há ruas e praças chamadas “Luís de Camões” em cidades brasileiras; em 1942, por exemplo, inaugurou-se em Lisboa uma estátua a Camões com participação diplomática brasileira, e em reciprocidade instalou-se busto do poeta em alguma instituição cultural no Rio de Janeiro. Essas iniciativas reforçavam simbolicamente a continuidade de uma memória lusa em território brasileiro. Aqui cabe referência às ideias de Pierre Nora, para quem lugares de memória (sejam físicos, como monumentos, ou simbólicos, como comemorações) servem para manter viva a consciência histórica de uma comunidade. Camões tornou-se precisamente isso: um símbolo-memória, cuja evocação reiterada – em escolas, academias, associações ou na mídia – manteve presente a narrativa de um passado comum luso-brasileiro.

Finalmente, do ponto de vista identitário e pós-colonial, o percurso de Camões no imaginário brasileiro ilustra bem a noção de hibridismo cultural. Como argumenta Said (1995), nenhuma cultura colonizada é totalmente dissociável da cultura imperial que a permeou – há sempre um trânsito de influências e significados. No Brasil, mesmo enquanto emergia uma consciência de nação mestiça, tropical e diferente de Portugal, houve simultaneamente a incorporação de elementos do legado português como componentes legítimos dessa nova identidade. A brasilidade, tal como foi sendo concebida entre o Império e a República, incluía orgulhosamente tanto o nativo (o “tupi”)

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

quanto o clássico lusitano (o “lusófono”). Camões, tropicalizado, representou a dimensão lusófono da identidade brasileira, lembrando que “nossa Pátria é a língua portuguesa” (parafrazeando Pessoa) e que, no concerto das nações modernas, o Brasil partilhava a língua de Camões. Por outro lado, a ressignificação operada implicou também uma certa descolonização simbólica: ao celebrar Camões como seu, o Brasil independente efetivamente se apropria de um ícone que antes servia ao imperialismo português, subvertendo seu significado original para servir à autoimagem de um povo novo. Trata-se de um exemplo concreto do que Michel de Certeau (1982) chamaria de “*reutilização tática*” da cultura dominante pelo dominado – um ato em que a antiga colônia consome, adapta e reinterpreta o símbolo metropolitano para fortalecer seu próprio discurso (Certeau, 1982: 48-49). Nesse jogo de poder e cultura, Camões acabou por simbolizar menos a glória de Portugal sobre o Brasil, e mais a aliança cultural entre ambos ou até a excelência literária que o Brasil aspirava atingir.

Por fim, há outro aspecto relevante para nossa análise: a difusão do símbolo camoniano no âmbito da língua portuguesa globalizada — o que reforça a noção de que o “Camões tropical” não permaneceu restrito ao século XIX nem ao espaço nacional brasileiro. Como aponta Ferro (2022), o idioleto de Luís Vaz de Camões tornou-se modelo linguístico e símbolo nacional, ao mesmo tempo em que o português se consolidava como língua de contato e globalização. Em contextos de intervenção lusófono, a figura de Camões exerce mediação entre passado e presente, colonizador e colonizado, tradições europeias e recriações locais. Assim, o hibridismo cultural assume também dimensão linguística: o poeta não apenas foi apropriado simbolicamente, mas serviu como pivô de uma língua que ultrapassou fronteiras e se reinventou.

Considerações Finais

A trajetória da figura de Camões na construção da brasilidade, entre o Segundo Reinado e a Primeira República, revela com clareza os movimentos sinuosos da identidade nacional brasileira em seu esforço de emancipação simbólica. Inicialmente percebido como herança colonial a ser superada, o poeta foi, ao longo do século XIX, gradualmente incorporado ao imaginário coletivo do Brasil independente. Os românticos, mesmo enquanto discursavam sobre originalidade e ruptura, ainda se apoiavam na aura

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

camoniana para validar sua produção literária. Viam nele um ponto de apoio simbólico, um elo com uma tradição literária que, se não era inteiramente sua, podia ser parcialmente reclamada e reinterpretada. Essa ambivalência tornou-se ainda mais evidente com o advento das celebrações oficiais, sobretudo durante o Império, quando Camões foi elevado à condição de herói cultural luso-brasileiro, útil a projetos de união simbólica entre ex-colônia e metrópole.

O curioso é que, nesse processo, Camões foi adotado tanto pela elite imperial quanto por correntes republicanas — sendo celebrado por figuras políticas e literárias com projetos distintos, inclusive antagônicos. Seu valor simbólico residia justamente nessa flexibilidade: ele podia representar a continuidade civilizatória com Portugal, mas também a apropriação de um patrimônio comum por parte de uma nova nação em formação. Poeta do Velho Mundo, tornou-se também ícone do Novo Mundo. Esse duplo pertencimento não o enfraqueceu; ao contrário, o tornou mais poderoso enquanto mito fundacional.

À luz das teorias de Benedict Anderson, essa inclusão de Camões no repertório simbólico nacional configura um movimento típico das comunidades imaginadas: a construção de coesão simbólica a partir da partilha de referências históricas e literárias. A celebração de Camões não significava apenas reverência ao passado português, mas sobretudo um esforço para forjar uma identidade cultural coesa e respeitável aos olhos do mundo. Da mesma forma, as análises de Hobsbawm e Ranger sobre tradições inventadas ajudam a entender como as cerimônias e monumentos camonianos do século XIX cumpriram uma função política estratégica — criando uma narrativa de continuidade histórica que conferia legitimidade ao Brasil independente. Já no campo da crítica pós-colonial, Edward Said nos alerta que tal apropriação não é neutra: é uma operação simultânea de reverência e reinterpretação, na qual o legado do colonizador é, ao mesmo tempo, mantido e subvertido.

É nesse ponto que a noção de hibridismo ganha centralidade. Como argumenta Homi Bhabha, a identidade pós-colonial não se constrói pela negação pura do outro, mas por meio de um mimetismo tenso, ambíguo, que reconfigura os símbolos herdados. O Camões tropical é fruto desse mimetismo: ele é, ao mesmo tempo, imitação e distorção, celebração e crítica, elo e ruptura. O Brasil não o apagou da memória, mas também não

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

o aceitou passivamente. Releu-o, ressignificou-o, remodelou-o. E, ao fazer isso, revelou a própria complexidade do processo de formação de sua identidade cultural.

Essa leitura encontra respaldo nas interpretações de Antonio Candido e Roberto Schwarz, que diagnosticaram com precisão a oscilação do século XIX entre subordinação cultural e esforço de autonomia estética. Camões, nesse sentido, foi um terreno de disputa — uma figura ancestral que permitia, por um lado, justificar laços históricos com a metrópole, e por outro, fundar uma tradição própria, baseada na capacidade de absorver e reinterpretar a herança europeia com sotaque tropical. Michel de Certeau diria que esse gesto de apropriação é uma forma de “fazer história”, no sentido pleno: não apenas relatar o que foi, mas decidir o que vale a pena lembrar e como essa lembrança será ativada no presente.

Com isso, torna-se evidente que Camões operou, no Brasil, como um espelho e uma moldura. Um espelho no qual o país via refletido um ideal de continuidade civilizatória, uma narrativa de pertencimento a uma linhagem cultural prestigiosa. Uma moldura que delimitava os contornos de um patrimônio simbólico em disputa, que cada grupo político ou literário preenchia à sua maneira. A presença camoniana fornecia, assim, matéria-prima para a construção de uma memória nacional enraizada, capaz de dialogar com o passado sem se submeter a ele.

No século XX e nas décadas seguintes, essa figura tropicalizada não desapareceu — apenas mudou de posição no palco cultural. A Semana de Arte Moderna de 1922 deslocou Camões do pedestal para a crítica. Oswald de Andrade propôs sua devoração simbólica, mas o próprio gesto antropofágico pressupunha que ele continuava a ser uma referência incontornável. Camões já não era mais reverenciado unicamente com solenidade: passava a ser interrogado, subvertido, recriado. Sua imagem, entretanto, resistia — como ícone disponível à paródia, mas jamais à indiferença.

Ainda hoje, Camões ressurgue como figura de relevo em contextos diversos. Ele reaparece em materiais escolares, em eventos culturais da lusofonia, em instituições diplomáticas, em prêmios literários. Nessas reconfigurações, vê-se que sua simbologia não se esgotou no século XIX. Continua operando, mas agora sob os termos de um mundo globalizado, em que as fronteiras entre centro e periferia tornaram-se mais fluidas. O

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

“Camões tropical” resiste e se transforma: torna-se objeto de estudo, de crítica, de evocação.

Nesse contexto, a metáfora de uma “serpente hermenêutica” é particularmente fecunda. Não se trata de uma serpente devorada, mas de uma que muda de pele. O Camões do século XXI, ainda que menos solene e menos presente na cultura popular, permanece ativo nos circuitos da memória oficial e do patrimônio simbólico. Ele é convocado para pensar o Brasil lusófono, mestiço, de heranças cruzadas. É aí que o conceito de hibridismo, tal como formulado por Néstor García Canclini, revela sua potência: a cultura não é estática, é um tecido em movimento, feito de negociações e reinvenções permanentes.

Mais do que um vestígio do passado, Camões tornou-se uma zona de contato entre temporalidades, entre projetos de identidade e disputas por sentido. Sua permanência nos discursos brasileiros — em chave clássica, paródica ou crítica — atesta que a luta por definir a brasilidade não se encerrou no século XIX. O “Camões tropical” continua sendo uma das camadas desse palimpsesto cultural em constante reinscrição. Ele não é apenas herança: é ferramenta, é sintoma, é possibilidade.

Fontes

ACERVO do Real Gabinete Português de Leitura (s.d.), *Interior do Real Gabinete Português de Leitura com busto de Luís Vaz de Camões* [Fotografia]. Real Gabinete Português de Leitura. <https://www.realgabinete.com.br/>

ASSIS, Machado de (1910), “Tu, só, tu, puro amor”. In *Teatro*. Rio de Janeiro: H. Garnier. Recuperado em 28 dez. 2025, de https://pt.wikisource.org/wiki/P%C3%A1gina%3AMachado_de_Assis_-_Teatro.djvu/233

BIBLIOTECA Central da Universidade de Brasília [1880], *Camoniana – edição comemorativa feita por Emilio Biel, em razão do tricentenário de morte do autor, dedicada a D. Pedro II, acondicionada em caixa original revestida em couro*. Brasília: BCE–UnB. Recuperado em 12 jun. 2025, de <https://bce.unb.br/acervos/obras-raras/camoniana>

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

FERREIRA, Cristina Tardáguila (2005), “Pelos estantes: ida ao Real Gabinete Português de Leitura transporta ao séc. 19.” *Folha de S.Paulo*, 5 maio 2005. Recuperado em 12 jun. 2025, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx0505200504.htm>

GARRETT, Almeida (1825), “Prefácio”. In: *Camões: poemas*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira.

GOMIDE, Thiago (2019), “Confusão dos diabos: estátua de Dom Pedro I na Praça Tiradentes”, *O Dia* (coluna Coisas do Rio). Recuperado em 11 jun. 2025, de <https://odia.ig.com.br/colunas/coisas-do-rio/2019/12/5845020-confusao-dos-diabos--estatua-de-dom-pedro-i-na-praca-tiradentes.html>

NABUCO, Joaquim (1980), *Camões: discurso pronunciado em 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

Palácio Piratini, *Os Lusíadas – edição comemorativa ao 3.º centenário da morte de Luís de Camões, oferecida a D. Pedro II pelo editor Emílio Biel*, Porto Alegre: Palácio Piratini. Recuperado em 12 jun. 2025, de <https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/livro-os-lusiadas>

RIBEIRO, Alf (2021), “Escultura do poeta português Luiz Vaz de Camões na praça Dom José Gaspar com Biblioteca Mário de Andrade ao fundo – obra de José Cucés” [Fotografia], *Pulsar Imagens*. Recuperado em 28 dez. 2025, de <https://www.pulsarimagens.com.br/escultura-do-poeta-portugues-luiz-vaz-de-camoes-na-praca-dom-jose-gaspar-com-biblioteca-mario-de-andrade-ao-fundo-obra-de-jose-cuces> | Banco imagens do Brasil

Referências

ANDERSON, Benedict (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

ANDRADE, Debora E. J. (2016), “Camões em solo tropical: autoimagem do escritor e a autonomia literária no Brasil pós-independência”, *Leitura*, 2(57), 24–47.

BHABHA, Homi K. (1994), *The Location of Culture*, London: Routledge.

CANDIDO, António (2000), “A literatura e a vida social”. In *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, São Paulo: Publifolha.

CERTEAU, Michel de (1994), *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*, Petrópolis: Vozes.

Luís Otávio Vilela da Cruz – *Camões tropical: o poeta e o símbolo na construção da brasilidade entre Império e República*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 76-95.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2a4

FERRO, Manuel (2022), “Camões e a globalização da Língua Portuguesa”, *Studia Iberystyczne*, 21, pp. 235-248. Recuperado em 16 nov. 2025, de <https://journals.akademicka.pl/si/article/download/4755/4283/6378>

GIL, António Carlos (2008), *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.), São Paulo: Atlas.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (1984), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KALEWSKA, A. (2022), “As robinsonadas utópicas em Portugal e na Polónia. A Cidade do Sol (1926), de José Manuel Sarmiento de Beires, e As Aventuras de Mikołaj Doświadczyński (Mikołaja Doświadczyńskiego przypadki, 1776), do bispo Ignacy Krasicki, ou uma utopia pós-camonianiana no mundo globalizado?”, *Studia Iberystyczne*, 21, pp. 27-52. Recuperado em 15 nov. 2025, de <https://journals.akademicka.pl/si/article/view/4744>

MARCONI, Maria Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2003), *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.), São Paulo: Atlas.

SAID, Eduard W. (1995), *Cultura e imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

SARLO, Beatriz (2007), *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARZ, Roberto (1977), *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Livraria Duas Cidades.

VENÂNCIO, Giselle Martins (2013), “Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880)”, *Revista Brasileira de História*, 33(65), pp. 277-290.

Outros Estudos

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025.* 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

“Por refrenarle de todas passiones”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544)

“Por refrenarle de todas passiones”: A Pedagogy of Emotions in Francisco de Monçon (1544)

“Por refrenarle de todas passiones”: una pedagogía de las emociones en Francisco de Monçon (1544)

“Por refrenarle de todas passiones”: une pédagogie des émotions chez Francisco de Monçon (1544)

Tiago Moura Gonçalves
 Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
 tiagogoncalves024@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa a relação entre civilidade, emoções e política na obra *Libro primero del Espejo del príncipe christiano* (1544), de Francisco de Monçon, propondo um diálogo com a história das emoções. Monçon propôs um modelo pedagógico orientado para a formação moral e afetiva do príncipe cristão, centrado na interiorização de normas de autocontrolo. Identificam-se como mecanismos principais de refreamento emocional o cultivo da sapiência, a obediência, a regulação dos momentos de ócio e a castidade. Sustenta-se, por fim, que essa normatividade contribuiu para a construção simbólica do poder régio no Portugal moderno.

Palavras-chave: civilidade; emoções; Francisco de Monçon; pedagogia; príncipe cristão; século XVI.

Abstract: This study analyzes the relationship between civility, emotions, and politics in Francisco de Monçon's work *Libro primero del Espejo del príncipe christiano* (1544), proposing a dialogue with the history of emotions. Monçon developed a pedagogical model oriented toward the moral and emotional formation of the Christian prince, centered on the internalization of norms of self-control. The main mechanisms of emotional restraint are identified as the cultivation of wisdom, obedience, regulation of moments of leisure, and chastity. Finally, it is argued that this normativity contributed to the symbolic construction of royal power in modern Portugal.

Keywords: civility; emotions; Francisco de Monçon; pedagogy; Christian prince; 16th century.

Resumen: Este estudio analiza la relación entre la civilidad, las emociones y la política en el *Libro primero del Espejo del príncipe christiano* (1544) de Francisco de Monçon, proponiendo un diálogo con la historia de las emociones. Monçon propuso un modelo pedagógico orientado a la formación moral y emocional del príncipe cristiano, centrado en la internalización de normas de autocontrol. Los principales mecanismos de contención emocional se identifican como el cultivo de la sabiduría, la obediencia, la regulación del tiempo libre y la castidad. Finalmente, se argumenta que esta normatividad contribuyó a la construcción simbólica del poder real en el Portugal moderno.

Palabras-clave: civilidad; emociones; Francisco de Monçon; pedagogía; príncipe cristiano; siglo XVI.

Resumé: Cette étude analyse la relation entre civilité, émotions et politique dans le livre de Francisco de Monçon, *Libro primero del Espejo del príncipe christiano* (1544), proposant un dialogue avec l'histoire

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 96-116.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

des émotions. Monçon propose un modèle pédagogique axé sur la formation morale et émotionnelle du prince chrétien, centré sur l'intériorisation des normes de maîtrise de soi. Les principaux mécanismes de retenue émotionnelle sont identifiés comme la culture de la sagesse, l'obéissance, la régulation des loisirs et la chasteté. Enfin, il est avancé que cette normativité a contribué à la construction symbolique du pouvoir royal dans le Portugal moderne.

Mots-clés: civilité; émotions; Francisco de Monçon; pédagogie; Prince chrétien; XVIe siècle.

1. Introdução

O estudo aqui proposto centra-se em dois vetores essenciais. O primeiro tem a ver com a relação entre civilidade e (controlo de) emoções. Por sua vez, o segundo relaciona emoções com política ou, se quisermos, a (ir)relevância das emoções no exercício do poder. A receção do humanismo e da pedagogia moderna em Portugal teve na literatura de civilidade uma das formas de divulgação da moralidade erasmiana, pelo que nos propomos discuti-la a partir de diversas interpretações, em particular as de Norbert Elias (1989 e 1990), Jacques Revel (2017), Roger Chartier (1985) e Peter Burke (2014), entre outras. Aparte estas considerações de índole historiográfica, sobre as quais se dedica também o primeiro tópico (relativo à história das emoções), a análise focar-se-á numa das obras de Francisco de Monçon¹ (?-1575) - capelão e pregador nas cortes de D. João III (r. 1521-1557) e de D. Sebastião (r. 1557-1578) - intitulada *Libro primero del Espejo del principe christiano* (1544), procurando identificar os tópicos referentes ao controlo da vida pulsional e afetiva. Não se deixará de fazer alguns apontamentos relativos à biografia do autor e aos aspetos mais latos da obra examinada.

2. Paixões, emoções e sentimentos

Segundo um dos mais reputados intelectuais alemães do século XX, Niklas Luhmann (1991: 59), a dialética indivíduo-sociedade, ou melhor, a oposição entre relações pessoais e impessoais, acentuou-se na viragem do século XVII para o XVIII². Corresponde, na prática, ao período iluminista. Paixões, emoções e sentimentos só

¹ Optamos por utilizar “Monçon”, nome pelo qual era conhecido em Portugal, como o fez Ana Isabel Buescu (1996), em vez do nome original em castelhano, “Monzón”; ambos, porém, são corretos.

² Essa afirmação remeter para a discussão historiográfica em torno da oposição público/privado ou comunitário/individual na Época Moderna. Sobre o assunto, veja-se Ariès (2017: 8–21).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

podiam ser entendidos pelo autor como formas de comunicação com um grau variável de interiorização ou exteriorização. Na verdade, a associação entre modernidade e comunicação correspondia a uma tradição que se inaugurou no seio da sociologia alemã (em particular, a Escola de Frankfurt) e da filosofia da linguagem, de que Jürgen Habermas é um dos expoentes referenciais. A modernidade deixava de radicar no formalismo kantiano, antes na racionalidade comunicativa. Em síntese, a comunicação (ou linguagem) substituía a razão (Luhmann, 1991: 5)³.

Luhmann (1991: 161) considerava que o Iluminismo apressara a “descoberta da incomunicabilidade”, isto é, a interiorização de formas de comunicação, em especial as relativas à “semântica do amor”. O amor, enquanto ideia de perfeição, e entendido como paixão (*o amor apaixonado*), obedecia, até então, a princípios de ordem moral e à posição social dos amantes. Tal teorização pressupunha que se tivesse um conhecimento suficiente do “objeto” (o mesmo que sujeito amado) (Luhmann, 1991: 57). Até ao século XVII, a *teoria* do amor assentava na ideia de serviço. À semelhança do amor a Deus, a devoção à/ao amada(o) prenunciava um “amor elevado”, numa conjugação de elementos de sensualidade e religiosidade que compunham uma “unidade mística” (Luhmann, 1991: 56). A inacessibilidade da mulher amada, tópico recorrente na literatura medieval, continuou presente nos séculos XVII e XVIII, não como resultado das diferenças sociais obstaculizantes, mas sim pela liberdade de escolha amorosa (Luhmann, 1991: 58). Livre ou determinada pelas convenções sociais, a vivência do amor obedeceu sempre a um código de conduta. Referimo-nos, como é evidente, às vivências do ambiente cortesão e/ou aristocrático. A liberdade de escolha amorosa prevaleceu através de “efeitos ilusórios” e jogos de sedução. Uma maior reivindicação de liberdade transferiu a figuração ideal para o campo da imaginação, em que “dispõe-se da liberdade do outro” ao serviço dos desejos próprios (Luhmann, 1991: 60).

Ao contrário da sexualidade, que era considerada um “comportamento normal do corpo” (Luhmann, 1991: 62), assim percecionada na literatura dos romances cavaleirescos e pastoris, a paixão amorosa, segundo Luhmann, era entendida pelo cristianismo medieval como uma espécie de doença que tinha, se quisermos, uma

³ Habermas tem um entendimento diferente relativamente, demarcando-se dos percussores da Escola de Frankfurt. Sobre o seu posicionamento, e particularmente a ideia de *razão comunicativa*, veja-se a sua obra *O discurso filosófico da modernidade* (2010).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

sintomatologia própria e formas de cura. Tudo isto se alterou na segunda metade do século XVII. Quanto à sexualidade, esta é, porventura, uma conclusão precipitada. Luhmann desconsiderou neste tópico o papel da Igreja Católica na interiorização de formas de autocontrolo relativamente eficazes e sobrevalorizou, por sua vez, a semântica dos textos literários (Carvalho, 2011: 105). Joaquim Ramos de Carvalho (2011: 102) refere-se mesmo à existência de um “comportamento antinatural das populações europeias”. E justifica-o (esse comportamento) com o facto de este trazer uma “eficácia acrescida em termos adaptativos” (Carvalho, 2011: 102), isto é, ter assegurado no longo prazo o sucesso do modelo económico europeu, não obstante as diferenças locais e regionais ao padrão.

As emoções, por sua vez, dada a abangência do termo, podem incluir as mais variadas formas comunicativas de exteriorização do sentimento. Na linguagem do século XVI são definidas como transtornos físicos que podem ser avaliados em função do grau de comoção. Associadas não raras vezes ao pecado da luxúria, as emoções derivavam de um “incidente orgânico, uma violação quase mecânica” (Vigarello, 2020: 350) da ordem natural; o mesmo se pode dizer que eram motivadas por defeitos corporais. Essa imagética era invocada, muitas vezes, para justificar as revoltas populares, consideradas uma anormalidade emocional. Essa “febre material” (Vigarello, 2020: 352) constituía uma ameaça ao regramento coletivo e à ordem das coisas, pelo que devia ser combatida. Por conseguinte, os sentimentos, ou outros modos de interioridade afetiva, eram considerados independentes do corpo e, por isso, resultantes de vicissitudes e “desordens” particulares (Vigarello, 2020: 354).

De acordo com os antropólogos novecentistas que subscreviam a designada *teoria cultural das emoções*, estas eram heranças culturais transmitidas de forma intergeracional. Na prática, acreditavam que “as pessoas que vivem em culturas diferentes devem sentir emoções diferentes” (Evans, 2003: 25). Como sugere Dylan Evans (2003: 27), foi Paul Ekman, psicólogo e antropólogo norte-americano, que, nos finais dos anos sessenta, veio provar exatamente o contrário. Tendo-se dirigido para a Nova Guiné e tido contacto com uma cultura pré-alfabetizada remota (os *Fore*), registou nessa experiência a relação de vários elementos dos *Fore* quando lhes contaram histórias que causariam medo aos norte-americanos. Fez o mesmo quando regressou aos

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

Estados Unidos da América em relação às histórias dos *Fore*. Concluiu, dessa forma, e uma vez que a reação de ambos tinha sido semelhante, que as emoções são universais e inatas, não sendo aprendidas nem transmitidas. Como refere Evans (2003: 24), são uma “linguagem universal”. Entre estas, aceitou-se, desde então, que pelo menos algumas poderiam ser universais e corresponderiam ao que se veio a designar como “emoções básicas”, havendo alguma discordância quanto ao seu número.

Dylan Evans (2003) refere também, numa das suas incursões pelo conceito de emoção que aqui em parte sigo, que a imagem do amor romântico ou passional atrás referida não era, na verdade, uma invenção europeia. Desconstrói com isso a visão apresentada por Niklas Luhmann a esse respeito, bem como a de C. S. Lewis (1936). Recorrendo mais uma vez à antropologia, diz ser implausível que pessoas de culturas não ocidentais não sintam de igual forma o amor romântico, isto é, não idealizem o amor. Ainda assim, admite a autora, há um “pequeno grão de verdade” (Evans, 2003: 37) na ideia de amor romântico como invenção europeia. O que se subentende é que, apesar da universalidade da ideia, esta tem especificidades e formulações que diferem de geografia para geografia.

Com a intenção de dar destaque a estas experiências intrínseca e exclusivamente humanas, a (nova) história das emoções emergiu na historiografia francesa e, mais recentemente, na anglo-saxónica, como um prolongamento em parte da história das mentalidades e da “história dos sentimentos” proposta por Lucien Febvre nos anos de 1940. Desconsideramos aqui o papel da “história dos sentidos”, exposta recentemente por Mark Smith (2021), por diferir grandemente, não obstante os pontos de contacto, das abordagens metodológicas e temáticas da história das emoções. Apesar de os estudos de Jean Delumeau (1978) não serem novos, a história das emoções constitui alguma novidade no panorama historiográfico atual. E isso deve-se em parte à “multiplicidade dos objetos históricos interrogados” (Corbin *et al.*, 2020: 13), entre os quais se referem as vivências da infância e da morte, as relações familiares e as expressões faciais e corporais. Possíveis também são as sinergias com a história do género e da sexualidade.

Atendendo a um espectro temporal alargado, a história das emoções completa a tríade proposta por Corbin *et al.* (2020: 14), que conta também com os anteriores

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

estudos (convertidos em coleções) da história do corpo e da virilidade na tentativa de cartografar “uma genealogia, material e sensível, dos próprios indivíduos”. No essencial, as emoções passam a ser consideradas “veículos de significados sociais e psicológicos” (Dixon, 2023: 6) de um determinado tempo, como também já havia dito Febvre (1973: 12, *apud* Dixon, 2023: 127). É fundamental, no entanto, não esquecer as lições de Febvre a respeito do inevitável anacronismo do uso da psicologia moderna para compreender emoções e sentimentos do passado (Dixon, 2023: 5-6). Como refere Thomas Dixon (2023: 18), a “forma particular de pensar sobre os sentimentos, no passado ou no presente, é o produto de processos históricos contingentes”. Os historiadores das emoções têm, portanto, como escopo “ver o interior da mente dos mortos” (Dixon, 2023: 18) com base no pressuposto, explícito ou subjacente, de estabelecer uma espécie de relação com os sujeitos históricos.

3. Civilidade e controlo das emoções

“se por vezes alguma centelha amorosa se acende no meu coração, rapidamente me esforcei por todos os meios para apagá-la, não por causa do ódio que tivesse às mulheres, como pensam as senhoras que aqui estão, mas para a minha salvação” (Castiglione, 2008: 24).

Num dos trechos do famosíssimo tratado de Baldassare Castiglione, *O Livro do Cortesão* (1528), o autor dá voz a Ottaviano Fregoso, cortesão que se presume ser da corte do ducado de Urbino, em um diálogo com a duquesa do referido território. Fregoso apresenta-se como um homem não devotado à paixão, entendido nesse diálogo como a figura da moralidade. Não ousa afirmar, todavia, que nunca sentiu qualquer paixão, porque seria descredibilizado. Como o próprio refere “mesmo que não acreditassem, fingiriam que acreditavam” (Castiglione, 2008: 23). Revela não ter tido, até ao momento, a preocupação de amar e ser amado, não porque se tivesse em grande conta, ou tenha perdido a esperança de alcançar o amor genuíno, mas porque ficara “espavorido com as contínuas lamentações de alguns enamorados, os quais, pálidos, tristes e taciturnos, parecem ter sempre o descontentamento pintado nos olhos” (Castiglione, 2008: 24). Fregoso quer, portanto, demarcar-se de um modelo de atuação regido pelas emoções, isto é, não quer viver em função das suas paixões amorosas. Este

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

exemplo dos enamorados da corte impele-o a abdicar da forma de estar prevalecente na corte. Ele representa o normativo ou a conduta moral adequada.

Segundo Norbert Elias (1989), atento em particular ao caso francês, a civilidade enquanto conceito radicava na sociedade cortesã e na sua autoconsciência. Apesar de abarcar concepções e objetos mais amplos, foi o tratado de Erasmo de Roterdão, *De civilitate morum puerilium* (1530)⁴, que lhe atribuiu um sentido específico (Elias, 1989: 103). O controlo dos comportamentos representava uma preocupação da literatura moral da época, preocupação que Fregoso apresentava no manual de Castiglione atrás citado. Parte-se do pressuposto de que as manifestações corporais “manifestam ao exterior as disposições da alma” (Revel, 2017: 148), pelo que dever-se-ia inculcar no espírito uma moralidade erasmiana. A civilidade, que substituiu progressivamente o termo “cortesania” (ou cortesania) no século XVII, fazia parte da construção do imaginário político de Versalhes. Como refere Gérard Sabatier (1985: 303), ao aludir à tese de Ernst Kantorowicz, “Como a Cristandade é o corpo místico de Cristo, a Nação é o corpo místico do Rei, e como a hóstia é o corpo de Cristo, assim é com o corpo do Rei, hóstia real, que, assim como Cristo, não morre”⁵.

Ao acentuar a dimensão mística da corporalidade régia e da sua presença simbólica, Sabatier centra a sua atenção no monarca como centro da corte. Uma das primeiras influências dessas concepções radica na tese evolucionista de Herbert Spencer, segundo a qual o cerimonial significava submissão a uma autoridade social e/ ou política. A civilidade era, portanto, um mecanismo de cerceamento de liberdades individuais (Terra, 2000: 15-16). Tende a aproximar-se também de Roger Chartier (1985) na sua forma de pensar o Estado Moderno como uma construção cultural. A perspetiva de Chartier centra-se em duas interrogações. A primeira refere-se à forma como as artes e as “estéticas particulares” (Chartier, 1985: 502) promovidas no seio da corte supõem a existência de um sistema de valores. A segunda tem a ver com a maneira como se processa a transformação de um Estado numa “economia psíquica”, isto é, o modo como a imposição de padrões comportamentais (ou “civilidade judicial”) se

⁴ Em português, traduz-se como *A civilidade pueril*. Todavia, uma tradução mais exata (e correta) seria *Da civilidade dos costumes pueris*.

⁵ Não podendo densificar com o cuidado que se requiere a tese de Ernst Kantorowicz, remeto a referência para leitura, Kantorowicz (1957).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

traduziu, no médio a longo prazo, na internalização do controlo (Chartier, 1985: 502). Esse aspeto foi, como se sabe, muito bem estudado por Norbert Elias.

A perspetiva de Elias (1990) a esse respeito centra-se na teoria da civilização (ou processo civilizacional), segundo a qual a “racionalização” dos comportamentos se verificou de forma gradual e assente no autocontrolo. As coações exteriores transformaram-se em autocoações. Isso envolvia um controlo da “vida pulsional e afetiva” (Elias, 1990: 188). Não se tratou, segundo Elias, de uma transformação linear, antes caótica. Pela vontade em se distinguirem da restante sociedade, as elites refinavam as suas práticas através de um “paulatino e penoso processo de aprendizagem e formação” (Terra, 2000: 17)⁶. Comportamentos característicos das cortes europeias (civilidade) começaram a ser adotados pelos grupos intermédios da sociedade e, conseqüentemente, pelos estratos mais baixos, daí a ideia de civilização (Terra, 2000: 17). Essa foi também a premissa com que Peter Burke (2014) se referiu à cultura popular. Esta imitava a cultura de elite, ainda que com sinais de reinvenção. No entanto, há um ponto de desencontro entre ambos os autores. Para Burke, as culturas popular e de elite dialogavam, e não se verificava somente uma imitação unilateral. Por conseguinte, as elites participavam, não raras vezes, nas grandes festas “populares”, melhor dizendo, de todos (o exemplo do carnaval de Florença) (Burke, 2014: 70). Além disso, a politização da cultura popular aproximava em grande medida o “povo” e a política (que equivale, neste caso, à elite) (Burke, 2014: 431-432).

De modo a ilustrar melhor a receção da pedagogia moderna em Portugal, em particular no tocante ao controlo das emoções, resgatamos, como havíamos referido na introdução, a figura de Francisco de Monçon. O seu estudo recebeu os contributos mais recentes de Ana Isabel Buescu (1996) e Maria de Lurdes Fernandes (1991). No entanto, já outros o haviam feito, ainda que de forma lacunar, como Marcel Bataillon (1966), José Sebastião da Silva Dias (1960, 1969) e Manuel Augusto Rodrigues (1974)⁷. As informações relativas à sua presença em Portugal foram reunidas por Francisco Leitão Ferreira, nas *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra* (1729), republicadas, em dois volumes, em 1937 e 1938, por Joaquim de Carvalho.

⁶ Sobre o desenvolvimento da sociedade de corte e práticas de distinção, leia-se Elias (2001: 97-131) e Bourdieu (2007).

⁷ Todos os títulos referidos são citados em Fernandes (1991: 39).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

Natural de Madrid, Francisco de Monçon era filho, com bastante probabilidade, de Fernão González de Monçon, que esteve no Conselho dos Reis Católicos. A sua preparação intelectual ter-se-á iniciado na corte castelhana. Estudou na Universidade de Alcalá, instituição em que obteve o mestrado em Artes e o doutoramento em Teologia. Ocupou, nesse período, a cátedra de Artes no colégio maior de S. Ildefonso dessa universidade (Fernández Travieso, 2012: 7). Em 1535, veio para Portugal a convite de D. João III para lecionar Teologia na Universidade de Lisboa e, em 1537, transferiu-se para a Universidade de Coimbra. Desenvolveu comumente “uma ação educativa e pastoral” (Fernandes, 1991: 42) centrada na produção de manuais de civilidade e de educação dos príncipes e obras de carácter pastoral. A sua atuação enquanto capelão e pregador nas cortes de D. João III e D. Sebastião esteve na base das referidas obras, cuja publicação era assegurada com o patrocínio dos respetivos monarcas (Fernandes, 1991: 43-44). Como numa tradicional relação de mecenato, “o laço de fidelidade toma variados contornos, mas, sem dúvida, um deles é aquele que une um “Protetor” ao seu “Protegido”” (Mota, 2003: 208). Saiu do meio universitário em 1544. Essa saída ter-se-á devido, segundo Silva Dias (1969: 669-75, *apud* Buescu, 1996: 299), ao facto de Monçon ter recebido com algum desagrado a alteração que lhe fora imposta em 1541 por D. João III de que ocupasse uma outra “cadeira”, entretanto vaga. Sendo ou não esse o motivo que viria a determinar o seu afastamento da Universidade de Coimbra, o que é certo é que, em 1544, concorreu a uma conezia vaga da sé de Lisboa, passando doravante, e até à sua morte, a ocupar o cargo de dignidade de cónego magistral dessa sé (Buescu, 1996: 103).

O *Libro primero del Espejo del principe christiano: que trata como se ha de criar vn principe o niño generoso desde su tierna niñez cõ todos los exercicios & virtudes que le conuienen hasta ser varon perfecto* (1544)⁸ enquadra-se no género dos *specula principis* ou “pedagogia especular” (Buescu, 1997: 33-34), desenvolvendo um discurso em torno dos deveres e virtudes do príncipe cristão. Muitas foram as obras editadas em Portugal com o mesmo escopo, como, por exemplo, a obra *Breve doutrina e ensinança*

⁸ Doravante citado como (LPEPC). Sobre a outra obra “gémea” de Monçon, *Libro primero del espejo de la princesa christiana* (c. 1543), veja-se Fernandes (1993: 109-21) e Buescu (1996: 214-36).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

de príncipes (1525), de Frei António de Beja⁹. Enquadrada em plena Contrarreforma, ela testemunha a regidificação ideológica imposta por Trento. Tratava-se, sobretudo, de um discurso normativo que pode ser entendido como um dos instrumentos de legitimação do príncipe e de afirmação da Coroa. Como refere Chartier (1985: 497, *apud* Buescu, 1997: 45), a ordem do discurso é uma das estratégias nesse sentido, a par da ordem dos sinais e das cerimónias.

No entanto, a edição da obra de Monçon, como outras, não ocorreu de forma aleatória, antes na sequência ou a pretexto de momentos simbólicos. Em 1544, foi jurado herdeiro do trono português nas Cortes de Almeirim, celebradas a 30 de março, o príncipe D. João (1537-1554), oitavo e, à data, único filho varão do casamento de D. João III com D. Catarina de Áustria. Como é sabido, o príncipe não herdou o trono português pela sua morte precoce, tendo sido transmitido *ipso facto* para o seu filho póstumo D. Sebastião, fruto do seu casamento com a infanta de Castela, D. Joana (Buescu, 2008: 170-171). Em todo o caso, o que importa reter é que, jurado príncipe herdeiro, a D. João Manuel devia ser inculcado os ditames do bom governo, daí a encomenda real a Monçon nessa data. Seguimos, portanto, uma análise assente no pressuposto de que o normativismo e positivismo jurídicos são úteis para compreender a ordem política e social na Época Moderna, e em particular no que se refere à literatura de civilidade.

Tendo em vista identificar os aspetos referentes ao controlo das emoções na obra *Libro primero del Espejo del principe christiano*, constituímos para o efeito quatro tópicos de análise. Todos são mecanismos “apresentados” por Monçon de refreamento dos impulsos e das emoções do príncipe; neste caso, destinava-se à formação de D. João, filho de D. João III (Buescu, 1996: 105). Optamos por desenvolver, à luz de um novo paradigma historiográfico - a história das emoções -, os capítulos da obra de Monçon cuja atenção dada por Ana Isabel Buescu foi menor.

A primeira forma de refreamento das emoções, como dissemos, a título interpretativo, era a valorização do estudo e da sapiência enquanto mecanismo inculcador de “bons” costumes e de disciplinamento da mente e do espírito. A importância das “ciências” na educação do príncipe contribuía, segundo Monçon, para o

⁹ Para o caso francês, veja-se o estudo de Scordia (2004: 507-32).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 96-116.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

bom governo: “é bem aventurada a república que por anciões e sábios é governada” (LPEPC, cap. XVII, fl. 47f.)¹⁰. Utilizou, como exemplos, diversas figuras da Antiguidade Clássica. Uma delas era Alexandre Magno, que, sendo um dos grandes comandantes militares do seu tempo e tendo dedicado grande parte dele à arte da guerra, reconheceu que o fator que o mais tinha ajudado a “conquistar o mundo [fora] a ciência e sabedoria que havia aprendido de Aristóteles” (LPEPC, cap. XVII, fl. 47f.). Monçon refere-se também aos reis egípcios, aos imperadores romanos (em particular, Júlio César) e aos intelectuais da Grécia Antiga (Homero, Plutarco, Heródoto e Aristóteles). Estas referências evidenciam, de facto, a influência do Humanismo¹¹.

Para além das “ciências”, o príncipe devia aprender obrigatoriamente três línguas: espanhol, italiano e francês. Apesar de não integrar as principais, era também fundamental conhecer relativamente bem o latim porque “todas as boas histórias, e todas as ciências, e todas as boas doutrinas e artes, que se convém saber, estão em língua latina escritas” (LPEPC, cap. XVIII, fl. 50f.). Conhecimentos de filosofia moral eram também solicitados, partindo do pressuposto aristotélico de que “a virtude não consiste em apenas saber, mas sim bem obrar com razão, eleição e conselho” (LPEPC, cap. XIX, fl. 53f.). Invocava ainda Cícero para salientar que:

“o maior serviço que os homens podem fazer a Deus: é entender em rege-se bem a si e aos outros, e para quem supusesse como o haviam de fazer este tratamento lhes aconselha que se deem ao estudo da filosofia moral: porque como a medicina livra o corpo de todas as enfermidades, também a filosofia a [bondade] anima de todas as paixões que a impedem de ser virtuosa” (LPEPC, cap. XIX, fl. 53v.).

Esta era, segundo Monçon, “a soberana doutrina [que] contém em si a prudência que é a guia e maestra das virtudes” (LPEPC, cap. XIX, fls. 53v., 54f.). Subentende-se que a filosofia moral, à semelhança da medicina em relação ao corpo, cura as “enfermidades” espirituais. Entre estas, incluem-se, como o próprio refere, as paixões que desvirtuam o ser humano e a bondade à qual, sem estas, estaria naturalmente predisposto. Segue-se um outro capítulo (XX) a acentuar a relevância do estudo das Sagradas Escrituras, as quais continham, figuradamente, “ervas e frutas medicinais de

¹⁰ A tradução do castelhano para o português contemporâneo, o que doravante será regra, é de responsabilidade própria.

¹¹ Sobre a receção do Humanismo em Portugal, veja-se Buescu (2008: 293–325).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

saudáveis conselhos” (LPEPC, cap. XX, fl. 56v.). Querendo aconselhar-se, portanto, o príncipe devia procurar a Bíblia (a “divina lição”) (LPEPC, cap. XX, fl. 57f.). Tementes a Deus e ao seu serviço, os governantes (neste caso, os futuros governantes) podiam atuar com mais justiça. Ademais, os “letrados e sábios” (LPEPC, cap. XX, fl. 57v.), dotados de virtude, deviam ser honrados e premiados pelos seus serviços, podendo auxiliar o príncipe na compreensão da lei divina.

Uma das outras formas de refreamento das emoções era, por seu turno, a inculcação do valor da obediência. Desde logo, a obediência no plano espiritual: “como convém que o príncipe desde pequeno se crie temeroso de Deus, devoto e religioso às coisas religiosas” (LPEPC, cap. XII, fl. 32f.). O príncipe, tal como os homens comuns, era obrigado a servir e a honrar a Deus, e se não o fizesse “perde o nome de homem e deve ser contado com as bestas brutas” (LPEPC, cap. XII, fl. 32f.). A obediência não se circunscrevia apenas ao plano espiritual, mas também ao material. Referimo-nos à obediência aos pais por “obrigação natural e divina” (LPEPC, cap. XVI, fl. 44f.), uma vez que os mandamentos a isso aludiam. A primeira regra consistia em que o filho não só se contentasse em obedecer aos pais, como, por vezes, lhes fizesse a vontade como “sinal de amor e de muito virtude” (LPEPC, cap. XVI, fl. 44f.). Em resposta à desobediência, estava o castigo:

“que isto é por natureza, e castigá-los [os filhos] é de prudência e virtude. E desta regra não hão de ser excetos os príncipes: porque se é verdade que o castigo é medicina da alma como as purgas do corpo: e curam o príncipe com elas quando está enfermo, também deve de ser curado das enfermidades da alma: principalmente se é desobediente (...) [pelo que do] padre piedoso o castigo que leva, como justo e virtuoso nele deve deixar de castigar” (LPEPC, cap. XVI, fl. 46).

A desobediência aos pais era, no entanto, lícita nos casos em que “lhes [ao filho] mandarem fazer algum vício ou coisa injusta” (LPEPC, cap. XVI, fl. 45v.). A obediência estendia-se ainda aos sábios e “mestres”. O mais importante, todavia, era não obedecer aos vícios. Essa era uma das premissas que cimentava o valor doutrinal da obediência. Sinónimo de felicidade - “a obediência é madre de toda a felicidade” (LPEPC, cap. XVI, fl. 43v.) -, este conceito tinha uma aceção semântica específica, ainda que universal.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

Em terceiro lugar, os passatempos “virtuosos”. Pretendia-se regular os momentos de ócio. Quando o príncipe deixava “os negócios da república”, devia repousar ou “tomar alguma recreação” (LPEPC, cap. XXIII, fl. 65f.). Podia igualmente optar pelo “santo ócio” (LPEPC, cap. XXIII, fl. 65f.)¹², isto é, os momentos contemplativos (rezar, escrever e estudar, por exemplo). Em todo o caso, Monçon alertava para a necessidade de não se estender demasiado esses momentos, porque os príncipes “com razão [seriam] julgados por ociosos” (LPEPC, cap. XXIII, fl. 65v.). Entre os jogos praticados pelo príncipe, contam-se o xadrez, o jogo da “bola” e o jogo da “péla”. Os jogos de cartas (ou jogos “de azar”) eram, por sua vez, condenados pelo pregador (Buescu, 1996: 126)¹³.

Além dos jogos, incentivava-se a prática da caça, atividade eminentemente aristocrática, que se realizava, não raras vezes, nas coutadas reais. Esta tinha uma dimensão lúdica e, simultaneamente, normativa. Como marca de distinção social da nobreza, a arte da guerra mantinha-se, mesmo nos tempos de paz, na preparação militar. A caça fazia parte desse treinamento. Como escreveu Monçon, citando Virgílio, a caça e a guerra “tinham grande semelhança entre si” (LPEPC, cap. XLIII, fl. 132f.). Para isso, era fundamental o manejo adequado de armas. Havia, no entanto, outros passatempos lícitos e apropriados para um príncipe: nadar, pescar, dançar e cantar. Estes passatempos podem ser perspetivados, a nosso ver, de uma dupla forma: a do controlo, mas comumente a do apelo às emoções, desde que num quadro comportamental restrito. A existência de formas de exteriorização de sentimentos, isto é, emoções, ou impulsos, não são passíveis de ser interpretadas exclusivamente à luz de uma perspetiva de controlo.

Por último, a castidade, ou a regulação da atividade sexual, como um valor em si, proveitosa para o príncipe e, por conseguinte, para a sua família. Este aspeto é tratado no capítulo XXXIII, e a sua fundamentação discursiva alicerça-se no pressuposto de que a luxúria “causa discórdia entre os homens e põe inimizade com Deus” (LPEPC, cap.

¹² Interessante é a não referência à leitura enquanto passatempo, antes o estudo das obras. Sobre o assunto, leia-se Chartier (2011: 77–105).

¹³ A legislação previa sanções para quem praticasse “jogos de azar”. Desde logo, as *Ordenações Manuelinas* e a legislação eclesiástica. Sobre o (in)sucesso da imposição desses interditos, não há estudos para Portugal. Para o caso francês, leia-se Mehl (1982: 625–34).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

XXXIII, fl. 96f.), isto é, atraiçoa a fé e as virtudes do príncipe que deviam seguir o paradigma do *filho pródigo*. Além disso, o “amor quita a sabedoria”, dificultando a aprendizagem necessária para o bom governo. Entre outros argumentos, Monçon considera que ser-se luxurioso, para além de ser desonroso para o próprio, o é principalmente para os seus antepassados: “os mortos são desonrados e afrontados” (LPEPC, cap. XXXIII, fl. 97v.).

4. Emoções e/ em política

Para compreender a dinâmica política do Portugal Moderno, Pedro Cardim (2000) convocou o “poder dos afetos”. Segundo o autor, a ideia de uma modernidade política, tal como teorizada hoje, e à qual fizemos referência no início deste trabalho, não corresponde a uma visão fidedigna da política e dos seus trâmites na Época Moderna. Uma ordem política desapaixonada, baseada em princípios estritamente racionais e, por sua vez, assente em uma “neutralidade afetiva” (Cardim, 2000: 7). Essa não é a modernidade dos séculos XVI e XVII, a que precede as profundas disrupções no sistema político operadas com o Iluminismo e o Liberalismo. A moderna oposição entre razão e emoção era, portanto, inexistente. Pelo contrário, o amor e a amizade compunham a cultura política desse período de tal maneira que a legislação reconhecia “o carácter natural dos afetos e da sua normatividade” (Cardim, 1999: 28)¹⁴. Esse “respeito jurídico pela ordem afetiva” (Cardim, 1999: 29) era generalizado, estando presente na literatura de inspiração religiosa, no direito canónico e na literatura de civilidade. Naturalmente, essa literatura não se limitou a refletir sobre o assunto, mas a cimentar um discurso normativo de “forte carácter precativo” (Cardim, 1999: 35). Monçon afigura-se um evidente paradigma desse discurso.

Na obra de Monçon aqui estudada, muitas são as referências aos afetos na cultura política, desde logo, por neles estar assente a ideia de um governo paternal. O valor da obediência, aliado a outros fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime, cimentava uma realidade política juridicamente ordenada¹⁵. Entre esses

¹⁴ Esse aspeto também é referido em Cardim (1998: 76–84). Além disso, é justo reconhecer que o estudo de Pedro Cardim é intelectualmente devedor das problemáticas abertas por António Manuel Hespanha na historiografia portuguesa. Veja-se Hespanha (2010: 57–84, 147–67).

¹⁵ Sobre este assunto, veja-se Cardim (2001: 133–74).

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

fundamentos estava o da própria legitimação do poder, pelo que os ensinamentos de Monçon para o príncipe testemunhavam precisamente a ligação do poder temporal com o divino. Os apelos, como atrás se referiu, a uma atenção acrescida às Sagradas Escrituras e aos seus intérpretes (os teólogos ou “sábios”) disso são exemplo. Nelas os príncipes “adquirem ciência para bem governar seus vassallos e ajuda divina para poder-lhes manter em paz e justiça conforme obrigação que têm” (LPEPC, cap. XX, fl. 57f.). O *serviço* do príncipe para com Deus e para com os súbditos era, portanto, um ato de amor. Esse ato era convenientemente recíproco, pois um súbdito devia amar o seu monarca. Essa imagética supõe que o serviço não decorria de uma obrigação em manter uma ordem social e política, antes da espontaneidade.

A imagem de um príncipe cristão, tal como Maravall (1944: 365) a descreveu, pressupunha a recusa do maquiavelismo, isto é, a amoralidade da concepção da política e do “político”. Monçon distanciou-se largamente dessa linguagem. Em todo o caso, os aspetos referentes à *virtù* do príncipe encontram-se em parte presentes. Importa, desde já, destacar a importância dada por Monçon à dedicação do príncipe aos “negócios” da república. É certo, no entanto, que não nos referimos à arte da conquista e conservação do Estado, apenas ao apelo ao envolvimento. A virtude (e não a *virtù* cunhada por Maquiavel) pressupunha moralidade. Captamos essa dimensão nos capítulos XXX e XXXI do *Libro primeiro del Espejo del principe christiano*. No primeiro, mencionam-se duas das vertentes principais, ou o subproduto da noção de virtude: a prudência e a discrição. No segundo, faz-se referência ao valor da verdade, recriminando-se, é claro, a mentira, independentemente dos fins políticos ou outros que se pretendiam alcançar. A mentira era, segundo Monçon, sinónimo de pecado (“ofensa a Deus”) (LPEPC, cap. XXXI, fl. 39v.).

Relativamente às emoções (e não aos afetos), trazemos novamente à colação as paixões, entendidas não somente como paixões amorosas, mas principalmente como sinónimo de todos e quaisquer vícios ou excessos. Para Monçon, as paixões e a política eram incompatíveis, ou, se quisermos, as paixões eram uma manifestação antipolítica. Como refere no capítulo XXXII, a ira devia ser uma paixão a refrear desde nascença. Apesar desse enfoque particular, convinha, acima de tudo, “refrenarle [ao príncipe] de

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 96-116.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

todas passiones” (LPEPC, cap. XXXII, fl. 113v.), porque a existência destas desvirtuava o governo; dito de outra forma, impedia o bom governo.

Não queremos com esta proposta de análise fazer uma equivalência natural entre paixões e emoções. A expressão exterior do sentimento podia fazer-se de uma forma emotiva ou apaixonada, e só esta é que era categoricamente censurada. No entanto, poder-se-ia constatar também que a emoção era, em parte, motivo de reprovação. A valorização da discrição como característica fundamental de um príncipe cristão isso evidencia. Esse aspeto remete para uma dimensão racionalista da política que se esperaria ver inculcada na primogenitura¹⁶. Todavia, no que à arte da representação diz respeito, muito conveniente era que o príncipe fosse “inclinado desde moço a desejar alcançar fama e glória” (LPEPC, cap. XXIX, fl. 81f.). E, enquanto bom cortesão, na arte da “conversação” fosse versado. Em muitos aspetos é perceptível a “licitude” das emoções, desde que para propósitos políticos específicos (diplomáticos, de representação ou teatralidade, por exemplo).

5. Conclusão

Para concluir o presente estudo, recorreremos à obra *Teoria geral do Estado*, de Hans Kelsen, em que o autor afirma o seguinte:

“Uma regra obriga os indivíduos a adotar uma certa conduta, a praticar certo ato e a abster-se de outro. Mas, mesmo que nos não conformemos com as suas determinações -, deixando de fazer o que devíamos ou fazendo aquilo de que devíamos abster-nos -, a regra não deixa por isso de subsistir. A sua validade não foi atingida. [...] E uma ordem normativa pode ser válida mesmo quando a realidade não é perfeitamente conforme com ela; ao contrário, só com esta condição de conformidade é possível a existência de uma ordem natural” (Kelsen, 1938: 8-9).

Kelsen defendeu uma conceção normativista do Direito, ou então o normativismo jurídico. Segundo essa perspetiva, a norma¹⁷ moldava a realidade, impondo a ordem, conceito que difere de “ordem natural”. A norma era, portanto, independente da ordem, não dependendo dela para vigorar. A sua validade não era posta em causa pelo não

¹⁶ A dimensão racionalista é visível no capítulo XXVII, que remete para o âmbito militar do funcionamento político. Monçon aconselha ao príncipe que seja “esforçado e forte com o esforço e forças corporais” (LPEPC, cap. XXVII, fl. 74f.).

¹⁷ Em português do Brasil, utiliza-se mais vulgarmente o termo “regra” como se vê no trecho apresentado.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 96-116.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

cumprimento destas ou pela existência de caos. Parece-nos assertiva a perspetiva de Kelsen, de que Norbert Elias e outros historiadores são herdeiros, de que a normatividade decorre da própria existência da norma (ou normas), independentemente do restante. Quando pensamos a literatura de civilidade, temos de ter em conta que esta possui um discurso normativo, mas em nada se trata de uma norma com respaldo legal, ou seja, não é vinculativa. O carácter normativo desse discurso é transversal a outra documentação da época. Assumimos, portanto, que a perspetiva do controlo (das emoções, em particular) tem comprovado cabimento. Em todo o caso, a ideia de uma “racionalização” gradual dos comportamentos por via da internalização do controlo, como Norbert Elias advoga, não pode excluir outras propostas interpretativas.

Parece-nos evidente que não é possível considerar apenas a perspetiva do controlo das emoções, embora esta seja porventura prevalecte, mas também a do apelo às emoções, desde que num quadro normativo definido. Esta proposição é comprovada pela valorização dos momentos de ócio, perceptível no incentivo à prática de jogos, próprios de um príncipe, mas também nos passatempos “virtuosos”. Concordamos ainda, no essencial, com o pressuposto de que a literatura de civilidade, de que a obra de Monçon é um belo exemplo, contribuiu para a construção do Estado (Moderno).

Fontes impressas

MONÇON, Francisco de (1544), *Libro primero del Espejo del principe christiano: que trata como se ha de criar vn principe o niño generoso desde su tierna niñez cõ todos los exercicios & virtudes que le conuienen hasta ser varon perfecto*, Lisboa, Casa de Luís Rodriguez [consultado em 26/05/2025]. Disponível em <https://purl.pt/15319>.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe (2017), “Para una historia de la vida privada” in Roger Chartier (coord.), *Historia de la vida privada - Del Renacimiento a la Ilustración (vol. 3)*, Barcelona, Taurus, pp. 8-21.

BATAILLON, Marcel (1966), *Erasmus y Espana: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, 2ª edição revista e acrescentada, México, Fondo de Cultura Económica.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2* 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

BOURDIEU, Pierre (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*, traduzido por Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira, São Paulo; Porto Alegre, Edusp; Zouk.

BUESCU, Ana Isabel (1996), *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos.

BUESCU, Ana Isabel (1997), “Um discurso sobre o príncipe: a “pedagogia especular” em Portugal no século XVI”, *Penélope*, n.º 17, pp. 33–50, [consultado em 24/06/2025]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656433>.

BUESCU, Ana Isabel (2008), *D. João III (1502-1557)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

BURKE, Peter (2014), *Cultura popular en la Europa moderna*, traduzido por Antonio Feros Carrasco e Sandra Chaparro Martínez, Madrid, Alianza Editorial.

CARDIM, Pedro (1998), *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos.

CARDIM, Pedro (1999), “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 11, pp. 21–57, [consultado em 24/06/2025]. Disponível em <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1999.7501>.

CARDIM, Pedro (2000), *O poder dos afetos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

CARDIM, Pedro (2001), “Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, pp. 133–174, [consultado em 24/06/2025]. Disponível em <https://ap1.sib.uc.pt/handle/10316.2/41719?mode=full>.

CARVALHO, Joaquim Ramos de (2011), “As sexualidades” in Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal - A Idade Moderna (vol. 2)*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, pp. 96-129.

CASTIGLIONE, Baldassare (2008), *O Livro do Cortesão*, traduzido por Carlos Aboim Brito, Porto, Campo das Letras.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

CHARTIER, Roger (1985), “Construction de l’État moderne et formes culturelles: perspectives et questions” in *Culture et idéologie dans la genèse de l’État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)*, Roma, École Française de Rome, pp. 491-503.

CHARTIER, Roger (2011), “Do livro à leitura” in Roger Chartier (org.), *Práticas da leitura*, traduzido por Cristiane Nascimento, 5.^a edição, São Paulo, Estação Liberdade, pp. 77-105.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (2020), “Introdução geral” in Georges Vigarello (coord.), *História das emoções - Da Antiguidade às luzes (vol. 1)*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, pp. 9-21.

DELUMEAU, Jean (1978), *La peur en Occident (XIVe - XVIIIe siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayard.

DIAS, José Sebastião da Silva (1960), *Correntes de sentimento religioso em Portugal sécs. XVI a XVIII*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra.

DIAS, José Sebastião da Silva (1969), *A política cultural na época de D. João III*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra.

DIXON, Thomas (2023), *The History of Emotions: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press.

ELIAS, Norbert (1989 e 1990), *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert (1990), *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas - Transformações da sociedade, esboço de uma teoria da civilização (vol. 2)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert (2001), *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*, Rio de Janeiro, Zahar.

EVANS, Dylan (2003), *Emotion: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em Francisco de Monçon (1544). *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 96-116.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

FEBVRE, Lucien (1973), "Sensibility and History: How to Reconstitute the Emotional Life of the Past" in Peter Burke (ed.), *A New Kind of History: From the Writings of Febvre*, traduzido por K. Folca, Londres, Routledge e Kegan Paul, pp. 12-26.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1991), “Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n.º 3, pp. 39-70, [consultado em 24/06/2025]. Disponível em <https://doi.org/10.34632/lusitaniасра.1991.8066>.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1993), “Francisco de Monzón e a “princesa cristã””, *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, Anexo V, Sécs. XVI-XVIII, pp. 109–21.

FERNÁNDEZ TRAVIESO, Carlota (2012), “Introducción” in Francisco de Monzón, *Libro segundo del Espejo del perfecto príncipe cristiano*, A Coruña - España, SIELAE.

HABERMAS, Jürgen (2010), *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Texto Editores [ed. original, 1985].

HESPANHA, António Manuel (2010), *A política perdida. Ordem e Governo antes da modernidade*, Curitiba, Juruá Editora.

KANTOROWICZ, Ernst (1957), *The King's Two Bodies. A Study in Medieval Political Theology*, New Jersey, Princeton University Press.

KELSEN, Hans (1938), *Teoria geral do Estado*, São Paulo, Livraria Académica - Saraiva & C.^a editores.

LEWIS, Clive Staples (1936), *The Allegory of Love: A Study in Medieval Tradition*, Oxford, Oxford University Press.

LUHMANN, Niklas (1991), *O amor como paixão para a codificação da intimidade*, Lisboa, Difusão Editorial.

MARAVALL, José Antonio (1944), *La teoría española del Estado en el siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.

Tiago Moura Gonçalves – “*Por refrenarle de todas passiones*”: uma pedagogia das emoções em *Francisco de Monçon (1544)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 96-116. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o1

MEHL, Jean-Michel (1982), “Les jeux des dés au XVe siècle après les lettres de rémission” in Philippe Ariès, Jean-Claude Margolin (eds.), *Les Jeux à la Renaissance: Actes du XXIIIe Colloque International d'Études Humanistes*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, pp. 625-34.

MOTA, Isabel Ferreira da (2003), *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*, Coimbra, Edições Minerva.

REVEL, Jacques (2017), “Los uso de la civilidad” in Roger Chartier (coord.), *Historia de la vida privada - Del Renacimiento a la Ilustración* (vol. 3), Barcelona, Taurus, pp. 145-79.

RODRIGUES, Manuel Augusto (1974), *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

SABATIER, Gérard (1985), “Versailles, un imaginaire politique” in *Culture et Idéologie dans la Genèse de l'État Moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)*, Roma, École Française de Rome, pp. 295-324.

SCORDIA, Lydwine (2004), "Le roi, l'or et le sang des pauvres dans *Le livre de l'information des princes*, miroir anonyme dédié à Louis X", *Revue Historique*, tomo 306, fascículo 3, n.º 631, pp. 507-532, [consultado em 22/12/2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40957440>.

SMITH, Mark (2021), *A Sensory History Manifesto*, Pennsylvania, Penn State University Press.

TERRA, Ana Lúcia Silva (2000), *Cortesia e mundanidade: manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Mestrado em História, Coimbra, Universidade de Coimbra.

VIGARELLO, Georges (2020), “A emergência do termo “emoção” in Georges Vigarello (coord.), *História das Emoções - Da Antiguidade às Luzes* (vol. 1), Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, pp. 349-59.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados¹

Mobility of the population of European origin in Portuguese America in the 17th century: settlement, business and armed conflicts

Movilidad de la población de origen europeo en la América portuguesa en el siglo XVII: asentamiento, negocios y conflictos armados

Mobilité de la population d'origine européenne en Amérique portugaise au XVIIe siècle: établissement, commerce et conflits armés

Diogo Andrade Cardoso
CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
diogocardoso@ese.ipp.pt

Resumo: A presença portuguesa na América sempre foi acompanhada por uma forte mobilidade. Quer ao longo da costa, quer em direção ao interior, os portugueses deslocaram-se com o intuito de obter novas terras, recursos, negociar, combater ou evangelizar. Este artigo pretende analisar essa mobilidade, estudando as motivações individuais, através, por exemplo, de um cruzamento com as ocupações e os locais onde esta circulação ocorria ao longo do século XVII. Utilizando os processos inquisitoriais como fonte principal, pretende-se compreender o papel das cidades e vilas dos estados do Brasil e do Maranhão e do Grão-Pará na deslocação dos indivíduos não só em direção ao interior, onde a presença portuguesa se foi consolidando de forma gradual, mas também entre as diversas capitánias. Assim, a função dos principais povoamentos, tais como Salvador da Baía, Olinda, Recife, Rio de Janeiro ou Belém do Pará, será analisada como ponto de chegada para a população europeia, mas também como local de partida de uma migração radial em direção ao sertão e como plataforma de mobilidade entre os principais polos de ocupação humana de cada uma das capitánias. Em última instância, pretende-se discutir o papel da indústria açucareira, da religião e dos combates contra populações nativas ou povos europeus na circulação dos portugueses neste território ao longo de Seiscentos.

Palavras-chave: Brasil colonial; migrações; século XVII.

Abstract: The Portuguese presence in the Americas was always accompanied by high levels of mobility. Whether along the coast or towards the hinterland, the Portuguese moved with the intention of acquiring new lands and resources, engaging in trade, combat, or evangelism. This article aims to analyse this mobility by studying individual motivations—for instance, by cross-referencing occupations with the locations where this movement occurred throughout the seventeenth century. Using inquisitorial trials as the primary source, the study seeks to understand the role of the cities and towns of the states of Brazil and Maranhão and Grão-Pará in the displacement of individuals, not only towards the interior, where the

¹ Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UID/04059/2025, <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>. A construção dos recursos visuais deste artigo foi realizada pelo Serviço de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a quem se agradece.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Portuguese presence was gradually consolidated, but also between the various captaincies. Consequently, the function of the main settlements, such as Salvador da Bahia, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, or Belém do Pará, will be analysed as points of arrival for the European population but also as points of departure for a radial migration towards the *sertão* (backlands) and as platforms for mobility between the primary hubs of human occupation in each captaincy. Ultimately, the article intends to discuss the role of the sugar industry, religion, and conflicts against native populations or European powers in the movement of the Portuguese within this territory during the 1600s.

Keywords: Colonial Brazil; migrations, 17th century.

Resumen: La presencia portuguesa en América estuvo siempre acompañada de una fuerte movilidad. Ya fuera a lo largo de la costa o hacia el interior, los portugueses se desplazaron con el propósito de obtener nuevas tierras y recursos, negociar, combatir o evangelizar. Este artículo pretende analizar dicha movilidad, estudiando las motivaciones individuales a través, por ejemplo, del cruce entre las ocupaciones y los lugares donde esta circulación ocurría a lo largo del siglo XVII. Utilizando los procesos inquisitoriales como fuente principal, se pretende comprender el papel de las ciudades y villas de los estados del Brasil y del Maranhão y el Grão-Pará en el desplazamiento de los individuos, no solo hacia el interior —donde la presencia portuguesa se fue consolidando de forma gradual— sino también entre las diversas capitanías. Así, la función de los principales asentamientos, tales como Salvador de Baía, Olinda, Recife, Río de Janeiro o Belém do Pará, será analizada como punto de llegada para la población europea, pero también como lugar de partida de una migración radial hacia el sertão (tierras del interior) y como plataforma de movilidad entre los principales polos de ocupación humana de cada una de las capitanías. En última instancia, se pretende discutir el papel de la industria azucarera, de la religión y de los combates contra poblaciones nativas o pueblos europeos en la circulación de los portugueses en este territorio durante el Seiscientos.

Palabras clave: Brasil colonial; migraciones; siglo XVII.

Résumé: La présence portugaise en Amérique a toujours été accompagnée d'une forte mobilité. Que ce soit le long de la côte ou vers l'intérieur des terres, les Portugais se sont déplacés afin d'acquérir de nouvelles terres et des ressources, de négocier, de combattre ou d'évangéliser. Cet article se propose d'analyser cette mobilité en étudiant les motivations individuelles, notamment à travers un croisement entre les professions et les lieux où cette circulation se produisait tout au long du XVII^e siècle. En utilisant les procès inquisitoriaux comme source principale, l'objectif est de comprendre le rôle des villes et bourgs des États du Brésil et du Maranhão et Grão-Pará dans le déplacement des individus; non seulement vers l'intérieur, où la présence portugaise s'est consolidée progressivement, mais aussi entre les différentes capitaineries. Ainsi, la fonction des principaux établissements, tels que Salvador da Baía, Olinda, Recife, Rio de Janeiro ou Belém do Pará, sera analysée en tant que point d'arrivée pour la population européenne, mais aussi comme point de départ d'une migration radiale vers le sertão et comme plateforme de mobilité entre les principaux pôles d'occupation humaine de chaque capitainerie. En dernier lieu, il s'agit de discuter du rôle de l'industrie sucrière, de la religion et des combats contre les populations indigènes ou les puissances européennes dans la circulation des Portugais sur ce territoire au cours du XVII^e siècle.

Mots-clés: Brésil colonial; migrations; XVII^e siècle.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

1. Introdução

O presente artigo, integrado no âmbito da história social quantitativa, pretende compreender a mobilidade da população luso-brasileira dentro do Brasil ao longo do século XVII. A proposta passa pela identificação e contabilização, com base nos processos inquisitoriais, dos indivíduos que circulavam por este espaço, procurando enquadrar esta circulação no contexto político, militar e económico. Este exercício, ao abordar a mobilidade interna do Brasil seiscentista, assunto pouco estudado pela historiografia, procura compreender as centralidades no povoamento do território e demonstrar como a produção, o comércio e os conflitos, com europeus ou indígenas, foram motores da expansão territorial e motivadores da mobilidade humana, tanto proativa como reativa, registada no *corpus* documental.

Dada a impossibilidade de consultar toda a documentação paroquial dispersa pelo território brasileiro para fazer um perfil migratório da população europeia nesse espaço, foi necessário encontrar documentação alternativa. Pela riqueza dos dados recolhidos relativos a milhares de pessoas que habitaram no Brasil no século XVII, os processos da Inquisição de Lisboa, com jurisdição sobre o Brasil, são uma das melhores fontes para traçar o perfil deste contingente humano. Apesar de não terem tido uma produção sistemática, uma vez que só eram produzidos quando havia denúncia contra alguém que se dizia agir contra a fé, a moral e os costumes (Novinsky, 1985: 56), apresentam as vantagens de cobrir todo o território brasileiro que esteve sob jurisdição da Inquisição portuguesa.

Ao mesmo tempo, por procurar comprovar a existência dos crimes junto de inúmeras testemunhas, a malha inquisitorial reunia dados que permitiam identificar milhares de indivíduos através da idade, naturalidade, estado matrimonial, estatuto de sangue, ocupação e, ainda, residência, circulação e datas dos percursos dos indivíduos. Desta forma, foi consultado um corpo documental de 124 processos inquisitoriais que permitiu identificar 3.320 indivíduos. Para além do número restrito de réus, as testemunhas alargaram o universo de estudo para além dos acusados e daqueles que intervinham na atividade inquisitorial.

No decorrer do século XVII, o Santo Ofício de Lisboa recolheu depoimentos de milhares de pessoas no Brasil. As informações prestadas no decorrer das sessões de

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

inquérito foram sistematizadas numa base de dados. Os dados foram alvo de um tratamento estatístico que, posteriormente, foi sobreposto ao enquadramento teórico para explicar os deslocamentos e determinar em que medida corroboram, ou não, a bibliografia sobre o tema.

É importante notar que, apesar de existirem presenças no Brasil causadas por tarefas inerentes à instituição que produziu a informação, bem como por mobilidade causada pela Inquisição – como o caso das detenções e transporte para uma cadeia –, a consulta dos processos inquisitoriais, em particular das sessões de inquérito, permitiu a deteção, em larga escala, de uma circulação que em nada tinha que ver com a Inquisição, apenas decorrente da atividade regular da população aí instalada. A ausência das motivações de muitos dos deslocamentos impede uma definição clara do carácter estrutural ou circunstancial de parte das trajetórias apuradas. A consulta bibliográfica e documental permitiu avançar com interpretações que justificam essa mobilidade, como se procurará demonstrar ao longo do artigo.

Paralelamente à documentação inquisitorial, e com o objetivo de pormenorizar o perfil dos indivíduos identificados, recorreu-se à consulta das diligências de habilitação para familiar do Santo Ofício dos indivíduos que surgiram na documentação. Estes registos, com dados semelhantes àqueles que eram recolhidos num processo inquisitorial, permitiram, nos casos em que os familiares são referidos, usualmente como os responsáveis pelo aprisionamento de suspeitos, completar os seus dados referentes à naturalidade, idade, residência e vínculos familiares.

2. A presença portuguesa no Brasil no século XVII

O território a que os portugueses chamaram Brasil foi alvo, ao longo da época moderna, de uma sucessiva presença europeia que conheceu diferentes estratégias de fixação, incremento no número de contingentes, aproveitamento económico cronologicamente diferenciado e a convergência de conceções mentais e religiosas que se confrontaram e mesclaram com as existentes no território.

Herdeiro de uma economia açucareira que se vinha a estabelecer desde as últimas décadas de Quinhentos, o Brasil foi, ao longo do século XVII, um conglomerado de ilhas

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

na zona costeira, como ficou ilustrado por Frei Vicente do Salvador ([1918]: 19), que apelidava os portugueses de caranguejos nas praias, incapazes de penetrar no sertão.

Se as fronteiras alargavam na busca de ouro (Marques, 1998: 242), o espaço ocupado permaneceu delimitado. Até à última década de Seiscentos, apesar das expedições em direção ao interior que partiram dos povoamentos costeiros, a vila de maior relevo no sertão foi a de São Paulo (Holanda, 2007: 146). A presença portuguesa esteve sempre concentrada em alguns núcleos junto da costa, a partir dos quais o povoamento se desenvolveu, avançando depois para o *hinterland* ou criando outros focos populacionais (Ricupero, 2016: 150). Assim, o Brasil focado neste artigo era composto por alguns povoamentos de relevo. No Nordeste destacaram-se Salvador da Baía, Olinda e Recife, em Pernambuco; nas Capitanias do Sul, o Rio de Janeiro, São Paulo e a vila do Espírito Santo eram os maiores; no norte, os polos foram São Luís e Belém.

A população que partiu da Europa para o Brasil era, na sua maioria, portuguesa. Os migrantes partiam sobretudo do Entre-Douro-e-Minho, muitos também de Lisboa, e, escapando às condições de vida que tinham no reino ou às perseguições religiosas, fixavam-se num território que prometia terras vastas e férteis e novas oportunidades de negócio. À presença portuguesa acrescentavam-se ainda os estrangeiros em contingentes menores, pois, como estabeleciam as *Ordenações Filipinas* (Livro V, Título CVII), estes não podiam passar aos seus domínios ultramarinos para “...tratar, resgatar, nem fazer guerra sem nossa licença e autoridade”. As populações indígenas e os africanos escravizados, em franco crescimento desde finais do século XVI, completavam os três grandes grupos demográficos presentes no território. Por contabilizar estão os contingentes que resultaram do cruzamento entre estes grupos: o dos *mulatos*, descendentes de brancos e negros, o dos *mamelucos*, resultado das uniões da população branca com a indígena, e o dos *cafuzos*, produto da miscigenação entre indígenas e africanos.

3. A chegada ao Brasil

A chegada dos migrantes que ao longo de Seiscentos se dirigiram ao Brasil não ditava o final da aventura que era a travessia do oceano e sucessiva fixação. Por vezes era apenas um novo ponto de começo, existindo ainda uma grande mobilidade e, para alguns,

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

nunca um destino definitivo. Studnicki-Gizbert (2007: 47) relata esta realidade para o caso dos portugueses que partiam com destino às Índias castelhanas, mas que é perfeitamente válida também para o Brasil, ainda que aqui exista uma maior concentração dos povoamentos junto à costa.

Falta bibliografia especializada sobre a mobilidade no Brasil antes da descoberta do ouro, pois, mais do que afirmar que existiu, é preciso analisar a escala em que ocorreu através do estudo dos números. Em primeiro lugar, nem todos os portos brasileiros mantinham contacto com o reino. Salvador e Recife, no Nordeste, Rio de Janeiro a sul, e São Luís ou Belém, na região amazónica, eram os principais portos de saída em direcção à Europa e costa africana, existindo uma deslocação interna, por via marítima, fluvial ou terrestre, que conduzia os habitantes ou os homens do mar a esses portos e daí a outras paragens. No sentido inverso, para aqueles que acostavam no Brasil, os portos eram, muitas vezes, apenas o primeiro contacto com o novo espaço, disseminando-se as populações posteriormente. Este movimento podia ocorrer logo após a chegada ou passado um período maior de integração e reunião de informações que conduziam os migrantes a outras paragens.

Episódios como estes, que exigiam a deslocação interna de migrantes, ou mesmo da população nascida no Brasil, são recorrentes na documentação. Manuel César de Miranda, nascido em Lisboa, vivia com o pai, Francisco César de Miranda, no Rio de Janeiro, em 1649. Em 1657, estavam ambos a residir em São Paulo, tendo, em algum momento, decidido mudar-se para aí e formar família. Já casado com Maria da Silva, que residia também com os seus pais, teve duas filhas que nasceram na vila de São Paulo: a primeira, homónima da mãe, nasceu por volta de 1665 e Joana, um ano mais tarde. Neste caso, Manuel não ficou por aqui e, em 1670, voltou a casar no seu novo local de residência, a Ilha de São Sebastião, agora com Clara Cabral de Sousa. Porém, a curta distância que mantinha com a anterior família não o impediu de confrontar a justiça inquisitorial que, logo no ano seguinte, o prendeu, no Rio de Janeiro, por bigamia para o enviar a Lisboa².

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10728, fls. 1, 5, 7, 18-19, 36-36v, 42v.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Concorreram também para estas deslocções internas as conjunturas que a América portuguesa atravessou. Os conflitos armados e até a especialização económica de determinadas áreas geográficas foram causas da mobilidade das populações que se foram fixando ao longo do século XVII. Assim aconteceu com os migrantes que, chamados por familiares ou amigos, se dirigiram às plantações sacarinas onde encontraram um espaço para exercer a sua ocupação, tal como com as populações que, nas décadas de conflito bélico com os neerlandeses, optaram pela fuga, partindo para Sul ou retornando ao reino, ou ainda pelo combate, deslocando-se para os espaços onde as escaramuças ocorreram.

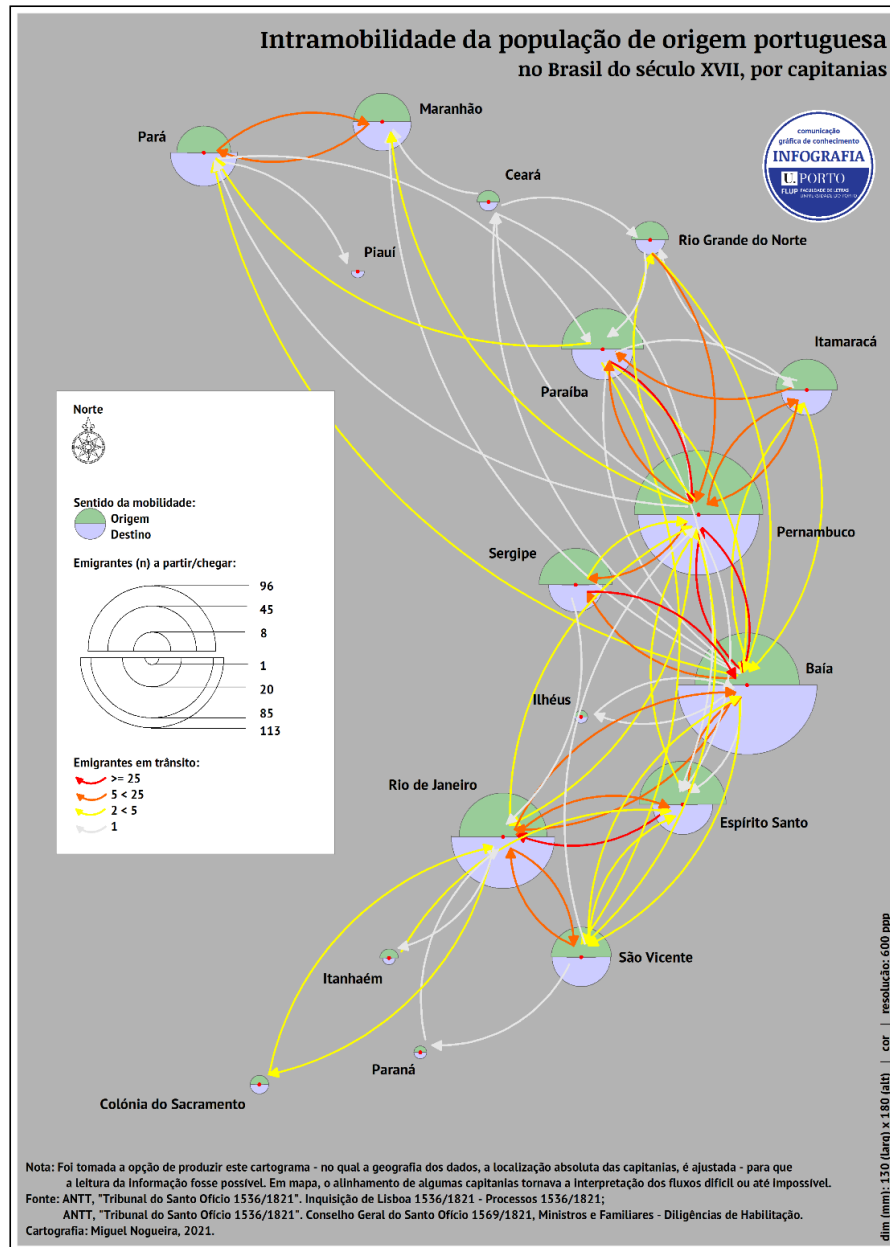
Reagindo à presença de outros povos europeus, combatendo para a obtenção de uma maior área arável ou apta à introdução de novas pastagens e buscando recursos naturais passíveis de rentabilizar a ocupação da terra, os deslocamentos internos foram essenciais para o crescimento do Brasil. Por este motivo devem ser estudados não só numa perspetiva macro, procurando as tendências gerais, mas ainda com atenção ao detalhe, buscando motivações específicas para determinados trajetos.

4. A mobilidade interna das populações de origem europeia na América portuguesa

Nas fontes inquisitoriais, complementadas com a consulta das diligências de habilitação dos familiares do Santo Ofício, são as capitanias com o maior povoamento – Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro – que apresentam um número de partidas mais significativo (Figura 1). Mas estes contactos não eram só com espaços externos: entre os maiores polos de ocupação portuguesa a circulação foi considerável, sendo esta inevitavelmente maior no Nordeste. De Pernambuco, local que surge mais vezes como ponto de partida, 96 de 414 extravasaram os limites das fronteiras de cada uma das capitanias, 49 foram para a Baía, o que corresponde a cerca de 51%.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Figura 1. Intramobilidade da população de origem portuguesa no Brasil no século XVII, por capitanias



Da mesma forma, as saídas do Recôncavo foram sobretudo para Pernambuco, ainda que em menor número, apenas 28 de 63 partidas (44,4%). A ligação entre estas capitanias é mesmo a única que, na Figura 1, tem as partidas e as chegadas de cada uma delas representadas a vermelho, ilustrando a intensidade das ligações.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Considerando a distribuição cronológica, as saídas em direção à Baía e a todo o Nordeste são aquelas que apresentam uma maior amplitude cronológica, apesar de 17,7% não mencionarem uma data. Não se registaram saídas dessa capitania apenas na década de 1621 a 1630, ou seja, no período imediatamente a seguir à visita inquisitorial de 1618-1620 ao Recôncavo, e de 1651 a 1660,. Parece, desta feita, notório que a deslocação do visitador Marcos Teixeira à região pode ter estado na origem de uma abstenção nas viagens não só de cristãos-novos, mas de todos aqueles que quisessem manter-se afastados do tribunal (Pereira, 2011: 41).

Já a década em que se verificaram os conflitos finais com os neerlandeses, terminados em 1654, parece ter conhecido uma redução drástica das fugas para a capital, a sul, pois foi nos anos entre 1641 e 1650 que se verificou a maior saída de gentes de Pernambuco. Estes dados, que apontam 24 chegadas à Baía, confirmam a hipótese de uma fuga causada pela Insurreição Pernambucana. Aliás, André Vidal de Negreiros, um dos líderes desta insurreição lançada em 1645 contra a presença holandesa e que rapidamente empurrou o inimigo para um conjunto de pequenos fortes além do Recife, aparece, a miúdo, na documentação durante esta época³.

Apesar de ser unânime na bibliografia e de existir um acréscimo demográfico detetado por este estudo, as partidas com direção ao Rio de Janeiro na altura da guerra escaparam aos registos inquisitoriais. As restantes saídas de Pernambuco corroboram os dados identificados para a Baía, apresentando a capitania uma forte relação com toda a região nordestina, agindo como um ponto de disseminação da ocupação portuguesa (Carvalho Júnior, 2005: 42). Paraíba, com 14 chegadas, Itamaracá, com 12, Sergipe, com oito, e Rio Grande, contando apenas três, identificam o Nordeste como o detentor de praticamente 90% de todos os destinos para onde partiram aqueles que optaram por abandonar Pernambuco. As saídas remanescentes, já em número pouco considerável, dividiram-se entre a floresta tropical a norte e as Bandas do Sul.

Relativamente aos que partiram da capitania da Baía, para além dos que se dirigiram a Pernambuco, garantindo que uma grande fatia desta população permaneceu no Nordeste, a distribuição das saídas foi mais dispersa. Só a capitania do Rio de Janeiro

³ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4786, fl. 20v.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

acolheu 12 migrantes, ou seja, 19% do número de saídas, o que perfaz quase o dobro da proporção daqueles que, desde Pernambuco, se deslocaram para fora do Nordeste. Se a esta forem somadas todas as outras partidas em direção a sul, para São Vicente e Espírito Santo, as capitanias do sul concentram 25,4% dos destinos daqueles que saíram da Baía.

Face a estes dados, parece provável que existisse uma maior relação da capitania da Baía com os territórios mais a sul do que desde Pernambuco, funcionando o porto de Salvador não só como um ponto de partida para o reino, mas também para a navegação de cabotagem que percorria a costa brasileira. Este estatuto seria ainda fortalecido no período neerlandês, com o porto de Recife fora do controlo português, o que justifica a diminuição das referências a essa localidade entre 1630 e 1654. Demonstra-se, assim, a hierarquização existente entre as diversas capitanias brasileiras, que, durante o século XVII (e provavelmente mais ainda no anterior), colocam Salvador como o centro nevrálgico de todo o território.

No entanto, tal como a Várzea pernambucana, o Recôncavo baiano, e especialmente a cidade de Salvador, foram, por excelência, centros difusores do povoamento do Nordeste, para onde se dirigiram 65% dos migrantes, se aos de Pernambuco somarmos os 9 de Sergipe, 2 de Itamaracá, os representantes únicos que foram para Ilhéus e Paraíba.

Estas movimentações podiam ser simples adaptações à realidade económica local, procurando uma forma de sustento na indústria sacarina, ou novos mercados para exercer as suas ocupações, como ocorreu com Bernardo de Aguirre que substituiu Luís Álvares como caixeiro de Manuel Rodrigues Sanches. Em 1619, partiu de Salvador, onde residiu até então, e onde permaneceu o seu empregador, para a Ilha de Maré e, de seguida, para Paripe, onde exerceu a sua ocupação.⁴

Outros houve que, acompanhando os combates da guerra da Liberdade Divina, se viram forçados a deslocar. É conhecido, e foi extensamente analisado por Ronaldo Vainfas, o caso do Padre Manuel de Moraes, condenado por calvinismo, que foi preso e remetido a Lisboa em 1646, depois de uma carreira religiosa e de ter sido capelão militar no Nordeste brasileiro (Vainfas, 2008). Nascido em São Paulo, em 1596, em 1618 já estudava em Salvador no colégio jesuíta. Percorreu a capitania de Pernambuco em

⁴ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 9457, fls. 5, 10.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

combates contra os holandeses no início da década de 1630 e chegou até ao Rio Grande do Norte, onde liderou um conjunto de índios em combate. Aprisionado no Recife, em 1635, foi residir para os Países Baixos, onde se converteu ao calvinismo, passando por Amesterdão, Harderwijk e Leiden, regressando a Iguarassu, em Pernambuco, para voltar a ser encarcerado, desta feita pela Inquisição, que o transportou para Lisboa, onde foi julgado, depois de ter sido já queimado em efígie por estar ausente na Holanda⁵.

O número de saídas mais reduzido para o Maranhão e Grão-Pará, com apenas seis contabilizadas e quatro delas para o Pará, confirma que as dificuldades da travessia, assim como a distância desde o Estado do Brasil, impuseram uma maior necessidade de povoamento orientado pela Coroa com reservas demográficas dos arquipélagos atlânticos.

Tal como desde Pernambuco, as partidas da Baía que se dirigiram para outros pontos do Nordeste foram uniformemente distribuídas ao longo do século, estando apenas ausentes na primeira década da centúria e entre 1631 e 1640, quando se inaugurou a conquista neerlandesa no Nordeste e a Baía recebeu mais contingentes em fuga do que aqueles que enviou. As saídas para sul conheceram algumas referências nos anos entre 1621 e 1640, década da visita inquisitorial e período que se lhe seguiu, sugerindo o deslocamento da população para a qual a presença do tribunal poderia ser uma ameaça, mas concentram-se principalmente na segunda metade do século, que foi de crescimento, sobretudo do Rio de Janeiro.

Já para norte, as partidas são registadas apenas na primeira metade de Seiscentos, altura da conquista do território aos franceses e estabelecimento português na foz dos rios da Amazônia. Os dados parecem confirmar que a ocupação do Maranhão e Grão-Pará e, posteriormente, o seu povoamento constituíram duas fases diferentes. A primeira correspondeu sensivelmente ao período entre a conquista e 1650, dependente de um deslocamento da população desde o Nordeste em busca de novas terras enquanto afastavam os franceses da região (Silva, 2003: 227; Chambouleyron, 2010: 121-122). A segunda fase, a partir de 1650, contou com um maior peso dos contingentes chegados dos Açores que vinham sendo integrados desde finais do século XVI e, em menor número, da

⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4847, fls. 3v-4, 8v-9v, 13-14v, 20v, 84-85, 120v, 153.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Madeira para garantir o povoamento, rentabilização e defesa do território (Chambouleyron, 2010: 33-34). As restantes capitanias do Nordeste são ultrapassadas, em número de saídas apuradas, quer pelo Rio de Janeiro, quer pelo Espírito Santo.

Paraíba, a norte de Pernambuco, foi a capitania do Nordeste que, depois da Baía, registou a maior mobilidade dentro do território brasileiro, pelo menos em termos de partidas, e com um número significativo tendo em conta o tamanho da amostra (39). Destas, cerca de três quartos foram para Pernambuco (29), o que confirma a grande dependência desta capitania dos interesses instalados em Olinda e no Recife, forçando a mobilidade da população em direção ao local onde os interesses estavam instalados e desde onde se geriam os negócios e vendiam as produções. O crescimento da área de plantação açucareira, que gradualmente reclamou os territórios anexos às principais capitanias nordestinas, foi o motivador, por excelência, desta intramobilidade.

As quatro saídas desde Paraíba para a Baía e a única para Itamaracá põem a mobilidade que permaneceu no Nordeste acima dos 87% das deslocações totais verificadas a partir de Paraíba, estando clara uma hierarquização das capitanias. Os registos tanto para o norte da América portuguesa como para as Bandas do Sul são em número bem menor, apenas de duas saídas com destino ao Pará e outras duas para São Vicente, às quais se somou uma para o Espírito Santo. É bastante provável que qualquer uma destas deslocações para outras regiões brasileiras tivesse de ter passado pelos portos de Salvador ou Recife, mas que essas menções tenham ficado por assentar nos processos inquisitoriais por serem consideradas óbvias ou desnecessárias, o que reforça mais a tese de hierarquização existente nas capitanias do Nordeste.

Destaque-se ainda a altura em que ocorreu esta mobilidade, especialmente a que se dirigiu a Pernambuco, concentrada na década de 1641 a 1650, quando Paraíba se encontrava ocupada, assim como uma parte significativa do Nordeste. Quer para tomar posições no campo de batalha, quer para fugir ao conflito, parece acertado afirmar que a investida da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa na América foi um dos principais fatores de mobilidade, como afirmou Evaldo Cabral de Mello (1975: 167). Este incremento das movimentações não foi apenas interno, mas também para a Europa, pois Amsterdão tornou-se, nesta altura, uma cidade com contactos intensos com o Recife,

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

circulando muita gente com motivações bélicas, económicas e religiosas (Wiznitzer, 1960: 46).

Os dados apurados para Sergipe e Itamaracá apontam na mesma direção. Salvador e Olinda/Recife constituíram dois pontos nevrálgicos na região, concentrando a sua administração, mas também os locais de consumo e escoamento das produções das suas áreas envolventes, como do açúcar para Lisboa ou Amesterdão. Funcionaram, portanto, como as duas cabeças da região (Corrêa, 2011: 58-59). De Sergipe partiram para a Baía 26 dos 31 indivíduos, enquanto quatro tiveram Pernambuco como destino e apenas um que daí saiu chegou ao Rio de Janeiro. De Itamaracá, capitania que mais não foi do que uma pequena língua de terra nas proximidades de Olinda, partiram também mais de metade, 13 de 22 indivíduos, para Pernambuco, a par de cinco para a Paraíba, três para a Baía e uma para o Rio Grande, ou seja, ficaram todos no Nordeste.

Uma vez mais, parte significativa desta mobilidade interna ocorreu no período dos combates contra os neerlandeses, com nove deslocações entre o Sergipe e a Baía entre 1641 e 1650 e dez de Itamaracá para outras capitanias nordestinas no mesmo período. No caso de Sergipe, estes movimentos foram ainda ultrapassados por outros ocorridos na década de 1671 a 1680, quando foram declaradas 11 chegadas à Baía, mais cinco do que na década seguinte, o que demonstra uma circulação que extravasou o período da ocupação, e sugerindo uma mobilidade contínua entre os territórios subalternos e as primeiras capitanias, que não foi exclusiva na altura do Brasil holandês, apesar do seu papel preponderante.

Os interesses económicos da população instalada nos principais polos estavam disseminados pelas periferias das cidades e vilas onde estavam localizados os engenhos de açúcar, mas também toda uma pujante produção agrícola e pecuária que possibilitava a especialização económica do território (Sampaio, 2014: 391, 400). Assim, era comum a existência de uma segunda casa na cidade para vindas em negócio que fomentava a circulação entre o mundo rural, onde os interesses económicos estavam concentrados numa economia de plantação, e o mundo urbano (ainda que diminuto no Brasil seiscentista) (Silva, 1991: 319). Esta mobilidade atravessou todo o século XVII, justificando a deslocação contínua da população encontrada nas fontes entre os centros político-demográficos e o *hinterland*.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Com bem menos deslocamentos estão o Rio Grande do Norte e Ilhéus, ambas com movimentos concentrados apenas no Nordeste. Da primeira, cinco partiram para Pernambuco, local de onde era proveniente a população que ocupou esta capitania durante as deslocamentos para o norte que redundaram na conquista do Maranhão e Pará. De resto, dois foram para a Baía e um para Paraíba, estando seis destes movimentos registados na primeira metade do século, o que confirma, uma vez mais, que o povoamento feito a norte de Pernambuco, sobretudo para lá da Paraíba, esteve numa primeira fase dependente de Olinda e do Recife. Quanto a Ilhéus, existe apenas menção a um movimento em direção à Baía na década de 1671-1680, capitania da qual Ilhéus dependia, fruto da ocupação da área envolvente do Recôncavo para sul e da sua incapacidade em despachar para a Europa o açúcar aí produzido (Johnson, 1992: 241; Conceição, 2018: 44).

Em segundo lugar, em termos de regiões que registaram uma maior contagem de partidas, está aquela que também foi a segunda mais povoada por uma população europeia durante o século XVII, o conjunto das capitanias do sul. Naturalmente, é também o Rio de Janeiro, capitania com a maior população portuguesa a sul do Recôncavo, a que contabilizou maior número de movimentações (45), ainda que acompanhada pelo Espírito Santo (44). Aqui, tal como na Baía, a capitania central não conheceu um grande destaque em termos de movimentações. Se Pernambuco, como local de partida em direção a norte e pela sua concentração de interesses açucareiros, pode justificar os valores encontrados, o Rio de Janeiro, pela sua posição dominante a sul, aparenta ser um local com uma menor mobilidade em termos proporcionais, atraindo as populações das áreas envolventes (Figura 1).

Não superando 27,8% do total de deslocamentos entre as diversas capitanias apuradas no Brasil Seiscentista, o Rio de Janeiro concentra 39,1% destas, o que, somados os movimentos dos indivíduos que optaram por sair do Espírito Santo, segunda capitania mais povoada da região, perfaz um total de 77,4% das saídas, três quartos das registadas nas Bandas do Sul. E, do Rio de Janeiro, as movimentações foram em maior número precisamente para este em direção à capitania vizinha do Espírito Santo que registou 14 chegadas. São Vicente, com povoamentos tanto junto à costa, na ilha que deu nome à capitania, como no planalto paulista, registou 13 chegadas desde a Baixada Fluminense, tantas quantas a Baía. As restantes menções a partidas são já em número inferior, sendo

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

apuradas duas para Pernambuco e Colónia do Sacramento e uma para Itanhaém, a sudoeste de São Vicente.

O interesse da mobilidade a partir do Rio de Janeiro está na leitura bifocal que estes resultados permitem. Como principal entreposto das conquistas portuguesas no sul do Brasil, a baía da Guanabara foi um local de disseminação da população não só para as capitânicas vizinhas, que, como se verá, mantinham um forte contacto com a cidade, mas para as áreas mais remotas do sul, enviando contingentes para reforçar a presença nos territórios em disputa com Espanha, nomeadamente os mais próximos do Rio da Prata, como a Colónia do Sacramento (Russell-Wood, 1998: 135; Silva, 2004: 2-3).

No entanto, por cumprir esta mesma função, tinha também um contacto mais intenso com a capital brasileira, enviando e recebendo frequentemente embarcações de e para Salvador, descontando já as que se dirigiam ao reino ou à costa africana, tendo este porto sido fulcral no envio de reforços militares para a conquista aos neerlandeses das praças de Luanda, Benguela e São Tomé (Pessoa, 2009: 61). Assim se garantia a administração do território, fazendo circular os responsáveis pelo governo das gentes e a correspondência, a chegada e partida de elementos do clero e o escoamento da mercadoria. Desta forma se explica, na Figura 1, a intensidade das relações mantidas entre a capitania do Rio de Janeiro e a Baía, representadas a laranja, enquanto as relações com as áreas mais afastadas, nomeadamente, as mais próximas da região platina, conheceram um menor número de saídas quando comparadas com o Espírito Santo ou São Vicente.

Cumpre-se, então, o modelo de intermobilidade radial ou centrífuga, em que as populações partem dos principais povoados em direção ao sertão ou a povoados menores, garantindo o progressivo crescimento da área controlada pela Coroa portuguesa e, consequentemente, o alargamento da fronteira. Todavia, ao mesmo tempo, existem pontes extrarregionais que mantêm o contacto com os centros de poder. Estas vão adquirir uma maior importância e, por isso, registar um maior número de passagens, quando ligavam cidades de maior relevo dentro do sistema de ocupação portuguesa, adquirindo um papel na mobilidade doméstica.

Do Espírito Santo, as saídas em direção ao Rio de Janeiro adquiriram uma proporção mais expressiva (65,9%) com 29 menções. Localizada em posição intermédia entre a baía da Guanabara e o Nordeste, esta capitania enviou um número de indivíduos

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

para a Baía e Pernambuco semelhante ao Rio de Janeiro, mas estas adquiriram já um peso bem menor, demonstrando, ainda assim, a existência de contactos entre os portos menores com os centros económicos e de poder, por onde deveriam ser exportadas as suas produções.

A distribuição cronológica das partidas de ambas as capitanias torna clara a intensificação dos contactos com o Nordeste na segunda metade da centúria, quando, não só cresceu o número de luso-brasileiros a residir nas Bandas do Sul, como aumentou o poderio económico da região, com o Rio de Janeiro à cabeça, do que se tornou, na segunda metade do século XVII, a segunda maior área de produção açucareira, enquanto Pernambuco recuperava dos efeitos da guerra (Strum, s.d.: 12). Fruto do crescimento da indústria açucareira da região e beneficiando da população em fuga desde o Brasil holandês, os interesses concentrados a sul convergiram com os do Nordeste, aproximando as duas regiões dentro do Atlântico português e intensificando os seus contactos no decorrer das décadas.

Por este motivo são mais dispersas as saídas do Rio de Janeiro em direção a outras capitanias do sul ao longo do século XVII, enquanto em direção a norte ocorrem entre 1651 e 1690, salvo o período entre 1671 e 1680. Desde a capitania do Espírito Santo, os contactos com a Baía eram mais precoces, já registados nas décadas de 1621 a 1630 e 1641 a 1650, mas ainda em número bastante reduzido, de apenas uma saída em cada. Neste caso, foi entre 1671 e o final do século que foram mais vezes mencionadas partidas com destino a norte, mas foi também na segunda metade da centúria que se registou o grosso das chegadas ao Rio de Janeiro desde o Espírito Santo. Assim, o segundo maior povoamento do sul da América portuguesa – o Espírito Santo – perdeu cada vez mais autonomia, ficando dependente da primeira das Capitanias do Sul.

Já São Vicente registou um número consideravelmente menor de partidas em direção a outras partes do Brasil, com 21 menções na documentação. Bastante menos ainda, registam as capitanias e territórios escassamente povoados da faixa entalada entre o Atlântico e o Rio Uruguai: a Colónia do Sacramento e o Itanhaém contam duas cada e o Paraná apenas uma.

Em qualquer uma destas capitanias é notório o mesmo padrão, com o Rio de Janeiro a concentrar um número significativo dos destinos daqueles indivíduos que escolheram

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

partir do ponto onde residiam ou que apenas circulavam pelo sul do Brasil. De todas as saídas registadas desde São Vicente, 15 tomaram o rumo do Rio de Janeiro, com uma grande dispersão cronológica, dada também a curta distância que separava as duas capitânicas, a forte interrelação dos dois espaços, com fronteiras pouco definidas e a antiguidade da presença portuguesa na região do Planalto, anterior à fundação da cidade do Rio de Janeiro que funcionou como um dos portos da vila do Piratininga (Schwartz, 2020: 335).

As restantes menções apontam para uma ligação com outras áreas das Capitânicas do Sul, nomeadamente o Espírito Santo, com duas referências, e o Paraná, com uma. Pelo papel da vila de São Paulo na realização de expedições que conduziram os portugueses ao interior do território em busca de ouro e mão-de-obra indígena e também pela sua capacidade de enviar contingentes para formar novos povoamentos, como aconteceu com o Paranaguá, muitos mais deslocamentos houve para outros espaços do sul do Brasil que não aparecem documentados, mas poderiam reforçar a responsabilidade da vila no povoamento português do interior sul (Hemming, 1984: 42-43).

A importância dos povoamentos nesta capitania é ainda demonstrada pela relação existente entre a população local e o Nordeste, sendo apuradas duas partidas rumo à Baía e outra com destino a Pernambuco. Escondidas ou não as possíveis escalas realizadas no porto do Rio de Janeiro, os contactos mantidos pela vila de São Paulo, São Vicente e Santos com o Nordeste atestam a realização de viagens entre estes espaços.

Os contactos do Paraná e da Colónia do Sacramento foram exclusivamente com o porto do Rio de Janeiro, local de onde eram elaborados planos para o povoamento das regiões fronteiriças a sul e que, por esse motivo, enviava para aí povoadores e militares, fomentando, posteriormente, estas viagens de retorno, assim como a necessidade de recolher ordens. Este foi o caso da Colónia do Sacramento, cujos reforços eram recebidos da cidade fluminense numa tentativa de incomodar o tráfico do metal espanhol na foz do Rio Prata.

Por fim, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, na região norte da América portuguesa, conheceu um número bastante reduzido de menções a saídas de qualquer uma das suas capitânicas durante o século XVII. Não superando os 9,4% do total de viagens apuradas, o que corresponde a 39 partidas, este território, pela sua vastidão, implicou uma grande

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

quantidade de deslocamentos que não ultrapassaram as fronteiras das duas capitanias, ainda que estas pudessem ser feitas para distâncias ainda maiores do que noutras regiões, como entre a Baía e Pernambuco ou o Rio de Janeiro e São Vicente. O povoamento de pequenos contingentes observado ao longo do Amazonas e seus afluentes, onde foram encontrados indivíduos a residir em vilas ou fortes, estes com funções militares como no Gurupá, era orientado a partir dos maiores núcleos demográficos da região, São Luís e Belém, pelo que a existência de uma mobilidade interna dentro de ambas as capitanias é clara (Chambouleyron, 2005: 65).

Existe aqui, no entanto, uma clara tendência de atração pelo norte, desde os espaços ocupados em finais de Quinhentos ou já nas primeiras décadas do século XVII, como as capitanias mais a norte do Brasil açucareiro. No caso do Maranhão, as partidas apontam claramente neste sentido, sugerindo que a Ilha de São Luís e territórios envolventes serviram como um ponto de dispersão da população para as margens do Amazonas, uma vez que as 19 partidas registadas tiveram como destino o Pará (Mauro, 1987: 44).

Desta capitania no extremo norte da América portuguesa, as saídas tinham, inevitavelmente, de ser em direção a sul, não apontando, portanto, para novos locais de povoamento para onde os interesses da população fixada se dirigiam. E o Maranhão, com 15 das 17 chegadas apuradas desde o Pará, foi claramente o local de maior contacto desta região, com travessias frequentes entre os portos de Belém e São Luís. Os outros dois trajetos apontam para os territórios intermédios entre o Nordeste e o Maranhão e Grão-Pará, com uma menção ao Piauí e outra a Paraíba. Neste caso, as pontes que conectam as duas regiões não são feitas através da deslocação entre as capitais, como ocorreu entre a Baía e o Rio de Janeiro, dada a dificuldade de acesso, pela via marítima, de Salvador ou Olinda aos trópicos. Os dados sugerem uma mobilidade terrestre, que contava com passagens por territórios intermédios, onde muitos se fixavam e, posteriormente, percorriam esses percursos no sentido inverso para aí tratar dos seus negócios e gerir os seus interesses.

A mobilidade detetada a partir do Ceará, capitania mais a sul do Maranhão e Grão-Pará, aponta para o mesmo panorama. Apesar de os contingentes apurados junto das fontes serem bem menores, com apenas três viagens encontradas, o padrão é o mesmo. Registou-se uma partida em direção ao Maranhão, outra com destino ao Rio Grande e

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

uma terceira para Pernambuco. Tendo em conta que estas deslocações representam uma primeira fase da ocupação portuguesa do norte, sendo depois a presença portuguesa dependente dos contingentes demográficos que cruzavam o Atlântico desde o reino e arquipélagos, os destinos da intermobilidade brasileira confirmam esta evolução da presença portuguesa no Brasil para o caso do Maranhão e Grão-Pará, num avanço gradual de sul para norte (Carvalho Júnior, 2005: 41-44).

A dispersão cronológica das partidas ocorridas na região para outras capitanias aponta nesse sentido. Não há registo de qualquer atividade inquisitorial na área durante as duas últimas décadas da centúria; porém, os percursos detetados estão concentrados nas décadas de meados do século, com a exceção do Ceará. As partidas desde o Maranhão ocorreram entre 1641 e 1660, altura em que foram detetadas 17 das 19 menções, enquanto aquelas que deixaram o Pará correspondem a 12 de um total de 17. Após as décadas iniciais de conquista, com uma mobilidade oriunda e com destino ao sul, como atestam as três referências do Ceará, uma entre 1601 e 1610, outra entre 1611 e 1620, e a última entre 1631 e 1640, foi no período de efetiva ocupação do território, em meados da centúria, que se registou a maior circulação de gentes, tanto para combate como para exploração ou fixação.

5. Conclusão

A análise da mobilidade da população de origem europeia presente na América portuguesa ao longo de Seiscentos merece algumas considerações. O povoamento levado a cabo pelos portugueses e uma minoria de outros povos europeus no Brasil conheceu um modelo radial que hierarquiza as capitanias em função da concentração demográfica, eclesiástica dos representantes da Coroa e da produtividade económica. Tanto incentivada pela Coroa como feita ao sabor das motivações individuais dos migrantes, a disseminação religiosa, o conflito com as populações locais, a produção alimentar e, em particular, a sacarina, seguiram uma tendência de dispersão com partida nos principais polos de povoamento em direção ao sertão.

Confrontada com inimigos autóctones e europeus e aproveitando os solos aráveis e os cursos de água navegáveis, a presença portuguesa na América ao longo do século XVII foi sendo cimentada desde um núcleo principal no Nordeste, mas também na capitania do

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Rio de Janeiro, para as regiões no extremo norte e sul do que é hoje o Brasil. Para este desenrolar do povoamento português, contribuíram os principais polos de ocupação, como Salvador, Olinda e Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo, a partir dos quais o contacto com o *hinterland* era constante, tanto numa mobilidade sazonal (por exemplo, tratar de negócios) como definitiva.

O Brasil conheceu novas centralidades com o decorrer do século, particularmente a norte e a sul. O crescimento que ocorreu no Nordeste, em particular no Recôncavo Baiano e na Várzea pernambucana, foi impulsionado pelo aumento das áreas produtivas ganadeiras, sacarinas e de outros bens agrícolas, ocorrendo em detrimento das populações locais. A guerra com os neerlandeses também motivou uma forte deslocação circunstancial, feita em combate ou fuga, que implicou a transferência da centralidade de Olinda para o Recife.

Em direção à Amazônia, o avanço foi feito desde a Baía e Pernambuco e, sobretudo, causado pelas iniciativas militares que procuravam afastar os franceses na primeira metade da centúria. Só depois das motivações belicistas, a mobilidade conheceu uma tendência semelhante ao Nordeste, em que o benefício económico provocou a exploração e rentabilização dos espaços envolventes.

No sul/sudeste, a mobilidade detetada a partir do Rio de Janeiro e mesmo até essa localidade demonstra que eram as guerras a norte que permitiam à região crescer, beneficiando da fuga das populações nordestinas. Mas se a causa para a expansão era bélica, foram novamente as preocupações económicas, como o crescimento das plantações sacarinas, que provocaram o povoamento regional, afastando a fronteira para o interior e o sul. Assim, o povoamento português empurrou, de forma natural, as populações locais ou estrangeiras para as periferias da sua ocupação, motivada pela tentativa – nem sempre de coordenação régia – de obter novas formas de rendimento. Nos espaços onde a pressão bélica era demasiada, como no interior amazónico ou no extremo sul, a Coroa impôs uma presença militar.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de Pedro Martins Negirão, casado com Maria de Moura. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 41, doc. 718.

Diligência de Habilitação de Francisco Monteiro Mendes. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 6, doc. 232.

Diligência de Habilitação de Manuel Fernandes Franco. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGGS 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 10, doc. 292.

Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de João Peixoto Viegas. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 5, doc. 194.

Diligência de habilitação de Inácio de Matos. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Inácio, mç. 2, doc. 18.

Diligência de Habilitação de João Antunes Viana. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 12, doc. 354.

Diligência de Habilitação de João do Couto de Andrade. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 18, doc. 456.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Diligência de Habilitação de Gonçalo Ferreira Souto. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Gonçalo, mç. 3, doc. 68.

Diligência de Habilitação de Carlos Antunes de Matos. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Carlos, mç. 1, doc. 5.

Diligência de Habilitação de Lourenço Gomes Ferraz. Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, CGSO 1569/1821, TSO 1536/1821. TSO, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 3, doc. 51.

Processos inquisitoriais. Processos 1536/1821, Inquisição de Lisboa 1536/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa: 135; 306; 560; 774; 936; 1290; 1292; 1406; 1462; 1465; 1513; 1717; 1770; 1773; 1778; 1848; 2075; 2674; 2686; 2758; 2816; 2840; 2840-1; 3081; 3157; 3259; 3382; 3618; 3641; 3648; 3653; 3654; 3662; 3666; 3953; 4044; 4230; 4452; 4487; 4565; 4602; 4702; 4786; 4789; 4847; 5212; 5368; 5391 5411; 5411-1; 5422; 5436; 5556; 5586; 5722; 5724; 5847; 5912; 5964; 6555; 6296; 6702; 6997; 7092; 7214; 7276; 7338; 7360; 7383; 7394; 7467; 7523; 7532; 7533; 7613; 7709; 7820; 7839; 7847; 8074; 8448; 8457; 8462; 8799; 8836; 8991; 9077; 9315; 9457; 9527; 9668; 9723; 9725; 10018; 10022; 10026; 10068; 10101; 10181; 10191; 10222; 10264; 10291; 10473; 10727; 10728; 10890; 11278; 11362; 11388; 11423; 11438; 11550; 11562; 11575; 11618; 11756; 11825; 11973; 12242; 12556; 12658; 13076; 17999.

Fontes impressas

“Dos que sem licença del Rey vão, ou mandão á India, Mina, Guiné; e dos que indo com licença, não guardão seus Regimentos” in *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fora, 1747, Livro V, Título CVII, pp. 1252-1259.

SALVADOR, Frei Vicente do [1918], *Historia do Brasil 1500-1627*, São Paulo/Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

Bibliografia

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de (2005), *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*, Tese de Doutorado em História Social, Campinas, Unicamp.

CHAMBOULEYRON, Rafael (2005), *Portuguese Colonization of the Amazon Region, 1640-1706*, Tese de Doutorado em História, Cambridge, University of Cambridge.

CHAMBOULEYRON, Rafael (2010), *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*, Belém, Açaí.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos (2018), *O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Baía (1700-1750)*, Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz (2011), *“Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*, Tese de Doutorado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense.

HEMMING, John (1984), “Indians and the Frontier in Colonial Brazil” in Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, Vol. II: Colonial Latin America, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 445-501.

HOLANDA, Sérgio Buarque (2007), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I: A Época Colonial, vol. 1: Dos Descobrimentos à Expansão Territorial, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

JOHNSON, Harold (1992), “Desenvolvimento e expansão da economia brasileira” in Joel Serrão (dir.); A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. VI: O império luso-brasileiro 1500-1620, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 205-302.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1998), *História de Portugal*, Vol. II: Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

MAURO, Frédéric (1987), “Political and Economic Structures of Empire, 1580-1750” in Leslie Bethell (ed.), *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 39-66.

MELLO, Evaldo Cabral (1975), *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense-Universitária/Editora da Universidade de São Paulo.

NOVINSKY, Anita (1985), *A Inquisição*, São Paulo, Editora Brasiliense.

PEREIRA, Ana Margarida Santos (2011), “Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Capitânicas do Sul, 1627-1628”, *POLITEIA: História e Sociedade*, vol. 11, n.º 1, pp. 35-60, [consultado em 08/07/2025]. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/politeia/article/view/3792>.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (2009), “Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII” in Carla Mary S. Oliveira (org.); Mozart Vergetti de Menezes (org.); Regina Célia Gonçalves (org.), *Ensaio sobre a América Portuguesa*, João Pessoa, Editora Universitária, pp. 53-65.

RICUPERO, Rodrigo (2016), “O Brasil e Felipe IV: uma aproximação” in Ana Paula Torres Megiani (org.); Manuel Santos Santos Pérez (org.); Kalina Vanderlei Silva (org.), *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, pp. 145-155.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998), “Políticas de fixação e integração” in Francisco Bethencourt (dir.); Kirti Chaudhury (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 2: Do Índico ao Atlântico (1570-1697), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 126-150.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (2014), “Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional” in João Fragoso (org.); Maria de Fátima Gouvêa (org.), *O Brasil Colonial*, Vol. 2: 1580-1720, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 379-418.

Diogo Andrade Cardoso – *Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 117-141.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o2

SCHWARTZ, Stuart (2020), “Patterns of Conquest and Settlement of the Iberian Americas” in Fernando Bouza (ed.); Pedro Cardim (ed.); Antonio Feros (ed.), *The Iberian World 1450-1820*, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 319-338.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2004), “Soldados, casais e índios no povoamento da nova colônia” in *Colóquio internacional Território e Povoamento - A presença portuguesa na região platina*, Lisboa, Instituto Camões, pp. 1-25 [consultado em 08/07/2025].
Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt>.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da (2003), “*Nas solidões vastas e assustadoras*” – *Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutorado em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

STRUM, Daniel (s.d.) “Brazil on the Atlantic Sugar Trade in the 17th Century” in *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, pp. 1-22 [consultado em 08/07/2025].
Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.645>.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken (2007), *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*, Oxford, Oxford University Press.

VAINFAS, Ronaldo (2008), *Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras.

WIZNITZER, Arnold (1960), *Jews in Colonial Brazil*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)

Between the "brownish color" and the "desire to be white": the Francisco case and the socio-racial boundary of slavery in 19th-century Brazil (Pernambuco, 1850)

Entre el "color moreno" y el "querer ser blanco": el caso de Francisco y la frontera socio-racial de la esclavitud en el Brasil del siglo XIX (Pernambuco, 1850)

Entre la "teinte basanée" et le "vouloir être blanc": le cas de Francisco et la frontière socio-raciale de l’esclavage au Brésil du XIXe siècle (Pernambouc, 1850)

Caio Henrique Silva Fernandes
Universidade Federal de Santa Catarina
caio_hsf@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como tema o fenômeno da escravização ilegal no Brasil do século XIX. Por meio de um estudo de caso, que recorre a correspondências impressas em jornais de Pernambuco no ano de 1850, procura-se analisar os limites sociorraciais em torno da escravidão legalizada e do crime de reduzir pessoa livre à escravidão, previsto no Código Criminal de 1830 do Império do Brasil. Assim, examina-se as circunstâncias da ilegalidade de uma escravização e os fragmentos da história de Francisco, um jovem cujo desaparecimento levou o seu pai a acreditar que este havia sido sequestrado para ser escravizado.

Palavras-chave: Escravização ilegal; Imprensa oitocentista; Brasil Império.

Abstract: This article focuses on the phenomenon of illegal enslavement in nineteenth-century Brazil. Through a case study based on letters published in Pernambuco newspapers in 1850, it seeks to analyze the socio-racial boundaries surrounding legalized slavery and the crime of reducing a free person to slavery, as defined by the 1830 Criminal Code of the Brazilian Empire. The paper examines the circumstances of the illegality of an enslavement while reconstructing fragments of the story of Francisco, a young man whose disappearance led his father to believe he had been kidnapped to be enslaved.

Key words: Illegal enslavement; 19th-century press; Brazilian Empire.

Resumen: Este artículo tiene como tema el fenómeno de la esclavización ilegal en el Brasil del siglo XIX. A través de un estudio de caso, basado en correspondencias publicadas en periódicos de Pernambuco en el año 1850, se busca analizar los límites socio-raciales en torno a la esclavitud legalizada y al delito de reducir a una persona libre a la esclavitud, previsto en el Código Criminal de 1830 del Imperio de Brasil. Así, se examinan las circunstancias de la ilegalidad de una esclavización, al mismo tiempo que se analizan los fragmentos de la historia de Francisco, un joven cuya desaparición llevó a su padre a creer que había sido secuestrado para ser esclavizado.

Palabras clave: Esclavización ilegal; Prensa del siglo XIX; Imperio del Brasil.

Résumé: Cet article a pour thème le phénomène de l’esclavage illégal au Brésil au XIX^e siècle. À travers une étude de cas fondée sur des correspondances publiées dans les journaux du Pernambouc en 1850, il s’agit d’analyser les limites socio-raciales entourant l’esclavage légalisé et le crime de réduction d’une personne libre en esclavage, tel qu’il était défini dans le Code criminel de 1830 de l’Empire du Brésil. L’étude examine ainsi les circonstances de l’illégalité d’une mise en esclavage tout en retraçant les fragments de l’histoire de Francisco, un jeune homme dont la disparition amena son père à croire qu’il avait été enlevé pour être réduit en esclavage.

Mots clés: Esclavisation illégale; Presse du XIXe siècle; Empire du Brésil.

Introdução

Não é novidade dizer que no Brasil do século XIX, a distinção jurídica entre pessoas livres e escravizadas era um dos principais pilares da estrutura social. Já na década de 1980, ao analisar os critérios que diferenciavam homens e mulheres em uma sociedade colonial escravista, Stuart Schwartz (1988: 213-219) destacou a condição jurídica como a principal distinção entre livres e escravos¹. A categorização de indivíduos em grupos como “escravo”, “livre”, “liberto”, “africano livre” e “ingênuo” determinava seu lugar na sociedade e os limites de direitos e deveres atribuídos a cada uma dessas categorias. Entretanto, essa classificação se tornou mais intrincada ao longo do século XIX devido à criação de territórios de “solo livre”, a consolidação dos Estados nacionais latino-americanos e ao avanço dos abolicionismos. Dessa forma, durante o período do Império do Brasil (1822-1889), as transformações graduais no ordenamento jurídico-constitucional da escravidão, promovidas pela legislação nacional – a mesma que manteve a instituição legalizada até o ano de 1888 –, tornaram mais fluidas e perenes as fronteiras que separavam o binômio “escravidão” e “liberdade”.

Os escravos estavam sujeitos ao poder senhorial e viviam o paradoxo de serem entendidos como coisas e pessoas com gradações de direitos. Do ponto de vista jurídico, eram entendidos como bens semoventes, mas, ao receberem a alforria, passavam a ser reconhecidos como sujeitos. No entanto, quando reescravizados, perdiam esse reconhecimento e retornavam legalmente à condição coisificada. As pessoas livres eram aquelas que já nasceram nessa condição, enquanto os libertos haviam conseguido a liberdade após um período vivido na escravidão. A categoria “africano livre” designava os indivíduos trazidos ao Brasil depois da Lei Feijó, de 1831², e “ingênuo” referia-se tanto

¹ Desde então, outros pesquisadores, sobretudo na área da história social do trabalho e do direito, têm demonstrado que essa distinção fronteiriça sofria limites consideráveis e que as experiências dos sujeitos nem sempre acompanhavam as suas condições jurídicas ou o reconhecimento destas, e vice-versa. Essa lente historiográfica vai ao encontro dos objetivos deste artigo e será aprofundado ao longo do mesmo.

² A Lei Feijó foi aprovada em 7 de novembro de 1831, proibindo a entrada de escravos no Império, dando liberdade àqueles que chegassem a partir de então e responsabilizando criminalmente os envolvidos com o tráfico. No entanto, seu decreto foi desrespeitado sistematicamente entre as décadas de 1830-1850, quando chegaram ao Brasil mais de 800.000 africanos. Foi só com a força da Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, que o tráfico cessou, sendo o último registro de desembarque de africanos em costas brasileiras datado de 1856. Para as estimativas sobre o tráfico transatlântico, ver *Transatlantic Slave Trade Database*, Estimates. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

aos filhos de mulheres de ventre livre quanto aos nascidos de ventre escravo após a promulgação da Lei Rio Branco/Lei do Ventre Livre, de 1871³. Essas distinções estavam fundamentadas em concepções sobre personalidade e capacidade civil, que distinguiam as pessoas em relação à liberdade, cidadania e família. Sobre a liberdade, podia-se ser considerado escravo ou livre, o que fazia das pessoas escravizadas aquelas que haviam perdido seus “estatutos de liberdade” (Cantisano & Paes, 2018: 481).

Para a lógica do Direito brasileiro oitocentista, a escravização de indivíduos livres e libertos representava uma violação dos direitos fundamentais de brasileiros e estrangeiros. O artigo 179.º do Código Criminal de 1830 estipulou penas de prisão de três a nove anos para os responsáveis pelo crime, determinando que o período de reclusão nunca poderia ser inferior ao tempo em que a vítima permaneceu injustamente em cativeiro, acrescido de um terço. Apesar disso, a prática foi recorrente e presente em todas as camadas da sociedade imperial, sob a conivência e o conhecimento de várias instâncias das autoridades⁴. Para a identificação da ilegalidade de uma escravização era necessário a comprovação de que a vítima, antes de ser escravizada ou reescravizada, já estava “em posse de sua liberdade”. No âmbito jurídico, além da análise documental – como registros de batismo e cartas de alforrias –, era necessário demonstrar que a pessoa levava uma vida condizente com os atos esperados de alguém livre. Em outros termos, para que a pessoa pudesse reivindicar ou recuperar a posse sobre si mesma, ela deveria ter sido publicamente reconhecida como livre antes da alegada escravização ou reescravização dita ilegal. Dessa forma, a terminologia utilizada no artigo 179.º do Código Criminal foi importante porque definiu as circunstâncias do crime e tornou

“a asserção da “posse da liberdade” [era] central para a argumentação jurídica nos processos de escravização no Brasil. Estar de posse da liberdade passou a ser a condição que separava a escravização ilegal da tolerada como legal e serviria, ao longo do século XIX, para estender ou recusar a proteção da lei às vítimas da escravização” (Mamigonian & Grinberg, 2021: 6-7).

³ A Lei do Ventre Livre decretou que todas as crianças que nascessem de escravizadas, a partir da data de sua promulgação (28 de setembro de 1871), eram consideradas livres. Essa lei quebrou com o princípio “Partus sequitur ventrem”, ou seja, que a hereditariedade matrilinear definiria o estatuto jurídico.

⁴ A coletânea *Escravidão ilegal no Brasil*, organizada por Beatriz Mamigonian e Antonia Pedroza e publicada em 2024, aborda, entre outros temas, o perfil das vítimas e dos perpetradores, as circunstâncias da escravização, os arranjos de trabalho impostos, a resistência dos escravizados, a tomada da consciência da ocorrência criminal, as respostas das autoridades constituídas e o impacto coletivo da disseminação desse fenômeno. Disponível em: <https://www.guaritadigital.com.br/casaleirialivros/escravizacao/einb.pdf>

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

Eram vários os caminhos utilizados para a escravização ilegal no Brasil⁵. Os jornais da época registraram diversas narrativas sobre esses casos, tanto de pessoas sendo escravizadas quanto de indivíduos praticando essa ação ou de suas suspeitas. Esses relatos eram publicados em seções com notícias governamentais, noticiários, avisos públicos, correspondências e espaços dedicados às solicitações dos leitores. Além de denúncias e acusações, era comum a publicação de correspondências, artigos e textos escritos pelos acusados – os supostos escravizadores e traficantes – que buscavam defender suas honras e integridades morais, justificar o direito de posse sobre as pessoas alvo de denúncias e, sobretudo, dissociar suas reputações do crime tipificado no artigo 179.º. A análise dessas fontes permite compreender como essas práticas ocorriam, eram mantidas, escamoteadas e interpretadas pela sociedade brasileira. Esses registros revelam a fronteira do que, naquele contexto, era considerado legítimo e legal em relação à escravidão no Brasil até a sua tardia abolição, em 13 de maio de 1888, data que marcou o país como o último território escravista de todo o continente americano.

Muitos dos acusados e suspeitos de escravização ilegal eram leitores assíduos desses jornais e certamente se depararam com seus próprios nomes, ou os de pessoas próximas, sendo mencionados nas páginas impressas. Ser associado a uma possível ilegalidade desse tipo era altamente prejudicial, pois poderia comprometer o prestígio e o crédito social, além de colocar em risco carreiras políticas e inviabilizar nomeações para cargos públicos. Alguns dos denunciados apressaram-se em redigir respostas defensivas ou contra-ataques, solicitando que seus textos fossem divulgados nas edições seguintes explicando suas razões. No entanto, surge a questão: que argumentos utilizavam para negar a acusação contra si ou contra outros? Para responder a essas perguntas, Beatriz Mamigonian (2021: 5) destaca que, ao analisar casos de escravização ilegal, é fundamental investigar, antes de tudo, o que era considerado legal, legítimo e aceitável, bem como os limites entre o que era classificado como ilegal, intolerável e para quem essa ilegalidade se aplicava. É sob esse prisma e com o objetivo de elucidar a questão

⁵ Em sua tese de doutoramento, Maria Lima (2010: 320-321) argumenta que o crime de escravização, na província da Paraíba, ocorreu por sete “caminhos”: (1º) pelo sistema de soldada e tutela de crianças órfãs e desamparadas; (2º) pelo rapto de pessoas; (3º) pela transformação do ventre forro em escravo; (4º) por meio da falsificação de matrículas para escravizar ingênuos; (5º) pela sedução intencional e (6º) pela venda realizada por familiares ou terceiros, sendo o (7º) caminho “ser mulher e negra”.

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

levantada acima que, neste artigo, será analisado o caso de um jovem livre chamado Francisco, que pode ter sido sequestrado em Pernambuco para posteriormente ser vendido. A sua história apareceu nos jornais da província durante a década de 1850, logo após a cessação do “infame comércio” de africanos⁶. No entanto, por agora, tratemos de entender as fronteiras da legalidade da escravidão no Brasil imperial.

A fronteira legal e ilegal da escravidão no Brasil oitocentista

É possível notar que a escravização de pessoas livres ocorreu sob diferentes circunstâncias ao longo do século XIX, sendo já praticada antes de sua criminalização. Isso se dava por meio do cativo de indígenas⁷, da reescravização sem respaldo legal⁸ e da escravidão de indivíduos que sequer tinham conhecimento de sua própria liberdade. Ao investigar os processos de reescravização em Mariana (Minas Gerais) e Lisboa entre 1720 e 1819, Fernanda Pinheiro (2018) evidenciou diversas situações ilegais levadas aos tribunais portugueses e brasileiros nos séculos XVIII e XIX. Nesses casos, ainda que se comprovasse a injustiça por meio da confirmação da liberdade e da ordem de soltura, a escravização de uma pessoa livre ou liberta não era considerada crime nem resultava em punição. Para os escravizadores e reescravizadores, a única consequência possível era a perda da posse sobre aqueles que reivindicavam sua liberdade, uma vez que, até o ano de 1830, essas disputas estavam restritas ao âmbito da justiça civil.

Conforme sinaliza Mariana Dias Paes (2019), o que validava o domínio de uma pessoa sobre a outra eram as evidências da posse e do “viver como escravo”. Assim, a

⁶ Uma análise social sobre o comércio ilegal de homens, mulheres e crianças trazidos por contrabando nas últimas décadas do tráfico trata-se de RODRIGUES, Jaime (2000), *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*, Campinas: Editora Unicamp. Outra abordagem sobre este mesmo tema, pelo viés legislativo, pode ser lida em GOMES, Alessandro (2022). *A extinção do comércio de escravos e da escravatura no Brasil Império: uma análise das discussões parlamentares e da aplicabilidade das leis sobre a escravidão*. Curitiba: Editora Appris.

⁷ Exceto os casos de “guerras justas”, os indígenas não podiam ser reduzidos à escravidão devido aos seus estatutos naturais de liberdade. Durante os séculos XVII e XVIII existiram, ao todo, quatro alvarás de libertação geral dos povos indígenas da América portuguesa. Foi o alvará de 1758, assinado por D. José I, que estendeu e declarou que os indígenas habitantes do “continente do Brasil” eram livres juridicamente. Ver *Alvará de 08 de maio de 1758. Declarando livres os Índios do Brasil*. Disponível em: http://www.governadosoutros.ics.ul.pt/index.php?menu=consulta&id_partes=105&id_normas=30592&acao=%20ver&pagina=627

⁸ A reescravização formalizada pela Justiça baseava-se no argumento da ingratidão do liberto em relação ao seu ex-senhor, ainda que o significado de “gratidão” fosse vago e variável. Apenas com a Lei de 1871 essa prática foi proibida, impedindo a anulação da liberdade por meio de ações de escravidão.

posse era reiterada e normatizada não somente a partir dos documentos (quando existiam), e do seu próprio significado concreto (possuir), mas também de acordo com os atos que eram testemunhados e observados, além das experiências de vida e trabalho. A posse, além de constituir uma prática social, era uma categoria jurídica essencial para os textos legais e os procedimentos judiciais referentes à propriedade tanto de bens quanto de pessoas. Por isso, para além de seu papel ideológico dentro do sistema escravista, a concessão da alforria representava a transferência, por parte do senhor, do direito de posse e propriedade, para o próprio escravizado. Dessa maneira, o alforriado passava a deter a posse de sua própria liberdade por meio de um documento reconhecido como legítimo pela comunidade e pelo ordenamento jurídico vigente⁹.

Além disso, vale notar que mesmo quando a liberdade era legalmente reconhecida, isso não significava uma autonomia plena, na prática. Em um contexto no qual as condições de sobrevivência eram precárias e muitos dos empregos acessíveis aos livres pobres e ex-escravizados tinham características análogas à escravidão, “ao ser lançado no “mercado” de trabalho em um ambiente urbano, as opções de um ex-escravo, homem ou mulher, eram frequentemente muito restritas” (Lima, 2005: 307). Por isso, nascer livre ou alcançar a condição de liberto, seja por testamento, ação de liberdade, carta de alforria ou outros meios, não garantia que essa liberdade jurídica seria permanente. O estatuto de liberdade podia ser e foi, frequentemente, usurpado. Esta transitoriedade jurídica e social, que acontecia com uma pessoa livre ao ser reduzida à escravidão pela primeira vez ou reescravizada (e vice-versa), está atrelada ao conceito de “precariedade estrutural da liberdade”, cunhado por Henrique Espada Lima (2005) se referindo às dificuldades de subsistência e de trabalho que muitos libertos enfrentavam no Brasil do século XIX. Posteriormente, esse conceito foi difundido por Sidney Chalhoub (2011) para analisar os riscos de escravização e a convivência e participação da população imperial na manutenção da escravidão ilegal.

Dessa forma, a liberdade era precária porque podia ser concedida e retirada, negada e falsificada e, mesmo quando vivida, era marcada por dificuldades e privações. Essa

⁹ As cartas de alforria podiam garantir a liberdade imediata e sem ônus, mas também podiam estar condicionadas a prazos (como a morte do senhor ou o casamento de um herdeiro), ao cumprimento de determinados serviços ou ao pagamento de uma quantia estipulada. Ver ALMEIDA, Kátia (2010), “Da prática costumeira à alforria legal”, *Politeia - História e Sociedade*, vol. 7, pp. 163-186.

precariedade não se limitava ao que estava escrito nas leis, mas era sustentada por práticas costumeiras, novos arranjos de trabalho, dificuldades de subsistência, relações mantidas com ex-senhores e, sobretudo, pela associação racial que vinculava a cor da pele à possibilidade de ser escravizado. Nesse cenário, “negro e escravo eram pensados como categorias co-extensivas; conceitualmente, ser negro era ser escravo e ser escravo era ser negro” (Cunha, 2012: 111). Mas como distinguir formalmente, em uma sociedade com uma grande população negra, quem tinha direito à liberdade e quem era cativo? Essa tênue fronteira jurídico-social foi analisada por Sidney Chalhoub (2012) em livro. O historiador destacou que, no Rio de Janeiro, então capital do Império, essa realidade permitia que muitos cativos circulassem na cidade como se fossem trabalhadores livres, ao mesmo tempo em que livres e libertas eram frequentemente confundidas com escravizados e acabavam vítimas do crime de escravização.

Sobre os perfis das vítimas no Rio Grande do Sul, Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg (2021) apontam que a maioria era composta por crianças e jovens de origem africana. Além dos grupos de africanos introduzidos depois de 1831 e dos seus descendentes, e dos alforriados ou libertandos que eram vítimas de reescravizações, as autoras comentam que muitas pessoas livres foram sequestradas no além-fronteira meridional e vendidas como escravas no Brasil. Além desses sequestros, também estudados por Gabriela Sá (2014), é importante notar que muita gente livre foi capturada ilegalmente ainda no continente africano, antes mesmo de adentrarem os tumbeiros em direção às Américas e ao Brasil. Keila Grinberg (2016), ao estudar o caso de Rufina, apontou as ilegalidades do seu capturamento na África e da sua escravização no Brasil e Uruguai. Tais casos, na América do Sul e do outro lado do Atlântico, explicitam a escala global das ilegalidades em torno da escravidão e do tráfico humano no século XIX.

No entanto, como ocorre com todo crime, algo poderia dar errado. Quando a situação-limite da escravidão se rompia, muitas vezes sua ilegalidade ficava visível. Nesse momento, as antigas relações podiam se tornar irreparáveis, alterando completamente o estado de submissão, segredo e sociabilidade que havia sido mantido até então. Muitas vítimas passavam a contar com a proteção e o apoio de outras pessoas dispostas a ajudá-las ou a prejudicar seus escravizadores, indo até a Justiça fazer valer os

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

seus direitos¹⁰. Por sua vez, os escravizadores podiam tentar justificar sua posse legal e usar seu *status* e contatos sociais para se defender. Quando denunciados e processados (ou absolvidos), muitos deles sabiam que essas notícias se espalhavam para além dos tribunais, provocando comentários nos diversos espaços do Império brasileiro, como nas ruas, praças, propriedades, instituições e na imprensa periódica da época.

Nesse contexto, diversos artigos foram publicados nos jornais por pessoas envolvidas diretamente com os supostos crimes e criminosos (escravizados, escravizadores, advogados, tenentes, curadores, juízes, policiais, padres, comerciantes e outros), a fim de debater e apresentar o tema ao público, aos redatores e às autoridades policiais, judiciais e governamentais, sob seus diferentes pontos de vista do que consideravam legal ou ilegal. Como outras ocorrências, os casos de escravização ilegal nem sempre chegavam ao conhecimento público. Ao divulgá-los ou às suas suspeitas, muitas vezes sem investigação policial ou ação judicial, os jornais atuavam como ferramentas importantes contra a redução de pessoas livres à escravidão e contra os criminosos, mas também eram usados para defender a reputação dos suspeitos e acusados de tal. Os textos que trouxeram detalhes mais minuciosos sobre essas questões foram redigidos por jornalistas e correspondentes dos periódicos – que atuavam como autores dos textos ou como compiladores de outros jornais – e, principalmente, por assinantes e leitores que enviaram cartas às redações sobre os mais diversos temas.

Algumas denúncias tinham como objetivo chamar a atenção do público, da polícia e das autoridades imperiais para a situação relatada. Por isso, direcioná-las aos jornais de forma narrativa, com menção a tais autoridades, não era apenas uma forma de divulgar o assunto ao público, seja por meio da leitura ou pela dispersão oral da notícia, mas também uma maneira de pressionar para que medidas contra os crimes e os criminosos fossem tomadas. Os sumiços e sequestros de pessoas livres também eram denunciados na imprensa como tentativas de venda e escravização ilegal. Em certos casos, informava-se sobre uma escravização ainda não concretizada, mas com grandes chances de acontecer. Antonia Pedroza (2017: 17) denominou essa estratégia de “denúncias antecipadas”, que

¹⁰ A historiografia tem apontado que muitas mulheres foram personagens centrais nas batalhas judiciais por liberdade nesse período. Keila Grinberg (2008), Antonia Pedroza (2018) e Karine Damasceno (2023) evidenciaram que os senhores aproveitavam dos vínculos dessas mulheres com seus filhos e dependentes para prolongar um cativo que já devia ter findado, ou para escravizá-los e reescravizá-los ilegalmente.

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

deveriam ser lidas pelas autoridades públicas locais, como magistrados, delegados e chefes de polícia. No entanto, esse não foi o caso de Francisco, cujos detalhes de vida, sumiço e suposta redução à escravidão foram divulgados nos jornais de Pernambuco, em 1858, e que serão analisados a seguir.

“Me ajudem pelo amor de Deus, á descobrir meu querido filhinho”

No século XIX, Pernambuco se caracterizava por uma forte dependência do trabalho escravizado, além de uma profunda concentração de terras e riquezas nas mãos das famílias proprietárias dos antigos engenhos de açúcar e dos principais representantes da elite política local e imperial. De acordo com Marcus Carvalho (2010: 60) na primeira metade dos oitocentos, a população escravizada correspondia entre 1/3 e 1/4 do total de habitantes da província. Clarissa Maia (2008: 27) estima que, em 1855, Pernambuco contava com aproximadamente 693.450 pessoas, das quais cerca de 145 mil viviam em condição de escravidão. A costa pernambucana, além de servir como ponto de desembarque clandestino de africanos, favorecida pela relativa proximidade com Angola e pelas correntes marítimas que facilitavam a travessia, também foi palco da redistribuição interna dessas populações e descendentes. Segundo Carvalho (2010),

“Internamente, enquanto existiu a escravidão, os setores mais dinâmicos da economia provincial não perderam gente, ao contrário sugaram os cativos das plantações, fazendas e vilas decadentes do interior e da costa. Isso sem falar de muita gente cativa que deve ter vindo de outras províncias também, pelos mesmos motivos que outros tantos saiam de Pernambuco” (Carvalho, 2010: 154).

Essa circulação de pessoas escravizadas, legal ou ilegalmente, sustentava o funcionamento dos engenhos, das fazendas e dos serviços domésticos. É nesse contexto que um apelo de um pai chama atenção entre os demais casos noticiados pelo jornal *O Liberal Pernambucano* no dia 27 de janeiro de 1858. Innocencio Bezerra de Menezes, cidadão pernambucano, escreveu para o jornal que seu filho havia sido “roubado” há alguns meses para ser vendido e reduzido à escravidão. Ele iniciou sua denúncia lamentando que, naquele momento, “talvez o meu inocente filhinho esteja jazendo no cativeiro, e isso naquele mesmo país de onde somos naturais” (Bezerra, 1858: 1). Suas preocupações poderiam ser genuínas, já que com o fim definitivo do tráfico transoceânico de africanos para o Brasil, reforçado pela lei promulgada em 1850, a captura de novos

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

escravos em Pernambuco havia se tornado mais violenta e os valores de mercado dos cativos aumentado consideravelmente. Marcus Carvalho (1987) já notou que os casos de seduções, furtos e roubos de escravos foram recorrentes em Pernambuco entre as décadas de 1830 e 1850, se tornando um verdadeiro negócio interprovincial de crime organizado. Nesse sentido, o tráfico ilegal serviu como uma “escola de malícias e sevícias” (Souza, 2019: 109) para o tráfico interprovincial, cujo método passou a contar com a captura e venda de pessoas livres e libertas da província.

Para Innocencio, as autoridades de Pernambuco estavam pouco dispostas a agir para encontrar o seu filho, desaparecido desde 14 de maio de 1857, quando foi visto pela última vez no roçado da casa da família. A sua busca por ele se estendeu por diversas comarcas de Pernambuco. Poucos dias após o desaparecimento, surgiram suspeitas sobre um grupo de ladrões de escravos, forros e cavalos, que chegou a ser preso após uma denúncia de Innocencio, mas que, ao ser transferido para a prisão de outra vila, teria sido libertado. Depois, outro “roubador” de seu filho também foi preso por suspeitas do crime, mas este também foi solto, logo em seguida, por falta de provas. Desesperado, Innocencio explicou que se manteve recluso com sua família e que somente após novas tentativas de busca teria conseguido instaurar um processo judicial, com “provas robustas”, contra os homens que denunciava naquela correspondência levada ao jornal como os responsáveis pelo sumiço e escravização de seu filho.

Foram apontados como responsáveis desse crime o senhor Vicente do Rego Medeiros, seus filhos Manoel do Nascimento Rego e Joaquim Rego (Quinchas), seu cunhado Francisco Antônio e o sobrinho Sátiro Clementino do Rego. Innocencio relatou os delitos cometidos por cada um deles à vista das autoridades da província e destacou o sofrimento dele e de sua esposa, que passavam aqueles dias amargurados pela dor do desaparecimento e pelas lembranças do filho sumido. Após criticar o fato de que os acusados não estivessem presos e ainda vagassem “impunes”, já que o andamento do processo lhe parecia incerto, ele finalizou seu relato solicitando aos cristãos,

“[...] e particularmente aos paes de familia, que me ajudem pelo amor de Deus, á descobrir meu querido filhinho, cujos signaes são os seguintes: Rosto redondo em proporção, cabellos amarelados e louros, olhos amarelos, nariz fino e afilado, boca regular e beiços finos, olhar alegre, côr amorenada, corpo proporcional, pernas finas [...] o seu nome verdadeiro é Francisco, mas consta-me que os seus roubadores o conduzião tratando pelo nome de João. Quem me der noticia certa do meu filho eu dou 200\$ de alviçaras, e mais do que isso dou a quem me o trouxer á minha casa. Se acaso o meu filho tiver sido vendido

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

á alguma pessoa, esta á mim se dirigindo e me o entregando, eu restituirei o dinheiro que por elle tenha dado a quem o tiver vendido, e satisfarei todas as mais despesas que com elle se fizer” (Menezes, 1858: 2).

Durante toda a sua correspondência, Innocencio parece estar tomado por uma intensa emoção e dor. Além de ser uma forma de expressão e construção textual, essa voz emocionada certamente tocava os sentimentos e os pensamentos dos leitores, assinantes e “ouvintes” d’*O Liberal Pernambucano*¹¹. Chamar Francisco de “inocente filhinho”, pedir ajuda aos “cristãos” e “pais de família” e demonstrar uma profunda tristeza pelo seu desaparecimento também desempenhavam esse papel. Foi com essa mesma voz carregada de emoção que o autor denunciou os suspeitos do sumiço de seu filho e afirmou que pagaria os valores gastos pelos seus possíveis compradores. Aparentemente exausto de esperar pelas investigações policiais e sem sucesso nas suas próprias buscas, esse pai estava disposto a indenizar um comprador que tivesse agido ilegalmente, por ter comprado alguém livre, a fim de recuperar a companhia do filho.

Vale notar que o medo social, sobretudo de pessoas pobres livres e libertas de serem reduzidas à escravidão ou reescravizadas (ou de verem alguém próximo o sendo), era uma constante no Brasil oitocentista. Maria Oliveira (2011: 393-427) aponta que, no começo da década de 1850, nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará, surgiu uma revolta que ficou conhecida como “Ronco da Abelha” ou “Guerra dos Marimbondos”. A revolta ocorreu entre os anos de 1851-1852, em oposição ao decreto do governo imperial com o objetivo de realizar um censo geral da população e um registro civil de nascimentos e óbitos. Os manifestantes, receosos com os registros sobre os seus estatutos jurídicos e atrelando-os com a proibição do tráfico que fora realizada no ano anterior, acabaram fazendo motins em diferentes vilas, chamando o decreto de “lei do cativo” e acreditando firmemente, com muito pavor, que este permitiria a redução de pessoas livres à escravidão e a reescravização de libertos. Mesmo sem saber exatamente onde ou com quem Francisco estava, Innocencio estava convencido de que seu filho tinha desaparecido para ser reduzido à escravidão. O alerta específico levantado sobre esse

¹¹ Inicialmente, os jornais eram acessíveis a um grupo restrito de pessoas, devido às altas taxas de analfabetismo entre a população livre e pobre. Contudo, essa limitação era superada pela tradição da comunicação oral, com a leitura em voz alta em espaços urbanos e públicos, como ruas, praças, igrejas, cafés, tavernas e associações, onde se discutiam os acontecimentos impressos. Dessa forma, a leitura oral possibilitava que aqueles impedidos de ler por serem analfabetos ainda tivessem acesso às notícias.

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

crime (já que muitas coisas poderiam ter-lhe acontecido), e o pavor que a sua ocorrência poderia causar à um pai, nos indica que certas características deviam tornar Francisco vulnerável à escravidão ilegal sob algumas circunstâncias. Se não era a sua condição social, seria a sua cor de pele? A sua aparência? O seu fenótipo?

Chama a atenção as características físicas e epidérmicas que Innocencio descreveu sobre o filho. Ele o definiu como “amorenado”, com olhos claros e cabelos louros. Embora houvesse uma ampla associação entre a epiderme clara e o estatuto de livre no século XIX – assim como a epiderme escura estava ligada à escravidão – as interpretações sobre pessoas miscigenadas e o vocabulário racial do período permitem-nos evidenciar que muitas pessoas cuja aparência não se ajustava ao molde tradicional do escravismo também eram escravizadas, embora com menores chances de serem vítimas do crime previsto no artigo 179.º. Em menor escala, existem pesquisas recentes que investigam a experiência de pessoas consideradas socialmente brancas e que também foram escravizadas no Brasil. Segundo Hendrik Kraay (2020), a “opinião pública” expressa nos jornais oitocentistas sobre esses escravizados, embora surpresa com suas existências, não contestava as condições de servidão nem os estatutos jurídicos desses indivíduos. O autor aponta que muitos foram libertados por meio de financiamentos coletivos e espontâneos, mas nenhum caso de escravidão de pessoas entendidas fenotipicamente como brancas foi questionado de forma a levantar suspeitas de uma possível ilegalidade, ou seja, que eram pessoas livres reduzidas à escravidão.

No Brasil do século XIX, principalmente após o fim do tráfico, “a miscigenação que produzia pardos e mulatos era a mesma que produzia escravos brancos, ainda que nem todo descendente de pais mistos pudesse ser visto e tratado como branco” (Rosa, 2021: 84). Nesses casos, a cor de pele e os traços do corpo podiam até contrastar com a condição de escravo – o que certamente desestruturava as fronteiras da escravidão, alterava as visões de mundo prevalentes e impactava as hierarquias que associavam a discriminação racial à escravidão e a branquidade à liberdade. No entanto, esta última era definida pelo estatuto jurídico, e não pela cor ou raça das pessoas, embora esses fatores tivessem um papel crucial na efetivação de uma escravidão ou reescravização ilegal. No caso de Francisco, não sabemos quais rumos tomaram as investigações de seu pai, nem se ele foi de fato vendido e reduzido à escravidão. Devido aos limites do trabalho

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

historiográfico sobre as fontes alcançadas para este estudo, ficarão conosco múltiplas questões não resolvidas sobre o destino e o paradeiro deste personagem. Somente novas pesquisas em outros jornais ou outros documentos de arquivos (como os da justiça criminal pernambucana) poderão dar continuação ao fio dessa história¹².

No entanto, conseguimos identificar que os homens acusados por Innocencio também utilizaram dos jornais para apresentar suas versões dos fatos, pouco tempo depois. Utilizando as correspondências publicadas no *Diario de Pernambuco*, Vicente do Rego Medeiros se defendeu, juntamente com seus filhos e outros familiares, das acusações de terem reduzido Francisco à escravidão. Ele escreveu uma carta respondendo à de Innocencio e afirmou que “ninguem poderia defender-nos melhor do que elle mesmo o fez na dita sua correspondencia” (Medeiros, 1858: 2). Ao criar esse diálogo, Vicente também fazia com que os leitores do conservador *Diario de Pernambuco* estivessem cientes do primeiro texto publicado no jornal liberal, permitindo-lhes compreender as falas do texto anterior e as suas respostas.

As suspeitas de Vicente eram de que Francisco não havia sido reduzido à escravidão, mas sim assassinado. Ele explicou que, quando o rapaz desapareceu, estava acompanhado de um escravo do pai, chamado Benedicto. Segundo Vicente, Benedicto teria matado Francisco e contado histórias diferentes sobre a sua saída com o rapaz. Vicente apontou que, na carta impressa de Innocencio, este não mencionara nada sobre Benedicto, já que “um escravo custa hoje 2000\$, e depois a acusação do escravo não ressuscitava o filho”. Por isso, lembrou ao público que perder um escravo, naquele momento de mudanças no que tangia ao fim do tráfico transatlântico de africanos, representava um grande prejuízo econômico. Para ele, se Innocencio culpasse Benedicto, ele perderia não só o filho, mas também uma valiosa propriedade. Além disso, em referência à carta publicada por seu acusador, Vicente pediu para que o público leitor notasse que Innocencio não informou a idade e a qualidade do filho, pois

“[...] se as declarasse, todos julgariam inverosimil que se roubasse a um rapaz de treze anos, e que quer ser branco: ainda mais, quando mesmo elle, cedendo a força maior, fosse arrastado ao captiveiro, dez mezes he tempo mais que sufficiente para já o ter declarado

¹² O critério para a presente pesquisa se baseou na disponibilidade das fontes na Hemeroteca Digital Brasileira, o maior portal de jornais e revistas disponíveis gratuitamente no Brasil. Na plataforma de pesquisa foram procuradas as palavras-chave “artigo 179”, “reduzir”/“reduzido à escravidão”, “crime de escravidão” e “escravidão ilegal”, além dos nomes dos indivíduos envolvidos no caso. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

ao comprador, e duvido que este o quizesse conservar depois de semelhante revelação, maximo sabendo, como deveria saber, que os accusados podiam restituir-lhe o preço” (Medeiros, 1858: 2).

Vicente questionou a veracidade da alegação de Innocencio sobre o rapto de seu filho Francisco, argumentando que se o filho tivesse 13 anos, como sugerido, seria altamente improvável que ele fosse sequestrado para ser escravizado, já que, após tanto tempo desaparecido (cerca de dez meses), a revelação sobre sua liberdade teria feito com que qualquer comprador o devolvesse, e ele já poderia ter retornado para casa. O seu objetivo parece ter sido o de construir uma narrativa de que, devido à idade e condição de Francisco, qualquer possível comprador já teria restituído o jovem à sua família. No entanto, a prática de escravizar pessoas, incluindo jovens e adultos, era comum, apesar da obviedade de suas implicações legais e morais, fato certamente conhecido por Vicente. O caso de Francisco pode ter permanecido, mesmo na sua época, envolto em incertezas e inconclusões, sendo possível que ele tenha sido vítima do tráfico interprovincial de escravos, vendido sob outro nome (João) e sido levado para algum engenho ou propriedade em outra parte do Império. Também não se pode descartar a hipótese de que tenha sido vítima de assassinato, seja por parte de Benedicto, por quem estaria o acompanhando quando desapareceu, ou até mesmo por um estranho.

Ao se defender das acusações de escravização ilegal, Vicente não só se posicionou como inocente, mas também buscou reafirmar seu *status* social e moral na comunidade. Ao criticar Innocencio, ele procurou desqualificar o acusador, tratando-o como caluniador e mentiroso, e sugeriu que o desaparecimento de Francisco poderia estar relacionado a comportamentos do próprio jovem e do escravo Benedicto, o que desviaria a responsabilidade dos acusados. Além disso, ao transcrever um termo assinado por 19 homens que atestavam sua boa conduta, ele buscou fortalecer sua imagem pública e legitimar sua inocência não apenas com argumentos bem construídos, mas também com um reconhecimento social. O termo, impresso dessa forma, funcionava como uma forma de defesa pública, ampliando o campo de seus aliados e dando a entender que ele era uma pessoa respeitável, com boas relações e um caráter irrepreensível. Embora esse documento não tenha valor legal, seu peso simbólico era significativo, especialmente em um contexto social no qual as relações de honra e acordos eram fundamentais. Ao usar esse apoio público, ele se colocou como alguém integrado à legalidade, o que pode ter

ajudado a construir uma narrativa que o distanciou da imagem de criminoso, ainda mais de um tema sensível como tal.

A expressão “quer ser branco”, como foi usada por Vicente, carrega significados múltiplos. Implicitamente, ela sugere que Francisco talvez fosse percebido como alguém cujos comportamentos poderiam estar mais próximos das experiências e padrões estéticos e/ou sociais associados às pessoas brancas, especialmente no contexto de uma sociedade escravista. O “querer ser branco”, nesse sentido, pode ser interpretado como uma expressão da tentativa de Francisco de se alinhar ou ser reconhecido como parte da população livre (entendida e vista como branca) ao invés de ser atrelado e lido como alguém escravizado (classificada muitas vezes com “negro”, “pardo”, “mulato”, “crioulo” e outros). Ao afirmar que o jovem “queria ser branco”, Vicente parece sugerir que Francisco não possuía as características físicas ou comportamentais que o associariam à escravidão, ainda que não fosse branco ou entendido como tal.

Talvez o jovem não fosse fisicamente parecido com as “pessoas brancas” da localidade onde morava, mas pode ser que tivesse a sociabilidade ou a aspiração de pertencer ao “mundo branco”, o que tornaria inconcebível para Vicente, então, que ele se “deixasse” ser vítima de escravização depois de passados alguns meses. É como se Francisco, querendo ser branco, tentasse projetar e firmar o “seu lugar” naquela sociedade escravista, tendo em vista, conforme Wlamyra Albuquerque (2009: 33), que era por meio da construção e do conhecimento de tais “lugares” sociais que as pessoas estabeleciam relações, reconheciam formas de pertencimento e estruturavam disputas próprias no jogo social do Brasil escravista. Por outro lado, a leitura feita por Vicente sobre Francisco revela uma visão que media, com uma régua sociorracial, o nível de tolerância que se podia ter (ou não) diante da possível escravização de certos sujeitos.

Hebe Mattos (2013) afirma que, nos processos criminais que analisou, reforçava-se a liberdade como atributo específico dos “brancos” e a escravidão dos “negros”. A autora chamou a atenção para essa apropriação e para os sentidos de cidadania, já que a lei racializava a escravidão ao exigir a anotação da cor do escravizado. Esse prisma sociorracial, que colocava a avaliação da legalidade e legitimidade de uma escravização pela cor da pele e pelas características associadas a ela (como traços faciais e textura de cabelo), era determinante para categorizar os indivíduos entendidos como livres ou

escravizados, ligando os brancos à uma “identidade livre” como algo já implícito ou até natural. Isso é ainda mais complexo porque, enquanto Vicente pode ter percebido Francisco como alguém próximo da ideia de “ser branco”, talvez nem todos o veriam dessa maneira, e sim como “amorenado”, como foi descrito pelo seu pai, Innocencio, o que poderia torná-lo mais próximo do risco de sofrer uma escravização ilegal. Portanto, a forma como Vicente e Innocencio descreveram racialmente Francisco não só está ligada às suas visões pessoais e raciais da escravidão e da liberdade, tão comuns na metade do século XIX, mas também reflete as complexas dinâmicas nas quais “ser” ou “parecer” negro (ou “amorenado”) estavam associadas ao estigma da escravidão, enquanto “ser” ou “parecer” branco era uma forma de garantir a manutenção e respeitabilidade de uma condição de sujeito livre.

Considerações finais

No contexto do caso discutido, que envolve um suposto sequestro do jovem Francisco para posterior venda e escravização, a análise das correspondências e do diálogo criado nos jornais permite refletir sobre as fronteiras legais e sociorraciais da escravidão no Brasil da década de 1850. A suspeita de escravização ilegal, aqui discutida, se coloca como um fenômeno que atravessava essas fronteiras de maneira fluida, em um sistema em que as categorias jurídicas e sociais se entrelaçavam e eram manipuladas, reaproveitadas e forjadas para serem ajustadas ao interesse do poder senhorial. O caso de Francisco, cuja condição jurídica de liberdade era reconhecida, mas cuja epiderme talvez não se aproximasse do reconhecimento desse estatuto (não por todos), revela como as diferenças entre pessoas livres e escravizadas eram tênues no século XIX. A imprensa, enquanto mediadora de comunicações, além de transmitir a denúncia e o protesto de Innocencio, um pai a procura do filho, também se tornou o campo em que essas fronteiras foram reconfiguradas, não apenas entre escravidão e liberdade, mas também entre as diferentes versões dessa história e das lutas entre outras vítimas, as suas redes de proteção (familiares, conhecidos e amigos) e denunciados.

As alegações de Vicente, ao contestar uma possível escravização de Francisco, expõem outra fronteira, onde a “brancura”, ou a aspiração a ela, se tornava uma linha fronteira no tratamento de quem poderia ou não ser submetido à escravidão no Brasil,

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

fosse legal ou ilegalmente. A leitura de Vicente, que rejeita a possibilidade de que seu Francisco fosse reduzido à escravidão, coloca em evidência os limites do escravismo ao associá-la a um espaço reservado à população entendida como negra. Esses jogos de acusação e negação, assim como os discursos nos jornais, ilustram as ambiguidades legais e sociais em volta do tema. Por meio das interações entre esses discursos, vemos as condições de “livre” e “escravo” sendo discutidas e, ao mesmo tempo, reforçadas pela sociedade, tanto no nível jurídico como no nível de análise da história social.

Conforme apontam Mamigonian & Pedroza (2024), no século XXI, a escravidão é considerada ilegal, e nenhum argumento pode justificar tal condição de vida e de trabalho submetida a um ser humano. No entanto, não foi sempre assim. O caso analisado neste artigo não é apenas uma reflexão sobre a injustiça e a violência do sumiço de um jovem, mas também sobre as fronteiras que as classificações sociorraciais acabavam impondo aos corpos e à vida das pessoas escravizadas, reescravizadas e àquelas que juridicamente eram livres e que não podiam, conforme as leis vigentes, viverem como cativas. Até a abolição, em 1888, milhares de pessoas vivenciaram esses impasses, sendo submetidas a um conjunto de normas, tanto explícitas quanto implícitas, que diferenciavam aqueles considerados dignos de proteção e liberdade daqueles sujeitos à escravização. O desaparecimento de Francisco e as suspeitas que o cercaram revelam as contradições de um sistema que, na década de 1850, não conseguia delimitar as fronteiras entre livres e escravos. Nesse contexto, “ser” ou “parecer” escravo, assim como livre, tornou-se parte da leitura racial da população, sujeita a estratégias de escravização conduzidas muitas vezes à margem das normas legais.

Fontes

Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional (HDB - BNDigital):

MEDEIROS, Vicente (1858), “Correspondencias”, *Diario de Pernambuco*, edição 56, pp. 2, [consulta em 14/02/2025]. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_03&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=9876

MENEZES, Innocencio (1858), “Correspondencia”, *O Liberal Pernambucano*, edição 1590, pp. 1-2, [consulta em 14/02/2025]. Disponível:

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705403&pesq=&pagfis=637>

7

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra (2009), *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

ALMEIDA, Kátia (2010), “Da prática costumeira à alforria legal”, *Politeia - História e Sociedade*, vol. 7, pp. 163-186.

CANTISANO, Pedro; PAES, Mariana (2018), "Legal Reasoning in a Slave Society (Brazil, 1860–88)", *Law and History Review*, Cambridge, vol. 36, pp. 471-510.

CARVALHO, Marcus (1987), "Quem furta mais e esconde": o roubo de escravos em Pernambuco, 1832-1855, *Estudos Econômicos*, vol. 17, pp. 89-110.

CARVALHO, Marcus (2010), *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*, Recife, EDUFPE.

CHALHOUB, Sidney (2011), “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*, n. 19, pp. 33-62.

CHALHOUB, Sidney (2012), *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Companhia das Letras.

CUNHA, Manuela (2012), *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Companhia das Letras.

DAMASCENO, Karine (2023), *Para serem donas de si: Mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*, Salvador, EDUFBA.

GOMES, Alessandro (2022), *A extinção do comércio de escravos e da escravatura no Brasil Império: uma análise das discussões parlamentares e da aplicabilidade das leis sobre a escravidão*, Curitiba, Editora Appris.

GRINBERG, Keila (2008), *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

GRINBERG, Keila (2016), “As desventuras de Rufina: escravidão, liberdade e tráfico de seres humanos na fronteira sul do Brasil no século XIX”. In Myriam Cottias; Hebe

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”*: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

Mattos. (dir.), *Escravidão e Subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)*, Marseille, OpenEdition Press, pp. 151-173.

KRAAY, Hendrik (2020), “Bystander interventions and literary portrayals: white slaves in Brazil, 1850s–1880s”, *Slavery & Abolition*, vol. 41, pp. 599-622.

LIMA, Henrique (2005), “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”, *Topoi*, vol. 6, pp. 289-326.

LIMA, Maria, (2010), *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese de Doutorado em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

MAIA, Clarissa (2008), *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*, São Paulo, Annablume.

MAMIGONIAN, Beatriz (2021), “Registros forjados, negócios escusos: as circunstâncias da escravização ilegal no Brasil oitocentista”. In *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*, Guarulhos/Assis, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Estadual Paulista, 11 de maio de 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila (2021), “O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista”, *Mundos do Trabalho*, vol. 13, pp. 01-21.

MAMIGONIAN, Beatriz; PEDROZA, Antonia (2024), “A escravização ilegal no Brasil sob as lentes da história social do trabalho e do direito”. In Beatriz Mamigonian; Antonia Pedroza (dir.), *Escravidão ilegal no Brasil*, São Leopoldo, Casa Leiria, pp. 09-58.

MATTOS, Hebe (2013), *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, Campinas, Editora Unicamp.

OLIVEIRA, Maria (2011), “Resistência popular contra o Decreto 798 ou a “lei do cativo”: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852”. In Monica Dantas (org.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Alameda, pp. 391-428.

PAES, Mariana (2019), *Escravidão e direito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*, São Paulo, Alameda.

PEDROZA, Antonia (2017), “Escravidão e emancipação: a luta dos escravizados e reescravizados ilegalmente pela liberdade nas tramas dos costumes e da justiça

Caio Henrique Fernandes – *Entre a “cor amorenada” e o “querer ser branco”: o caso Francisco e a fronteira sociorracial da escravidão no Brasil oitocentista (Pernambuco, 1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 142-161.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o3

institucionalizada, no Ceará oitocentista”. In *XXIX Simpósio Nacional de História*, Brasília, Universidade de Brasília, 28 de julho de 2017.

PEDROZA, Antonia (2018), *Desventuras de Hypolita: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX)*, Natal, EDUFRN.

PINHEIRO, Fernanda (2018), *Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720-1819)*, Belo Horizonte, Fino Traço.

RODRIGUES, Jaime (2000), *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*, Campinas, Editora Unicamp.

ROSA, Marcus (2021), “Escravos brancos no Brasil oitocentista: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão”, *Afro-Ásia*, n. 64, pp. 51-94.

SÁ, Gabriela (2019), *A negação da liberdade: direito e escravização ilegal no Brasil oitocentista (1835-1874)*, Porto Alegre, Casa do Direito.

SCHWARTZ, Stuart (1988), *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras.

SOUZA, Arthur (2019), “De cativo a cativo: práticas ilegais do tráfico interprovincial de escravos em Pernambuco 1850-1880”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, vol. 37, pp. 96-114.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)

Work, housing and welfare – The siege of fishermen during the Estado Novo (1937-1974)

Travail, logement et providence – Le siège des pêcheurs pendant l’Estado Novo (1937-1974)

Trabajo, vivienda y providencia – El asedio a los pescadores durante el Estado Novo (1937-1974)

Paulo Almeida
 CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.
 Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 apontamento@gmail.com

Resumo: Os bairros de pescadores implantados na costa atlântica portuguesa, cerca de 2 700 fogos construídos entre 1940 e 1970, são o testemunho persistente do corporativismo do Estado Novo no setor das pescas, espelhando as suas contradições. Os pescadores foram integrados em instituições de cariz totalitário, de forma a garantirem a (re)produção social necessária à manutenção de mão de obra abundante e dócil, numa atividade económica considerada essencial. Os bairros de pescadores não constituem uma política habitacional estruturada e sistemática, mas uma ideia de paternalismo e dirigismo estatal, que visou o imobilismo social. Este artigo pretende rever o lugar dos pescadores na “organização corporativa” e perceber como o acesso à habitação contribuiu para manter o grupo socioprofissional apaziguado.

Palavras-chave: Habitação Social; Estado Novo; Corporativismo; Pescadores

Abstract: The fishing villages established on the Portuguese Atlantic coast, comprising approximately 2,700 dwellings built between 1940 and 1970, are a persistent testament to the corporatism of the Estado Novo regime in the fishing sector, reflecting its contradictions. Fishermen were integrated into totalitarian institutions in order to guarantee the social (re)production necessary for maintaining an abundant and docile workforce in an economic activity considered essential. The fishing villages did not constitute a structured and systematic housing policy, but rather an idea of paternalism and state dirigisme aimed at social immobility. This article intends to review the place of fishermen within the “corporatist organization” and understand how access to housing contributed to keeping this socio-professional group pacified.

Keywords: Social Housing; Estado Novo; Corporatism; Fishermen

Résumé: Les villages de pêcheurs établis sur la côte atlantique portugaise et comprenant environ 2 700 logements construits entre 1940 et 1970, témoignent de manière persistante du corporatisme du régime de

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

l’Estado Novo dans le secteur de la pêche, et reflètent ses contradictions. Les pêcheurs étaient intégrés aux institutions totalitaires afin de garantir la (re)production sociale nécessaire au maintien d’une main-d’œuvre abondante et docile dans une activité économique considérée comme essentielle. Ces villages de pêcheurs ne constituaient pas une politique de logement structurée et systématique, mais plutôt une forme de paternalisme et de dirigisme d’État visant à l’immobilité sociale. Cet article se propose d’examiner la place des pêcheurs au sein de cette “organisation corporative” et de comprendre comment l’accès au logement a contribué à maintenir ce groupe socioprofessionnel sous contrôle.

Mots-clés: Logement social; Estado Novo; Corporatisme; Pêcheurs

Resumen: Las aldeas pesqueras establecidas en la costa atlántica portuguesa, con aproximadamente 2.700 viviendas construidas entre 1940 y 1970, son un testimonio persistente del corporativismo del régimen del Estado Novo en el sector pesquero, reflejando sus contradicciones. Los pescadores se integraron en instituciones totalitarias para garantizar la (re)producción social necesaria para mantener una mano de obra abundante y dócil en una actividad económica considerada esencial. Las aldeas pesqueras no constituyeron una política de vivienda estructurada y sistemática, sino más bien una idea de paternalismo y dirigismo estatal dirigida a la inmovilidad social. Este artículo pretende revisar el lugar de los pescadores dentro de la “organización corporativa” y comprender cómo el acceso a la vivienda contribuyó a mantener la paz del grupo socioprofesional.

Palabras clave: Vivienda social; Estado Novo; Corporativismo; Pescadores

Introdução

O corporativismo do Estado Novo surge no período de entre as guerras, enquadrado na ascensão dos regimes autoritários e totalitários europeus, autodefinindo-se como uma alternativa ao individualismo e ao coletivismo, uma “terceira via” situada entre o liberalismo e o socialismo, ancorada na doutrina social católica da época (Pinto, 2014). O fenómeno histórico, no entanto, é complexo e contraditório, revela-se como uma proposição sem correspondência na práxis, sugerindo outras dimensões que o afastam da taxonomia enunciada. Álvaro Garrido (2009: 134-135; 2016: 26) afirma que o corporativismo do Estado Novo, na sua operacionalidade, nunca existiu, foi uma “fraude”, uma “veleidade” que serviu de pretexto para justificar a prática política, económica e social do regime.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

Na perspetiva historicista, o corporativismo português foi uma construção teórica e doutrinária, um sistema, que originou uma organização administrativa e jurídica (Freire & Ferreira, 2016), consumada numa prática estatal dirigista e intervencionista, através do controlo social e económico do país (Garrido, 2012). A “organização corporativa” consistiu na criação de uma rede de organismos estatais e paraestatais que permitiram uma intervenção direta e musculada do Estado nas relações económicas e sociais, no capital e no trabalho, com particular incidência no segundo. A operacionalização do corporativismo revelou um distanciamento, logo na sua origem, quanto ao enquadramento teórico e doutrinário proposto pelos ideólogos do regime (Torgal, 2009: 379-386; Cardoso, 2012: 102-112).

Para Fernando Rosas (2019: 164-168) o corporativismo do Estado Novo manifestou-se como reação à crise sistémica do liberalismo e agitação social, através da ilegalização e liquidação do movimento operário organizado; como instrumento estatal de regulação económica; e como veículo de inculcação ideológica e enquadramento totalitário do mundo do trabalho.

O setor das pescas, no Estado Novo, representa um setor fortemente condicionado pelo dirigismo estatal e por uma ideia de autarcia, que procurava alcançar a autossuficiência na captura, na indústria e no consumo. Os pescadores podem ser tomados enquanto exemplo desta tríplice manifestação do *corporativismo português*. Depois da greve geral de 1934 e da greve dos bacalhoeiros, em 1937, os pescadores foram obrigados a inscrever-se nas Casas dos Pescadores, para continuarem a exercer a atividade profissional. Estes organismos, dirigidos por um responsável portuário, nomeado pelo Ministério da Marinha, retirava-lhes qualquer representatividade e liberdade associativa. A atividade piscatória envolvia um número muito reduzido da população ativa, que vivia em comunidades relativamente isoladas, com fortes laços de entreajuda, mas em condições de pobreza. O regime, no entanto, enaltecia os pescadores, demonstrando uma visão idílica da atividade para justificar a intervenção paternalista do Estado (Garrido, 2016a).

As Casas dos Pescadores eram controladas por um organismo federativo, a Junta Central das Casas dos Pescadores (JCCP), que procurou garantir a (re)produção social necessária à manutenção de mão de obra numa atividade económica fundamental. O setor das pescas, em períodos distintos, recorria a técnicas de captura ancestrais ou

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

desadequadas, que necessitavam de muitos efetivos (Garrido, 2018; Tavares & Souza, 2022). O peixe era uma das principais proteínas animais usadas na alimentação da população portuguesa (Vieira, 2015: 207-218; Cascão, 2011: 56-91), para além da importância como matéria-prima para a indústria conserveira (Henriques, 2022).

A JCCP, com fundos próprios limitados, mas recorrendo a uma complexa teia de apoios de organismos estatais e paraestatais, realizou uma ação fundamentalmente assistencialista (Garrido, 2016a), garantindo a segregação dos pescadores através do alojamento e de um conjunto de instituições endogâmicas: escolas, creches, igrejas, lares, postos médicos, etc. A JCCP promoveu a construção de dezenas de bairros de pescadores, entre as décadas de 1940 e 1970, constituindo hoje um património habitacional que percorre toda a costa marítima portuguesa. Estes bairros não tinham enquadramento legal definido, o que tornou os realojamentos, o arrendamento, a fiscalização e a própria decisão de construção em atos discricionários. Após a Revolução de Abril de 1974, a JCCP foi transformada em Caixa de Previdência, enquanto os bairros de pescadores passaram para a alçada da recém instaurada Segurança Social, que acabou por vender as habitações aos seus arrendatários ou às câmaras municipais, no final da década de 1980. As políticas de habitação social do Estado Novo surgem enquadradas na doutrina corporativista do regime, ao propor uma segmentação social e económica, definida através de diferentes soluções habitacionais, a que cada grupo podia aspirar (Baptista, 1999; Almeida, 2010; Pereira & Queirós, 2012; Pereira *et al.*, 2018).

O eixo principal de todas as medidas estatais de promoção habitacional foi o *programa de casas económicas*, incluído no mesmo conjunto legislativo que lançou as bases da organização corporativa, em 23 de setembro de 1933. O programa definia modelos e tipologias, agentes promotores e de fiscalização, distinguindo o regime de acesso à propriedade, a renda-resolúvel, do regime de arrendamento. O *programa de casas económicas* encerrava o debate dos modelos habitacionais, iniciado no século XIX (Almeida, 2019), ao definir a moradia unifamiliar, com quintal, como a solução do regime, adaptando-a a programas menos estruturados de “ocupação precária”, destinados a *famílias pobres e pescadores*.

No caso dos *pobres*, o Estado Novo apelidava esta solução de *transitória*, até a família realojada reunir as condições económicas para aceder a uma casa em regime de renda resolúvel e tornar-se proprietária (Tavares & Duarte, 2018; Agarez, 2025). No caso

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

dos *pescadores* propunha-se o imobilismo e a dependência da tutela corporativa, mantendo indefinidamente a ocupação precária, com regras muito estritas, que podiam implicar o despejo sem motivação clara e sem possibilidade de oposição.

Este artigo propõe-se revisitar o lugar dos pescadores na “organização corporativa”, por forma a confirmar a segregação social, política e territorial a que o grupo foi votado e perceber como o acesso à habitação contribuiu para esse processo. Através da caracterização das habitações dos pescadores, dos diferentes modelos e tipologias, da análise ao regime de financiamento e processos de construção e urbanização, procura-se definir o lugar dos pescadores no âmbito da segmentação social e económica inscrita nas políticas de habitação social do Estado Novo.

Começa-se por identificar o grupo socioprofissional, tendo em conta que a captura económica de peixes raramente é uma atividade individual, reside em grupos localizados, com uma certa homogeneidade, com fortes laços comunitários, e relaciona-se com o território e a ocorrência de espécies pelágicas, o que define, por outro lado, a diversidade das comunidades. A identificação do grupo permite perceber como eram as habitações dos pescadores antes da intervenção do Estado Novo.

A partir da construção da “organização corporativa” e da regulamentação legislativa, portanto, a partir do campo burocrático, na asserção que lhe confere Bourdieu (2020: 57-72), dá-se conta da forma como o regime *isolou* as comunidades piscatórias, através da habitação. Proceder-se, por fim, à caracterização dos bairros e das habitações dos pescadores, nos seus modelos e tipologias, formas de financiamento, “regime de ocupação” e intervenção dos agentes.

Algumas dificuldades metodológicas decorrem da temática abordada. Desde logo a questão, já antes referenciada, sobre o uso das fontes do corporativismo, que apontam para um discurso teórico e doutrinário, enquanto justificação de uma prática política, que pode não ter correspondência com o facto histórico (Garrido, 2012; 2016).

Por outro lado, a identificação e seleção de fontes primárias colocam dificuldades várias. A habitação, enquanto fenómeno multidimensional, envolve inúmeros agentes, regista uma variedade arquivística considerável, embora os acervos públicos nem sempre estejam identificados, tratados e/ou acessíveis. Tendo em conta a vertente autoritária deste tipo de promoção habitacional, procurou-se detetar a documentação individualizada dos moradores dos bairros. A atribuição de habitações implicava a criação de ficheiros

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

individualizados onde eram anotados todos os factos relevantes relacionados com a moradia/imóvel, a vida familiar, o trabalho, questões políticas, etc. Este aspeto foi transversal a todos os programas de habitação social do Estado Novo (Almeida, 2010; 2011). Todavia, nenhum dos arquivos contactados e visitados conhece a existência destes fundos. Houve o propósito de consultar o arquivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), que deteve este património habitacional, desde 1977, até proceder às alienações na década seguinte, mas nunca surgiu qualquer resposta aos pedidos efetuados. Enquanto última entidade a deter a propriedade dos imóveis, esperase do IGFSS a conservação, tratamento e disponibilização da informação.

A investigação socorreu-se de dois núcleos arquivísticos fundamentais no estudo da temática da habitação em Portugal neste período, o Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana/ Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (IHRU/SIPA) e o Arquivo da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). O primeiro, contém os fundos arquivísticos referentes ao planeamento, projeto e construção de habitações sociais, desde 1933, pertencentes ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (1932-1974); o segundo, a correspondência entre organismos corporativos tutelados e documentação sobre processos de tomada de decisão respeitantes à construção de habitações, distribuição de moradias, fiscalização do alojamento, famílias, questões laborais, etc. Há várias aspetos que limitam a investigação centrada nestes dois fundos documentais. O Arquivo IHRU/SIPA, parcialmente concentrado no Forte de Sacavém, reúne documentação de várias ministérios e direções gerais, recolhida em 1968, desde que o Fundo de Fomento de Habitação passou a coordenar todas as políticas de habitação social no país. Não disponibiliza índices, tal como mantém informação não tratada em vários locais, inacessível, mas relevante no âmbito da historiografia Económica e Social. Centrado no património arquitetónico, o Arquivo IHRU/SIPA é frequentemente citado na historiografia de Arquitetura. O arquivo do MTSSS, por outro lado, dispõe de índices das unidades de instalação, mas apenas conserva informação parcial sobre habitação, uma vez que toda essa documentação foi transferida para o Ministério das Obras Públicas. Em ambos os casos a documentação disponibilizada não estava ainda tratada, o que coloca dificuldades na identificação. A informação recolhida nestes arquivos foi depois analisada com a consulta da base de dados Mapa da Habitação (Ramos *et al.*, 2019).

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

No que se refere a fontes primárias, foram ainda efetuadas pesquisas na Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH), onde está alojada a série “Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro”¹. Parte considerável deste núcleo, com informação relevante sobre o funcionamento da JCCP, apresenta-se com documentação classificada. Foi ainda consultado o Arquivo da Assembleia da República, no que diz respeito à Comissão de Inquérito às Organizações Corporativas (1946/1947). Este fundo contém relatórios sobre a atividade de cada uma das casas dos pescadores, que permitem perceber o funcionamento destes organismos nos primeiros anos de implantação, antes ainda da construção dos bairros. Alguma informação relevante sobre a atividade dos bacalhoeiros, pescadores de bacalhau, pode ser encontrada online no Museu Marítimo de Ílhavo.

Relativamente à consulta de fontes bibliográficas, foi analisada a *legislação corporativa* associada aos pescadores, Casas dos Pescadores, JCCP e habitação social neste período. Foram igualmente analisadas as sessões na Assembleia Nacional, pareceres da Câmara Corporativa, publicações ministeriais e da JCCP, pesquisa complementada com investigação académica recente.

Agradece-se a colaboração do Arquivo Histórico da Marinha e do Museu Marítimo de Ílhavo.

Quem eram e como viviam os pescadores

O pescador é um agente difícil de definir, a sua designação não está limitada ao indivíduo detentor de uma licença que o habilita a pescar no mar ou nas águas interiores. Os pescadores são associados a famílias ou grupos endógenos que participam na preparação do ato da pesca e na venda ou conservação do pescado. A pesca raramente é uma atividade individual, pelo que existem diversas ocupações relacionadas, mas que não definem a atividade (Amorim, 2001).

Os pescadores, de uma forma geral, são habitantes da orla marítima, num país que tem mais de 800 quilómetros de costa atlântica, que se dedicam, em boa parte do ano, à

¹ Sobre a origem desta série vd. Garrido (2009: 357-366). Nas nossas referências surge como *Núcleo 423*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

captura de algumas espécies pelágicas relativamente abundantes neste espaço geográfico, como a sardinha e o carapau, vendidas na lota para consumo imediato ou usadas como matéria-prima na indústria conserveira. Os pescadores utilizam técnicas diferenciadas, conforme as espécies que perseguem, técnicas ancestrais ou outras mais modernas, como a pesca de arrasto costeira ou em águas profundas, a pesca do alto.

A pesca é uma atividade predadora que, mesmo controlada, origina a escassez ou desaparecimento de espécies (Tavares & Souza, 2022: 18-25). O pescado é um produto que tem sempre mercado, independentemente do lucro que possa proporcionar ou da utilização que se lhe dê.

A relativa abundância de espécies pelágicas permitiu a instalação da indústria conserveira em grandes centros de pesca, no Algarve, com a pesca do atum, e em Setúbal, Peniche, Espinho e Matosinhos, com a pesca da sardinha, originando, ao mesmo tempo, problemas de sobrepesca, que resultavam na escassez ou falta de qualidade do pescado, e crises de desemprego. A indústria conserveira era uma das principais exportadoras nacionais, com importância em períodos de conflito (Marques & Rollo, 1991: 113-114; Henriques, 2022: 239-261), mantendo lugar de destaque ainda hoje (INE, 2025: 64).

Sabe-se menos sobre a sua forma de habitar, embora se perceba que as habitações dos pescadores estavam relacionadas com os locais e as técnicas de pesca. No início do século XIX, quase metade dos pescadores (46%) vivia na costa arenosa de Aveiro e no Algarve (Garrido, 2018: 20). São razões que ajudam a explicar o tipo de habitação que ocorria na costa Oeste atlântica, observada pelos etnógrafos, na viragem do século, na Póvoa de Varzim, em Mira, em Leiria e também no Algarve (Peixoto, 1990 [1898]: 70-92; Vasconcelos, 1924: 35; Graça, 1992 [1932]: 131-135). Eram habitações precárias, em madeira, muitas vezes sem janelas, e telhados de duas águas de colmo, depois substituído por telhas, normalmente em chão de areia, sem casa de banho. Em muitos casos eram habitações provisórias ou sazonais, que foram sendo substituídas por casas em alvenaria, mais afastadas da linha de água. Na década de 1940, Orlando Ribeiro (1986: 92-96; 126-129) descreveu as condições habitacionais dos pescadores da costa atlântica, registando ainda muitos traços identificados pelos etnógrafos na viragem do século.

Na década seguinte, já o governo, através da ação da JCCP, tinha alojado mais de 1 600 famílias em bairros de habitações unifamiliares, construídos de raiz, em todos os

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

centros piscatórios e povoações na orla costeira continental e nos Açores². Embora fosse um esforço importante, cobria apenas uma parte da população dos pescadores identificada. Em 1950, o Instituto Nacional de Estatística somava 45 965 pescadores, o equivalente a 0,54% da população ativa. Cerca de 7 mil trabalhavam por conta própria e mais de 36 mil por conta de outrem (Garrido, 2018: 144). A partir da década seguinte o número de pescadores começou a diminuir, até atingir os 14 125 efetivos, 0,26% da população ativa, registados em 2023 (INE, 2024: 33).

Quadro 1. Comparação de rendimentos, décadas 1930 e 1940

| Data | Categoria profissional | Rendimento/mês | Região |
|----------------|-------------------------|----------------|-----------------|
| 1933 | Pescador | 93\$00 | |
| Década de 1940 | Trabalhador rural | 142\$70 | Alto Minho |
| 1942 | Operário Têxtil | 625\$00 | |
| 1942 | Empregado de escritório | 1200\$00 | Centros urbanos |

Fontes: Câmara Corporativa (1937), *Diário das Sessões*, supl. ao n.º 100, 11 de janeiro, p. 152-B; Rosas, 1995: 398; 357; 417.

No período que analisamos, os pescadores constituíam um dos grupos socioprofissionais com menores rendimentos (vd. Quadro 1.), apesar da sua importância na estrutura produtiva do país e relação com outros setores de atividade. A pobreza é um aspeto transversal em todas as descrições das comunidades piscatórias, tal como o risco envolvido na captura das espécies, cuja ocorrência não é controlada, mas também a localização e tipo de habitação, ou, ainda, o vestuário, os dialetos, a dieta, a crença religiosa (Alves, 1965). Construiu-se, no entanto, uma imagem social dos pescadores algo idílica e distanciada, de homens heroicos e temerosos, devido aos riscos da atividade e dos frequentes acidentes de trabalho, muitas vezes fatais³.

² Os bairros prometidos para a Madeira – Câmara de Lobos, Machico, Paul do Mar, Seixal, Porto Moniz, Ribeira Brava e Calheta – nunca foram construídos pela JCCP, mas alguns foram edificados por câmaras municipais. O desinteresse da JCCP deveu-se ao facto de não haver nenhum grémio das pescas na Madeira, ao contrário do que acontecia nos Açores, e dos baixos rendimentos dos pescadores da ilha, além de outros fatores externos, como a orografia, o preço dos terrenos, entraves da Junta de Turismo local.

³ Vd. intervenções na Assembleia Nacional sobre a proposta de lei das Casas dos Pescadores: ASSEMBLEIA NACIONAL (1937), *Diário das Sessões*, n.º 107/108, 21/22 de janeiro.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

O regime autoritário associou os pescadores ao comunismo, seguramente pela segregação e isolamento das comunidades piscatórias e das práticas comunitárias, temendo a influência que o Partido Comunista podia ter sobre um grupo percebido como temerário e indomável. Todavia, apesar de algum aproveitamento circunstancial, como na revolta dos bacalhoeiros, em 1937 (Garrido, 2009: 148-159), e na greve dos pescadores da Afurada, em 1958 (Duarte, 2020: 293-318), a influência comunista não parece decisiva nas comunidades piscatórias, embora seja reconhecida. De resto, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, período de grande agitação e movimentações populares, os pescadores mostraram-se cautelosos nos apelos grevistas, como forma de “não prejudicar a economia nacional” e o seu próprio sustento, reivindicando, por outro lado, o saneamento da direção da JCCP e melhores salários⁴.

O corporativismo do Estado Novo e os pescadores

Com a promulgação da nova Constituição política, em 11 de abril de 1933, o regime assume-se como uma “República corporativa”, definindo uma nova ordem económica e social em que “o Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social”, nomeadamente as explorações agrícolas, industriais e comerciais⁵.

Em 23 de setembro do mesmo ano eram publicados os diplomas que definiam a estrutura corporativa do regime. Primeiro, o Estatuto do Trabalho Nacional, inspirada na *Carta del Lavoro* fascista, de 1927, que enquadra jurídica e hierarquicamente as relações laborais⁶. Depois, os organismos que representavam os vários segmentos da economia e da sociedade: os Grémios, criados pelo governo e constituídos por empresas; os Sindicatos Nacionais, com as suas direções eleitas em assembleia geral, mas sujeitas a homologação do governo, constituídos por trabalhadores por conta de outrem de uma

⁴ PT/MTSSS/GabMin/000533, *Correspondência Recebida e Expedida*, Processo 35: telegrama do presidente da Casa dos Pescadores de Aveiro para o Ministério do Trabalho, 1 de agosto de 1974; telegrama dos tripulantes do navio João da Silva (s/d).

⁵ Art.º 31.º da Constituição Política da República Portuguesa (alterada e republicada em 30 de julho de 1938).

⁶ O art.º 16.º do Decreto-lei n.º 23 048, de 23 de setembro 1933, *Estatuto do Trabalho Nacional*, refere expressamente: “O direito de conservação ou amortização do capital das empresas e o seu justo rendimento são condicionados pela natureza das coisas, não podendo prevalecer contra ele os interesses ou os direitos do trabalho”.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

mesma profissão, num determinado distrito; e as Casas do Povo, criadas por iniciativa de particulares em freguesias rurais, após homologação do governo, com a finalidade de proporcionar aos sócios *previdência e assistência, instrução e progressos locais*⁷.

O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), criado na mesma altura, sob alçada do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, era o organismo estatal que vinha coordenar, regular e fiscalizar as ações de todas estas instâncias.

Aos pescadores foi permitida a constituição de três sindicatos em alguns dos principais portos sardineiros; um, ainda em dezembro de 1933, o Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal, com sede no Seixal; um na Nazaré e outro em Buarcos, na Figueira da Foz, em março e abril de 1934, respetivamente (Patriarca, 1995, I: 286-287). A experiência sindical dos pescadores parece ter sido uma tentativa de avaliar a classe profissional, incorporando a sua diversidade e complexidade (Garrido, 2016a: 129-130). A experiência durou pouco tempo. Os sindicatos dos pescadores foram extintos em 1938, transformados, meses depois, em Casas dos Pescadores.

Após a publicação da Lei n.º 1 953, em 11 de março de 1937, os pescadores começaram a inscrever-se nas Casa dos Pescadores da sua área de circunscrição, que compreendia o porto de pesca onde habitavam. Era a única forma de aceder à licença profissional, sem a qual estavam impedidos de ir ao mar. A obrigatoriedade abrangia pescadores assalariados, donos de pequenas embarcações, os bacalhoeiros e outros pescadores da pesca do alto ou os pescadores das artes tradicionais. Os armadores e as empresas de pesca também eram abrangidos.

O novo organismo consistia num modelo que retomava alguns preceitos das Casas do Povo, como a *previdência e assistência* e a [*educação e*] *instrução*, mas diferia no essencial, a *representação profissional*⁸, ausente nos meios rurais, onde os *progressos locais* eram mais importantes. As Casas dos Pescadores implicavam o “exercício das funções inerentes aos organismos corporativos do trabalho dentro dos limites superiormente determinados e compatíveis com a natureza da profissão dos associados”⁹. A finalidade principal das Casas era a integração do trabalho dos pescadores na

⁷ Alíneas a), b) e c) do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933, *Casas do Povo*.

⁸ Alíneas a), b) e c) da Base II, da Lei n.º 1 953, de 11 de março de 1937, *Casas dos Pescadores*.

⁹ Alínea a) da Base II, *Ibid.*

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

organização corporativa empresarial, a submissão do trabalho ao capital, através da constituição de uma reserva de mão de obra facilmente submetida aos contratos coletivos que o Estado assinava em nome dos trabalhadores com os empresários.

Prometia, em troca, a (i) *previdência* e (ii) *assistência*, isto é, a constituição de fundos de reserva pagos por trabalhadores e empresas para (i) situações de velhice, incapacidade, abonos de família e para (ii) situações de doença, nascimento de filhos, morte, perda de barcos e apetrechos e assistência médica. A lei das Casas dos Pescadores não faz qualquer referência a habitação.

Os pescadores tornavam-se *sócios efetivos* das casas, pagavam uma quota mensal, que era liquidada através do produto da venda de peixe em lota, por meio de estampilhas. A capitania do porto onde operavam abria um crédito em nome do pescador e ia descontando as quotas mensais, que eram retidas pela autoridade fiscal que estava adstrita a cada porto ou lota, depois entregues à respetiva Casa dos Pescadores.

Na generalidade, na década de 1940, as quotas rondavam 1\$00 por mês, mas cada Casa tinha o seu próprio regulamento e a quotização podia ser mais elevada, conforme os descontos para a previdência e assistência¹⁰. Em 1955, as quotizações para o Abono de Família estavam fixadas em 5% para as empresas e 1% para os pescadores. Os pescadores das artes tradicionais não estavam abrangidos, não faziam descontos nem beneficiavam do abono¹¹.

Este sistema podia levar a variações significativas no rendimento dos pescadores, uma vez que estava associado ao preço do pescado e não à quantidade. No início da década de 1940, com os maiores volumes registados de captura de sardinha, o governo destruiu 2 mil toneladas desta espécie, em 1944, em Matosinhos, como forma de sustentar a queda de preços e, por consequência, as remunerações dos pescadores¹².

Os grande armadores, empresários e industriais da pesca, estavam inscritos na Casa dos Pescadores onde tinham os barcos matriculados, na qualidade de *sócios protetores*. Contribuíam com as suas quotas em função da tonelagem das embarcações,

¹⁰ PT-AHP/AN/CIOC, *Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, 1946-1947*.

¹¹ PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Serviço de Abono de Família 1955.

¹² Vd. explicação do Ministério da Economia em ASSEMBLEIA NACIONAL (1946), *Diário das Sessões*, n.º 57, 23 março, pp. 974-975. Sobre as quantidades de pescado entre 1940 e 1960, vd. Henriques (2022: 206).

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

mas, ao contrário dos *sócios protetores* das Casas dos Povo, não usufruíam das valências das Casas, como a previdência e assistência. A única regalia que tinham era a promessa de contratos coletivos de trabalho.

O jornalista e escritor poveiro, Vasques Calafate, criticou este sistema remuneratório, dando conta da existência de “casas de pescadores abastadas” e “casas de pescadores modestas”, por causa das inscrições dos sócios protetores. Os pescadores procuravam a pesca do alto uma vez que recebiam salários mais elevados, o que também fazia aumentar os descontos para a casa onde estavam inscritos. As diferenças acentuavam-se quando existiam portos de pesca do alto e portos de pesca tradicional contíguos, como Matosinhos (Leixões), Vila do Conde e Póvoa do Varzim, porque grande parte dos pescadores do alto eram *poveiros*, mas, por estarem inscritos numa “casa modesta”, beneficiavam de prestações mais baixas dos fundos da previdência e assistência¹³.

A direção das Casas dos Pescadores era entregue ao capitão do porto ou delegado marítimo, um cargo de nomeação pelo Ministério da Marinha; aos pescadores era vedada a possibilidade de se fazerem eleger em assembleia geral. Os pescadores estavam representados na direção da sua Casa, nos lugares de tesoureiro e secretário, mas eram escolhidos por acordo entre o capitão e um delegado do INTP, entre aqueles que tivessem boa reputação moral e profissional. Esta situação era exclusiva dos pescadores, porque tanto os sindicalizados, como os trabalhadores rurais podiam ser eleitos para as direções dos seus órgãos representativos.

Para além de regular todas as atividades ligadas à pesca, como as matrículas ou licenças dos pescadores, a Casa, que tinha personalidade jurídica, geria um fundo privativo para despesas correntes, por exemplo, para arrendar a sede, pagamento a funcionários, etc., constituído pelas quotas dos sócios, efetivos e protetores, e pelo produto das caldeiradas, quinhões ou partes de pesca, “segundo os costumes tradicionais”. Era ainda criado um fundo comum¹⁴ gerido pela JCCP. Este fundo era constituído por um subsídio do Ministério da Marinha para reforma dos pescadores inválidos; fundos da Caixa de Previdência e Crédito Marítimo, constituída em 1915, que era extinta e integrada

¹³ PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Direção dos Serviços de Censura, recortes de publicações periódicas, *O Comércio do Porto*, 21/01/1948.

¹⁴ Base VII, Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937, *Casas dos Pescadores*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

no fundo comum; um subsídio dos fundos de previdência dos organismos corporativos patronais da pesca; e auxílios e donativos de entidades públicas ou privadas. A JCCP recebia ainda 25% das receitas do exercício anual do Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto (desde 1939), 20% do Grémio dos Armadores da Pesca de Sardinha (1942) e 25% do Grémio da Pesca da Baleia (1945), mas só integrou estas verbas no fundo comum a partir de 1968.

As primeiras Casas dos Pescadores surgiram em 1938, nos principais centros de pesca, como Aveiro e Matosinhos, mas também naqueles onde se formaram os Sindicatos Nacionais, como Buarcos e Nazaré (Vd. Anexo: Quadro 2). A sede da Casa de Pescadores de Matosinhos foi a primeira a ser inaugurada em edifício próprio, em agosto de 1938, mas o projeto é anterior ao Estado Novo e reflete a intenção de construir uma instituição de previdência (Jaramillo & Oliveira, 2016: 61-62).

Logo nesse ano inaugural mais de metade dos pescadores do território continental e da Madeira, mais de 30 mil, foram integrados nas suas Casas. A rede, 26 Casas de Pescadores e duas secções, estava concluída em 1952, integrando 57 287 profissionais licenciados para a pesca de arrasto, atum, bacalhau, cetáceos, sardinha e pesca local¹⁵.

A partir de 1946 o governo pretendeu canalizar os fundos da previdência social para a *resolução do problema da habitação*¹⁶. Essas verbas eram constituídas à medida que o próprio governo autorizava a constituição de instituições de previdência, que os capitalizavam, como as caixas sindicais de previdência ou de reforma e as federações de previdência. As verbas podiam ser convertidas em casas económicas e casas de renda económica, para atribuir aos sócios, ou em “prédios de rendimento”. Em qualquer circunstância, era o governo que tinha a palavra final na aplicação desses fundos.

As Casas dos Pescadores estavam abrangidas nessas novas diretivas, mas não se previa que fossem construídas casas económicas ou de renda económica, atendendo ao público-alvo desses programas, as classes médias. No entanto, a JCCP já tinha vários bairros em construção, desde 1941. Três meses depois desse decreto, a JCCP foi autorizada a contrair empréstimos “destinados a custear a construção de casas ou

¹⁵ PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Resenha das atividades da JCCP de 1956. O número de pescadores inscritos não coincide com os valores apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶ Decreto-lei n.º 35 611, de 25 de abril de 1946, *Resolução do problema da habitação*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

moradias para pescadores”, a amortizar em 20 anos, oferecendo como garantia as receitas e os fundos das Casas dos Pescadores¹⁷.

Em 1950, o governo remodelou a orgânica da Junta Central das Casas dos Pescadores, atribuindo-lhe personalidade jurídica, o que lhe permitia administrar o fundo comum e receitas próprias sem necessitar de autorização superior, do Ministério das Corporações e Previdência Social, apenas obrigatória na contratação de empréstimos. Competia-lhe agora, por si ou em participação com o Estado, “construir habitações destinadas aos sócios efetivos das Casas dos Pescadores”¹⁸.

A JCCP passou também a ser presidida por um oficial da Armada de patente superior, da classe da Marinha. Claramente um lugar feito à medida do comandante Henrique Tenreiro (1901-1994). Tenreiro era uma espécie de ministro sem pasta, com enorme poder e influência, conquistado à medida que o regime integrava o setor das pescas na organização corporativa (Garrido, 2009). Era o representante do Estado nos grêmios dos Armadores dos Navios de Pesca do Bacalhau (1936), Sardinha (1938), Arrasto (1939), Baleia (1945) e Atum (1960), dirigindo as respetivas mútuas e seguradoras, cooperativas e as empresas criadas sob dependência dos grêmios, controlando ainda as fontes de financiamento dos programas de renovação da frota pesqueira.

Em 1968, quatro dias antes de Salazar abandonar efetivamente o poder, era promulgado um novo regime jurídico para os pescadores, obrigando todas as Casas dos Pescadores a homologarem novos estatutos¹⁹. Os pescadores passaram a poder reunir-se em assembleia geral, mas a mesa era presidida por um representante das empresas de pesca. Podiam, no entanto, eleger os seus representantes para um núcleo de pesca (arrasto, atum, bacalhau, baleia, sardinha e local) para discutir aspetos relacionados com a respetiva modalidade piscatória. Desses núcleos era escolhido um representante para integrar o Conselho Consultivo, um órgão que devia pronunciar-se sobre as atividades respeitantes a *educação e instrução, previdência e assistência* e sobre o orçamento e

¹⁷ Decreto-lei n.º 35 732, de 4 de julho de 1946, *Autoriza JCCP a contrair empréstimos para construção de casas*.

¹⁸ Decreto-lei n.º 37 750, de 4 de abril de 1950, *Constitui JCCP e define as suas atribuições*.

¹⁹ Decreto-lei n.º 48 506, de 30 de julho de 1968, *Remodelação orgânica das Casas dos Pescadores*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

contas apresentado pela direção, também ele presidido por um representante das empresas. A direção das Casas continuava entregue ao capitão do porto.

Esta aparente abertura das assembleias das Casas dos Pescadores aos seus sócios efetivos, os pescadores, foi apresentada como fazendo parte da corrente renovadora da organização corporativa portuguesa, sobre a qual o governo, entendia não ser necessário fundamentar os ajustamentos, “dada a importância das funções e a complexidade dos problemas que impedem sobre as Casas dos Pescadores”²⁰.

As competências de atuação da Junta Central na habitação foram também reforçadas. A JCCP podia agora “fomentar a construção de habitações económicas” e “construir por si, ou em participação com o Estado, habitações destinadas aos sócios efetivos das Casas dos Pescadores”²¹. Este dois preceitos estavam já consagrados na legislação de 1950, mas a JCCP estava impedida de usar os fundos da previdência na construção de habitações. Em 1958, o governo lançara as bases da cooperação das instituições de previdência no fomento da habitação, que incluía as Casas do Povo, mas deixava de fora as Casas dos Pescadores²². Esta situação era corrigida com o reforço de competências atribuídas à JCCP.

Em 1971, o governo, agora presidido por Marcelo Caetano, voltou a mexer na orgânica das Casas dos Pescadores, concedendo aos sócios a possibilidade de se pronunciarem sobre o valor das quotizações das casas, que era definido em assembleia geral. Os pescadores não tinham capacidade para travar as decisões do capitão do porto, que presidia à direção, nem do presidente da mesa da assembleia geral, um armador, mas obtinham a possibilidade de recorrer dos valores fixados para o ministro das Corporações e Previdência Social, embora estivessem obrigados a uma audiência prévia com o presidente da JCCP²³.

O corporativismo do Estado Novo foi aglutinador de toda a vivência dos pescadores, exemplo do “enquadramento totalitário do mundo do trabalho” apontado por Fernando Rosas (2019: 222-225). Os pescadores eram integrados em instituições sobre as quais não tinham qualquer poder de representatividade ou liberdade associativa; os

²⁰ *Ibid.*

²¹ Decreto-lei n.º 48 507, de 30 de julho de 1968, *Ampliação da JCCP*.

²² Lei n.º 2092, de 9 de abril de 1958, *Cooperação das instituições de previdência no fomento da habitação*.

²³ Cf. art.º 1.º do Decreto-lei n.º 388/71, de 18 de setembro de 1971, *Remodelação orgânica das Casas dos Pescadores*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

seus proventos, obtidos através de uma atividade sujeita a grande imprevisibilidade, variavam conforme o valor que os organismos corporativos definissem; o Estado, através do INTP, assinava os acordos coletivos com as empresas, assegurando previamente as condições de trabalho e remuneratórias. Estavam ainda sujeitos a uma vigilância apertada, através dos regulamentos das Casas e da JCCP, que lhes retirava a licença de pesca por qualquer falta política ou moral²⁴.

Os pescadores e as suas famílias mantinham-se apaziguados e usufruíam de um conjunto alargado de benefícios exclusivos, através da sua inscrição obrigatória nas Casas dos Pescadores. O corte com o passado era evidente. A valências obtidas na *educação e instrução*, na *previdência e assistência*, sempre com a figura tutelar de Henrique Tenreiro, foram crescendo aos longo dos anos, atingindo uma dimensão considerável na década de 1970: dezenas de escolas espalhadas por todos os centros de pesca do continente e ilhas, uma escola profissional, em Lisboa, casas de trabalho para as raparigas, postos médicos, farmácias, uma policlínica e um hospital, em Olhão, casas de repouso, um sanatório, refeitórios, centros sociais, creches e maternidades, postos de puericultura, campos de jogos e até igrejas privativas²⁵.

As escolas proporcionavam dois graus de ensino aos rapazes, no manejo técnico das artes da pesca: elementares, para os filhos de pescadores até aos dez anos de idade; e rudimentares, para os rapazes entre os dez e aos 14 anos, que lhes dava a categoria de moços-pescadores nas pescarias locais e costeiras. Na Escola Profissional de Pesca, em Lisboa, para rapazes a partir dos 14 anos, obtinha-se a categoria de moço, que os habilitava para a pesca do alto, a pesca do bacalhau e a pesca de arrasto, nas traineiras, onde se obtinham os salários mais altos (Garrido, 2009: 202-204).

Os filhos de pescadores começavam a contribuir desde cedo para os proventos familiares e para este conjunto de benefícios. Uma família que tivesse um ou mais elementos na pesca do alto tinha melhores condições para fazer face a todas as contribuições a que estavam sujeitos, incluindo as rendas de casa.

²⁴ Cf. art.º 35.º do Decreto n.º 27 978, de 20 de agosto de 1937, *Regulamento das Casas dos Pescadores*; art.º 27.º do Decreto n.º 37 751, de 4 de fevereiro de 1950, *Revisão do Regulamento das Casas dos Pescadores*; n.º 2, do art.º 8.º do Decreto-lei n.º 48 507, de 30 de julho de 1968, *Ampliação da JCCP*; art.º 2.º do Decreto-lei n.º 388/71, de 18 de setembro de 1971, *Remodelação orgânica das Casas dos Pescadores*.

²⁵ Vd. Garrido, 2009: 190-205; PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Resenha das atividades da JCCP de 1956.

Os bairros de pescadores do Estado Novo

Os bairros de pescadores não obedecem a um programa habitacional específico embora estejam relacionados com o *programa de alojamento para famílias pobres*²⁶. Como o nome indica, o governo, através dos corpos administrativos (câmaras municipais, juntas de freguesia, juntas de província e distritais e juntas de turismo) e das misericórdias, pretendeu realojar famílias pobres ou indigentes nos centros populacionais do continente e ilhas. Estas entidades manifestavam o seu interesse à Direção Geral dos Serviços de Urbanização, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (DGSU-MOPC), que concedia um subsídio aos corpos administrativos, repartido em partes iguais entre o Estado e o Fundo de Desemprego. Cada casa construída não podia custar mais de dez contos; as restantes obras de urbanização ficavam a cargo das câmaras municipais.

Depois de construídas, os promotores abriam concurso público para atribuir as casas a famílias pobres ou indigentes, condição atestada pela respetiva junta de freguesia. Os moradores podiam ser despejados se não pagassem a renda, se os seus comportamentos provocassem escândalo público, se não cuidassem do imóvel, se não abrissem a porta ao responsável do bairro. Podiam recorrer, com efeito suspensivo, para o ministro do Interior²⁷. Ao contrário do *programa de casas económicas*, que era fiscalizado pela Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, o *programa de alojamento para famílias pobres* era fiscalizado pelas entidades promotoras, com supervisão do Ministério do Interior.

No caso dos pescadores, a “ocupação precária” do alojamento significava a integração num regime totalitário que condicionava a vida familiar através dos proventos do trabalho e a obediência aos organismos em que estavam obrigatoriamente inseridos, a Casa dos Pescadores, e a Junta Central, que era o senhorio. Durante toda a vigência da organização corporativa nas pescas só houve uma regra: “A ocupação das casas (...) será concedida a título precário, podendo os moradores ser obrigados a desalojá-las mediante

²⁶ Decreto-lei n.º 34 486, de 6 de abril de 1945, *Casas destinadas ao alojamento de famílias pobres*.

²⁷ Decreto-lei n.º 35 106, de 6 de novembro de 1945, *Ocupação e atribuição de casas para famílias pobres*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

aviso prévio de trinta dias, sob pena de despejo pelas autoridades administrativas ou policiais, sem direito a indemnização”²⁸.

Este preceito legal surge pela primeira vez na legislação de 1950, o que significa que os primeiros bairros construídos, entre 1941 e 1949, não tinham um regime legal associado aos realojamentos. A mesma norma é vertida na revisão da orgânica da JCCP, em 1968 e 1971. Ao contrário das famílias pobres, os pescadores não dispunham de qualquer mecanismo de oposição, quando sofressem ordem de despejo.

Os pescadores da costa, das artes tradicionais, eram os mais vulneráveis, durante uma parte do ano não obtinham rendimentos suficientes para pagar as rendas ou as quotizações. O “patrão das pescas”, Henrique Tenreiro, referiu, nas suas memórias escritas no Rio de Janeiro, que, nestes casos, autorizava atrasos nas liquidações (Garrido, 2009: 201-202).

Através do valor cobrado nos arrendamentos, esperava-se que os bairros proporcionassem verbas que permitissem a sua manutenção, mas, como era esperado, as rendas eram baixas, de acordo com os rendimentos dos pescadores. Em 1955, conforme o tipo e o período em que as casas foram construídas, as rendas cobradas eram de 20\$00, 40\$00, 60\$00, 80\$00 e 100\$00, permitindo uma receita de mais de mil contos por ano à JCCP²⁹.

Não se sabe como decorreram os realojamentos, nem os processos de *arrendamento* ao longo do tempo. Parece provável que as casas dos pescadores tivessem um fiscal para acompanhar o dia a dia no bairro e o pagamento mensal das rendas. A vigilância dos agrupamentos habitacionais do Estado era transversal a todos os programas. A decisão de despejar uma família era tomada em Lisboa, na sede da JCCP.

²⁸ Cf. § 2.º do art.º 2.º do Decreto-lei n.º 37 750, de 4 de fevereiro de 1950, *Constitui JCCP e define as suas atribuições*; n.º 2 do art.º 8.º do Decreto-lei n.º 48 507, de 30 de julho de 1968, *Amplia ação da JCCP*; n.º 2 do art.º 8.º do Decreto-lei n.º 388/71, de 18 de setembro de 1971, *Remodelação orgânica das Casas dos Pescadores*.

²⁹ Valores de acordo com a comunicação apresentada por Henrique Tenreiro no II Congresso Nacional das Pescas, em 1947, intitulada “Assistência e Previdência aos Pescadores”, cf. PT/BCM–AH/FG/009/*Núcleo 423/UI 235*. Um conjunto de fichas-tipo elaboradas pela DGSU sobre os bairros de pescadores revela rendas mais elevadas para anos posteriores: 45\$00 (Peniche, ocupado desde 1952, taxa de rendimento de 1,6%), 62\$50 (Nazaré, 1950, 2,4%) e 125\$00 (Cascais, 1945, 9%). Várias casas no Bairro de Pescadores de Cascais (1945) estavam arrendadas a “não-pescadores” por 160\$00 por mês, o que equivalia a uma taxa de rendimento de 5,2%, cf. Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*, Pasta Peniche (Leiria); Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*, Pasta Nazaré (Leiria); Arquivo IHRU, *Bairros de Pescadores*, Pasta Cascais.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

Para cada casa arrendada existia um processo com o registo das liquidações e todos os factos relevantes sobre a família arrendatária, “alguns mais volumosos que certos folhetins”³⁰. Muitas vezes, o Serviço de Assistência da JCCP não procurava conhecer as causas que levavam ao despejo³¹. Percebe-se que as casas dos pescadores não ficariam muito tempo desocupadas, uma vez que havia sempre famílias mal alojadas.

Até ao final da década de 1950, o governo manteve o conceito das habitações unifamiliares, pequenas vivendas, geminadas ou agrupadas em banda. As casas tinham um pequeno quintal, bem delimitado, com o objetivo de tornar os ocupantes minimamente independentes, através da plantação de uma horta e a possibilidade de construírem (sob autorização superior) um galinheiro, refletindo uma visão marcada por uma *perspetiva ruralizante* do espaço físico e social (Pereira, 2021: 56-57).

As casas dos pescadores seguem estes preceitos, vivendas unifamiliares com um pequeno quintal, geminadas ou em banda, em alguns casos com pisos sobrepostos e entradas independentes. As tipologias também são semelhantes e apresentadas como tipo A (sala, WC, cozinha, dois quartos, por vezes três) e tipo B (sala, WC, cozinha, três quartos, por vezes quatro), por vezes sobrepostas em andares. Algumas casas tinham aproveitamento do sótão³² para guardar material e apetrechos de pesca e, em situações mais raras, também se construíram caves com o mesmo fim³³.

Ainda antes de ser expressamente autorizada a edificar bairros de pescadores, a JCCP já tinha construído cinco agrupamentos, entre 1941 e 1945, totalizando 368 fogos³⁴. Quando Henrique Tenreiro subiu a presidente da Junta Central, em 1946, esta foi autorizada a contrair empréstimos para “custear a construção de casas ou moradias para pescadores”. Tenreiro anunciou então um plano de construções de 2 000 fogos, a arguer entre 1946 e 1949, e começou a negociar a compra ou cedência de terrenos com as câmaras municipais ou privados. Contraiu, com essa finalidade, um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, de 10 mil e 700 contos, que juntou às verbas

³⁰ PT/BCM-AH/FG/Núcleo 423/UI 126/Investigação particular 1959 – confidencial.

³¹ *Ibid.*

³² Os casos dos bairros de pescadores de Sesimbra (1945/1949), Vila do Conde (1949/1958), Sines (1950), Monserrate (Viana do Castelo, 1951), Vila Praia de Âncora (Caminha, 1953).

³³ Várias casas no Bairro de Pescadores de Sesimbra (1945).

³⁴ Peniche (52 casas), Aveiro (S. Jacinto, 28), Ovar (Furadouro, 18), Figueira da Foz (Cabedelo, 16; Buarcos, 64, em construção) e Espinho (170 e mais 20 em construção). Cf. PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Serviço de Bairros e Construções 1955.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

obtidas junto do Comissariado de Desemprego, Fundo de Socorro Social e juntas distritais da Madeira e Açores, totalizando 47 mil contos³⁵. Solicitou então os projetos arquitetónicos à DGSU, visto que a Junta Central ainda não tinha um arquiteto nos seus serviços. A partir de 1951, com a criação do Serviço de Bairros e Construções, passou a ser o arquiteto da JCCP, Alexandre Bastos, pelo menos até 1968, a elaborar os projetos e a submetê-los à apreciação da DGSU.

Henrique Tenreiro tentou por várias vezes a aprovação da Direção Geral para construção em altura, três ou mais andares, quando isso não estava previsto para estas tipologias habitacionais.

Foram construídos mais doze bairros até 1949, mas o número de fogos não superou os 718 (vd. Gráfico 1). Até 1974 foram construídos mais de 2 750 fogos, distribuídos por cerca de 40 bairros, um total de 62 empreendimentos, erguidos em fases distintas, bastante homogéneos, embora com características diferenciadas. Sabe-se que foram realizados vários inquéritos que permitissem conhecer as comunidades piscatórias a realojar, mas não são conhecidos os seus resultados³⁶.

O enorme poder e influência de Henrique Tenreiro permitiu-lhe negociar diretamente com os presidentes de câmara onde pretendia edificar os bairros de pescadores, conseguindo, na maior parte dos casos, a oferta de terrenos municipais. Dezenas de terrenos foram cedidos pelas câmaras municipais sem formalidades e só mais tarde, em alguns casos mais de duas décadas, foram registados a favor da JCCP³⁷. A cedência, venda ou troca de terrenos municipais necessitavam da autorização do ministro do Interior. Estas situações eram normalmente detetadas quando o Ministério das Finanças pretendia cobrar as contribuições prediais sobre as casas dos bairros de pescadores, após o período de isenção de cobrança.

³⁵ PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*, Empréstimos da JCCP 1946-1967.

³⁶ O único inquérito detetado no Arquivo IHRU/SIPA está assinado pelo arquiteto Raul Chorão Ramalho (1914-2002) e é referente à comunidade piscatória da vila de Câmara de Lobos, na Madeira, em 1946, quando ali desempenhou as funções de arquiteto da DGSU, Brigada Técnica n.º 1, entre as décadas de 40 e 60. O bairro que projetou para aquela comunidade, semelhante ao projeto-tipo da Trafaria, não foi construído, cf Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*, Câmara de Lobos, Pasta CE-0226. Álvaro Garrido (2009: 201) dá conta da realização de um inquérito sobre as condições habitacionais dos pescadores no final da década de 1940.

³⁷ Cf. PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*; PT/MTSSS/GabMin/000303, *Junta Central das Casas dos Pescadores*. Existem processos no Arquivo IHRU/SIPA, referenciados pelos nomes dos bairros.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

A JCCP dispôs, entre 1946 e 1958, de mais de 78 mil contos, através de empréstimos contraídos na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, para construção de bairros. No entanto, os montantes de que dispôs seriam muito mais avultados, provavelmente o dobro, já que tinha à disposição verbas do Fundo de Desemprego (40 a 50% em cada agrupamento durante todo o período de existência da Junta Central), verbas do Fundo de Socorro Mútuo, verbas do Fundo Nacional de Abono de Família e, a partir de 1967, verbas da Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP)³⁸. A Habitações Económicas era uma federação criada pelo governo no seio do INTP, em 1946, para gerir contribuições sindicais e aplicá-las em habitação para os sócios ou em prédios de rendimento, estando equipada com gabinetes técnicos de planeamento e projeto.

O Fundo de Desemprego (FD) foi criado em 1932 no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pelo ministro Duarte Pacheco, e vigorou até 1974³⁹. Era constituído pelas contribuições das empresas (1% de cada salário pago), dos trabalhadores assalariados ou independentes (2% de cada salário auferido ou rendimentos recebidos) e dos proprietários rústicos e urbanos (2% de adicional sobre a contribuição predial), constituindo-se num fundo quase inesgotável que tinha por missão financiar obras de melhoramentos rurais e urbanos e de águas e saneamento. Embora a propaganda, discursos políticos e alguma legislação indicassem que o FD era uma medida para atender à “crise de desemprego” e que se traduzia em auxílio aos desempregados, através da contratação de trabalhadores, sobretudo para construção civil, as verbas captadas foram canalizadas para obras públicas em todo o país e a JCCP foi das entidades mais beneficiadas (Agarez, 2020: 146-156). Todos os bairros de pescadores contaram com contribuições do FD e quase sempre com montantes mais elevados do que as quantias da Junta Central.

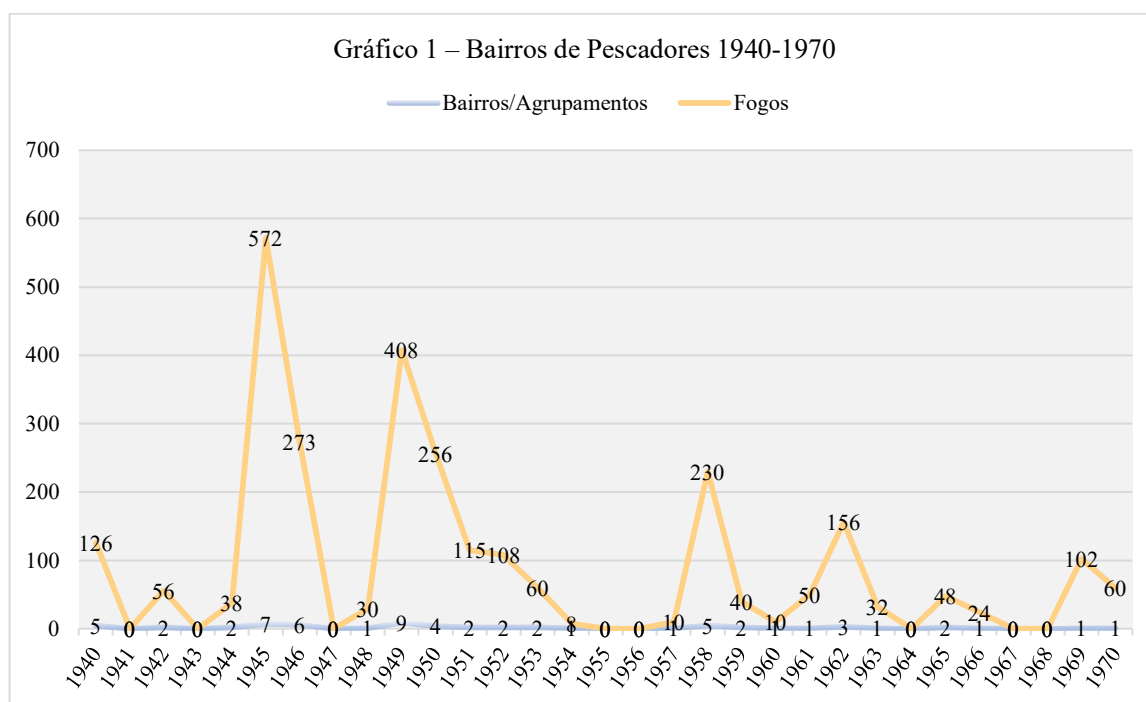
Assim que pôde dispor das verbas da HE-FCP, Henrique Tenreiro promoveu de imediato um plano de construção de “casas de renda económica”, 808 fogos em blocos de habitação plurifamiliar em dez bairros existentes, correspondentes às fases 2, 3 e 4, e um novo, a implementar entre 1968 e 1969; assegurou os terrenos, muitos deles já pertencentes à Junta Central, e uma parte do financiamento, contando sempre com o apoio

³⁸ Decreto-lei n.º 47 584, de 9 de março de 1967, *Empréstimos às Casas dos Pescadores*.

³⁹ Decreto n.º 21 699, de 30 de setembro de 1932, *Comissariado do Desemprego*.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

do Fundo de Desemprego, mas esbarrou na reforma das organizações de Previdência, que levou ao fim da HE-FCP e à concentração de todos os programas e iniciativas de habitação social no Fundo de Fomento de Habitação (FFH), a partir de 1969. Alguns desses projetos foram construídos, mas uma boa parte foi abandonada com a Revolução de 1974, tendo o FFH promovido o realojamento de pescadores em bairros plurifamiliares, sem distinção de profissões.



Fontes: Base de dados Mapa da Habitação (Ramos *et al.*, 2019); PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores*; JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES (1966), *30 anos de assistência à gente do mar*, Lisboa, Orbis Edições.

O Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através dos seus serviços, concentrava a realização dos projetos de arquitetura e engenharia de todas as iniciativas de habitação social. Numa fase inicial, foram pedidas contribuições a alguns arquitetos externos, mais experientes e consagrados, para projetar bairros de pescadores⁴⁰, mas a maioria dos projetos acabou por ser entregue aos arquitetos da DGSU, criada em 1944,

⁴⁰ Por exemplo, Keil do Amaral (1910-1975) e Lima Franco (1904-1970), Bairro de Pescadores de Setúbal (1945); Faria da Costa (1906-1971), Bairro de Pescadores da Costa da Caparica (1946); Raúl Rodrigues Lima (1909-1980), Bairro de Pescadores da Ericeira (1948); Filipe Nobre Figueiredo (1913-1989), Bairro de Pescadores de Cascais (1945).

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

que detinha um corpo profissional vasto e regionalizado. Esta direção geral aplicou a fórmula do *projeto-tipo*, adaptável a cada agrupamento habitacional e às condições do terreno, uma prática adotada sob a vigência do ministro Duarte Pacheco, entre 1932 e 1943 (Moniz, 2005: 71-79).

A maior parte dos bairros de menor dimensão ou as primeiras fases dos empreendimentos mais extensos obedeceram ao “projeto-tipo da Trafaria”. Trata-se de um bairro de alojamento para famílias pobres construído em Almada (1945), sob um projeto de Luís Nobre Guedes, arquiteto da DGSU, que previa dois tipos de casas, um para famílias pobres e outro para pescadores, este com algumas marcas identitárias, como as janelas do WC em forma de escotilha⁴¹. O “projeto da Trafaria” foi usado num conjunto variado de bairros: Nazaré, Peniche, Vila do Conde, Sesimbra, Buarcos, entre 1941 e 1949, mas sem as janelas redondas. Em alguns agrupamentos foram permitidos outros pormenores na fachada, como os relevos com motivos marítimos nas chaminés das casas (Ílhavo, 1949).

Os bairros de pescadores são conjuntos de pequena e média dimensão, dispostos em filas de casas geminadas ou em banda. Os bairros de maior dimensão estão implantados em planos ortogonais, com arruamentos interiores pedonais ou logradouros. Em grandes centros pesqueiros e conserveiros, como Matosinhos e Olhão, os bairros estão relativamente próximos do porto, da lota ou das fábricas; onde se pratica a pesca tradicional, a arte xávega, por exemplo, os bairros estão localizados mais próximo da costa marítima, como no Furadouro (Ovar, 1947) e na Torreira (Murtosa, 1952).

Os bairros de maior dimensão, com habitações plurifamiliares, prédios até três andares, construídos a partir do final da década de 1950, encontram-se nos grandes portos sardinheiros, Matosinhos, Sesimbra e Setúbal. Na década de 60 foram construídos prédios de quatro andares, como em Cascais, refletindo a urgência em alojar famílias pobres que permaneciam em barracas na praia.

Os agrupamentos mais pequenos estavam, em grande parte, afastados do centro da vila ou cidade piscatória/portuária e há casos de bairros que, mesmo habitados, levaram vários anos até estarem ligados à rede elétrica, como o Bairro de Pescadores de Peniche

⁴¹ Em alguns casos foi também utilizado o projeto-tipo MU/9, da Direção de Serviços dos Melhoramentos Urbanos do MOPC.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

(1941/1949). Os bairros dos Açores, Rabo de Peixe (1952), Calheta (1953) e Lagoa (1953), só foram ligados à rede elétrica depois de 1955⁴².

A maior parte das casas construídas nos anos 40 e 50 é dotada de casas de banho mínimas, um lavatório, uma retrete turca, que algumas vezes também servia de plataforma para o chuveiro. Mais tarde as casas foram sendo construídas com a retrete em loiça sanitária separada do espaço para o chuveiro e algumas casas chegaram a ter banheira, um equipamento pouco comum nos bairros de pescadores. As cozinhas eram também muito pequenas, só com o essencial, uma banca, um fogão e um armário. Embora todos os bairros estivessem dotados de rede de saneamento, era frequente não estar ligada a qualquer sistema, terminando em fossas ou a céu aberto. Por vezes também se misturavam as redes de águas pluviais e de saneamento.

Nessa primeira fase de construções, as casas revelam-se habitações de muito baixa qualidade, dimensões reduzidas e edificadas com materiais baratos. Em muitos casos fizeram-se trabalhos de alvenaria com tijolos de cimento, o que provoca infiltrações, humidade interior e desconforto térmico. A JCCP queixou-se várias vezes à DGSU dos custos de manutenção das casas com alvenaria de cimento, em pinturas e rebocos⁴³. A partir da década de 1950, mais ou menos coincidente com a promulgação do RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas⁴⁴, os projetos arquitetónicos refletem maiores espaços interiores nas habitações e os concursos de empreitada já preveem técnicas de construção mais modernas, com estruturas de betão armado e emprego de tijolos de barro. Os arquitetos da DGSU mostravam preocupação com o cumprimento daquilo a que designam de “normas da UNESCO”, que designam áreas maiores nas divisões do que aquelas que vinham sendo adotadas⁴⁵. Em todo o caso, as áreas mínimas previstas no RGEU para uma habitação com dois ou três quartos ficava-se pelos 45m².

Os planos de construção elaborados pela JCCP eram aprovados superiormente pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ministério desde 1950, e pela DGSU, com conhecimento do ministro ou do subsecretário de Estado das

⁴² Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*, Lagoa, Pasta 533-GEH.

⁴³ Os casos dos bairros de Setúbal (1952 e 1961) e Costa da Caparica (1946), neste caso com blocos de 20x40 cm e 30 cm de espessura para paredes exteriores e 15 cm para interiores; cf. Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*/Pasta Setúbal; Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*, CE-0289.

⁴⁴ Decreto-lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, *Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU*.

⁴⁵ *Ibid.* cf. nota 42.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

Obras Públicas. Os concursos de empreitada eram lançados pela JCCP, que assumia o papel de promotor, mas cabia à DGSU a escolha do empreiteiro, através da proposta com o preço mais baixo. A DGSU acompanhava a obra, elaborando os autos de medição, que eram entregues à JCCP para liquidação de faturas. As verbas do Fundo de Desemprego, previamente acordadas em planos anuais com o Comissariado de Desemprego, eram entregues à Junta Central, que as retinha até à entrega dos autos.

Por vezes, a JCCP tinha preferência por um construtor e a DGSU por outro. Podiam fazer acordos extraconcurso o que, na prática, era uma viciação das condições iniciais⁴⁶. Todos os custos estavam tabelados no caderno de encargos, inclusivamente as retribuições diárias dos operários da construção, o que significa que também o lucro obtido pelo construtor já estava definido. Concorrer a concursos públicos de construção civil não era, por isso, um negócio muito atrativo, pelo que grande parte dos construtores dos bairros de pescadores era de origem local e isso obrigava a inquirições por parte da DGSU, para avaliar se tinham capacidade para cumprir os contratos.

Comentários finais

Os bairros de pescadores são um testemunho do corporativismo do Estado Novo português, no sentido em que enquadram uma lógica de submissão do trabalho ao capital, através de medidas dirigistas que prometiam o realojamento de um grupo socioprofissional colocado ao serviço da oligarquia das pescas. Os bairros tinham o objetivo explícito de melhorar as condições habitacionais dos pescadores e das suas famílias, mas também evidenciam um propósito implícito de manter o seu isolamento, garantir a dependência do grupo pela sua integração na “organização corporativa”, assegurando comunidades apaziguadas.

Os bairros de pescadores não traduzem um programa habitacional estruturado e sistemático, como o *programa de casas económicas*, lançado em 1933, ou alguns dos programas habitacionais lançados depois de 1945. As construções e os realojamentos tiveram início ainda antes de terem um enquadramento legal, o que terá permitido ao

⁴⁶ Arquivo IHRU/SIPA, *Bairros de Pescadores*/Pasta Setúbal. Há outros exemplos que sugerem viciação de concursos ou a entrega de determinadas empreitadas a pedido, cf. PT/BCM-AH/FG/009/Núcleo 423/UI 126/Cofre SAPA, pareceres e balancetes 1963-65.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

regime acolher os pescadores mais consentâneos com a “nova ordem” que o Estado Novo prometia. O regime de *arrendamento* dos pescadores, portanto, um sistema contratual entre duas partes, com um conjunto de direitos e deveres, nunca passou da “ocupação precária”, em que as famílias estavam sempre dependentes das condições de trabalho, naturalmente volúveis, e da boa vontade do senhorio.

Os bairros de pescadores integram-se numa política totalitária de enquadramento do mundo do trabalho, onde o acesso à habitação desempenhou um papel relevante. Este sistema permitiu o engrandecimento da figura do presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, que se multiplicou em contactos na “organização corporativa” e administrativa para obter fundos para construções, cedências de terrenos, isenções e mais benesses que pudesse usar para manter uma força de trabalho disponível e, ao mesmo tempo, satisfeita e apaziguada. Um conjunto alargado de instituições e valências de *previdência e assistência*, propostas pela Junta Central, completavam a segregação e o isolamento dos pescadores. Apesar da visão idílica com que o Estado Novo recriou o quotidiano da vida do mar, os pescadores nunca se afastaram do grupo populacional mais pobre e carenciado, o que acaba por se traduzir nas soluções habitacionais propostas.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar – PT-AHP/AN/CIOC – *Assembleia Nacional/Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa (1946-1947)*.

Arquivo IHRU/SIPA – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana/ Sistema Integrado para o Património Arquitectónico – *Bairros de Pescadores (1945-1973)*.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – PT/BCM-AH/FG/009/*Núcleo 423 – Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro* (s.d).

Mapa da Habitação – *Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*. Base de dados:

https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

MTSSS – Arquivo da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social – PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores 1944-1958*; PT/MTSSS/GabMin/000303, *Junta Central das Casas dos Pescadores 1965-1969*; PT/MTSSS/GabMin/000533, *Correspondência recebida e expedida 1974*.

Referências Bibliográficas

AGAREZ, Ricardo Costa (2020), “Obras públicas e ‘melhoramentos’ locais: entre Lisboa e o país (real)”, in Joana Brites; Luís Miguel Correia (coords.), *Obras públicas no Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 141-170.

AGAREZ, Ricardo Costa (2025), “Para uma história pública da habitação: o programa «casas para famílias pobres» em Portugal desde 1945”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 43, 2.^a serie, pp. 269-301.

ALMEIDA, Paulo (2010), *Favor, recompensa e controlo social: os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Paulo (2011), “Bairros económicos do Porto: A casa como arma política”, in Carlota Santos (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 503-518.

ALMEIDA, Paulo M. (2019), “The «housing issue» in Portugal: Between the end of Monarchy and the Republic”, in Rui Jorge Garcia Ramos (eds.) *et al.*, *Hidden in plain sight: politics and design in state-subsidized residential architecture*, Zurich, Park Books, pp. 19-32.

ALVES, Joana Lopes (1965), *A linguagem dos pescadores da Ericeira*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa.

AMORIM, Inês (org.) (2001), *As Pescas. Vol. II*, in Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, Oeiras, Celta Editora.

BAPTISTA, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (2020), *O poder simbólico*, Lisboa, Edições 70.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193

https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

CARDOSO, José Luís (2012), “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico”, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo fascismos Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 101-120.

CASCÃO, Rui (2011), “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, in José Mattoso (dir.); Irene Vaquinhas (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 56-91.

DUARTE, Inês (2020), “O movimento comunista no Porto, 1958-1962”, *Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 293-318, [Consulta em 09/07/2025]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18226.%20comp..pdf>

FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estevão (2016), “Construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974)”, in Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Jorge Mano Torres (coord.), *Organizar o país de alto a baixo. Políticas de edificação corporativa no Estado Novo Português*, Coimbra, Tenacitas, pp. 31-51.

GARRIDO, Álvaro (2009), *Henrique Tenreiro – Uma biografia política*, Lisboa, Círculo de Leitores.

GARRIDO, Álvaro (2012) “Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa”, in Fernando Rosas; Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo fascismos Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 143-164.

GARRIDO, Álvaro (2016), “O corporativismo como categoria historiográfica e objecto das ciências sociais”, in Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Jorge Mano Torres (coords.), *Organizar o país de alto a baixo, Políticas de edificação corporativa no Estado Novo português*, Coimbra, Edições Tenacitas, p. 13-29.

GARRIDO, Álvaro (2016a), “As Casas dos Pescadores: corporativização e controlo social das comunidades marítimas”, in Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Natália Pereira (coords.), *A conquista social do território Arquitetura e corporativismo no Estado Novo português*, Coimbra, Edições Tenacitas, p. 127-143.

GARRIDO, Álvaro (2018), *As pescas em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

GRAÇA, A. Santos (1992) [1932], *O Poveiro: Usos, costumes, tradições, lendas*, Lisboa, Etnográfica Press, [consulta em 09/07/2025]. Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/3876>

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

HENRIQUES, Francisco, (2022), *Indústria, comércio externo e intervenção pública. As conservas de peixe no Estado Novo (1927-1972)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade de Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Évora, Universidade de Évora.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Portugal em números – 2023*, [consulta em 20/05/2025]. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/439481594>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatísticas da Pesca – 2024*, [consulta em 20/05/2025]. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/66198697>

JARAMILLO, Jesica; OLIVEIRA, Carla Garrido de (2016), “A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais” in Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Natália Pereira (coords.), *A conquista social do território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo português*, Coimbra, Edições Tenacitas, pp. 57-77.

JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES (1966), *30 anos de assistência à gente do mar*, Lisboa, Orbis Edições.

MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda (1991), “Agricultura, pecuária e pescas”, in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal – Da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 65-114.

MONIZ, Gonçalo Canto (2005), “Arquitectos e políticos – A arquitectura institucional em Portugal no anos 30”, *DC Papers – Revista de crítica y teoría de la arquitectura*, n.º 13-14, outubro, pp. 68-79, [consulta em 09/07/2025]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2593769>

PATRIARCA, Fátima (1995), *A questão social no salazarismo 1930-1947*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PEIXOTO, Rocha (1990) [1899], “Etnografia portuguesa: Habitação os palheiros do litoral”, *Etnografía portuguesa: Obra etnográfica completa*, Lisboa, Etnográfica Press, [consulta em 09/07/2025]. Disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/4270>

PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João (2012), *Na «modesta cidadezinha». Génesis e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto (Amial, 1938-2010)*, Vol. I, Porto, Edições Afrontamento.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

PEREIRA, Virgílio Borges *et al.* (2018), “Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo”, in Ricardo Costa Agarez (coord.), *Habitação Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 83-117.

PEREIRA, Virgílio Borges (2021), “As razões do estado autoritário português e as prioridades das respetivas intervenções no domínio da habitação”, in Rui Braz Afonso (coord.), *A transformação da paisagem e as políticas de aproveitamento agrícola do território – As experiências dos países do sul da Europa durante os regimes ditatoriais: Portugal, Itália e Espanha*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pp. 52-67.

PINTO, António Costa (2014), “Fascism, corporatism and the crafting of authoritarian institutions in inter-war european dictatorships”, in António Costa Pinto; Aristotle Kallis (ed.), *Rethinking fascism and dictatorship in Europe*, Hampshire, Palgrave MacMillan, pp. 87-117.

RAMOS, Rui J. G. *et al.* (2019), *Base de Dados Mapa da Habitação Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RIBEIRO, Orlando (1986) [1945], *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico – Esboço de relações geográficas*, Lisboa, Editora Livraria Sá da Costa.

ROSAS, Fernando (2019), *Salazar e os fascismos*, Lisboa, Tinta da China.

ROSAS, Fernando (1995), *Portugal entre a paz e a guerra 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

TAVARES, André; SOUZA, Diego Inglez de (2022), *Arquitectura do bacalhau. Uma leitura crítica da paisagem construída pelas pescas portuguesas*, Porto, Dafne Editora.

TAVARES, Maria; DUARTE, João Miguel Couto (2018), “O arrendamento social público (1945-1969): nova escala, novos programas e agentes”, in Ricardo Costa Agarez (coord.), *Habitação Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 197-233.

TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Paulo Almeida – *Trabalho, habitação e previdência – O cerco aos pescadores no Estado Novo (1937-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 162-193
https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o4

VASCONCELOS, José Leite de (1924), “Casas da Praia de Vieira”, *Boletim de Etnografia. Publicação do Museu Etnológico Português*, Imprensa Nacional, n.º 3, pp. 33-38.

VIEIRA, Ismael Cerqueira (2015), *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca». A fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Anexo: Quadro 2 – Casas dos Pescadores, data de constituição e número de sócios, em 1955

| | Casas dos Pescadores | Data de constituição | N.º de sócios efetivos |
|----|---------------------------------|----------------------|------------------------|
| 1 | Aveiro | 23/02/1938 | 4 289 |
| 2 | Buarcos | 23/02/1938 | 2 591 |
| 3 | Nazaré | 23/02/1938 | 2 370 |
| 4 | Matosinhos | 30/06/1938 | 2 590 |
| 5 | Portimão | 02/07/1938 | 3 635 |
| 6 | Setúbal | 05/07/1938 | 4 406 |
| 7 | Póvoa de Varzim | 06/07/1938 | 2 160 |
| 8 | Cascais | 14/07/1938 | 362 |
| 9 | Lisboa | 17/10/1938 | 1 524 |
| 10 | Peniche | 09/11/1938 | 2 997 |
| 11 | Funchal | 24/11/1938 | 3 107 |
| 12 | Vila do Conde | 26/12/1938 | 1 444 |
| 13 | Seixal (Secção da CP Lisboa) | 30/03/1939 | 654 |
| 14 | Ericeira (Secção da CP Cascais) | 25/07/1939 | 374 |
| 15 | Sesimbra | 23/08/1939 | 2 822 |
| 16 | Lagos | 04/05/1940 | 1 244 |
| 17 | Tavira | 04/06/1941 | 3 275 |
| 18 | Horta | 14/01/1942 | 3 204 |
| 19 | Viana do Castelo | 29/06/1942 | 1 850 |
| 20 | Olhão | 03/08/1942 | 3 439 |
| 21 | Faro | 28/12/1942 | 1 179 |
| 22 | Porto | 06/03/1946 | 2 183 |
| 23 | Ponta Delgada | 06/03/1946 | 2 067 |
| 24 | Angra do Heroísmo | 16/05/1946 | 1 420 |
| 25 | Caminha | 16/05/1946 | 854 |
| 26 | Âncora (Vila Praia de Âncora) | 26/06/1946 | 393 |
| 27 | Sines | 26/08/1947 | 527 |
| 28 | Vila do Porto (Santa Maria) | 06/10/1952 | 327 |
| | | | 57 287 |

Fonte: PT/MTSSS/GabMin/000302, *Junta Central das Casas dos Pescadores, Resenha das atividades da JCCP 1956*

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração

When History Walks in Through the Next Door: Historical Thought and Citizenship in *Área de Integração*

Cuando la Historia entra por la puerta de al lado: pensamiento histórico y ciudadanía en *Área de Integração*

Quand l'Histoire entre par la porte d'à côté: pensée historique et citoyenneté dans l'*Área de Integração*

Cláudia Pinto Ribeiro
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”
cpribeiro@letras.up.pt

Resumo: Este artigo analisa a disciplina de Área de Integração, nos cursos profissionais, como espaço de desenvolvimento da literacia histórica e da cidadania crítica. A partir das *Aprendizagens Essenciais* e de autores da didática da História, argumenta-se que a História pode ser mobilizada para interpretar temas como democracia, Europa e sustentabilidade. A interdisciplinaridade da disciplina é discutida como oportunidade de diálogo entre saberes e como desafio para a formação de cidadãos críticos.

Palavras-chave: ensino profissional; didática da História; cidadania crítica; interdisciplinaridade.

Abstract: This article analyses the subject *Área de Integração* in Portuguese vocational education as a space for developing historical literacy and critical citizenship. Drawing on the *Aprendizagens Essenciais* and key works in history education, it argues that history can be used to interpret themes such as democracy, Europe and sustainability. The discipline's interdisciplinary nature is discussed as both an opportunity for dialogue among fields and a challenge for educating critical citizens.

Keywords: vocational education; history education; critical citizenship; interdisciplinarity.

Resumen: Este artículo analiza la asignatura *Área de Integração* en la educación profesional portuguesa como un espacio para el desarrollo de la alfabetización histórica y la ciudadanía crítica. A partir de las *Aprendizagens Essenciais* y de autores de didáctica de la historia, se sostiene que la historia puede emplearse para interpretar temas como la democracia, Europa y la sostenibilidad. Se discute la interdisciplinariedad como oportunidad de diálogo y como desafío educativo.

Palabras clave: educación profesional; didáctica de la historia; ciudadanía crítica; interdisciplinariedad.

Résumé: Cet article analyse la discipline *Área de Integração* dans l'enseignement professionnel portugais comme un espace de développement de la littératie historique et de la citoyenneté critique. En s'appuyant sur les *Aprendizagens Essenciais* et sur des travaux en didactique de l'histoire, il soutient que l'histoire peut servir à interpréter des thèmes tels que la démocratie, l'Europe et la durabilité. L'interdisciplinarité est discutée comme une opportunité de dialogue et un défi pour la formation citoyenne.

Mots-clés: enseignement professionnel; didactique de l'histoire; citoyenneté critique; interdisciplinarité.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o ensino profissional consolidou-se como uma das vias mais expressivas do ensino secundário em Portugal. De acordo com o relatório *Portugal 2024 – Educação em Números*, elaborado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), em 2022/2023, encontravam-se matriculados em cursos profissionais 111.298 alunos (DGEEC, 2024: 38). No arranque do ano letivo seguinte, 2023/2024, o portal Pessoas2030 contabilizava cerca de 58.528 alunos inscritos nos cursos profissionais, correspondendo ao número de estudantes que ingressaram no 1.º ano dessa via de ensino (Pessoas2030, 2023). A Fundação Francisco Manuel dos Santos estima que esta via represente cerca de 40% das matrículas no ensino secundário, o que comprova que deixou de ser uma opção residual para se tornar uma escolha de grande impacto no sistema educativo (FFMS, 2023).

Esta dimensão quantitativa reflete também uma realidade social: os cursos profissionais atraem uma população escolar heterogénea, muitas vezes marcada por trajetórias de insucesso ou afastamento das vias científico-humanísticas. Ao contrário do que sucede nestas vias, o ensino profissional não inclui qualquer disciplina obrigatória de História. E mesmo no ensino científico-humanístico, apenas o curso de Línguas e Humanidades integra a disciplina de História A como formação específica obrigatória; nas restantes variantes (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais), a presença da História é opcional ou inexistente.

O resultado é que uma parte significativa dos jovens portugueses conclui a escolaridade secundária sem qualquer contacto sistemático com o ensino da História. Esta ausência não é irrelevante: a História desempenha um papel central na formação cívica e cultural, pois permite compreender a complexidade das sociedades humanas, analisar a diversidade de perspetivas, problematizar continuidades e ruturas e desenvolver uma consciência crítica sobre o passado e as suas ressonâncias no presente. Excluir sistematicamente muitos jovens do contacto com a História no ensino secundário é, portanto, uma limitação séria do currículo, que pode comprometer a formação integral dos alunos.

É neste contexto que ganha destaque a disciplina de Área de Integração (AI), inscrita na componente de formação sociocultural dos cursos profissionais. Embora não seja formalmente uma disciplina de História, Área de Integração foi concebida para articular

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

saberes das Ciências Sociais e Humanas em torno de 27 temas-problema, dos quais os professores selecionam 18 a desenvolver ao longo do ciclo. Estes temas abordam problemáticas como a democracia, as migrações, a interculturalidade, a marginalização social ou o desenvolvimento sustentável – áreas que convocam inevitavelmente a História como linguagem crítica e como recurso para compreender o presente.

A disciplina de Área de Integração distingue-se ainda pela sua natureza metodológica. O programa sugere que o trabalho deve “assentar numa metodologia ativa, valorizando o projeto, o debate, a pesquisa e a ligação entre os saberes escolares e a experiência de vida dos alunos” (Ministério da Educação, 2001: 5). Esta lógica aproxima-se dos pressupostos da educação histórica, que privilegia a análise de fontes, a interpretação crítica de narrativas, a construção de empatia histórica e a reflexão ética.

Neste quadro, o papel dos professores de História mostra-se particularmente relevante. Sendo chamados a lecionar Área de Integração, estes docentes podem mobilizar as competências próprias da didática da História para transformar a disciplina num espaço de cidadania crítica, reforçando a autoestima dos alunos, a sua capacidade de questionamento e o seu sentimento de pertença. Assim, mesmo sem uma disciplina formal de História no currículo, é possível que os alunos do ensino profissional acedam a experiências de literacia histórica, desenvolvendo ferramentas para compreender e intervir na sociedade democrática.

O presente artigo parte, por isso, de uma dupla constatação: por um lado, a centralidade crescente do ensino profissional no panorama educativo português; por outro, a ausência de História nos seus currículos formais. A partir desta “tensão”, pretende-se analisar a disciplina de Área de Integração como espaço pedagógico privilegiado para trabalhar competências de pensamento histórico e de cidadania crítica. O objetivo é demonstrar que Área de Integração, pela sua interdisciplinaridade e abertura metodológica, constitui uma oportunidade significativa para garantir que todos os jovens, independentemente da via de ensino seguida, tenham acesso a aprendizagens históricas que os ajudem a compreender o passado e construir um presente mais justo e democrático.

2. Objetivos e metodologia

Este texto tem como objetivo geral analisar a disciplina de Área de Integração, no ensino profissional, enquanto espaço com potencial para o desenvolvimento do pensamento histórico e promoção de uma cidadania crítica, sobretudo junto de alunos que, nos seus percursos escolares, não beneficiam de um contacto sistemático com a disciplina de História. Partindo desta intenção geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

(i) discutir a pertinência da educação histórica em contextos curriculares não disciplinares;

(ii) analisar o enquadramento curricular e pedagógico da disciplina de Área de Integração à luz dos princípios subjacentes à sua criação e das Aprendizagens Essenciais;

(iii) evidenciar, a partir da análise de temas-problema da disciplina, de que modo os conceitos estruturantes do pensamento histórico podem ser mobilizados para a compreensão crítica de problemas contemporâneos;

(iv) refletir sobre os desafios e potencialidades da interdisciplinaridade no ensino profissional, com particular atenção ao contributo específico da didática da História.

Do ponto de vista metodológico, o artigo inscreve-se numa abordagem qualitativa de natureza teórico-interpretativa. Trata-se de um estudo de carácter conceptual e analítico, que não recorre a investigação empírica, mas que se apoia em três eixos principais de análise. Em primeiro lugar, procede-se a uma análise documental de referenciais curriculares e normativos, com destaque para os programas e Aprendizagens Essenciais da disciplina de Área de Integração, bem como para documentos estruturantes das políticas educativas relativas ao ensino profissional. Em segundo lugar, mobiliza-se literatura científica da área da didática da História, articulando contributos nacionais e internacionais sobre pensamento histórico, literacia histórica e cidadania crítica. Em terceiro lugar, desenvolve-se uma análise interpretativa de exemplos de temas-problema da disciplina, entendidos não como estudos de caso empíricos, mas como ilustrações analíticas das possibilidades didáticas oferecidas pelo currículo.

Esta opção metodológica permite articular reflexão teórica, enquadramento curricular e análise didática, procurando contribuir para a compreensão do papel da História em contextos educativos não disciplinares. Ao assumir explicitamente a natureza reflexiva e interpretativa do trabalho, o artigo pretende abrir pistas de reflexão e investigação

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

futura sobre a disciplina de Área de Integração, sem pretender apresentar resultados generalizáveis, mas antes problematizar práticas, conceitos e possibilidades pedagógicas num campo ainda pouco explorado pela investigação em didática da História.

3. Educação histórica, literacia e cidadania crítica em contextos não disciplinares

3.1 Educação histórica em espaços não disciplinares

A educação histórica não se limita às disciplinas canónicas de História, mas deve ser entendida como um conjunto de práticas cognitivas e sociais que permitem interpretar o passado, compreender o presente e projetar cenários possíveis. Como sublinha Wineburg (2001: 7), pensar historicamente é um ato contraintuitivo, que exige colocar de lado as certezas do presente para tentar compreender o passado nos seus próprios termos. Esta ideia continua a ser central para legitimar a pertinência de trabalhar História em contextos não disciplinares, como em Área de Integração.

Seixas e Morton (2013), no quadro dos *Big Six Historical Thinking Concepts*, sistematizaram os elementos nucleares do pensamento histórico: 1) significância histórica, 2) evidência, 3) continuidade e mudança, 4) causas e consequências, 5) perspetiva histórica e 6) dimensão ética. Estes conceitos fornecem um referencial que pode ser mobilizado em diferentes disciplinas e contextos educativos.

Na mesma linha, investigações recentes têm reforçado a importância de integrar o pensamento histórico em propostas curriculares inovadoras. VanSledright (2014) destacou a necessidade de desenvolver uma competência histórica que vá além da mera acumulação de factos, defendendo a sua integração em aprendizagens críticas e reflexivas. Lévesque e Clark (2018) insistem na articulação entre pensamento histórico e consciência histórica, sublinhando que ambos constituem dimensões complementares na formação de cidadãos.

A investigação tem vindo a demonstrar que o ensino explícito de estratégias de análise histórica potencia não apenas a compreensão do passado, mas também a motivação e a capacidade crítica dos alunos (Gómez *et. al.*, 2014; Rodríguez-Medina *et al.*, 2020; Gómez & Sáiz, 2022). Como afirmam Gómez Carrasco *et al.* (2021: 74), “el pensamiento histórico no solo mejora la comprensión del pasado, sino que contribuye a que el alumando desarrolle competencias críticas necesarias para interpretar la sociedad actual”.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Neste quadro, Chaparro Sáinz *et al.* (2020: 16) defendem que o pensamento histórico deve ser entendido como um enquadramento didático que articula diversas competências analíticas e críticas, salientando que “dichas destrezas no son innatas; por lo tanto, deben adquirirse y desarrollarse en el aula”. Esta perspetiva reforça a necessidade de conceber a didática da História como um campo em permanente atualização, capaz de integrar dimensões como a consciência temporal, os usos públicos da História e a literacia digital, em articulação com os desafios de uma cidadania democrática no século XXI.

Estes resultados sustentam a pertinência de considerar a disciplina de Área de Integração, nos cursos profissionais, como um espaço alternativo para a educação histórica, ainda que fora da moldura disciplinar tradicional.

3.2. Literacia histórica e cidadania crítica

O conceito de literacia histórica está hoje consolidado como um dos eixos centrais da educação histórica. Seixas e Morton (2013) defendem que a literacia histórica consiste na capacidade de compreender como é que o passado é conhecido, como é interpretado e como influencia as sociedades contemporâneas. Na verdade, o pensamento histórico não é uma lista de factos, mas um conjunto de ferramentas cognitivas que permitem compreender o passado e usar esse conhecimento no presente.

Esta literacia histórica tem uma relação intrínseca com a cidadania crítica. Como afirmam Barton e Levstik (2004: 40), “From our perspective, history’s place in the curriculum must be justified in terms of its contribution to democratic citizenship – citizenship that is participatory, pluralist, and deliberative – and its practices must be structured to achieve that end”. Esta linha de pensamento foi retomada por investigações mais recentes, das quais se destaca a de Gómez e Sáiz (2022), que argumentam que a consciência histórica é inseparável da identidade cívica, pois implica compreender como diferentes narrativas do passado se articulam com memórias coletivas e projetos sociais. Tirado-Olivares *et al.* (2024) demonstram que trabalhar as competências do pensamento histórico de forma sistemática tem efeitos positivos no desempenho escolar e na predisposição para a participação cidadã.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Assim, literacia histórica e cidadania crítica são dimensões indissociáveis. Ao permitir que os alunos problematizem as narrativas históricas, a educação histórica em contextos não disciplinares, como Área de Integração, pode reforçar a autoestima dos estudantes, dar sentido às suas experiências e fomentar a participação democrática.

3.3. Interdisciplinaridade e currículo nos cursos profissionais

Área de Integração foi concebida como disciplina explicitamente interdisciplinar, estruturada em torno de 27 temas-problema, que articulam saberes de História, Filosofia, Sociologia, Geografia e Economia. O programa oficial sublinha que a disciplina de Área de Integração deve “proporcionar uma formação global, crítica e integrada, contribuindo para que os alunos compreendam a complexidade do mundo em que vivem e sejam capazes de intervir de forma responsável” (Ministério da Educação, 2001: 3).

Esta lógica aproxima-se daquilo que Goodson (1997) descreveu como uma reconcepção do currículo enquanto construção social sujeita a transformação, e que Stenhouse (1975) antecipou ao defender currículos organizados em torno de problemas e não de conteúdos estanques. Mais recentemente, Rodríguez Pérez *et al.* (2024) mostraram que projetos interdisciplinares baseados em problemas reais favorecem aprendizagens mais significativas, particularmente em contextos de ensino profissional e prático.

Ao propor a integração de diferentes áreas de saber, a disciplina de Área de Integração rompe com a compartimentação curricular e oferece condições propícias ao desenvolvimento da literacia histórica e da cidadania crítica. Esta abordagem permite valorizar as experiências concretas dos alunos e transformá-las em oportunidades para aprender passados complexos e multidimensionais.

4. Contextualização do ensino profissional em Portugal e a emergência da disciplina de Área de Integração

O percurso do ensino técnico-profissional (ETP) em Portugal tem uma longa história de avanços e recuos, ligada à evolução política, económica e social do país (Carvalho, 1998; Gregório, 2020). Historicamente associada aos grupos sociais mais desfavorecidos (Azevedo, 1987), esta via de ensino carregou durante décadas um forte estigma social.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Após Abril de 1974, num esforço de democratização do ensino, o ensino técnico foi extinto e o ensino secundário unificado (Carvalho, 1998; Azevedo, 2019). Esta unificação adotou o modelo tradicional do ensino liceal – excessivamente teórico, abstrato, seletivo e livresco –, o que acabou por agravar os problemas de insucesso e abandono escolar (Azevedo, 2019; Gregório, 2020). Por outro lado, reforçou o estigma: “o abandono pela instituição escolar da formação de futuros operários tende, só por si, a reforçar a desvalorização do trabalho manual, característica das nossas sociedades” (Grácio, 1983: 1).

A década de 1980 marcou um ponto de viragem, impulsionado por um conjunto de pressões internas e externas. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, evidenciou o “atraso educacional estrutural” do país. A taxa real de escolarização no ensino secundário era de apenas cerca de 19,5%, e a via única de acesso, o ensino secundário geral, funcionava como um “corredor asfixiante e social e culturalmente seletivo” (Antunes, 2019; Azevedo, 2019). O abandono e o insucesso escolar atingiam níveis alarmantes e o desemprego jovem era uma realidade preocupante (Azevedo, 1987, 2019).

Neste cenário, a necessidade de reformar o sistema educativo era consensual entre diversas forças políticas e sociais (Azevedo, 2019). As associações empresariais clamavam pela qualificação de técnicos intermédios (Azevedo, 1987, 2019), e organizações internacionais, como a OCDE, sugeriam a criação de um ensino que aproximasse os jovens “da vida ativa e do mundo do trabalho” (Azevedo, 1987, 2019). Em outubro de 1983, foi relançado o Ensino Técnico Profissional através do Despacho Normativo n.º 194-A/83, numa “experiência pedagógica” (Carvalho, 1998: 83) que, embora incipiente, sinalizava a vontade política de mudança. No entanto, esta reforma não teve o sucesso esperado, em parte pela sua fraca procura social e pela persistência de uma mentalidade que valorizava o ensino superior como a via natural de progressão (Antunes, 2019).

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) foi o marco legal que abriu caminho para a grande reforma que se seguiria. Esta lei já previa, no seu artigo 9.º, a necessidade de “favorecer a orientação e a formação profissional dos jovens através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho” (Lei n.º 46/86, 1986). Definia também que o ensino secundário se

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

deveria organizar em formas diferenciadas, com cursos orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos.

Foi neste contexto de urgência e sob o impulso da Lei de Bases de 1986 que, entre 1987 e 1989, uma equipa liderada pelo então Ministro da Educação, Roberto Carneiro, e que incluía Joaquim Azevedo, trabalhou na formulação de uma nova medida de política educativa (Azevedo, 2019). Esta medida culminou na publicação do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, que criou as escolas profissionais. Esta foi uma “inovação educacional” (Azevedo, 2019: 13) que procurou responder a múltiplos desafios:

- Combater o insucesso e o abandono escolar, oferecendo uma alternativa ao ensino de matriz liceal que se revelava desmotivador para muitos jovens (Azevedo, 2019; Gregório, 2020);
- Democratizar o acesso à educação, diversificando a oferta formativa e criando “novas oportunidades de realização pessoal e profissional para muitos milhares de jovens” (Correia *et al.*, 1993: 170; Azevedo, 2019: 12);
- Responder às necessidades do mercado de trabalho, que necessitava urgentemente de técnicos intermédios qualificados (Azevedo, 2019);
- Promover a qualificação dos portugueses, num momento crucial da integração europeia (Azevedo, 2019).

Para garantir o sucesso da medida, as novas escolas seriam desenvolvidas por iniciativa da sociedade civil (autarquias, empresas, sindicatos), em cooperação com o Estado, num modelo de “regulação conjunta” (Azevedo, 2019: 14). Teriam autonomia pedagógica, administrativa e financeira, com liberdade para contratar os seus professores e formadores. A sua qualificação seria equivalente ao 12.º ano de escolaridade, garantindo o acesso ao ensino superior para combater a discriminação de percursos e a estigmatização do passado (Azevedo, 2019). O modelo pedagógico era, por si só, uma novidade: escolas de pequena dimensão, com um ensino personalizado e assente numa aprendizagem modular (Azevedo, 2019; Orvalho, 2019). Para apoiar a implementação desta política, foi criado um serviço central dedicado, o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) (Azevedo, 2019; Gregório, 2020).

A estrutura curricular dos novos cursos profissionais, criada em 1989, radicava em três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica (Barreiro & Mogarro,

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

2020). Foi na componente de formação sociocultural que, em 1990, surgiu a disciplina de Área de Integração (Programa de Área de Integração, 2004/2005; Joaquim, 2018).

A sua conceção reflete os princípios fundadores do próprio ensino profissional: ser uma área de saberes interdisciplinares e transversais, com o objetivo de integrar competências e promover uma melhor compreensão do mundo contemporâneo (AE - Área de Integração, s/d.). Área de Integração foi desenhada como uma “disciplina de integração”, uma “confluência de vários saberes” que procurava reduzir a dispersão disciplinar e integrar as aprendizagens práticas numa abordagem cultural mais ampla e potenciadora de sentido (Azevedo, 2019: 15).

O programa da disciplina, considerado inovador, assenta em metodologias ativas, como o trabalho de projeto, que procuram desenvolver nos alunos a curiosidade, o desejo de experimentar, a autonomia, o espírito crítico e a capacidade de cooperar e partilhar (AE - Área de Integração, s/d; Joaquim, 2018). Esta orientação aproxima Área de Integração das propostas da pedagogia crítica (Freire, 1970; Giroux, 2011), que defendem a articulação entre experiência de vida, problematização do mundo e emancipação cívica.

Área de Integração distingue-se, assim, das disciplinas convencionais por se organizar em torno de temas-problema e não de conteúdos estanques. São 27 temas, distribuídos pelas dimensões *Pessoa, Sociedade e Mundo*, dos quais cada escola e professor devem selecionar 18 a desenvolver ao longo do ciclo formativo. A lógica é a de uma disciplina escolar interdisciplinar, que integra saberes da História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Economia.

É importante destacar que a criação de Área de Integração respondeu também a um dilema curricular. Por um lado, os cursos profissionais deveriam incluir uma formação de base comum, que garantisse a cidadania e a inserção social dos alunos. Por outro, não se pretendia sobrecarregar o currículo com disciplinas canónicas tradicionais, consideradas pouco adaptadas à população escolar que frequentava este tipo de via. A disciplina de Área de Integração representou, portanto, uma solução híbrida: uma disciplina transversal que não reproduzia simplesmente os conteúdos das áreas científicas, mas procurava integrar saberes em torno de problemáticas socialmente relevantes: “[...] na disciplina de Área de Integração a transversalidade e o encontro de conhecimentos de diferentes áreas

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

disciplinares conjugam-se para desenvolver nos jovens a capacidade de aquisição de competências que lhes permitem compreender as sociedades contemporâneas, cada vez mais complexas, de modo a formar cidadãos informados, conscientes e intervenientes” (DGE, 2018: 1).

Neste sentido, os princípios de Área de Integração procuram estar diretamente relacionados com o perfil dos alunos do ensino profissional. Trata-se de uma população numerosa, frequentemente marcada por trajetórias escolares descontinuadas, que muitas vezes não teve contacto sistemático com a História ao longo do ensino básico e que, no ensino secundário, se encontra numa via em que esta disciplina está ausente. Assim, Área de Integração torna-se um espaço fundamental para assegurar oportunidades de contacto com problemáticas históricas e sociais, constituindo uma via privilegiada para desenvolver literacia histórica e cidadania crítica em contextos não disciplinares.

5. Uma estrutura “problemática”

A disciplina de Área de Integração foi inicialmente concebida através do Programa de 2004/2005, mas o seu desenvolvimento foi consolidado pelas Aprendizagens Essenciais (2018, atualizadas em 2020), que lhe conferiram um enquadramento mais coerente com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (2017). Nas Aprendizagens Essenciais, Área de Integração mantém-se organizada em 27 temas-problema, distribuídos pelas áreas *Pessoa, Sociedade e Mundo*. Contudo, introduz-se um reforço claro da intencionalidade educativa: a disciplina deve promover competências transversais de pensamento crítico, resolução de problemas, autonomia e cidadania democrática (Direção-Geral da Educação, 2018).

O documento estabelece, de forma explícita, que Área de Integração não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui um espaço de construção de sentido. A estrutura curricular da disciplina é modular e de grande flexibilidade, concebida para se adaptar à diversidade de cursos, turmas e contextos locais (Programa de Área de Integração, 2004/2005: 2, 4). O programa organiza-se em torno de três grandes áreas de saber designadas por *A Pessoa, A Sociedade e O Mundo* (Programa de Área de Integração, 2004/2005: 3; DGE, 2018: 4). Cada uma destas áreas subdivide-se em três Unidades Temáticas, que, por sua vez, se compõem de três temas-problema, resultando num universo

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

de 27 temas à escolha (DGE, 2018: 4, 6-8). Ao longo do percurso de três anos, os alunos devem completar seis módulos, sendo lecionados dois módulos por ano (Programa de Área de Integração, 2004/2005: 3; DGE, 2018: 4). A seleção e organização dos 18 temas a lecionar ao longo do ciclo de formação são da responsabilidade dos professores, que devem considerar o Perfil Profissional do curso e os interesses dos alunos, procurando sempre uma linha de coerência interna em cada módulo (Programa de Área de Integração, 2004/2005: 4, 6; DGE, 2018: 5).

As orientações metodológicas de Área de Integração, presentes nas Aprendizagens Essenciais, privilegiam estratégias ativas, desenhadas para estimular a curiosidade, a iniciativa, a criatividade e a cooperação (DGE, 2018: 3). O programa foi concebido para ser trabalhado num ambiente metodológico de projeto, onde as competências cognitivas são desenvolvidas em simultâneo com as socio-afetivas (Programa de Área de Integração, 2004/2005: 4). A interdisciplinaridade assume-se como uma dimensão essencial, incentivando a articulação com outras disciplinas e componentes curriculares, como os Domínios de Autonomia Curricular e Cidadania e Desenvolvimento (DGE, 2018: 13). Esta articulação pode traduzir-se em Trabalhos de Projeto ou na Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas, rentabilizando os contextos de aprendizagem específicos de cada curso profissional (DGE, 2018: 13–14). As Ações Estratégicas de Ensino propostas são diversificadas e orientadas para o desenvolvimento do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Exemplos incluem a discussão de temas a partir de diferentes tipologias de fontes, a investigação em bases de dados, a elaboração de mapas mentais, a dramatização de situações e a realização de visitas de estudo (DGE, 2018: 22-23, 29-31).

A avaliação das aprendizagens é concebida para ser coerente com a metodologia da disciplina, pautando-se pela utilização de procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados que variam em função das situações de aprendizagem (DGE, 2018: 14). A avaliação formativa é a modalidade principal, permitindo obter informação sistemática para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem (DGE, 2018: 15). No final de cada módulo, realiza-se a avaliação sumativa, que se traduz num juízo global sobre as aprendizagens com vista à tomada de decisão sobre a aprovação e progressão do aluno (DGE, 2018: 15). Os instrumentos sugeridos são variados e incluem grelhas de registo e fichas de observação para aferir competências de oralidade e de trabalho colaborativo,

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

bem como a análise dos produtos realizados pelos alunos, como sínteses escritas, dramatizações ou apresentações digitais (DGE, 2018: 25-26, 32). A avaliação foca-se não apenas nos conhecimentos, mas também na mobilização de competências de resolução de problemas, pensamento crítico, autonomia pessoal e intervenção social, sendo a definição dos parâmetros concretos da responsabilidade pedagógica de cada escola (DGE, 2018: 16, 26, 224).

6. Área de Integração como espaço didático: chamar a História

Apesar de não ser uma disciplina de História, Área de Integração contém um elevado potencial para o trabalho de literacia histórica e para a formação de uma cidadania crítica. Muitos dos temas-problema remetem direta ou indiretamente para processos históricos e para a análise de fenómenos sociais em perspetiva diacrónica. A seguir, analisam-se três exemplos, um de cada área, para mostrar como os conceitos estruturantes do pensamento histórico (Wineburg, 2001; Seixas & Morton, 2013) podem ser aplicados neste contexto.

6.1. Área Pessoa – A construção da democracia

O tema *A construção da democracia* propõe que os alunos analisem fontes de natureza diversa para compreender o processo histórico da democratização. As Aprendizagens Essenciais especificam que o objetivo é “analisar fontes de natureza diversa, essenciais para compreender o processo de construção da democracia, a nível nacional e mundial, de forma a desenvolver linhas de reflexão sobre os valores e as práticas democráticas ao longo do devir histórico, situando cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorrem” (DGE, 2018: 17).

A análise histórica pode ser estruturada a partir das competências do pensamento histórico. O conceito de evidência exige que os alunos confrontem diferentes tipos de fontes – constituições, cartazes, imprensa, testemunhos orais do período pós-25 de Abril – e avaliem a sua fiabilidade e intencionalidade. A dimensão de continuidade e mudança permite situar o alargamento do sufrágio e a conquista de direitos políticos em longas durações, identificando pontos de rutura, como a Revolução de 1820, o Estado Novo e a transição democrática de 1974-1976. A análise das causas e consequências coloca em

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

diálogo fatores estruturais (contexto económico, pressões internacionais) com a agência de movimentos sociais e políticos.

Um aspeto decisivo é a perspetiva histórica: compreender como as experiências de mulheres, trabalhadores ou minorias foram representadas (ou silenciadas) ao longo destes processos. Finalmente, a dimensão ética abre espaço para a discussão crítica de práticas autoritárias, de repressão ou exclusão, distinguindo o juízo moral do exercício de explicação histórica.

A metodologia ativa, preconizada pelas Aprendizagens Essenciais, pode concretizar-se através de projetos em que os alunos elaborem debates simulando diferentes perspetivas, construam quadros comparativos de regimes políticos ou desenvolvam apresentações digitais baseadas em fontes primárias. Como sublinha Wineburg (2001: 7), “pensar historicamente é desafiar o senso comum e procurar compreender o passado nos seus próprios termos”. Ao fazê-lo, os alunos não apenas estudam História, mas exercitam competências essenciais para a sua cidadania.

6.2. Área Sociedade – O trabalho, a sua evolução e estatuto no Ocidente

Na área *Sociedade*, destaca-se o tema *O trabalho, a sua evolução e estatuto no Ocidente*. As Aprendizagens Essenciais incluem-no na unidade sobre o “mundo do trabalho”, sublinhando que o objetivo é analisar a evolução histórica do trabalho e compreender as transformações sociais e económicas associadas.

A aplicação das competências do pensamento histórico permite estruturar a análise de forma rigorosa. A significância histórica coloca os alunos perante a questão: por que é que a transição do trabalho artesanal para a industrialização, e desta para o trabalho digital e globalizado, é relevante para compreender a sociedade contemporânea? A continuidade e mudança permitem acompanhar o percurso das condições de trabalho, desde as fábricas do século XIX até às plataformas digitais do presente, identificando permanências (desigualdade, exploração) e ruturas (novas tecnologias, precariedade).

O trabalho com fontes pode incluir legislação laboral, estatísticas salariais, relatórios de inspeção fabril, imprensa ou imagens de trabalhadores em diferentes contextos. A dimensão de causas e consequências leva os alunos a relacionar transformações tecnológicas, económicas e políticas com mudanças sociais profundas. Já a perspetiva histórica

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

implica o confronto de narrativas divergentes: empregadores, sindicatos, trabalhadores homens e mulheres, migrantes ou jovens. Finalmente, a dimensão ética pode ser mobilizada em debates sobre o trabalho infantil ou as condições de exploração, sempre distinguindo explicação histórica de juízo moral.

Metodologias como entrevistas a trabalhadores de diferentes gerações, visitas a museus do trabalho ou análise de fontes locais reforçam a ligação entre a escola e a comunidade. As Aprendizagens Essenciais sublinham a importância do trabalho de projeto, da análise de situações concretas e da mobilização de saberes para resolver problemas reais. A evolução histórica do trabalho torna-se, assim, uma oportunidade para os alunos refletirem sobre o seu futuro profissional e sobre a construção de uma sociedade mais justa.

6.3. Área Mundo – Das Economias-mundo à Economia Global

No domínio *Mundo*, o tema *Das Economias-mundo à Economia Global* convida a analisar “distintas formas de organização da economia mundial, da época da expansão europeia até à atualidade” e a relacionar processos de longa duração com “os desafios da globalização, da desigualdade, da exploração e da exclusão social” (DGE, 2018: 84).

Este tema permite aplicar o conceito de continuidade e mudança de forma exemplar: da economia mercantil do século XVI, passando pela “primeira globalização” do século XIX, até à economia digital contemporânea. A dimensão de significância histórica coloca a questão de saber porque é que momentos como a Revolução Industrial ou a criação da União Europeia foram transformadores para a economia global.

O trabalho com evidência pode incluir mapas de rotas comerciais, dados estatísticos de fluxos internacionais, tratados como Bretton Woods ou o GATT/OMC, e documentos de organizações internacionais. A perspetiva histórica exige considerar narrativas alternativas às eurocêtricas, incluindo a visão do “Sul Global” e o papel de Portugal enquanto país periférico e ex-colonial. A dimensão ética conduz os alunos a debater questões como o consumo responsável, a justiça climática e a desigualdade global.

As metodologias sugeridas pelas Aprendizagens Essenciais podem passar pela análise crítica de um produto global (como uma peça de vestuário ou um telemóvel), reconstruindo a sua cadeia de produção histórica; pela comparação entre editoriais de diferentes épocas sobre comércio internacional; ou pela realização de debates sobre globalização

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

versus protecionismo. Estes exercícios permitem, como defendem Seixas e Morton (2013), que os alunos mobilizem o passado para interpretar criticamente o presente e tomar decisões responsáveis.

7. História onde menos se espera: a literacia histórica em temas do quotidiano

À primeira vista, nem todos os temas-problema de Área de Integração parecem convocar diretamente a História. Questões como a estrutura familiar, a cidadania europeia ou o desenvolvimento sustentável remetem, muitas vezes, para áreas como a Sociologia, o Direito ou as Ciências Naturais. No entanto, uma leitura atenta das Aprendizagens Essenciais revela que estes tópicos também podem – e devem – ser mobilizados a partir das ferramentas do pensamento histórico.

Afinal, compreender as transformações das formas de organização familiar, os debates em torno da integração europeia ou os desafios globais da sustentabilidade implica analisar continuidades e mudanças, reconhecer a diversidade de perspetivas, avaliar a dimensão ética das escolhas humanas e interpretar fontes de natureza diferente. Em suma, mesmo em terrenos aparentemente afastados da História “clássica”, é possível cultivar a literacia histórica e formar cidadãos críticos, capazes de situar-se no tempo e de refletir sobre o impacto do passado no presente e nas decisões do futuro.

7.1. Área Pessoa – Estrutura familiar e dinâmica social

Nas Aprendizagens Essenciais, o tema-problema *Estrutura familiar e dinâmica social* propõe que os alunos analisem a família como instituição em mudança, cruzando dimensões pessoais, culturais e sociais. O documento destaca a importância de reconhecer que as formas familiares não são estáticas, mas resultam de contextos históricos, sociais e culturais que moldam práticas e relações (DGE, 2018).

O pensamento histórico é aqui essencial. A continuidade e mudança permitem observar como o modelo familiar evoluiu: da família extensa rural à família nuclear urbana, e desta às novas formas familiares contemporâneas (monoparentais, recombinações, homoparentais). A significância histórica pode ser explorada a partir de momentos-chave – como a Transição Demográfica, a legislação sobre casamento e divórcio ou a Revolução de 1974 e as mudanças nos direitos de família.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Trabalhar com evidências implica analisar fontes como registos paroquiais, censos, legislação civil, fotografias de diferentes épocas ou testemunhos orais. A perspetiva histórica ajuda os alunos a perceber que o conceito de família varia segundo o tempo, o espaço e a cultura. A dimensão ética conduz ao debate sobre inclusão e direitos, distinguindo explicação histórica de juízo normativo. Assim, ainda que o tema pertença à esfera da Sociologia, o seu tratamento em Área de Integração pode consolidar competências centrais de literacia histórica.

7.2. Área Sociedade – A integração no espaço europeu

O tema-problema *A integração no espaço europeu* desafia os alunos a compreenderem a diversidade geográfica, económica, social e cultural da União Europeia, relacionando-a com as consequências concretas da adesão portuguesa. Mais do que uma descrição institucional, a abordagem torna-se mais significativa quando se mobilizam as competências do pensamento histórico. A análise de fontes como os tratados de Roma, Maastricht ou Lisboa, de cartazes de campanhas eleitorais e de estatísticas económicas permite trabalhar a evidência histórica e questionar a forma como o processo de integração tem sido narrado e legitimado.

A noção de continuidade e mudança ajuda os alunos a perceber que a ideia de Europa não foi estática: passou de um espaço marcado por guerras e rivalidades a um projeto de cooperação, embora persistam tensões entre soberania nacional e integração supranacional. A causalidade histórica reforça esta leitura, permitindo compreender como a devastação da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de reconstrução económica e a Guerra Fria foram fatores decisivos que impulsionaram o processo de unificação.

Este tema também convoca a perspetiva histórica, uma vez que a experiência da integração não é vivida de forma idêntica por todos os Estados e cidadãos. Considerar as vozes dos países periféricos, dos eurocéticos ou das comunidades que beneficiaram de fundos estruturais, mas que também enfrentam desigualdades persistentes favorece a empatia e o reconhecimento da pluralidade de olhares. Ao mesmo tempo, a dimensão ética convida a refletir sobre valores como a solidariedade, a coesão territorial e a responsabilidade partilhada diante de crises comuns, como as migrações ou as alterações climáticas.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Deste modo, o estudo da integração europeia em Área de Integração contribui para uma literacia histórica que vai além da memorização de datas ou tratados. Este exercício aproxima-se da ideia de “cidadania crítica” (Osler & Starkey, 2005), mostrando que o presente da Europa só pode ser compreendido à luz da sua construção histórica.

7.3. Área Mundo – Um desafio global: o desenvolvimento sustentável

O tema-problema *Um desafio global: o desenvolvimento sustentável* coloca os alunos perante questões que atravessam fronteiras políticas e temporais. As Aprendizagens Essenciais propõem que este tema seja abordado de forma crítica, relacionando dimensões ambientais, económicas e sociais. A História, neste caso, surge como chave para compreender as origens das atuais crises e para refletir sobre as possibilidades de futuro. Trabalhar com evidência histórica implica analisar relatórios internacionais, estatísticas de crescimento económico, imagens de campanhas ambientais ou testemunhos de populações afetadas, permitindo questionar as fontes e os interesses que as produzem.

A competência da continuidade e mudança é particularmente pertinente: a industrialização dos séculos XIX e XX trouxe progresso material, mas também consequências ambientais que se acumulam até hoje. Ao analisar estas transformações, os alunos percebem que o modelo de desenvolvimento não é inevitável, mas resultado de escolhas históricas que podem – e devem – ser repensadas. Esta leitura liga-se diretamente à causalidade, já que fatores como a exploração intensiva de recursos, o colonialismo económico ou as políticas energéticas condicionaram o presente e explicam a emergência do debate sobre sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável também exige trabalhar a perspetiva histórica, pois os seus impactos são sentidos de forma desigual em diferentes regiões e populações. Enquanto algumas comunidades beneficiam de políticas verdes e de investimento em energias renováveis, outras continuam a enfrentar os custos sociais e ambientais da exploração intensiva. Considerar estas vozes divergentes promove a empatia e ajuda os alunos a compreender que as narrativas sobre sustentabilidade são múltiplas e atravessadas por tensões globais e locais.

Por fim, a significância histórica e a dimensão ética são incontornáveis neste tema. O desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios da contemporaneidade, com

implicações decisivas para as gerações futuras. Refletir sobre a sua importância obriga a discutir valores como responsabilidade intergeracional, justiça social e solidariedade planetária. Desta forma, o estudo deste tema-problema, na disciplina de Área de Integração, transforma-se num exercício de cidadania crítica, onde os alunos desenvolvem literacia histórica e aprendem a situar-se no tempo, reconhecendo que as decisões do presente moldam o futuro comum da humanidade.

8. Discussão

A análise da disciplina de Área de Integração (AI) e dos seus temas-problema permite refletir de forma mais ampla sobre os desafios e oportunidades de ensinar História em contextos não disciplinares. Embora a disciplina de Área de Integração não tenha sido concebida como disciplina de História, a sua estrutura modular e a sua orientação para a problematização interdisciplinar abrem espaço para a mobilização de conceitos e métodos próprios da didática da História.

Um primeiro aspeto a destacar é a possibilidade de ensinar História sem a rigidez curricular das disciplinas tradicionais. A ausência de um programa fechado de conteúdos, substituído pela lógica dos temas-problema, dá aos professores maior liberdade para adaptar percursos às necessidades dos alunos e às realidades locais. Esta flexibilidade é particularmente relevante no ensino profissional, onde os jovens têm, muitas vezes, trajetórias escolares mais frágeis e se encontram afastados dos currículos canónicos. Esta abordagem alinha-se com a reconceptualização do currículo enquanto construção social sujeita a transformação, defendida por autores como Goodson (1997), e com a visão de Stenhouse (1975) de currículos organizados em torno de problemas e não de conteúdos estanques. Contudo, essa ausência de uma estrutura disciplinar rígida obriga o professor a assumir um papel ativo na seleção e na articulação dos conteúdos, tornando a intencionalidade pedagógica ainda mais visível.

Neste contexto, Área de Integração revela-se uma oportunidade para trabalhar História com jovens que, em muitos casos, “não têm História”: muitos alunos do ensino profissional não frequentaram esta disciplina no ensino básico e, no secundário, apenas o curso de Línguas e Humanidades a mantém como obrigatória. Assim, uma parte significativa da população escolar portuguesa termina a escolaridade obrigatória sem contacto

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

continuado com conteúdos e métodos históricos. A disciplina de Área de Integração pode, portanto, desempenhar uma função compensatória e democratizadora, garantindo que estes alunos não fiquem excluídos da possibilidade de desenvolver competências de pensamento e consciência histórica (Rüsen, 2004; Seixas & Morton, 2013).

Um segundo ponto fundamental é a relevância cívica do ensino da História em Área de Integração. Ao trabalhar temas como a democracia, a cidadania europeia ou o desenvolvimento sustentável, os alunos confrontam-se com problemas do presente que exigem memória histórica para serem compreendidos. Este tipo de abordagem promove a cidadania crítica (Barton & Levstik, 2004), entendida como a capacidade de usar a História para avaliar narrativas, interpretar conflitos e tomar posição fundamentada em debates públicos. Para jovens frequentemente desvalorizados pelo sistema educativo, este processo pode ter um forte impacto na autoestima e no sentido de pertença: perceber que as suas experiências podem ser ligadas a processos históricos mais amplos reforça a ideia de que também eles são sujeitos da História.

Área de Integração evidencia também as vantagens da interdisciplinaridade. Os seus temas-problema cruzam História, Sociologia, Geografia e Filosofia, o que obriga a uma visão integrada. Como defendem diversos estudos, projetos interdisciplinares baseados em problemas reais favorecem aprendizagens mais significativas, particularmente em contextos de ensino profissional (Rodríguez Pérez *et al.*, 2024). Esta abordagem aproxima os alunos da complexidade do mundo contemporâneo e desafia a compartimentação tradicional do saber escolar.

Contudo, esta abertura traz igualmente desafios. A ausência de fronteiras disciplinares claras pode levar a uma diluição da História, reduzida a mera ilustração ou contexto secundário. Para evitar este risco, é necessário que os professores assumam conscientemente o valor do pensamento histórico como contributo específico: análise crítica de fontes, multiperspetiva, compreensão da continuidade e mudança e avaliação ética. Só assim a História mantém a sua especificidade epistemológica e contribui de forma insubstituível para o projeto de Área de Integração.

Outro desafio prende-se com as condições reais do ensino profissional. Alunos com percursos de insucesso acumulado e contextos socioeconómicos vulneráveis dificultam a

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

aplicação de metodologias ativas e investigativas, como as que são centrais para o desenvolvimento do pensamento histórico (Carretero *et al.*, 2017; Metzger & Harris, 2018). A flexibilidade de Área de Integração pode converter-se, nestes casos, numa fragilidade: sem apoio e formação contínua, os docentes podem recorrer a práticas mais transmissivas que anulam o potencial transformador da disciplina. Miralles-Sánchez (2025) revela, através de observação sistemática de aulas, um “predomínio do discurso de contextualização histórica, em detrimento de atividades que promovam o pensamento histórico crítico”, mesmo em unidades didáticas desenhadas para o efeito. Isto sugere que a transição para metodologias ativas, embora desejável, não é automática e enfrenta resistências e dificuldades práticas, como já apontavam estudos de Gestsdottir *et al.* (2018) ou Monteagudo-Fernández *et al.* (2020).

Apesar destes riscos, Área de Integração oferece oportunidades únicas. Permite trabalhar a História a partir das vivências dos alunos, ligar o passado ao presente e dar sentido ao currículo em termos de cidadania. Mostra que a História não precisa de se fechar em disciplinas canónicas para ser ensinada com rigor e relevância social. Pelo contrário, pode ganhar força precisamente quando se abre a problemas que transcendem as fronteiras disciplinares e se conectam à vida dos estudantes. Com efeito, confirma que é possível ensinar “História fora da História”: não como uma cedência epistemológica, mas como afirmação de que a História, enquanto forma de pensar e interpretar o mundo, como defendia Wineburg (2001), é indispensável à formação de cidadãos críticos, informados e democraticamente comprometidos.

9. Conclusões: entre a interdisciplinaridade e os desafios em aberto

A reflexão desenvolvida neste artigo procurou evidenciar o potencial da disciplina de Área de Integração no ensino profissional, enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento do pensamento histórico e da cidadania crítica. Num contexto em que uma parte significativa dos alunos conclui a escolaridade obrigatória sem contacto sistemático com a disciplina de História, Área de Integração surge como uma “porta ao lado” que permite reintroduzir a dimensão histórica na formação dos jovens, articulando-a com problemas socialmente relevantes e com as suas experiências de vida.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

A análise do enquadramento curricular da disciplina e dos seus temas-problema permitiu demonstrar que, apesar de não se tratar de uma disciplina de História, Área de Integração oferece condições favoráveis à mobilização dos conceitos estruturantes do pensamento histórico, tal como definidos por Wineburg (2001) e Seixas e Morton (2013). Através da análise de exemplos concretos – como a construção da democracia, a evolução do trabalho ou a economia global – foi possível evidenciar que competências como a análise de evidência, a compreensão da continuidade e da mudança, a multiperspetiva e a reflexão ética podem ser trabalhadas de forma rigorosa em contextos curriculares não disciplinares.

Esta leitura converge com a literatura que sublinha a centralidade da História na formação da cidadania democrática (Barton & Levstik, 2004) e com análises críticas sobre o ensino secundário e o ensino profissional em Portugal, que evidenciam simultaneamente processos de democratização e persistência de desigualdades (Antunes, 2019; Azevedo, 2019). Ao situar Área de Integração neste quadro mais amplo, o artigo contribui para a valorização da disciplina enquanto espaço de formação cultural e cívica, e não apenas como área transversal de conteúdos difusos.

Importa, contudo, reconhecer os limites desta reflexão. Trata-se de um estudo de natureza teórico-interpretativa, que não analisa práticas letivas concretas nem recorre a dados empíricos sobre o modo como a disciplina é efetivamente ensinada em diferentes contextos escolares. A diversidade de perfis dos docentes que lecionam Área de Integração, bem como as condições reais do ensino profissional, levantam questões que não puderam ser aprofundadas neste trabalho.

Esses limites apontam, simultaneamente, caminhos para investigações futuras. Estudos empíricos que analisem práticas de ensino em Área de Integração, que comparem abordagens de professores com diferentes formações-base ou que explorem o diálogo entre distintas didáticas disciplinares poderão aprofundar a compreensão do papel desta disciplina no desenvolvimento do pensamento histórico e da cidadania crítica. Ao abrir estas pistas, o artigo reafirma a ideia de que a História, enquanto forma de pensar e interpretar o mundo, pode e deve estar presente mesmo onde menos se espera – não como concessão, mas como condição essencial para a formação de cidadãos críticos e democraticamente comprometidos.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

Bibliografia

ANTUNES, Fátima (2020), “Democratização, educação profissional e ensino secundário em Portugal (2005–2018): Mudanças recentes e sentidos incertos” in R. Barros, P. G. Lima e M. Azevedo (orgs.), *Rumos da educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil: Um balanço comparado de políticas e práticas*. Natal, Brasil: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pp. 18–31.

ANTUNES, Fátima (2019), “Formar uma elite ou educar um povo? Quarenta anos de ensino secundário em democracia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 89, pp. 53–77.
<https://doi.org/10.7458/SPP2019898702>.

AZEVEDO, Joaquim (1987), *Dificuldades de implantação social do ensino técnico em Portugal*, Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte.

AZEVEDO, Joaquim (2019), “Políticas públicas: Uma arte de promover o bem comum – O caso das escolas profissionais e do ensino profissional” in L. Orvalho, J. M. Alves e J. Azevedo (coords.), *30 anos de Ensino Profissional: Perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro*, Porto, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, pp. 10–20.

BARREIRO, Cláudia B.; MOGARRO, Maria João (2020), “Docência e ensino profissional no Brasil e em Portugal”, *Educação & Sociedade*, n.º 41, pp. 1–18.

BARTON, Keith; LEVSTIK, Linda (2004), *Teaching History for the Common Good*, Mahwah, Lawrence Erlbaum.

CARREIRO, António T. (1998), *O Ensino Técnico-Profissional: Estudo comparativo das reformas de 1948, 1970/73, 1983 e 1986 no sistema educativo português*, Dissertação de Mestrado, Évora, Universidade de Évora.

CARRETERO, Mario, BERGER, Stefan; GREVER, Maria (eds.) (2017), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, Londres, Palgrave Macmillan.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

CHAPARRO SÁINZ, Álvaro, LAVADO, Pablo; ESCRIBANO, Álvaro (2020), “Educação histórica em tempos de pandemia: Uma proposta didáctica sobre el COVID-19 para la formación inicial del profesorado”, *Revista Otrats*, n.º 5, pp. 13–36.

CORREIA, José Alberto, STOLEROFF, Alan D.; STOER, Stephen R. (1993), “A ideologia da modernização no sistema educativo em Portugal”, *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 12/13, pp. 169–192.

DECRETO-LEI n.º 26/89, de 21 de janeiro, *Cria as escolas profissionais e regula o respetivo regime jurídico*, *Diário da República*, I Série, n.º 17, pp. 231–235.

DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (2018), *Aprendizagens Essenciais – Área de Integração (Ensino Profissional, nível secundário)*, Lisboa, DGE.

DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (2020), *Aprendizagens Essenciais – Área de Integração (Ensino Profissional, nível secundário)*, Lisboa, DGE.

DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2024), *Portugal 2024 – Educação em Números*, Lisboa, DGEEC.

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS (2023), *A expansão dos cursos profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no território?*, Lisboa, FFMS.

GESTSDOTTIR, Sigrún M., VAN BOXTEL, Carla; VAN DRIE, Jannet (2018), “Teaching historical thinking and reasoning: Construction of an observation instrument”, *British Educational Research Journal*, vol. 44, n.º 6, pp. 960–981.

GIROUX, Henry (2011), *On Critical Pedagogy*, Nova Iorque, Continuum.

GÓMEZ CARRASCO, Cosme Jesús, RODRÍGUEZ-MEDINA, Jaime; MIRALLES, Pedro (2021), “Pensamiento histórico y competencias cívicas”, *Revista de Estudios Sociales*, vol. 77, n.º 3, pp. 70–85.

GÓMEZ, Cosme Jesús; SÁIZ, Jorge (2022), “Historical consciousness and collective memory: Civic implications”, *Journal of Social Science Education*, vol. 21, n.º 2, pp. 45–62.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

GÓMEZ, Cosme Jesús, ORTUÑO, José; MOLINA, Sara (2014), “Enseñar pensamiento histórico en educación secundaria”, *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, vol. 28, n.º 1, pp. 67–84.

GOODSON, Ivor (1997), *The Changing Curriculum: Studies in Social Construction*, Nova Iorque, Peter Lang.

GRÁCIO, Sérgio (1983). *O recomeço do ensino profissional: Uma perspectiva sociológica*. Jornadas Democráticas. Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE). Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. <https://arquivo.amap.pt/descriptions/70542>

GREGÓRIO, Isabel S. G. (2020), *O ensino profissional em Portugal (1989–2015): Uma análise às suas dificuldades de afirmação*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade Católica Portuguesa.

LEI n.º 46/86, de 14 de outubro, *Lei de Bases do Sistema Educativo*, *Diário da República*, I Série, n.º 237, pp. 3067–3076.

LEI n.º 115/97, de 19 de setembro, *Primeira revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo*, *Diário da República*, I Série-A, n.º 215, pp. 5119–5123.

LÉVESQUE, Stéphane; CLARK, Penney (2018), “Historical thinking: Definitions and educational applications” in M. Carretero, S. Berger e M. Grever (eds.), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 119–137.

JOAQUIM, Ana Filipa (2018), *O papel do trabalho de projeto no ensino profissional da disciplina de Área de Integração*, Relatório de Estágio, Lisboa, Universidade de Lisboa.

METZGER, Scott A.; HARRIS, Lauren M. (2018), *The Wiley International Handbook of History Teaching and Learning*, Nova Iorque, Wiley.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001), *Programa da disciplina de Área de Integração – Cursos Profissionais (Nível Secundário)*, Lisboa, ME/DGFV.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

MIRALLES-SÁNCHEZ, Pedro (2025), *Diseño y evaluación de unidades formativas para la enseñanza de competencias de pensamiento histórico en educación secundaria*, Tese de Doutoramento, Murcia, Universidad de Murcia.

MONTEAGUDO-FERNÁNDEZ, José, RODRÍGUEZ-PÉREZ, Raúl, ESCRIBANO-MIRALLES, Álvaro; RODRÍGUEZ-GARCÍA, Ana M. (2020), “Percepciones de los estudiantes de educación secundaria sobre la enseñanza de la historia a través del uso de las TIC y recursos digitales”, *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, vol. 23, n.º 2, pp. 67–79.

ORVALHO, Luís (2019), “Autonomia e flexibilidade na organização e gestão curricular dos cursos profissionais: Taxonomia de Bloom revista e atualizada como instrumento de apoio à tomada de decisões” in L. Orvalho, J. M. Alves e J. Azevedo (coords.), *30 anos de Ensino Profissional: Perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro*, Porto, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, pp. 26–35.

PROGRAMA DE ÁREA DE INTEGRAÇÃO (2004/2005), Direção-Geral de Formação Vocacional.

RODRÍGUEZ PÉREZ, Raúl, LÓPEZ-GARCÍA, Javier; MIRALLES-MARTÍNEZ, Pedro (2024), “Aprendizaje interdisciplinar en la formación profesional: Un enfoque basado en problemas”, *Educación XXI*, vol. 27, n.º 1, pp. 101–122.

RÜSEN, Jörn (2004), “Historical consciousness: Narrative structure, moral function, and ontogenetic development” in P. Seixas (ed.), *Theorizing Historical Consciousness*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 63–85.

SEIXAS, Peter; MORTON, Tom (2013), *The Big Six Historical Thinking Concepts*, Toronto, Nelson.

STENHOUSE, Lawrence (1975), *An Introduction to Curriculum Research and Development*, Londres, Heinemann.

TIRADO-OLIVARES, Silvia, JIMÉNEZ MARTÍNEZ, Antonio; MIRALLES, Pedro (2024), “Pensamiento histórico y rendimiento académico: Un estudio empírico”, *Revista Española de Pedagogía*, vol. 82, n.º 293, pp. 55–74.

Cláudia Pinto Ribeiro – *Quando a História entra pela porta ao lado: pensamento histórico e cidadania em Área de Integração*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 192-220.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o5

VANSLEDRIGHT, Bruce (2014), *Assessing Historical Thinking and Understanding*, Nova Iorque, Routledge.

WINEBURG, Samuel (2001), *Historical Thinking and Other Unnatural Acts: Charting the Future of Teaching the Past*, Filadelfia, Temple University Press.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections¹

De Entroncamento a Corredor Ferroviário - A história ferroviária de Évora através das ligações ferroviárias ibéricas

D'un nœud ferroviaire à un corridor - L'histoire ferroviaire d'Évora à travers Iberian Railway Connections

De nudo ferroviario a corredor - La historia ferroviaria de Évora a través de Conexiones Ferroviarias Ibéricas

Fernanda de Lima Lourencetti
CIDEHUS-University of Évora
flima@uevora.pt

Abstract: As a contribution to expand and promote knowledge about Évora's railway heritage, at a time of modernization and cultural appreciation, this article chronicles the Évora railway junction, and presents the new railway corridor built between Sines and Madrid, to describe the current situation of the first railway infrastructure. Considering that, in parallel with the construction of the new railway line, the city is in preparation to become European Capital of Culture in 2027, this article concludes that Évora's railway history is relevant in the context of Iberian railway connections as a complement to historical transport studies of the city.

Keywords: railway history; Évora; International Southern Corridor; Railway junction; Railway corridor.

Resumo: Como um contributo para ampliar e promover o conhecimento sobre o património ferroviário de Évora, numa época de modernização e valorização cultural, este artigo começa com um relato histórico do nó ferroviário de Évora, para, posteriormente, apresentar o novo corredor ferroviário construído entre Sines e Madrid e descrever a situação atual da infraestrutura antecedente. Considerando que, paralelamente à construção da nova linha férrea, a cidade se prepara para ser Capital Europeia da Cultura em 2027, este artigo conclui que a história ferroviária de Évora é relevante no contexto das ligações ferroviárias ibéricas como complemento dos estudos históricos sobre transporte na cidade.

Palavras-chave: história ferroviária; Évora; Corredor Internacional Sul; Entroncamento ferroviário; Corredor ferroviário.

Résumé: Afin d'élargir et de promouvoir la connaissance du patrimoine ferroviaire d'Évora, à une époque de modernisation et de valorisation culturelle, cet article fait la chronique du nœud ferroviaire d'Évora, puis présente le nouveau corridor ferroviaire construit entre Sines et Madrid, afin de décrire la situation actuelle de la première infrastructure ferroviaire. Considérant que, parallèlement à la construction de la nouvelle ligne ferroviaire, la ville se prépare à devenir capitale européenne de la culture en 2027, cet article conclut que l'histoire ferroviaire d'Évora est pertinente dans le contexte des connexions ferroviaires ibériques, en complément des études historiques sur les transports de la ville.

Mots clés : histoire ferroviaire ; Évora ; Corridor Sud International ; Jonction ferroviaire ; Corridor ferroviaire.

¹ This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology, under the project UIDB/00057/2020.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Resumen: Como contribución para ampliar y promover el conocimiento del patrimonio ferroviario de Évora, en un momento de modernización y valorización cultural, este artículo hace una crónica del nudo ferroviario de Évora, y a continuación presenta el nuevo corredor ferroviario construido entre Sines y Madrid, para describir la situación actual de la primera infraestructura ferroviaria. Teniendo en cuenta que, paralelamente a la construcción de la nueva línea ferroviaria, la ciudad se prepara para convertirse en Capital Europea de la Cultura en 2027, este artículo concluye que la historia ferroviaria de Évora es relevante en el contexto de las conexiones ferroviarias ibéricas como complemento a los estudios históricos del transporte de la ciudad.

Palabras clave: historia ferroviaria; Évora; Corredor Internacional del Sur; nudo ferroviario; corredor ferroviario.

Introduction

In Portugal, railway construction began later than some other European countries, such as England and France. This delay can be explained by the political and economic instability in which the country found itself at the beginning of the 19th century, mainly due to the Portuguese Civil War (1828-1834), the lack of capital and technicians available and the rugged terrain that required the construction of bridges and viaducts². Thus, until 1850, the most widely used means of transport of goods in Portugal was shipping (Isidoro *et al.*, 2018). The so-called “Railway Age” began in the second half of this decade, when the Portuguese railway system experienced significant growth.

Despite the delay in implementing the railway, plans had been drawn up in the 1840s. In 1844, the Public Works Company was set up with the aim of developing roads and railways. However, the construction of railway infrastructure only began in the 1850s, during the Regeneration Government (1851-1910), and the first branch was inaugurated in 1856, between Lisbon and Carregado, which allowed the construction of *Linha do Leste* (to Badajoz in Spain) and *Linha do Norte* (to Oporto). By the end of the 19th century, the main railway lines of Portugal had been completed³. Évora is located in the interior of Alentejo, in the south of Portugal. In this region, the railway connection with Spain serves as a symbol to reinforce the duality between the coast and the hinterland⁴.

² The Portuguese railway history has been lively discussed in the past few years – see for instance Pinheiro (2021); Cardoso de Matos (2023); Pereira (2018); Lourencetti (2025).

³ On the general history of Portuguese railway, it is worth turning to classic literature, namely Quadro (1956); Pinheiro (1979) and Alegria (1990).

⁴ Expression used to refer to a land far but connected to a port.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Although some experts like Gaspar (1972) and Carvalho (1990) argue that the Évora railway did not promote the city in the urban-regional sphere, nor did it significantly influence the development of its urban grid, the regional producers had a clear interest in building the railway. Furthermore, according to Simplício (2009), the railway has favoured the city's development. Évora's extra-mural growth began in a southerly direction, i.e. towards the railway station of Évora, where Barahona Avenue and Combatentes da Grande Guerra Avenue were built; therefore, between the railway station and the historic centre, neighbourhoods such as Baluarte, Ferroviário and Rossio Ocidental were constructed.

Until the mid-20th century, all the branches and lines that were installed in Évora had the ultimate goal of linking the city to Spain. However, as will be shown, despite the various proposals, only one link managed to achieve this goal, the *Ramal de Portalegre*. Furthermore, in the second half of the 20th century, as happened with other Portuguese railway lines, much of the railway infrastructure in Évora was decommissioned. Currently, despite the conversion of part of a rail route into a greenway, the railway remnants once linked to Évora are in a state of decay.

At the beginning of the 21st century, rail transport gained renewed interest at a global level, becoming one of the main instruments for achieving sustainability, due to a possible reduction in the consumption of oil derivatives and air pollution with substances harmful to health and the environment. In this context, Portugal was included in new international railway plans. Évora began to be seen as part of the competitive Iberian hinterland, becoming part of the International Southern Corridor.

“The transport corridor provides the physical capacity for movement and favours the accessibility and circulation of production, distribution and consumption flows. Corridors have become the main structure for accessibility to the hinterland and through which ports gain access to distribution systems. Strategies are therefore increasingly involving the control of distribution channels in order to ensure the unimpeded movement of containerised cargo” (Moreira, 2013:9) [translated by the author]

This railway corridor is under construction and, initially, its operation aims to guarantee the efficiency and reliability (as a consequence of intermodal freight transport) of the freight flows between the Port of Sines and Madrid. In addition, the

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

aim of strengthening the Portuguese railway network is to reduce road traffic, at a time when value-added investment companies are settling in Évora, particularly aeronautical industry. To this end, the possibility of reactivating part of Évora's old railway network was raised, but the investment was not considered to be economically viable and many of the municipalities opposed the proposal, since the old railway routes have over time been incorporated into the urban grid.

The railway works on the International Southern Corridor are scheduled to be completed on 2025. This can possibly change Évora's urban and economic dynamics. To be able to understand the railway's role in the city and in its region, its history should be understood. Why did Évora become a railway junction? How was Évora's first railway connection with Spain established? How is the city managing its railway heritage? What are the general expectations for the new railway link between Évora and Spain?

In 1986, Évora's historic centre was included on the list of World Heritage Sites by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO). In 2023, the city was elected European Capital of Culture 2027. This last classification means that Évora should receive initiatives to expand and promote knowledge about its cultural development beyond its 17th-century walls. Thus, at a time of modernisation and concern for the appreciation of the city's culture, it is important to draw attention to Évora's railway history.

In this context, and with the aim of promoting the relevance of Évora's railway history, this article aims to highlight its participation in the Iberian railway connection by: reconstructing Évora's railway history; reflecting on the impact of the city's new railway link to Spain and; promoting and valuing its remnants. Technical documents drawn up by the Évora City Council, historical documents found at the Évora District Archive, at the *Diário da República*, and at the Portuguese Environment Agency, as well as historical press and current press will be used as references. It will be concluded that the value of Évora's railway history goes beyond its own infrastructure, justifying its promotion throughout the Iberian railway connections.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

The Construction of Évora's Railway Junction

Évora is part of the urban network crossed by railway links between the coast (Lisbon) and the hinterland of Portugal, and Europe (Figure 1).

Figure 1 – Map of Portugal with the location of the Alentejo region and the Évora municipality



Source: Designed by the author

If in the late 19th century and early 20th century, the railway served to extend the trade of goods, in the second half of the 20th century, its lines promoted a territory transformation, greatly influenced by the connection with Spain. As pointed out by an article published in 1905, the expectation of connecting the Portuguese railway network with Spain had been a goal since the second half of the 19th century.

“It is certain that in every period of our network's constitution, the best spirits have not shied away from this mirage, often sacrificing internal conveniences to it. Since 1845 we have been trying to build a railway towards the border”⁵.

⁵ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.416, 8º do 18º anno, April 1905, 113 [translated by the author].

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

The first hypotheses for a railway link between Portugal and Spain considered running the tracks through the Alentejo. Drawn up by the chief engineer of the *Companhia Central Peninsular*, Thomás Rumball (1824-1902), the railway plans initially consisted of three proposals:

- Continuation of the *Linha do Leste* from Carregado towards Mora, Estremoz and Badajoz, through the Sorraia River region;
- A railway line from Santarém;
- A railway line towards Badajoz via Abrantes.

Eventually, there were five railway connections between Portugal and Spain during the late 19th century: the *Linha do Leste* (1868), the *Linha de Cáceres* (1880), *Linha da Beira Alta* (1886), *Linha do Minho* (1886) and the *Linha do Douro* (1887). Nevertheless, before the Portuguese-Spanish railway connections were established, the rails arrived in Évora (1863) and throughout its history the city became a junction for railway branches.

Évoras' railway history started with the first plan for the south-eastern railway, developed by Jayme Larcher's⁶ (1826-1889). Eventhough, in his plan the railway was supposed to cross Évora municipality, it did not consider the connection with the Alentejo as one of the main goals, but rather as a complement to the Portuguese network. In 1844, Benjamin de Oliveira had proposed a link between Portugal and Spain via a rail track from Lisbon through Alcácer do Sal to Évora, but this line was never built.

In 1854, Eugénio de Almeida, an owner of cereal land in the Alentejo, and Marquês de Ficalho, another landowner in the same region, proposed the construction of a railway line linking Aldea Galega, now Montijo, to Vendas Novas, which could be extended to Setúbal, Évora and Beja. However, as the area between Aldea Galega and Vendas Novas would have been too sandy, this idea was abandoned (Lourencetti, 2022:6).

⁶ Archive of the University of Coimbra. Portugal, RC MNCT 65 CMA, *Caminho de ferro do sul e sueste: esclarecimentos sobre a administração do governo: discussões sobre o local para a fixação dos terminos d'estas linhas: indicação de um novo traçado ligando a estação do Pinhal novo com o caminho de ferro de leste*, 1876:9.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

In the discussions about the location of the *terminus* station for the railway on the south of the Tagus River, Barreiro had been considered as a possibility. Studies by the French bridge and pavement engineer, Wattier⁷, identified the most direct route between Lisbon and Spain as the one starting in Barreiro and reaching Badajoz, passing through Vendas Novas, Montemor, Évora and Redondo. Finally, after Barreiro was chosen as the obligatory starting point for the railway, a law of 30 April 1855 gave the *Companhia do Caminho de Ferro ao Sul do Tejo* (created on 6 February 1855) the concession to build the lines on the south of the Tagus River. After receiving a subsidy of 7,900\$000 Réis (currency at the time) per kilometre to be built, in 1861, the railway branch between Barreiro and Vendas Novas was opened for operation⁸.

Meanwhile, in 1857, a year after the inauguration of Portugal's first railway section between Lisbon and Carregado, the Council of Public Works decided not to award the concession to extend the line from Vendas Novas to Évora and Beja to the *Companhia do Caminho de Ferro ao Sul do Tejo*. A public tender was launched on 8 August 1859 (Pereira, 2018), but no applications were received for it. Finally, on 3 January 1860, a provisional contract was drawn up with British investors: John Sutherland Valentine, Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russel Notman, Hardy Hislop and George Bernard Townsend. As shareholders of the South Eastern Railway Company of Portugal, they passed on their concession rights to this company. Edward Price was the contractor in charge of the works, with C. F. White being the engineer responsible for the works of art (bridges). The tracks reached Évora on 14 September 1863⁹, the same year that Linha do Leste, reached Elvas, on the border of Portugal.

On 11 June 1864, the South Eastern Railway Company of Portugal was granted the concession to build the Évora-Estremoz line, known as the *Linha de Évora*. However, on 13 March 1869, before the completion of the line's construction, the government took possession of the company. Although the tracks between Vendas Novas and Évora were in good condition, this company was in a precarious financial

⁷ Évora District Archive, *Governo Civil de Évora, Secção H – Inspecção, licenciamento, fiscalização e seguranças, subsecção H/E – Obras Públicas, Circular sobre a construção do caminho de ferro*, 1850.

⁸ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.342, 6º do 15 anno, Mar. 1902, 81.

⁹ Évora District Archive, *Livro de Inauguração da Via Férrea*, 1863.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

state, and the rights of the railway lines between Barreiro, Évora and Beja were transferred to the *Direção dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste*¹⁰. Under government administration, the Évora-Estremoz 52km rail branch was completed and opened for operation on 22 December 1873, passing through the following locations: Comenda, Garraia, Souza da Sé, Azaruja, Vale do Pereiro, Vimieiro, Aranha, Évoramonte (officially called: Évora Monte) and Ameixial.

During this period, Évora received a goods depot and had its station renovated. These improvements had a positive impact on local industries, for example, as in Pinhal Novo and Beja, there was still a large tree nursery in Évora supplying acacia, cedar and eucalyptus saplings to the plantation forests in the region. With the extension and improvements to the railway, the average annual income of the railway operation increased around 20 per cent.

“The railway crosses one of the richest, least populated and most unexploited provinces, even considering only its great mineral wealth (but with fair tariffs and not the current ones, which in general are barely enough to cover the costs of traction and maintenance of the equipment) will be enough to sustain an explanation of the advantage of its construction in the future”¹¹.

In 1876, trains travelled from Barreiro to Évora at an average speed of 60km/h and from Évora to Estremoz at 45km/h. Passengers “confessed that it was one of the fastest journeys they had ever made”¹². Although it was noted that the south-eastern railway had a greater commercial function than passenger transport, due to the extensive cultivation of the Alentejo region, the railway between the Tagus River and the country’s hinterland had the aim of “transporting passengers from the Alentejo to the

¹⁰ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.342, 6º do 15 anno, Mar. 1902, 82.

¹¹ Archive of the University of Coimbra. Portugal, RC MNCT 65 CMA, *Caminho de ferro do sul e sueste: esclarecimentos sobre a administração do governo: discussões sobre o local para a fixação dos terminos d'estas linhas: indicação de um novo traçado ligando a estação do Pinhal novo com o caminho de ferro de leste*, 1876:8 [translated by the author].

¹² Archive of the University of Coimbra. Portugal, RC MNCT 65 CMA, *Caminho de ferro do sul e sueste: esclarecimentos sobre a administração do governo: discussões sobre o local para a fixação dos terminos d'estas linhas: indicação de um novo traçado ligando a estação do Pinhal novo com o caminho de ferro de leste*, 1876:30 [translated by the author].

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

shores nearby, freeing them from the varied and painful inconveniences and accidents of travelling through the heathlands and sandy territory”¹³.

Between 1876 and 1898, the *Direção dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste* was under the management of João Pedro Tavares Trigueiros¹⁴. During this period, the improved railway infrastructure and reduced journey times contributed to the development of agricultural production in Alentejo based on: wool, cattle, cork, charcoal, wine and olive oil. Thus, at the beginning of the 20th century, with the aim of expanding this development, plans for a rail connection from Évora to Reguengos de Monsaraz, in the south east, an extension of the *Linha de Évora* to Vila Viçosa to the north east and a rail connection between Évora and Ponte de Sôr to the north were drawn up. The latter, “which put the capital of the Alentejo, as its geographical and commercial centre”¹⁵, would connect Évora to the first Portuguese railway line (Figure 2).

¹³ Archive of the University of Coimbra. Portugal, RC MNCT 65 CMA, *Caminho de ferro do sul e sueste: esclarecimentos sobre a administração do governo: discussões sobre o local para a fixação dos terminos d'estas linhas: indicação de um novo traçado ligando a estação do Pinhal novo com o caminho de ferro de leste*, 1876:59 [translated by the author].

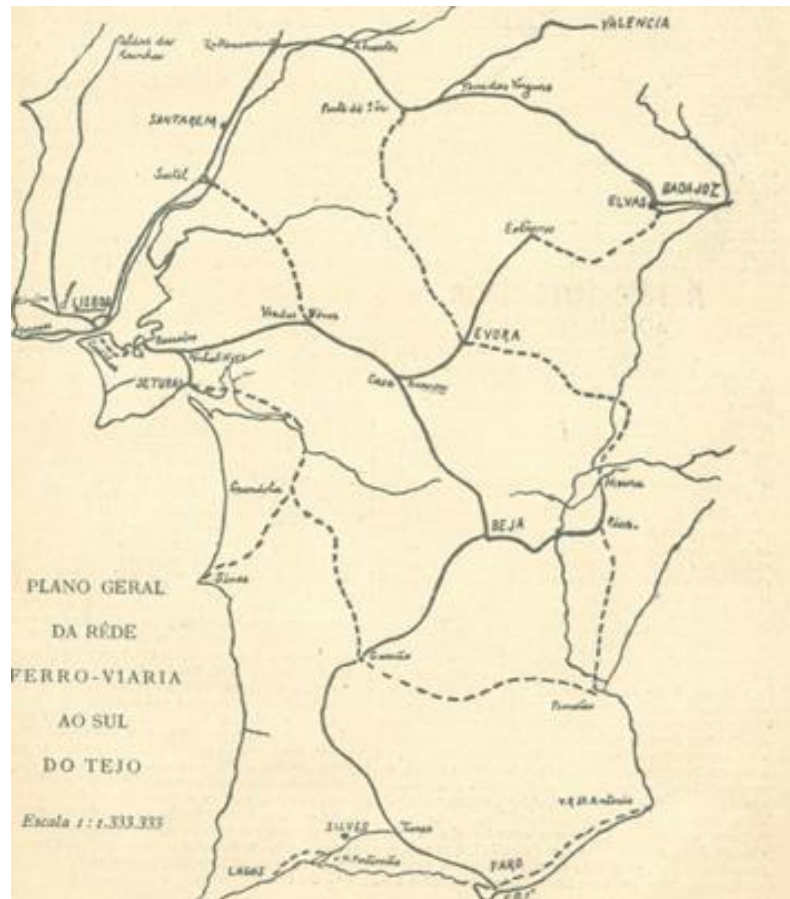
¹⁴ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.342, 6º do 15 anno, Mar. 1902, 81.

¹⁵ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.342, 6º do 15 anno, Mar. 1902, 83.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Figure 2 – General Plan of the Railway Network on the South of the Tagus (1902)



Source: Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.359, 23º do 15º anno, Dec. 1902, 83

The Figure 2 represents planned connections between Évora and Spain:

- By extending the Reguengos de Monsaraz branch line to Zafra;
- Linking the Cáceres branch line and *Linha do Leste* through Ponte de Sôr;
- By extending the line from Estremoz to Elvas and Extremadura.

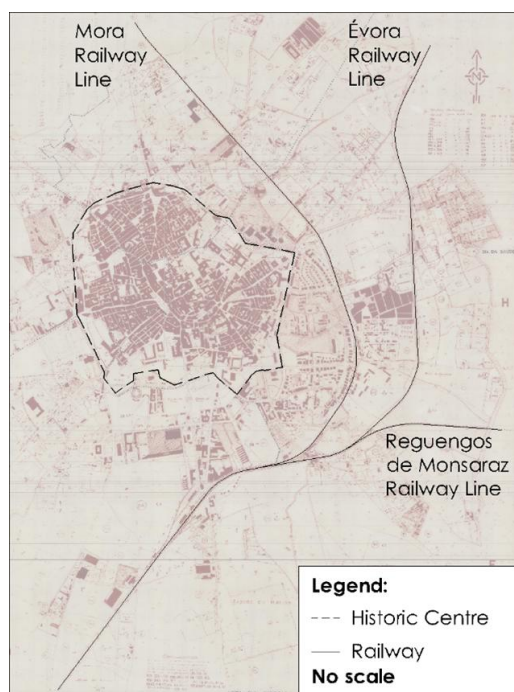
The connection between Évora and Zafra was proposed in 1884 and was supposed to link Reguengos de Monsaraz, Redondo and Mourão in Portugal. The aim of this branch was to connect Évora to the Spanish Mérida-Seville railway (André, 2018: 16). After other proposals had been drawn up, the Reguengos de Monsaraz council was

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

authorised by decree on 27 January 1912 to take out a loan for the construction of the rail branch between Évora and Reguengos de Monsaraz. The Agricultural Union, represented by the president Dr. Joaquim Rojão, facilitated the necessary expropriations. In 1913, the construction of this branch began. Its tracks departed from the kilometre 116.6 - Évora railway station - creating a fork at kilometre 117.6 (Figure 3).

Figure 3 – Representation of Évora's railway junctions



Source: Archive of the Urban Planning and Rehabilitation Division of Évora City Council, DORU - *Évora in 1951*. Adapted by the author

Eventually, the Reguengos de Monsaraz branch line was opened to public use on 6 April 1927 (André, 2018: 22) and served the following locations: Paço Saraiva, Machede, Santa Suzana, Balancho, Montoito, Falcoeiras and Caridade. This rail branch never reached its intended final destination due to diverging economic interests with Spain, which believed that the country would lose part of its export market if the railway link between Portugal and Andalusia was completed.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

In 1902, a committee of farmers and landowners from Évora, Arraiolos, Pavia, Cabeção and Mora had been set up to encourage interested parties to lobby the government to build the railway to Ponte de Sôr¹⁶. Mr J. Cecilio da Costa and Mr J. Nepomuceno de Lacerda were commissioned to present a project for the rail branch between Évora and the river Raia¹⁷. Three proposals were made for the starting point of the tracks: Évora station; the Xarrama gate; the Degebe gate. The first proposal proved to be most expensive due to the need for numerous expropriations and the third was considered the longest, so it was decided that the second plan should be carried out. This consisted of a fork in the *Linha de Évora* before kilometre 119.00, with its starting point at kilometre 116.57 (Figure 3).

To build the line, a number of expropriations were made and three bridges were built. Its route would run down the valley of the river Divor, reach Arraiolos and then Pavia and Mora, from where its continuation would meet the river Raia. However, the river became an obstacle; it was not feasible to build a bridge to cross it. Thus, the tracks that were supposed to reach Ponte de Sôr and be connected with the *Linha do Leste* (linking Évora to Spain) never reached their final destination¹⁸. Finally, this rail branch stopped at kilometre 177.60 in Mora, passing through: Loredó, Sr. Dos Aflitos, Nossa Senhora da Graça do Divor, Arraiolos, Vale de Paio, Pavia and Cabeção. Although the section of this line between Évora and Arraiolos began operation on 20 April 1907, the *Ramal Ferroviário de Mora* was completed in 1908.

On 1 August 1905¹⁹, before the construction of the rail branches described above, the railway from Estremoz reached Vila Viçosa. Until the first half of the 20th century, anyone in Elvas or Campo Maior who wanted to use the train that ran through Évora had to go to Borba Station, located 30 kilometres from Elvas and 50 kilometres from Campo Maior, thus the tracks of Vila Viçosa were supposed to reach Elvas, which would link Évora to the *Linha do Leste* too. However, the aforementioned engineer Wattier identified some disadvantages in establishing the link between Évora and Spain from Vila Viçosa; they were essentially based on the high cost, due to the natural

¹⁶ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.366, 6º do 16º ano, Mar. 1903, 71.

¹⁷ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.370, 10º do 16º ano, May 1903, 169.

¹⁸ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.377, 7º do 16º ano, Sept., 295-297.

¹⁹ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.1638, ano LXIX, Mar. 1956, 145.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

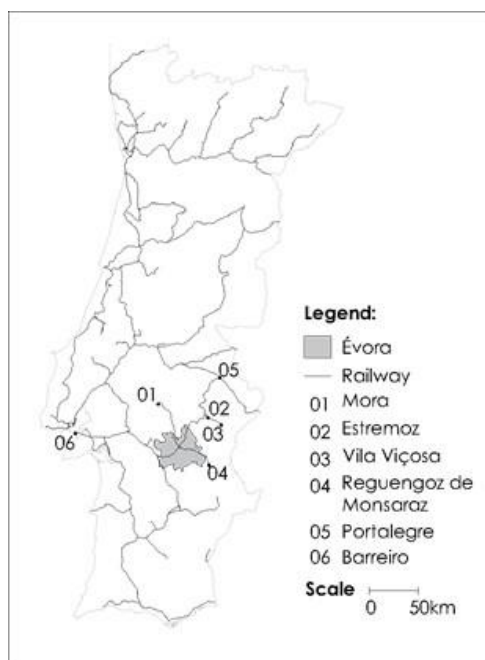
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

characteristics of the terrain, and the lack of a direct link to Lisbon, since, as already described, the railway that served Évora started in Barreiro²⁰. With this same opinion, in 1876 the Portuguese engineer Souza Brandão stated that:

“Our communication with Badajoz would be better served if it starts at the railway on the south of the Tagus River and travels to Guadiana, via Évora, Redondo, Bencatel, Alandroal, Jerumenha and Badajoz, a shorter line designed for high speeds and of a different destination from the railway between Évora and Estremoz, which continues to the east”²¹.

Finally, Évora was linked to Spain by the Portalegre railway branch, between Estremoz and Portalegre. The design works of this connection started in May 1903, and its first branch, between Estremoz and Sousel was opened to the public on 23 October 1925. The Reguengos de Monsaraz branch line was the last one to be inaugurated, and Évora’s railway junction and its connection with Spain were completed in the second decade of the 20th century (Figure 4).

Figure 4 – Representation of Évora’s railway network in the second half of the 20th century



Designed by the author

²⁰ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.1640, 3º do 69º ano, Apr. 1956, 192.

²¹ Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n.1649, ano 12º do 69º Ano, Sept. 1956, 399.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

The *Corredor Internacional Sul* as the Future of the Railway in Évora

From the 1950s onwards, as happened in other regions of Portugal, Évora experienced the closure of its branch lines. The passengers transportation of Mora and Reguengos de Monsaraz branches was considered to be loss-making, thus these rail lines started to be used only for freight transport, but this did not affect the gradual decommissioning of the tracks over the last decade of the 20th century and the first decade of the 2000s. Only the railway line that reached Évora via Casa Branca, linking the city to Lisbon, remained in operation.

Due to the remaining line (Casa Branca – Évora), Évora's railway history in Iberian connection context did not end. As a matter of fact, The modernisation and extension of the Évora railway is part of the railway network planning that goes beyond even the Iberian connections. This new railway is now associated with the Atlantic Corridor, a trade corridor that involves the link between the ports of Sines, Lisbon and Leixões with the port of Le Havre (France) and the cities of Strasbourg and Mannheim.

At national level, the *Corredor Internacional Sul* was part of the National Railway Network's upgrading and modernisation programme – Ferrovia 2020²² – and was included in the Strategic Transport and Infrastructure Plan – PETI3+ (2014). However, this corridor is related to a much broader railway spectrum than the national railway network, forming part of the Trans-European Network Priority Project No. 16²³ and the already mentioned Atlantic Corridor, which involves Portugal, Spain, France and Germany.

The *Corredor Internacional Sul* is being co-financed by the European Union under the ‘Connecting Europe Facility’ projects, which aims to coordinate the implementation of central transport networks, under the motto ‘Core Network Corridors’; this corridor has strategic value at different levels²⁴:

²² Arquivo Histórico de Portugal, *Plano Estratégico De Transportes E Infraestruturas (PETI3+)* [accessed 03/01/2024]. Available at: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-temas/peti3mais/peti3mais.aspx>.

²³ Agência Portuguesa de Ambiente, *Nº SAP 10003677389-323, versão 00, RECAPE – Projeto de Execução, vol. 3 Via Férrea, Tomo 3.1 – Peças Escritas, Memória Descritiva*, 30 Sept. 2019.

²⁴ Infraestruturas de Portugal PETI 3+: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/infraestruturas/investimentos/programas/planos-estrategicos/peti3> (accessed 3 January 2024).

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

- European: the integration of Portugal into the Atlantic Corridor and the main European logistics chains;
- Iberian: the connection of the Portuguese harbour arch (Sines, Setúbal and Lisbon) with Spain, which is Portugal's largest trading partner;
- National: the promotion of the growth of the Port of Sines and the market associated with rail traffic.

For the construction of the line between Évora and Elvas (Caia), called *Évora Norte*, four studies were drawn up: two made partial use of the old railway route of the *Linha de Évora*²⁵; one proposed the construction of a railway bypass to accompany IP2 (Main Route n.2); and the other proposed a bypass crossing an area between the first two solutions, laying a railway line nearby but outside the urban grid of Évora.

As the last study described above does not have a considerable impact on the consolidated urban grid, nor on the landscape along its tracks, it was chosen as the best solution. The decision was taken on 27 July 2018. With just over 80 kilometres between Évora and Portugal's border, the project selected resembles the route proposed by Souza Brandão in 1876. The railway line leaves from Évora station, passes through Redondo, Alandroal (but further south and not through Bencatel as Brandão proposed) and continues to the border via Elvas and Caia (Figure 5). Between Alandroal and the country's border, the railway passes through the vicinity of Juromenha, where, according to the 1876 proposal, the rail line would cross the border. Currently, as already mentioned, the connection is made by a railway junction between *Évora Norte* and *Linha do Leste*, located before Elvas, where the railway reaches the border via Caia.

²⁵ One of these proposals was planned within the urban grid, and would have become a barrier to the road and pedestrian traffic between the city centre and some suburban neighbourhoods, such as Santo António and Santa Luzia.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Figure 5 – *Corredor Internacional Sul*



Source: “Linha de Évora, Troço de Évora-Évora Norte”. *Infraestruturas de Portugal* [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/principais-investimentos/linha-de-evora-troco-evora-evora-norte>.

Adapted by the author

The main goals set for the *Évora Norte* Line were²⁶:

- Reducing the distance between Évora and Spain by 140 kilometres;
- Reducing the journey time by around 3 hours;
- Enabling electric traction on the entire route;
- Enabling the circulation of 750-metre-long freight trains;
- Increasing towed load capacity to 1400 tonnes with single electric traction;
- Provisioning railway interoperability conditions at national, Iberian and European level;
- Improving infrastructure reliability and availability;
- Reducing accidents at level crossings.

The route outlined for the *Corredor Internacional Sul* was divided into four sections for construction and financing purposes:

- A first segment between Sines, Ermidas and Grândola, where it will meet the existing railway network;
- A second segment between Évora and *Évora Norte*;

²⁶ Agência Portuguesa de Ambiente, *Nº SAP 10003677389-323, versão 00, RECAPE – Projeto de Execução, vol. 3 Via Férrea, Tomo 3.1 – Peças Escritas, Memória Descritiva*, 30 Sept. 2019.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

- A third segment connecting *Évora Norte*, to Portugal's boarder via Elvas (Caia);
- A fourth segment between *Évora* and the European Rail Traffic Management System of Caia.

Of these sections, only the branch between *Évora Norte* and Portugal's boarder (Caia) was newly-built. The other branches have been modernised, particularly to accommodate heavier loads, the electrification system, the European control system for traffic safety and the signalling system²⁷. The new branch *Évora-Évora Norte* is around 10km long, starting at kilometre 117.70 of the old *Linha de Évora*, it has the Iberian gauge (1.668m) and a width of 400m²⁸.

On 5 March 2018, the beginning of the *Évora-Caia* branch was announced by the Minister for Planning and Infrastructure, Pedro Marques²⁹. On 5 March 2020, the work to modernise the branch of *Linha Leste* between Elvas and Caia began. Subsequently, on 29 June 2020, IP³⁰ launched the tender for the modernisation of the railway link between Sines and the southern railway line³¹.

In the proposal for *Évora-Évora Norte* 10km branch were foreseen (Figure 9):

- Six housing demolitions;
- The construction of a technical station between the Ribeira Vale de Figueira bridge and the Main Route n.2 (IP2);
- The installation of an overpass near the Nutrimonte factory (kilometre 120);
- Two level crossings classified as Agricultural Crossings at kilometres 121.600 and 122.200;

²⁷ Arquivo Histórico de Portugal, *Plano Estratégico De Transportes E Infraestruturas (PETI3+)* [accessed 03/01/2024]. Available at: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/12289858/20150618-peti3-anexo-vi-mapa-rede-ferroviaria.pdf>.

²⁸ Agência Portuguesa de Ambiente, *Nº SAP 10003677389-323, versão 00, RECAPE – Projeto de Execução, vol. 3 Via Férrea, Tomo 3.1 – Peças Escritas, Memória Descritiva*, 30 de Sept. de 2019.

²⁹ (2018), “Ferrovia 2020 - Corredor Internacional Sul Início da Obra do Troço Évora-Caia Elvas, Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques”, [accessed 3/01/2024]. Available at: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzMbI0AQA%2BNJWBAAA%3D%3D>.

³⁰ Infraestruturas de Portugal is a public company that manages and invests in road, rail and telecommunications networks.

³¹ Diário da República, Depósito legal n.º8815/85, II série, n.124.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

- Extension of the Xarrama viaduct near the railway station;
- The repositioning of water and sanitation infrastructures at four different points of location;
- The construction of three bridges: over the River Xarrama (PK 118.368, 195.4 metres long); over the River Degebe (PK 126.291, 97 metres long) and; over the Ribeira de Vale Figueira (127.245, 34 metres long).;
- The intersection with eight different locations of the highway;
- Infrastructure to minimise noise and vibration at around eight different locations along the railway.

These forecasts, many of which have already been realised, show that Évora is acquiring a new railway landscape in its vicinity. We cannot fail to mention the construction of a 20.5 km railway platform between Évora Norte and Freixo, which will take place between kilometres 126.000 and 146.500. Thus, Évora's surrounding landscape is changing by the new infrastructure, which includes the construction of bridges and viaducts; even the road routes in the countryside have had to be adapted. All this territorial intervention will result in the structuring of a new space use dynamic, which may directly or indirectly influence the consolidated urban grid, as well as the economic potential of the region.

The Remnants of the 'Eborensis' Railway Junction

According to Conde (1994), concern for historical monuments in Portugal dates back to the 15th century, when King Afonso V intervened in the removal of some stones from the Roman Temple of Évora in 1467. However, it was the Royal Charter of King Afonso V (1721), influenced by the Portuguese Academy of History, that interceded for historical monuments, preventing the destruction of any building, regardless of its condition, before a preliminary analysis of its historical value by the Royal Academy.

Over the years, the concern for the preservation of historical monuments increased. In 1880, the Royal Association of Architects and Archaeologists drew up the

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

first proposal for the classification of historical monuments. In 1901 the Council of National Monuments was created and from then on the classification and management of historical monuments was outlined. As was the case internationally, industrial buildings, as the railway infrastructure, only began to receive attention in the second half of the 20th century.

Thus, it was during the period of decline in railway transport that Portugal implemented a policy of identifying and collecting vehicles and other relevant elements of railway heritage, and using them for museological purposes, i.e. to set up exhibitions. In 1976, the Railway Museum Study Commission was set up, which became responsible for this extensive collection of equipment, requiring the use of large spaces for its exhibition and conservation. For this purpose, railway buildings ‘scattered around the country have been reused, and since the 1970s they have formed the museum sections’ (Silva 2008, 130-133). In 2015, the Ginestal Machado National Railway Museum was inaugurated in Entroncamento and, together with the Lousado Railway Museum (Vila Nova de Famalicão municipality), was included in the European Route of Industrial Heritage (ERIH).

In 1998, in parallel with the development of Portuguese railway museums, the European Greenways Association was created in Belgium. Among other goals, the association aimed to encourage and to contribute to the preservation and conversion of disused linear infrastructure, namely railways, canals and historic routes (Roman roads, pilgrimage routes, etc.) reusing them as routes for non-motorised transport. In 2015, Portugal reached around 250 kilometres of greenways.

Influenced by this policy, by 2022 Portugal had converted close to 14 railway sections into greenways, with a total of 755km sub-concessioned, 422km in use and 268km under construction. These routes are managed by *Infraestruturas de Portugal S.A.* (IP)³², who were awarded, the ‘Bicycle Mobility’ Award, promoted by the Portuguese Federation of Cycle Tourism and Bicycle Users (FPCUB), in September 2023, and the “Recognition of Practices in Social Responsibility and Sustainability”

³² This company is responsible for managing Portugal's infrastructure network, which includes the national railway and road systems.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Award, promoted by the Portuguese Association of Business Ethics, in the Community category, in October 2023.

In Évora, according to a report developed by the Évora City Council (CME) in 2015³³, following the decommissioning of the railway and the removal of the tracks, a protocol was established with REFER³⁴ in which the section of the old Mora branch line was converted into a greenway. The inauguration of the first section, between the city of Évora and the old Nossa Senhora da Graça do Divor station, took place in 2005 and in 2006 another section until Sempre Noiva was opened, creating a 21km route in total.

A similar conversion took place on the old Reguengos de Monsaraz railway branch, but the new path was intercepted by the new railway, which means that it is not connected to Évora's consolidated urban grid. IP announced the start of work on converting this former railway branch into another greenway on 30 July 2023³⁵. The 37-kilometre stretch is the responsibility of the Intermunicipal Community of Central Alentejo (CIMAC), through a contract with IP – *Património*; the IP group responsible for property management³⁶. This initiative is part of a larger project, being integrated into a pedestrian route with a tourist and environmental component called the *Grande Rota do Montado*, together with the *Ecopista do Montado*, the aforementioned *Ecopista de Mora* and a future greenway that will occupy the former Évora to Estremoz rail route and the Estremoz to Vila Viçosa railway branch.

According to the National Green Path Plan presented in 2022 and drawn up by the Manager of the National Green Paths' Plan, Paulo Rodrigues, some railway stations will be repurposed, as is already the case of Mora Railway Station, which has been converted into an Interactive Megalithic Museum. Therefore, the region is currently exploiting the potential of redeveloping its old railway infrastructure, along with programmes such as the *Fundo Revive Nature*. This type of initiative aims to transform

³³ Archive of the Urban Planning and Rehabilitation Division of Évora City Council, DORU_710 – Documento DWi 7966.2015, *Circulação na Envolvente da Escola Básica André de Resende*.

³⁴ REFER was created in 1997; in 2015 it merged with Estradas de Portugal, and gave rise to IP.

³⁵ (2023), “Início das obras da Ecopista do Ramal de Reguengos”. Infraestruturas de Portugal [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/inicio-das-obras-da-ecopista-do-ramal-de-reguengos>.

³⁶ (2023), “Antigo ramal ferroviário que ligava Évora a Reguengos de Monsaraz dá lugar a ecopista”. *Diana FM* [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.dianafm.com/antigo-ramal-ferroviario-que-ligava-evora-a-reguengos-de-monsaraz-da-lugar-a-ecopista/>.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

the region into a tourist destination based on the observation of fauna and flora and cultural and gastronomic routes.

Despite the recurrent use of the greenway as an urban regeneration solution, the old railway areas in Évora have been greatly de-characterised and the railway remnants that could revive the railway memory are at risk of disappearing. Interventions and preservation strategies are needed to enhance the railway heritage so that greenways include in their operation the promotion and dissemination of the railway history, not only of Évora, but also of the connection between Portugal and Spain.

Within the urban grid of Évora, some remnants of the old railway can be identified along the route of the old lines. As shown in Figure 6, among the railway remnants close to the town are some infrastructures (crane and bridge), signs and buildings. Some of them are in a poor state of repair and others have been concessioned for private and association use. These buildings have received maintenance work and, in some cases, such as the guard post at kilometre 118,66, an extension³⁷.

³⁷ Archive of the Évora City Council Private Works Processes, *DOPE-17828*, caixas 1 e 2.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Figure 6 – Railway remnants in Évora. Legend: a) Crane; b) Iron -Bridge kilometre 121,249; c) Junction Signs; d) Railway Guard House currently used as restaurant; e) Railway Station currently used as a dwelling



Photos taken by the author (2024)

Recently, a road accident caused the loss of one of the iron bridges on the old Mora railway branch, due to a collision with a heavy refuse collection vehicle. This centenary bridge (Figures 7 and 8), known to the locals as the “Iron Bridge”, was an urban landmark.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Figures 7 and 8 – Évora Iron Bridge (2022)



Source: (2022), “Passagem da Ecopista na Ponte de Ferro Renovada”. *Câmara Municipal de Évora* [23/03/2024]. Available at: <https://www.cm-evora.pt/passagem-da-ecopista-na-ponte-de-ferro-renovada/>.

It had been adapted to make part of the *Ecopista de Mora* by maintaining its metal structure / beams with the addition of a wooden deck and guardrail. Unfortunately, since it is impossible to reuse this structure due to the damage caused by the weather and the collision itself, the bridge was replaced.

Conclusion

The first Iberian railway link was established by the *Linha do Leste* in the mid-19th century. Évora had been included in the first plans for this link, but the city only saw its railway route cross the Iberian railway connections only in the 1920s. Due to the several attempts to connect the “Eborenses” railway to Spain, consequently, with the rest of Europe, Évora became a railway junction.

Throughout this history, three railway branches were built departing from Évora. Even though, theorists affirm that the railway did not bring a great impact on the urban grid and the surrounding area of Évora, the agricultural investors seemed to have the greatest interest in the railway connections, and avenues and neighbourhoods were built on the lands between the railway station and the city centre.

The connection with Spain was established by only one of Évora's railway branches via Portalegre, a branch line that had been planned since 1903. Some decades

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

later, at the end of the 20th century, Évora ceased to be a railway junction. Only the railway line between Casa Branca and the city remained in operation, while the others that distributed the movement to the hinterland of Alentejo, have been deactivated.

In the middle of the 21st century, Évora started to be a part of a railway corridor, also associated with a new railway connection with Spain. The landscape is changing, the general expectations for this new railway are based on faster trains, greater safety and an improvement in the national and regional economy. But, how about the old railways? There are some remnants of these infrastructures, but they are in a state of decay and they do not safeguard Évora's railway history.

The remnants of the railway junction do not seem to be in total abandonment, because a number of them have been reused to host alternative activities and another part has allowed for an urban regeneration project, with the old railway route being used as a greenway. However, many parts of the old railway infrastructure already disappeared, putting in danger the memories of its history. In order to guarantee sustainable regional development, it is necessary to conserve biodiversity and enhance the historical and natural heritage by upgrading these infrastructures, which can revitalise the Évora region and highlight the Alentejo as a destination for tourist and cultural activities.

A promising future awaits, which is why it is important to promote and spread knowledge about the impact that the railway infrastructure once had on the city. It is necessary to encourage the development of initiatives aimed at strengthening the preservation and conservation of Évora's railway remnants as an intrinsic part of national railway history, being highlighted not only as the city's railway cultural heritage, but as an important point in the history of Iberian railway connections. To promote a greater knowledge of the past can enable Évora's inhabitants and authorities to take better advantage of the new railway infrastructure, now configured as a corridor.

References

ABRAGÃO QUADRO, Frederico de (1956), *Caminhos de Ferro portugueses. Esboço da sua História*, Lisboa, Edição Centenário.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Agência Portuguesa de Ambiente, *Nº SAP 10003677389-323, versão 00, RECAPE – Projeto de Execução, vol. 3 Via Férrea, Tomo 3.1 – Peças Escritas, Memória Descritiva*, 30 Sept. 2019.

ALEGRIA, Maria Fernanda (1990), *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

ANDRÉ, Pedro (2018), “Ramal de Reguengos – Passado”, *Trainspotter – Portugal Ferroviário*, n. 95, pp. 16-21.

ANDRÉ, Pedro (2018), “Ramal de Reguengos – Presente”, *Trainspotter – Portugal Ferroviário*, n. 95, pp. 22-31.

“Antigo ramal ferroviário que ligava Évora a Reguengos de Monsaraz dá lugar a ecopista”, *Diana FM* 03 Agosto 2023, [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.dianafm.com/antigo-ramal-ferroviario-que-ligava-evora-a-reguengos-de-monsaraz-da-lugar-a-ecopista/>

Archive of the University of Coimbra. Portugal, RC MNCT 65 CMA, *Caminho de ferro do sul e sueste: esclarecimentos sobre a administração do governo: discussões sobre o local para a fixação dos terminos d'estas linhas: indicação de um novo traçado ligando a estação do Pinhal novo com o caminho de ferro de leste, 1876*.

Archive of the Urban Planning and Rehabilitation Division of Évora City Council, DORU, *Évora in 1951*.

Archive of the Urban Planning and Rehabilitation Division of Évora City Council, DORU_710 – Documento DWi 7966.2015, *Circulação na Envolvente da Escola Básica André de Resende*.

Arquivo Histórico de Portugal, *Plano Estratégico De Transportes E Infraestruturas (PETI3+)* [accessed 03/01/2024]. Available at: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-temas/peti3mais/peti3mais.aspx>

Archive of the Évora City Council Private Works Processes, *DOPE-17828*, caixas 1 e 2.

CARDOSO DE MATOS, Ana (2023), “Reasons and achievements of the mobility and professional activity of portuguese engineer Cândido Celestino Xavier Cordeiro (1842-1905)”, *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*, Volum XXI, pp. 309-334.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

CARVALHO, Jorge (1990), *Évora, Administração Urbanística*, Évora, Câmara Municipal de Évora.

CONDE, Maria Antónia M. F. C. (1994), “O Sentido do Património. A Dualidade Teórico-Prática.” In *Cidade de Évora: Boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora*, II Série, nº 1, Évora, Câmara Municipal, pp. 73-88.

Diário da República, Depósito legal n.º8815/85, II série, n.124.

Évora District Archive, Governo Civil de Évora, Secção H – *Inspecção, licenciamento, fiscalização e seguranças, subsecção H/E – Obras Públicas, Circular sobre a construção do caminho de ferro*, 1850.

Évora District Archive, *Livro de Inauguração da Via Férrea*, 1863.

“Ferrovia 2020 - Corredor Internacional Sul Início da Obra do Troço Évora-Caia Elvas, Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques”, 5 Março 2018 [accessed 3/01/2024]. Available at: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAABAAzMbi0AQAb%2BNJWBAAAA%3D%3D>

GASPAR, Jorge (1972), *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 342, 6º do 15º ano, Mar. 1902.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 342, 6º do 15º ano, Mar. 1902.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 342, 6º do 15º ano, Mar. 1902.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 366, 6º do 16º ano, Mar. 1903.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 370, 10º do 16º ano, May 1903.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 377, 7º do 16º ano, Sept.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 416, 8º do 18º ano, April 1905.

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 1638, ano LXIX, Mar. 1956.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 1640, 3º do 69º ano, Apr. 1956.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *Gazeta Dos Caminhos De Ferro*, n. 1649, ano 12º do 69º Ano, Sept. 1956.

“Início das obras da Ecopista do Ramal de Reguengos”. *Infraestruturas de Portugal* 30 Julho 2023 [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/inicio-das-obras-da-ecopista-do-ramal-de-reguengos>

ISIDORO, Inês de Azevedo; MARAT-MENDES, Teresa; TÂNGARI, Vera Regina (2018), “The Portuguese railway in time and space – mapping phases of growth, stagnation, and decline (1845–2015)”, *Planning Perspectives*, 33(3), pp. 363-384.

“Linha de Évora, Troço de Évora-Évora Norte”. *Infraestruturas de Portugal* [accessed 23/03/2024]. Available at: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/principais-investimentos/linha-de-evora-troco-evora-evora-norte>

LOURENCETTI, Fernanda de Lima (2022), “Port-railway connection in Setúbal (Portugal) – an understanding of the past for a sustainable future”, *Planning Perspectives*, 38(3), pp. 581-602, doi: <https://doi.org/10.1080/02665433.2022.2128395>.

LOURENCETTI, Fernanda de Lima (2025), “Urban requalification projects along the water. Promoting the preservation of the railway heritage on the banks of the Douro River (Oporto/Portugal)”, *Agua y Territorio*, 25, pp. 141-157.

MOREIRA, Paulo (2013), “A rail link from the port of Sines as a structuring element of regional development”, *Munich Personal RePEc Archive* (MPRA Paper), n. 50733, pp. 1-25.

“Passagem da Ecopista na Ponte de Ferro Renovada”. *Câmara Municipal de Évora*, 3 Agosto 2022 [23/03/2024]. Available at: <https://www.cm-evora.pt/passagem-da-ecopista-na-ponte-de-ferro-renovada/>.

PEREIRA, Hugo Silveira (2018), *Os caminhos-de-ferro de Sul e Sueste e o relatório do engenheiro C. F. White (1868)*, Évora, Publicações do Cidehus, doi: [10.4000/books.cidehus.3379](https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3379).

Fernanda de Lima Lourencetti – *From a Railway Junction to a Corridor - Évora's railway history through Iberian Railway Connections*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 221-248.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2o6

PINHEIRO, Magda (2021), “Perspetivas Económicas sobre a História dos Caminhos de Ferro”, *Revista Ábaco*, 108-109, pp. 38-47.

SILVA, Sílvia Ferreira (2008), “Como comunicar o património cultural da CP”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 09, pp. 130-133.

SIMPLÍCIO, Maria (2009), “Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI”. In *A Cidade de Évora: Boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora*, II série (7), Évora, Câmara Municipal de Évora, pp. 321-360.

Recensões

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2717-5>.

Jorge António Araújo
Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão
jorgemontanhaa@sapo.pt

Carlota Simões, diretora da Imprensa da Universidade de Coimbra, no prefácio ao *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel*, escreve que a publicação da obra «assinala simultaneamente o quarto centenário da canonização de Santa Isabel (25 de maio de 1625) e o sétimo centenário tanto da peregrinação da Rainha a Santiago de Compostela (25 de julho de 1325) como da morte do Rei D. Dinis, fundador da Universidade de Coimbra (7 de janeiro de 1325)» (p. 6). Dizemos nós que não deveriam ser necessárias tais efemérides para se proceder à revisitação de um texto que já há muito pedia – e pede – estudos mais aprofundados, bem como a disponibilização de uma nova edição para um público alargado¹. Sabemos, porém, como em Portugal tantos trabalhos se concretizam apenas pela passagem de efemérides, granjeando, desse modo, maior visibilidade e mais apoios institucionais. No caso da obra em apreço, a lista de parcerias institucionais é de salientar.

Os autores dos estudos, que assinam a introdução, são quatro: Maria José Azevedo Santos, António Manuel Ribeiro Rebelo, Francisco Pato de Macedo e Isaias Hipólito, assumindo os três primeiros a coordenação da obra. Conforme anunciam, são quatro autores «de formações diferentes mas complementares» (p. 9), que convocam múltiplos saberes e distintas abordagens de investigação, constituindo esta visão colaborativa e interdisciplinar um dos pontos fortes da obra. O objeto de estudo, tal como por diversas

¹ A tiragem da edição impressa, encadernada com capa dura, de grande formato, é de apenas 500 exemplares, mas a obra está disponível *online*, em acesso aberto, no endereço: <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/515/1182/2070-1>

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n.º 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

vezes é também referido (pp. 9, 27, 52...), é o códice manuscrito do século XVI intitulado *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, conservado no Museu Nacional de Machado de Castro sob o n.º 2221, e já por diferentes vezes editado². Mas esse objeto de estudo deveria ser também, parece-nos, o texto hagiográfico do século XIV da *Legenda da Rainha Santa Isabel*, de que o referido códice constitui a cópia mais antiga hoje conhecida. Nem sempre fica clara a distinção entre objetos (texto e códice) e, por vezes, gera-se até alguma confusão, uma vez que os autores optaram, assumidamente (p. 27), mas sem justificar, por dar ao texto hagiográfico do século XIV o mesmo título do códice do século XVI (*Livro que fala da boa vida...*)³. Isto mesmo tendo em consideração o facto de o manuscrito editado se tratar de uma cópia bastante tardia, que não teve sequer como modelo o original do século XIV, e de, no passado, outros investigadores e editores terem feito essa distinção designativa – desde Frei Francisco Brandão, no século XVII. É nosso entendimento, até pelo estado ainda inconsistente dos conhecimentos atuais sobre este texto, que seria mais prudente e menos ambíguo distinguir as duas designações, precavendo possíveis confusões em leitores menos atentos, sem tomar imediatamente este *Livro que fala da boa vida...* como «título original» (p. 27) do texto do século XIV⁴.

Ainda assim, não há dúvidas de que os autores, centrando-se no códice do século XVI, também se debruçaram sobre o texto da *Legenda da Rainha Santa Isabel*, pelo que o deveriam ter incluído como objeto de estudo. No primeiro capítulo da obra, Maria José

² Para uma análise às anteriores edições, veja-se o artigo de Isabel Rosa Dias (2009).

³ Apenas um exemplo, entre outros, dessas confusões está no capítulo segundo, quando António Rebelo escreve: «Convém sublinhar que o códice n.º 2221 do MNMC é um testemunho de um texto originalmente composto entre 1336 e 1337. A data da redação do *Livro que fala da boa vida...* não suscita grandes dúvidas: o *terminus post quem* encontra-se implícito já que a obra só poderia ter sido escrita após o dia 4 de julho de 1336, data da passagem para glória eterna de Santa Isabel. Esse marco cronológico não apenas situa o manuscrito no período imediato à morte da soberana, mas também reafirma o seu valor singular como uma das primeiras manifestações hagiográficas dedicadas a esta figura luminosa da história de Portugal» (Rebelo, 2025: 27). Atente-se na indicação de que o marco cronológico «situa o manuscrito no período imediato à morte da soberana» (itálicos nossos). É óbvio que o autor não se refere ao códice quinhentista intitulado de *Livro que fala da boa vida...*, sobre o qual se centra a obra. No entanto não deixa de haver aqui uma ambiguidade.

⁴ Mas diga-se que também Isabel Rosa Dias (2009: 575) considerou que a narrativa biográfica original deveria ter o título «que as cópias posteriores foram reproduzindo», ou seja, *Livro que fala da boa vida...*

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

Azevedo Santos pretende discorrer sobre algumas das fontes escritas, «de natureza diplomática diversa» (p. 13), de que se serviu o autor da hagiografia trecentista da rainha D. Isabel, como testamentos, atos tabeliônicos, cartas de doação, cartas de petição ao Papa e epístolas, que a autora considera serem, «pelo seu ímpar valor, património documental da Humanidade» (p. 19). O que temos, porém, é essencialmente uma referenciação e análise de documentos sobre a rainha, sem que os mesmos sejam colocados em efetiva relação com o texto da *Legenda*. Faltam tabelas de correspondência, comparações que demonstrem a intertextualidade entre os documentos e a hagiografia. A introdução de um ponto, neste capítulo, relativo ao episódio da peregrinação da rainha a Santiago de Compostela parece igualmente deslocada face ao que se pretendia, atribuindo-se demasiado destaque a algo a que a própria *Legenda* dedica pouco espaço textual – conforme, aliás, Maria José Azevedo Santos refere (p. 22). Ao terminar o capítulo, salta à vista, por outro lado, a escassa atenção dada aos atos notariais relativos aos milagres da rainha (como, por exemplo, aquele que Giulia Rossi Vairo (2004) estuda e publica – em artigo que está ausente das referências bibliográficas), bem como o esquecimento de uma referência a José Joaquim Nunes entre aqueles que, no século XX, publicaram o mesmo texto (mesmo se nos capítulos posteriores tal omissão é corrigida).

Acima de tudo, não podemos deixar de questionar a ideia de Maria José Azevedo Santos quando escreve «que a transmissão da narrativa em apreço [da *Legenda da Rainha Santa Isabel*] se fez essencialmente, pelo menos até finais do século XV, por via oral» (p. 24), sem fazer uma única menção à *Crónica de Portugal de 1419* (Calado, 1998), obra que já conheceu o texto hagiográfico da rainha. A omissão da *Crónica de Portugal de 1419* (doravante C1419) constitui um lapso assinalável, transversal a todo este trabalho, estando ausente da lista final de referências bibliográficas. Não se trata de uma questão menor, uma vez que esta ausência condiciona várias e relevantes afirmações que são feitas na obra. Por exemplo, no segundo capítulo, António Manuel Ribeiro Rebelo especula que o condestável D. Pedro poderia ter na sua posse uma cópia da *Legenda da Rainha*, e que dela se teria servido para redigir o final da sua *Sátira de infelice e felice vida* (p. 34), sem colocar sequer a possibilidade de a fonte do condestável ser a C1419 – hipótese bastante plausível, depois de Filipe Alves Moreira (2013: 329-341) ter demonstrado que D. Pedro

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

(ou algum amanuense ao seu serviço) teve acesso a uma cópia desta crónica. Podendo constituir uma inovação bastante pertinente, parece-nos que a questão merecia uma demonstração, por via de uma análise mais aprofundada que incluisse a confrontação com a C1419. O mesmo sucede nas diferentes ocasiões em que António Manuel Ribeiro Rebelo afirma, a nosso ver, com excessiva convicção, que também o cronista Rui de Pina se serviu da *Legenda* para a redação das crónicas de D. Dinis e de D. Afonso IV (pp. 30, 49, 62). Ora, não é isso o que nos dizem as análises textuais (Araújo, 2024: 540-551). Pelo contrário, a versão de Rui de Pina está mais próxima da C1419, e até de alguma documentação notarial, do que da *Legenda da Rainha Santa* – e um simples milagre comum aos dois relatos não justifica conclusões precipitadas. No passado, já Helena Costa Toipa (2020: 27) havia referido que nem todos os milagres contados por Rui de Pina encontravam correspondência na *Legenda*, tendo necessariamente outra proveniência. Se tivessem sido feitas as devidas confrontações textuais, também a hipótese, lançada por Rebelo, de Damião de Góis ter compulsado a *Legenda da Rainha* (pp. 43-45) poderia ficar em risco. Rebelo aponta, nomeadamente, uma divergência relevante entre um texto atribuído a Damião de Góis⁵ e a lição presente no *Livro que fala da boa vida...*, na qual o humanista se refere ao mosteiro de Odivelas onde o *Livro* fala do mosteiro de Chelas. Ora, foi já visto que esta troca (de Odivelas por Chelas) se encontrava já na *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina (Araújo, 2024: 543-544), e não é sequer colocada a hipótese de ter sido a obra do cronista-mor do rei D. Manuel a fonte de Damião de Góis, e não propriamente a *Legenda da Rainha Santa*⁶. O que mais admira, ainda assim, é a certeza com que todas essas afirmações são feitas, sem crítica ou demonstração.

Se o objetivo de semelhante especulação envolvendo o condestável D. Pedro, Rui de Pina e Damião de Góis era abordar a receção e posterioridade da *Legenda da Rainha Santa*, julgamos que, à falta de análises mais aprofundadas, poderia ter sido bastante mais

⁵ A *Lenda da Rainha Dona Isabel chamada a Sancta mulher delrei Dom Denis a qual fundou a Casa do Spirito Sancto da vila d'Alanquer*, conservada num manuscrito do século XVI da Biblioteca Nacional, com a cota IL-223.

⁶ É Rui de Pina, aliás, quem se refere ao apostema («huma apostemaçam») de que Góis também fala no âmbito do mesmo assunto, e não a *Legenda da Rainha* (Araújo, 2024: 543).

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

proveitoso atentar nos testemunhos manuscritos seiscentistas do texto, aqui ignorados. Isso mesmo se vê pelo «*stemma* mínimo e simples» (p. 58) que nos é apresentado, sem inclusão tanto de cópias derivadas do códice quinhentista como do seu antígrafo, pelo que nos fica uma perspetiva isolada e incompleta da transmissão do texto.

Por outro lado, quando se trata de abordar a autoria do texto hagiográfico, é estranho que nenhum dos autores traga à colação outras possibilidades para além da de Frei Salvado Martins (confessor e testamenteiro da rainha, bispo de Lamego), nem problematize a questão. Mesmo quando chega a ser recordada a ideia dos Bolandistas, de que a autoria do texto poderia até ser de uma mulher (pp. 29-30), nunca chega a ser sequer mencionado o nome de Isabel Cardona, em tempos também sugerido como uma possibilidade (McCleery, 2006: 672-673).

É claro que também há novidades a destacar na obra recenseada. Por exemplo, a questão da datação da produção do códice e do seu percurso até à integração no acervo do Museu Nacional de Machado de Castro são pontos que constituem uma inovação. Pertinente é também a investigação em torno do destino do “códice antigo”, do século XV, a partir do qual foi copiado o *Livro que fala da boa vida...*, com o contacto dos herdeiros de José Gaspar da Graça Júnior, seu antigo proprietário. Mesmo tendo sido uma procura até agora infrutífera, era um caminho que importava fazer e que pode deixar pistas úteis para a futura redescoberta do paradeiro daquele manuscrito. No terceiro capítulo, sobre o contexto de produção do códice quinhentista, destacamos a análise de Maria José Azevedo Santos às marcas de água e as novidades na abordagem paleográfica e codicológica. Francisco Pato de Macedo traça uma pertinente relação iconológica entre as iluminuras do manuscrito, acrescentadas em 1592, a gravura da rainha santa impressa em 1560 e o espírito devocional do tempo, no quarto capítulo. Também da responsabilidade de Maria José Azevedo Santos é a transcrição integral e rigorosa do códice, de acordo com as normas do Padre Avelino de Jesus da Costa, à qual se segue a reprodução fac-similada, em grande formato e com muito boa resolução, que certamente contribuem para trazer esta obra para os nossos dias e torná-la acessível ao público em geral e aos investigadores (capítulos quinto e sexto). Nesse sentido, são ainda

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

instrumentos de enorme pertinência e utilidade os índices desenvolvidos por Isaías Hipólito, cujos critérios de elaboração o autor trata de explicitar detalhadamente.

Concluindo, é de louvar a iniciativa em torno deste *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel*, obra que merecia já uma nova edição e estudos de fôlego, fosse ou não no âmbito de uma efeméride. Ficará certamente como uma obra de referência sobre o tema, pela sua utilidade e por algumas das novidades que traz. Não deixa, ainda assim, e como em qualquer trabalho, de ter alguns aspetos mais problemáticos e questionáveis, que concedem muito espaço para novos estudos e posteriores aprofundamentos.

Bibliografia

ARAÚJO, Jorge António de Meneses Montanha Ferreira (2024), *Rui de Pina: um “cronista global”?*, Tese de Doutoramento em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CALADO, Adelino de Almeida, ed. (1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

DIAS, Isabel Rosa (2009), “A Narrativa da vida e milagres da Rainha Santa Isabel: testemunhos e edições” in Jesús Cañas Murillo, F. Javier Grande Quejigo e José Roso Díaz (ed.), *Medievalismo en Extremadura: estudios sobre literatura y cultura hispánicas de la Edad Media*, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 575-588.

McCLEERY, Iona (2006), “Isabel of Aragon (d. 1336): Model Queen or Model Saint?”, *The Journal of Ecclesiastical History*, vol. 57(4), pp. 668-692.

MOREIRA, Filipe Alves (2013), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

REBELO, António Manuel Ribeiro (2025), “História e fortuna do ‘Livro que fala da boa vida...’”, in Maria José Azevedo Santos, António Manuel Ribeiro Rebelo e Francisco Pato de Macedo (coord.), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona*

Jorge António Araújo - SANTOS, Maria José Azevedo; REBELO, António Manuel Ribeiro; MACEDO, Francisco Pato de, coord. (2025), *Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-2716-8, 244 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2 2025. 249-255.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r1

Isabel, & de seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 25-65.

TOIPA, Helena Costa (2020), *Rainha Santa Isabel: fontes para o seu estudo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VAIRO, Giulia Rossi (2004), “Le Origini del processo di canonizzazione di Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, in un atto notarile del 27 Iuglio 1336”, *Collectanea Franciscana*, 74(1-2), pp. 147-193.

Lisbeth Rodrigues – DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2. 2025. 256-260.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r2

DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.

Lisbeth Rodrigues
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”
lisbethrodrigues@letras.up.pt

No início de 2025, a prestigiada Cambridge University Press deu à estampa a mais recente obra de Elise Dermineur, professora associada na Universidade de Estocolmo e reconhecida especialista em questões de crédito, género e história das mulheres na Europa pré-industrial. *Before Banks* procura (e consegue) reconstituir as redes sociais do crédito e do débito num contexto anterior à hegemonia das instituições bancárias modernas, tomando como casos de estudo Delle e Florimont, duas comunidades rurais do Antigo Regime francês. Face à densidade da historiografia sobre o crédito nas sociedades pré-industriais, esta obra poderia, à primeira vista, parecer uma reiteração de percursos de investigação já trilhados. Porém, o contributo de Dermineur distingue-se pela originalidade ao abordar o crédito rural, quase sempre negligenciado em benefício do contexto urbano, e pela erudição com que articula diferentes correntes teóricas e áreas disciplinares. Ao demonstrar a ubiquidade do fenómeno creditício e o seu enraizamento nos mecanismos de reputação e confiança, a autora oferece um estudo importante para quem se interessa pelas dinâmicas sociais da atividade creditícia, distanciando-se de abordagens meramente económicas.

Before Banks refuta a perspetiva teleológica que concebe o sistema financeiro contemporâneo como o corolário inevitável de uma progressão linear. Embora não totalmente nova na historiografia, ao analisar as comunidades alsacianas de Delle e Florimont entre 1650 e 1790, Dermineur defende a ideia de que o crédito transcendia a mera função económica, constituindo um pilar essencial da coesão social. A cronologia escolhida permitiu à autora identificar a erosão progressiva das redes sociais do crédito a partir da década de 1760, quando novos agentes entraram no mercado e o número de processos judiciais por incumprimento aumentou de forma significativa. A autora propõe

Lisbeth Rodrigues – DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2. 2025. 256-260.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r2

que o sistema pré-industrial, pese embora as clivagens estruturais que o caracterizavam, integrava mecanismos de “proteção social” progressivamente eliminados pelo capitalismo financeiro contemporâneo. Argumenta que o crédito entre pares (*peer-to-peer*), nas suas vertentes notarial e informal, possuía uma flexibilidade e um enraizamento social (*social embeddedness*, devedor do pensamento de Karl Polanyi e Mark Granovetter) contrários à rigidez dos mercados de capitais contemporâneos, aspeto que poderá explicar a resiliência e a longevidade do sistema.

Do ponto de vista metodológico, a obra ancora-se nos pressupostos da micro-história, fundamentando-se num vasto *corpus* documental. Destaca-se a construção de uma base de dados a partir de fontes variadas, como inventários de bens, contratos notariais e processos judiciais, que permitiram reconstituir redes de crédito e de débito, um exercício dificilmente desenvolvido a escalas nacionais. Dermineur recorre à *Social Network Analysis* (SNA) para mapear a complexidade das interações financeiras e para compreender o comportamento dos agentes, cruzando a análise histórica com a economia comportamental. Ao convocar teóricos como Richard Thaler, a autora demonstra como o mercado de crédito operava com base em estímulos sociais e normas de reciprocidade que minimizavam o risco de incumprimento, mesmo na ausência de garantias institucionais. Os dados empíricos apresentados (pp. 94, 106-107, 139) ilustram a densidade destas teias relacionais, demonstrando que o mercado de capitais não constituía um bloco monolítico, mas antes um conjunto de círculos concêntricos, estribados na homofilia e na proximidade geográfica, corroborando a tese de Laurence Fontaine sobre a natureza relacional do crédito.

A obra encontra-se estruturada em seis capítulos, enquadrados por uma introdução e um epílogo, que primam por uma narrativa clara. O texto é enriquecido com cartografia, tabelas, gráficos e reproduções de documentos que atestam uma aturada investigação de fontes primárias e enriquecem a obra. No capítulo 1, Dermineur apresenta os casos de estudo: Delle e Florimont entre 1650 e 1790; no capítulo 2 analisa as práticas de crédito informal; enquanto no capítulo 3, sob inspiração de Philip Hoffman, Gilles Postel-Vinay e Jean-Laurent Rosenthal, examina o papel dos notários como mediadores institucionais, agentes importantes na mitigação das assimetrias de informação e, por conseguinte, na redução dos custos de transação. Os capítulos 4 e 5 são de particular interesse, porventura

Lisbeth Rodrigues – DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 2. 2025. 256-260.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r2

os mais inovadores, ao explorarem a participação feminina no mercado de crédito rural e os fenómenos da insolvência e do incumprimento. A obra encerra com o capítulo 6, centrado na progressiva institucionalização do sistema financeiro no ocaso do Antigo Regime.

Para sustentar esta arquitetura, Dermineur começa por revelar a magnitude do fenómeno creditício. Num contexto de escassez crónica de numerário, de resto, partilhado por toda a Europa, em que a circulação de moeda raramente excedia as 100 *livres* por habitante (p. 6), o crédito funcionava como o motor da economia. Na senda de Craig Muldrew, Dermineur observa que o endividamento constituía uma condição quase universal, dado que cerca de 80% dos indivíduos faleciam com obrigações financeiras pendentes. O peso deste mercado era de tal ordem que o *stock* de dívida hipotecária em França atingiu cerca de 10% do PIB no início do século XIX, um valor que a autora considera surpreendentemente moderno e comparável ao observado nos Estados Unidos no período pós-1930.

A ideia da rigidez das normas institucionais face à fluidez das práticas locais perpassa a obra. Embora o teto legal de juros em França fosse de 5% desde 1665, os notários, tal como noutras regiões da Europa (incluindo o sul europeu, de resto, omissos da obra), registavam quase sempre esta taxa nominal para contornar as proibições da usura. Contudo, a economia política operava, a mais das vezes, à margem do contrato escrito: o “preço” do crédito era, pois, frequentemente ajustado através de pagamentos em espécie, como entrega de feno ou gado ou a transferência da exploração temporária de bens de raiz, tornando o mercado de crédito rural num sistema maleável, ajustado às necessidades de subsistência e aos ciclos agrícolas.

Um dos contributos mais relevantes da obra reside na análise da participação feminina no mercado de crédito, tema sobre o qual Dermineur se tem especializado nas últimas décadas. Refutando a premissa de que o crédito era um domínio estritamente masculino, a autora demonstra que as mulheres, independentemente do seu estado matrimonial, utilizavam o crédito para a gestão patrimonial e para, de algum modo, assegurar a sua autonomia financeira. Participando em cerca de 20% a 30% das transações (valores que superam os habitualmente apontados pela historiografia), as mulheres de Delle e Florimont não eram atores marginais (p. 166). É conferido destaque às viúvas

Lisbeth Rodrigues – DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2. 2025. 256-260.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r2

que, beneficiando de maior liberdade jurídica, emergiam como agentes importantes na economia local, desenvolvendo redes de crédito femininas alicerçadas na confiança mútua (p. 174). O recurso ao crédito constituía, muitas vezes, um investimento estratégico e uma espécie de “seguro social” para a velhice (p. 165), pois garantia (ou podia garantir) um rendimento estável em períodos mais vulneráveis.

Ao abordar o incumprimento (capítulo 5), Dermineur oferece uma perspetiva sociológica da dívida, sustentando que a falência não era apenas um reflexo de insucesso económico, mas um processo social complexo. No Antigo Regime, privilegiava-se a negociação em detrimento da punição. Dermineur demonstra que a estrutura de crédito era pautada pela resiliência, já que nem credores, nem comunidades, nem mesmo instituições formais (tribunais) desejavam o aprisionamento ou a ruína do devedor; o objetivo era a recuperação do capital e a preservação da estabilidade social mediante a renegociação constante das cláusulas contratuais. Assim, ao contrário do sistema bancário contemporâneo, a prioridade destes agentes não era a liquidação imediata do devedor, mas a manutenção da sua viabilidade económica, garantindo o fluxo contínuo de juros e de serviços e perpetuando laços de dependência.

Através do estudo de processos de cobrança, a autora evidencia sucessivas tentativas de perdão e reestruturação da dívida. Ainda assim, o estigma da insolvência era latente, afetando a “honra” e o capital social do devedor, o que comprometia o seu acesso futuro ao mercado de crédito. A recuperação do capital emprestado operava entre as esferas informal e formal, que coexistiam e se complementavam. Contudo, a morosidade do aparelho judicial impelia, quase sempre, os agentes de volta à esfera extrajudicial. Dermineur revela ainda o papel das redes de solidariedade na preservação do património familiar, demonstrando que o sistema não colapsava perante os níveis elevados de incumprimento devido à elasticidade do mercado (pagamentos em espécie, dilação de prazos). Em última instância, num mercado estribado no capital social e na honra, as implicações sociais do incumprimento revelavam-se mais significativas do que as económicas.

A resiliência do sistema residia, portanto, na sua extraordinária plasticidade. Enquanto os bancos modernos pautam a sua atividade pela rigidez, o mundo rural alsaciano dos séculos XVII e XVIII regia-se por uma cultura de renegociação permanente.

Lisbeth Rodrigues – DERMINEUR, Elise M. (2025), *Before Banks: The Making of Credit and Debt in Preindustrial France*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 9781009502641, 293 pp.
História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 2. 2025. 256-260.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2r2

Esta natureza social do crédito garantia que as trocas eram mediadas por princípios de auxílio mútuo. Ao cruzar a história económica com a economia comportamental, Dermineur remata com uma provocação ao sistema financeiro moderno, sublinhando o abismo entre as instituições atuais e o tecido social que lhes deu origem. A despersonalização das finanças modernas resultou na perda da dimensão humana das relações de crédito (pp. 235-236, 241-243).

Não obstante o mérito inegável da obra, o leitor identificará, certamente, algumas lacunas. Em primeiro lugar, a análise da Alsácia beneficiaria de um maior aprofundamento da sua especificidade geopolítica; num território marcado por conflitos bélicos, as redes de confiança poderão ter sido testadas por pressões externas que a autora não explora em detalhe. Além disso, ressalta um viés geográfico comum: Dermineur circunscreve o diálogo historiográfico ao noroeste europeu, preterindo o diálogo com a historiografia do sul da Europa. Estudos sobre a atividade creditícia em Portugal, Espanha e Itália, que propõem modelos de crédito formal e informal com matizes semelhantes ao caso francês, bem como estudos sobre o incumprimento da dívida e a morfologia dos mercados, estão totalmente ausentes da obra. Esta omissão reitera uma visão da Europa pré-industrial centrada no noroeste europeu, negligenciando, uma vez mais, contributos produzidos noutras geografias, mesmo quando estes se encontram amplamente divulgados em língua inglesa.

Todavia, estas observações não ensombram os méritos da obra recenseada. *Before Banks* constitui um marco importante na historiografia sobre o crédito rural, demonstrando que, no Antigo Regime, a atividade creditícia era, sobretudo, uma prática de sobrevivência, solidariedade e organização social. Em última instância, Dermineur oferece uma leitura importante que nos convida a refletir sobre o papel histórico da dívida na preservação dos laços de solidariedade.

Notas biográficas dos autores

Ariana Sanches é licenciada em Estudos Portugueses (2021) e mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A sua tese de mestrado, defendida em 2024, intitula-se “Mondar-se o novo trigo florecente. As representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Camões: entre príncipe e santo”. Frequenta atualmente o doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos na mesma instituição.

Caio Henrique Silva Fernandes é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (UFSC). Bolsista FAPESC (Edital CP nº 18/2024). Integra o projeto de pesquisa “A liberdade precária, as condições degradantes e as fronteiras da escravidão”. Tem experiência na área de História e ensino de História, com ênfase em História Social, História da Escravidão e História do Brasil Imperial.

Celeste Pedro é designer de comunicação formada pela Faculdade de Belas Artes do Porto em 2005. Desde esse momento, dedicou-se principalmente à tipografia e ao design editorial. Obteve um mestrado em Design e Intermédia pela Universidade de Barcelona: os seus estudos sobre design de dicionários e história da tipografia levaram-na a participar em diversos cursos de línguas, workshops e escolas de verão relacionados com a edição de textos e a produção de livros. Concluiu o seu doutoramento em 2018 sobre a Cultura Impressa no Reino de Portugal no Século XVI, financiado pela FCT. Foi investigadora de pós-doc no projeto “Dos Dados à Sabedoria” no Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, onde continua o seu trabalho sobre diagramas medievais e do início da Idade Moderna.

Cláudia Pinto Ribeiro é professora associada do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorada em História, desenvolve investigação nas áreas de História da Educação e da didática da História. É investigadora integrada no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, onde coordena o grupo Educação e Desafios

Societais. É autora de manuais escolares de História e de Área de Integração, publicados pela Porto Editora.

Diogo Andrade Cardoso é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigador integrado do CITCEM e professor adjunto convidado da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. A sua investigação tem-se focado na migração de portugueses para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII, particularmente o Brasil, focando o perfil dos migrantes e as suas formas de integração.

Fernanda de Lima Lourencetti. Graduated in Architecture and Urbanism at UNESP – Bauru/SP-Brazil (2010), got her master’s degree in the “ERASMUS Mundus TPTI Master – Technique, Heritage and Industrial Territory” (2015), an international consortium between University Paris 1 Panthéon-Sorbonne (France), University of Padova (Italy) and University of Évora (Portugal), and developed her PhD in History in the University of Évora (2023). She is part of the board of the “International Railway History Association” (IRHA) and the “Associação Ibérica de História Ferroviária” (ASIHF), manages an “International Network of Studies on Cities, Railways and Ports – Historical Perspectives and Current Realities”, and is a researcher of TOUR&RAIL, an Erasmus+ Project coordinated by University of Politecnica de Madrid.

Jorge António Araújo é formado nas áreas da História e da Gestão do Património Cultural. É colaborador do CITCEM e doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com um projeto financiado pela FCT. Tem vindo a estudar a utilização de fontes estrangeiras por Rui de Pina nas crónicas dos reis da primeira dinastia. Colabora ainda na organização das Sessões de Cronística Medieval. ORCID 0000-0002-7513-8499.

Lisbeth Rodrigues é professora auxiliar de História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo obtido o doutoramento na mesma especialidade pela Universidade do Minho (2013). O seu percurso académico inclui um pós-doutoramento no ISEG (2014-2019) e a docência na Universidade do Minho (2020-2022) e na Nova

School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa (2022-2024). Atualmente, é investigadora integrada do CITCEM e avaliadora externa da European Science Foundation (2025-2028). Os seus interesses de investigação focam-se na cultura material, instituições de assistência e mercado de capitais no período moderno. Atualmente desenvolve dois projetos de investigação sobre o envelhecimento demográfico na longa duração (“GrowingOLD”) e sobre os custos da distância (MOVE). Com um papel ativo em várias instituições científicas e académicas, integrou a direção da APHES (2019-2023) e foi distinguida pela Academia das Ciências de Lisboa (4.º Seminário de Jovens Cientistas, 2023-2026). No plano editorial, destaca-se como Diretora Adjunta da revista *Ler História*.

Luís Otávio Vilela da Cruz é mestrando em Produção de Conteúdo Multiplataforma pela Universidade Federal de São Carlos. Especialista em Advocacia Criminal, Tribunal do Júri e Execuções Penais pela Legale Educacional. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Pucminas).

Manuel Ramos é professor auxiliar da FLUP, Departamento de Estudos Portugueses e Românicos – DEPER, e membro do IF (investigador) e do CITCEM (colaborador). É licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa pela Universidade de Coimbra (FLUC– 1992); depois, obteve um mestrado em Literaturas Clássicas (FLUC – 1996) e finalmente o Doutoramento em Literatura pela Universidade do Porto (FLUP – 2007). Além da docência (*Latim, Comunicação Oral e Escrita*), também tem desempenhado diferentes cargos de gestão no seio do DEPER. A maior parte das suas publicações diz respeito à edição e tradução de textos: literários (retóricos ou não), históricos, jurídicos e teológicos, pois tem interesse em divulgar a Idade Média portuguesa. Colabora regularmente, e de forma profícua, com os seus colegas medievalistas, na FLUP e fora dela; e desse trabalho colaborativo surgiu a maioria das suas publicações.

Paulo Almeida desenvolve investigação sobre a temática da habitação social no Estado Novo. É mestre em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e investigador colaborador no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, integrado do grupo de investigação Pessoas, Mercados e Políticas. Atualmente é doutorando em História na FLUP, trabalhando sobre

questões da habitação e habitação social no período do autoritarismo em Portugal, na vertente de história económica e social.

Tiago Moura Gonçalves é licenciado em História pela Universidade do Minho e pós-graduado em História do Império Português pela Universidade Nova de Lisboa. É, atualmente, mestrando em História (ramo de Época Moderna) na Universidade de Coimbra e investigador colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Encontra-se a desenvolver uma dissertação sobre a linguagem política no Portugal seiscentista sob a orientação científica dos professores José Pedro Paiva e Pedro Cardim.

Ficha Técnica**HISTÓRIA. Revista da FLUP -IV Série. vol. 15 N. 2 (2025)**

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Maria Cristina Cunha

Conselho Editorial: Carla Sequeira, Maria Cristina Cunha, Conceição Meireles Pereira, Jorge Cerdeira, Lisbeth Rodrigues, Maria Antonieta Cruz, Maria João Oliveira e Silva, Sérgio Neto

Conselho Consultivo: Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra); Mário Farelo (Universidade do Minho); Francisco Bettencourt (King's College of London); Filipa Ribeiro da Silva (International Institute of Social History); Fernanda Olival (Universidade de Évora); Susana Münch Miranda (Universidade Nova de Lisboa); José Luís Cardoso (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa); Teresa da Silva Lopes (University of York); Teresa Nunes (Universidade de Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Conceição Meireles Pereira

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_2

eISSN – 2183-0479

Dezembro 2025

Revista com arbitragem científica

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Críticas

b) Submeter no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1. Registrar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;
- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;
- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)
- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**
- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês.**

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:

- superior e inferior: 2,5 cm
- esquerda e direita: 3 cm
- parágrafos com avanço na primeira linha: 1 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores - (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 11, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm e avanço da primeira linha de 1 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier' affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.